



UNIVERSIDADE DE VALE DO TAQUARI – UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS PRODUZIDOS PELO CICLO
DAS FAZENDAS NO PERCURSO DO RIO TAQUARI/RIO GRANDE
DO SUL (1770-1850): UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA**

Sérgio Nunes Lopes

Lajeado/RS, junho de 2021

Sérgio Nunes Lopes

**IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS PRODUZIDOS PELO CICLO
DAS FAZENDAS NO PERCURSO DO RIO TAQUARI/RIO GRANDE
DO SUL (1770-1850): UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ambiente e Desenvolvimento da
Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES,
como parte da exigência para a obtenção do título
de Doutor em Ciências, na linha de pesquisa
Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientadora: Dra. Neli Teresinha Galarce
Machado

Lajeado/RS, junho de 2021

Sérgio Nunes Lopes

**IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS PRODUZIDOS PELO CICLO
DAS FAZENDAS NO PERCURSO DO RIO TAQUARI/RIO GRANDE
DO SUL (1770-1850): UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA**

A Banca examinadora abaixo aprova a Tese a apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Doutor em Ciências, na linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais.

Dr^a Neli Teresinha Galarce Machado
(Orientadora) - Universidade do Vale do
Taquari – Univates

Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski -
Universidade Federal de Minas Gerais –
UFMG

Dr. Lucas Fehr – Universidade Presbiteriana
Mackenzie - Mackenzie

Dr. Eduardo Périco - Universidade do Vale do
Taquari – Univates

Lajeado/RS, junho de 2021

AGRADECIMENTOS

Os dramas humanos compartilhados em tempos de pandemia atravessam o que ocupa as páginas deste estudo. Aqueles episódios transversais incidem na coleta de dados nos arquivos e na escavação derradeira agendada, mas abortada. O que segue é a interpretação do que foi possível desenvolver diante dos desafios que faz com que o prazo regimental de um doutorado seja abreviado em praticamente um ano o que inegavelmente afeta os resultados do estudo.

Como uma tese é um documento que tende permanecer por mais tempo à disposição dos leitores, é preciso registrar que boa parte da redação deste trabalho se deu em meio à Pandemia de Covid-19 que impactou severamente o mundo durante o ano de 2020. Como se isso não bastasse, durante o processo, eu, a orientadora e mais dois membros do Laboratório experimentamos perdas humanas no círculo familiar mais próximo. Pelo menos quatro diagnósticos de câncer que se demonstraram fatais e um mal súbito compõem o obituário com o qual este estudo se relacionou. Alguns artigos publicados a partir dessa investigação foram parcialmente escritos em leitos de hospital enquanto se cumpria com os “deveres” familiares.

Por tudo isso e por ser este um espaço facultativo na tese, cheguei a pensar em suprimi-lo aqui das páginas inaugurais. Da perspectiva humana, entretanto, penso que a ingratidão nos diminui e desumaniza. Senso de humanidade e gratidão são valores que persigo, portanto, aí vai: gratidão infinita à professora Dr^a Neli Galarce Machado, uma inspiração desde a graduação; aos professores do PPGAD pela oportunidade de exercitarmos a interdisciplinaridade; aos colegas do Laboratório de Arqueologia e do Centro Memória Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências - pesquisadores e bolsistas -, discussões sérias e fins de tarde descontraídos, antes da pandemia; aos colegas da EMEF João Beda Körbes de Arroio do Meio/RS onde atuei durante quase todo o período de curso do

doutorado; aos proprietários que abriram porteiros e cancelas para que nos instalássemos em suas propriedades durante as escavações arqueológicas; à Universidade do Vale do Taquari - Univates, onde cursei graduação e na qual atuo como professor desde 2014. Carinho e gratidão especial à minha companheira de vida e profissão Dr^a Maria Elisabete Bersch pelo apoio incondicional e à nossa filha Sofia que chega à pré-adolescência passando por um mestrado (o meu) e dois doutorados o da Bete e o meu. Desculpa pelas ausências filhota, mas tu sabes que estamos sempre juntos ainda que, por vezes com olhar perdido voltado para dentro das ideias que precisavam virar páginas.

A Deus gratidão pela energia vital nas suas múltiplas formas.

“(...). Esta nova história rejeita a suposição comum de que a experiência humana tem sido isenta de constrangimentos naturais, que as pessoas são uma espécie separada e singularmente especial, que as consequências ecológicas de nossos feitos passados podem ser ignorados. A história mais antiga dificilmente poderia negar o fato de que as pessoas vêm vivendo há bastante tempo neste planeta, mas a desconsideração geral deste fato sugeriria que elas não eram e verdadeiramente não são parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, compreendem que o conhecimento não pode mais se permitir ser tão ingênuo” (WORSTER, 2003, p. 24).

RESUMO

Uma abordagem teórico-metodológica transversal e inovadora dá suporte à tese apresentada que investiga os impactos sociais e ambientais gerados pelas fazendas estabelecidas no percurso do Rio Taquari no estado do Rio Grande do Sul. As ruínas das fazendas investigadas encontram-se, contemporaneamente a este estudo, circunscritas aos territórios dos municípios Sul-rio-grandenses de Bom Retiro do Sul e Fazenda Vilanova. Cronologicamente o estudo abrange os anos finais do século XVIII alcançando meados do século XIX. O recorte temporal, decorre das escolhas teóricas e metodológicas. Ao caracterizar as fazendas e inferir as agências humanas e não humanas na configuração dos seus espaços ao longo tempo optou-se pela abordagem arqueológica às ruínas e seus entornos. As reflexões acerca da sintaxe dos elementos no espaço, pelo viés das múltiplas entidades que nele se entrelaçam, são tecidas a partir das prerrogativas teóricas da História Ambiental e da Arqueologia Histórica. Estando o programa de pós-graduação, em cujo âmbito a pesquisa foi concebida inserido na Área de Ciências Ambientais, ainda que a redação do presente trabalho conclusivo chegue a termo pela lavra de um historiador iniciado em Arqueologia Histórica, a perspectiva é interdisciplinar. As dinâmicas das relações dos homens no e com o meio mediada pelos objetos fazem emergir um sem número de documentos e testemunhos. Desse prisma a Cultura Material evidenciada nas escavações e prospecções arqueológicas soma-se aos documentos seriados dos arquivos ampliando o entendimento das alterações significativas na fisionomia das paisagens que se traduzem em local, território e lugar, categorias conceituais que permitem verticalizar as análises. A partir do estudo empreendido ficou evidente que as fazendas do percurso do Rio Taquari, Rio Grande do Sul, foram unidades extrativistas. A supressão das densas matas de pinheiro alterou substancialmente a paisagem florestal. A utilização da mão de obra escravizada conecta a região com o *modus operandi* da exploração ambiental, social e econômica de outras regiões do Brasil no final do período colonial e ao longo do século XIX. Tendo em conta a concepção das fazendas trabalhadas empreende-se esforços no sentido de concebê-las para além de unidades produtivas demandantes de recursos naturais. Ao reconhecer as florestas, os rios e os demais elementos do espaço como ativos na relação com os grupos humanos, contempla-se a indissociabilidade dos aspectos sociais e ambientais como forma de melhor entender os contextos.

Palavras-Chave: Fazendas. Arqueologia Histórica. História Ambiental. Ciências Ambientais.

ABSTRACT

A transversal and innovative theoretical-methodological approach supports the thesis presented, which investigates the social and environmental impacts generated by the farms established along Taquari River in the State of Rio Grande do Sul. The ruins of the investigated farms are found contemporaneously to this study, limited to the territories of the municipalities of Bom Retiro do Sul and Fazenda Vilanova. Chronologically the study covers the final years of the 18th century reaching the middle of the 19th century. The time frame results from theoretical and methodological choices. By characterizing the farms and inferring human and non-human agencies in the configuration of their spaces over time, an archaeological approach of the ruins and their surroundings was chosen. Reflections on the syntax of elements in space, through the multiple entities that intertwine in it, are made from the theoretical prerogatives of Environmental History and Historical Archaeology. Since the graduate program, in whose scope the research was conceived, is inserted in the Environmental Sciences Area, even though the writing of the present conclusive work comes to an end through the work of a historian initiated in Historical Archaeology, the perspective is interdisciplinary. The dynamics of men's relationships in and with the environment mediated by objects bring out countless documents and testimonies. From this perspective, the Material Culture evidenced in the excavations and archaeological surveys is added to the many documents of the archives, expanding the understanding of the significant changes in the physiognomy of the landscapes that translate into place, territory and place, conceptual categories that allow for a vertical analysis. From the study undertaken, it became evident that the farms along the Taquari River, Rio Grande do Sul, were extractive units. The removal of dense pine forests substantially altered the forest landscape. The use of enslaved labor connects the region with the *modus operandi* of environmental, social and economic exploitation of other regions of Brazil at the end of the colonial period and throughout the 19th century. Taking into account the farms worked on, efforts are made to design them beyond productive units of natural resources. By recognizing forests, rivers and other elements of space as active in the relationship with human groups, the inseparability of social and environmental aspects is considered as a way of better understanding the contexts.

Keywords: Farms. Historical Archaeology. Environmental History. Environmental Sciences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização estratégica de Ceuta ajuda a consolidar a expansão marítima portuguesa.....	26
Mapa 2 - Planisfério elaborado em 1507 por estudiosos dirigidos pelo cartógrafo Martin Walseemüller. Primeira representação cartográfica na qual aparece o continente americano. 29	
Mapa 3 - Limites estabelecidos entre Portugal e Espanha no contexto da expansão marítima ibérica pela Bula Intercoetera e pelo Tratado de Tordesilhas.	33
Mapa 4 - Região impactada pelo Tratado de Madri de 1750 no extremo Sul do continente americano.....	35
Mapa 5 - Representação cartográfica dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso.	37
Mapa 6 - Algumas fazendas mencionadas no levantamento bibliográfico empreendido.	111
Mapa 7 - Fazendas abordadas arqueologicamente	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema representando a topografia com destaque para a consideração da conformação da meia encosta e com as flechas indicando o sentido do escoamento hídrico..	88
Figura 2 - Algumas sesmarias e fazendas do percurso do Rio Taquari.....	97
Figura 3 - Espaço demarcado com área de 8.712 hectares circunscrevendo as ruínas das três fazendas de Manoel Alves dos Reis Louzada.	100
Figura 4 - Fazendas abordadas no estudo.....	113
Figura 5 - Localização da sede da Fazenda Conceição às margens da BR 386.	117
Figura 6 - Material construtivo reaproveitado nas estruturas arquitetônicas contemporâneas situadas no entorno do sítio.	118

Figura 7 - Panorâmica de uma das áreas de escavação perseguindo as saliências dispostas no terreno.....	119
Figura 8 - Área da coleta superficial	121
Figura 9 - Dispersão e quantificação da Cultura Material na Área da coleta superficial	122
Figura 10 - Croqui panorâmico das áreas de escavação.....	123
Figura 11 - Área de escavação parede Noroeste	124
Figura 12 - Dispersão do material construtivo indicando a técnica de construção do fundamento.....	125
Figura 13 - Material compactado sugerindo o aproveitamento de cupinzeiros na construção	126
Figura 14 - Área de escavação trincheira norte.....	127
Figura 15 - Evidências por área de escavação.....	128
Figura 16 - À esquerda, cunha utilizada para falquejo das toras de pinheiro. À direita gancho de zorra utilizada para transporte na Fazenda Conceição.....	129
Figura 17 - Estrutura de serraria movida por roda d'água em atividade até o século XX. ...	130
Figura 18 - Estruturas e composição do espaço: 1) Estrutura da serraria; 2) Área de escavação, ruínas da casa sede da Fazenda Conceição.	131
Figura 19 - Vista panorâmica da várzea com destaque para a sede da Fazenda Pedreira	136
Figura 20 - Composição fotográfica demonstrando os impactos do tempo na edificação....	137
Figura 23 - Telhas originais da sede da fazenda reutilizadas na construção de estábulo.....	140
Figura 24 - Evidenciação das placas de arenito friável que compõem o piso original, de parte da estrutura.	141
Figura 25 - Croqui com as áreas escavadas da Fazenda Pedreira	143
Figura 26 - À direita curso d'água, outrora represado pela taipa ao fundo nas proximidades da sede da Fazenda Pinhal.....	146
Figura 27 - Ruínas da estrutura da roda d'água com destaque para pedra com encaixe do eixo da roda d'água.	147
Figura 28 - Raízes de umbu na parte mais elevada do terreno próximo ao represamento do curso d'água.....	148
Figura 29 - Circunscrição do sítio Arqueológico RS T 131, Fazenda Espanhola.....	155

Figura 30 - Localização da sede da Fazenda Espanhola em relação ao rio com os pontos de georreferência.	157
Figura 31 - Escada permitindo acesso ao leito do Rio Taquari.	158
Figura 32 - Concepção das estruturas da Fazenda Espanhola.....	159
Figura 33 - Ruínas das escadas de acesso ao segundo pavimento e às estruturas edificadas sobre os pilares.	160
Figura 34 - Bloco de pedra regularmente esculpido na base de uma das aberturas das ruínas.	162
Figura 35 - Concepção do primeiro pavimento.	163
Figura 36 - Concepção do segundo pavimento	164
Figura 37 - Esquema evidenciando as áreas de escavação em relação à estrutura arquitetônica.	165
Figura 38 - Área de escavação 2x2 com um dos quadrantes aprofundados.	167
Figura 39 - À esquerda caminho entre as fazendas Pinhal e Conceição. À direita caminho próximo à Fazenda Conceição.....	173
Figura 40 - Exemplo de zorra de arrasto.	175
Figura 41 - Estrutura de serraria movida por roda d'água em atividade até o século XX - Fazenda Vilanova/RS.	177
Figura 42 - À esquerda, açude nas proximidades da Fazenda Conceição. À direita segmento da taipa por onde escoava-se a água (ladrão) que excede a capacidade de reserva do açude.	178
Figura 43 - Foto de 1921 registrando uma maxambomba no porto de Bom Retiro do Sul. .	183
Figura 44 - Mangueira edificada próximo à sede da Fazenda Espanhola.	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sesmarias distribuídas por décadas no Rio Grande de São Pedro, 1730-1809....	93
Gráfico 2 - Faixa etária dos escravizados atuantes na Fazenda Conceição.	187
Gráfico 3 - Faixa etária dos escravizados atuantes na Fazenda do Pinhal.....	188
Gráfico 4 - Faixa etária dos escravizados atuantes na Fazenda do Pedreira.	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Faixa de tamanho de posse: população africana escravizada de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS	106
Quadro 2 - Menções a fazendas no levantamento bibliográfico.	110
Quadro 3 - Cultura Material, por tipo de matéria-prima, originário da Fazenda Pedreira....	142
Quadro 4 – Classificação preliminar do material arqueológico evidenciado na Fazenda Espanhola.	166
Quadro 5 - Rebanho do Vale do Taquari nos anos de 1856 e 1878.....	191

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 O VALE DO RIO TAQUARI/RS NO CONTEXTO DO BRASIL COLONIAL: QUESTÕES HISTÓRICAS E IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS	23
2.1 A América no projeto colonial português	24
2.1.1 As navegações no projeto de consolidação do Estado Nacional português	25
2.1.2 Os tratados que alteram a configuração da América portuguesa.....	32
2.2 Interesses lusitanos no centro da colônia.....	42
3 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E HISTÓRIA AMBIENTAL: PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DAS MÚLTIPLAS RELAÇÕES NAS FAZENDAS DO PERCURSO DO RIO TAQUARI/RS	48
3.1 Discussões teóricas preambulares: pesquisando em Ciências Ambientais	49
3.2 A Arqueologia Histórica no estudo das fazendas do percurso do Rio Taquari, Rio Grande do Sul.....	52
3.2.1 Ampliando a documentação da Arqueologia Histórica.....	56
3.2.2 A Cultura Material: breves apreciações.....	61
3.3 A História Ambiental e a Arqueologia Histórica em perspectiva	64
3.3.1 A História Ambiental e as considerações espaciais.....	67
4 FAZENDAS, IMPACTOS AMBIENTAIS E TRABALHO ESCRAVO	76
4.1 Sesmarias e fazendas enquanto conceitos de organização espacial	77
4.2 Alguns estudos e aproximações.....	81
4.3 A doação de sesmarias no Rio Grande do Sul.....	91
4.4 As fazendas coloniais do Vale do Taquari: perspectiva econômica e impactos ambientais.....	95
4.5 Mão de obra escrava nas fazendas do Vale do Taquari/RS.....	101
5 ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM FAZENDAS COLONIAIS DO VALE DO TAQUARI/RS	108
5.1 Primeiras notícias e inquietações.....	109
5.2 Fazenda Conceição	114
5.2.1 A escavação das ruínas da Fazenda Conceição	116
5.3 Fazenda Pedreira.....	132
5.4 Fazenda do Pinhal.....	144
5.5 Fazenda Espanhola	149

6 AS MÚLTIPLAS AGÊNCIAS, DAS RUÍNAS À RUÍNA: DAS FAZENDAS ÀS CASAS COMERCIAIS, PROJEÇÕES PARA FUTURAS ABORDAGENS SOB A ÓTICA DA HISTÓRIA AMBIENTAL E DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA	169
6.1 Os pinheiros dizem não	170
6.2 Rio Taquari: uma entidade eloquente	180
6.3 O trabalho escravo: articulações necessárias	186
6.4 Impactos Sociais e Ambientais permanentes	192
6.5 As projeções	196
7 CONCLUSÃO	199
REFERÊNCIAS	206

1 INTRODUÇÃO

Abordagem processual dos fenômenos localizados no tempo e no espaço de uma perspectiva interdisciplinar. O desafio de compor o que segue é relativamente fácil de enunciar, contudo, é absolutamente trabalhoso. A frase que inaugura esta seção incorpora duas ideias densas “abordagem processual” e “interdisciplinaridade”.

O esforço ao longo da composição da narrativa não reduz a abordagem processual ao raciocínio retilíneo de causa e consequência. Ao perseguir-se permanências e rupturas transita-se pela multidirecionalidade. Ao eleger-se um fio condutor para o discurso é salutar a consciência de que outras tantas possibilidades ficaram pelo caminho. Cada leitor é um avaliador em potencial e pode, com razão, vislumbrar outros itinerários.

A outra ideia-força sobre a qual se assenta o texto deste trabalho é a interdisciplinaridade. Neste sentido a trajetória que se faz até o atual estágio da formação acadêmica nos impõe maiores ou menores dificuldades. O Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - Univates (PPGAD/Univates), nasce interdisciplinar. Mais uma vez o enunciado/discurso e a prática habitam níveis de dificuldades diferenciados.

O esforço do corpo docente e discente persegue estes intentos. Contudo, os homens não vivem fora do tempo dos quais são oriundos. Neste estágio da formação acadêmica discentes e docentes são construtores de interdisciplinaridades ainda que formados em contextos de concepção das áreas do conhecimento segmentadas. Dessa sorte, trabalhos como o que segue, encerram um nível de risco elevando no que tange à sua recepção. De que então se trata? Quais são os procedimentos metodológicos? Estas são perguntas demasiado genéricas e com multiplicidade de respostas possíveis, contudo são salutares em qualquer

trabalho científico. As repostas alcançadas por investigações assentadas sobre dois campos epistêmicos em fase de consolidação e cercados por discussões político-acadêmicas candentes como é o caso da História Ambiental e a da Arqueologia Histórica, podem não ser acolhidas com facilidade.

Diante das efusivas aparições do epíteto (fazenda) empregado para nomear espaços e diante de tudo o que, em contexto alargado esta palavra nomeia e induz pensar, se pôs no horizonte como objetivo e problema de pesquisa responder: como eram as fazendas do percurso do Rio Taquari? O objetivo geral do trabalho passou a ser então identificar aspectos semelhantes e particulares de estruturas para as quais se emprega o mesmo substantivo. Os objetivos específicos, tangentes à organização de cada conjunto de informações, foram perseguidos através da mobilização de fontes documentais bibliográficas e, diante da incompletude daquelas, nas atividades de escavação.

Caracterizar as Fazendas do Percurso do rio Taquari pode parecer uma tarefa pouco pretensiosa ou redundante tendo em conta trabalhos construídos historiograficamente. Os relevantes trabalhos levados a termo da perspectiva da História Agrária ajudam a entender a incorporação desse espaço ao território da América portuguesa e trazem à tona as disputas ibéricas por territórios além mar. O pioneirismo de pesquisas como as de Christillino (2004; 2010), Eckhardt (2018), Rosa (2020) somados à indelével contribuição de Osório (1990; 2007) entre outros, discutem com propriedade a questão fundiária.

Já da perspectiva das fazendas constituídas neste espaço investigações levadas a termo no âmbito do mesmo Programa de Pós-Graduação no qual este trabalho se assenta trouxeram à tona contatos interétnicos impactantes ao longo da sedimentação das disputas ibéricas. Investigações como as empreendidas por Vedoy (2015; 2018), Gregory (2015), Busolli (2018), entre outros, contribuem no sentido de trazer à tona o desenrolar das medidas implementadas pela oficialidade sobre o espaço. O equívoco do Estado Nacional em considerar a região do percurso do Rio Taquari um vazio geográfico vem à tona na narrativa daqueles pesquisadores que visualizam a incisão e as consequências das fazendas na região para as populações tradicionais milenarmente constituintes da paisagem local.

A presente investigação toma impulso em trabalhos como os enunciados acima e ambiciona contribuir a partir da constituição de uma narrativa particular tanto da perspectiva heurística quanto da sustentação teórica. No que se refere à heurística a presente o texto traz

para o cômputo das fontes fragmentos da Cultura Material. Ainda no que se refere à ampliação dos testemunhos a constituir a base empírica tem-se os elementos inseridos nos espaços tais como as ruínas das sedes das fazendas e as cicatrizes dos caminhos que as conectavam. Na revisão bibliográfica empreendida foram abundantes os registros a fazendas como unidade produtoras de açúcar, café e criação de gado. Nenhum estudo mencionou estruturas que testemunhem a atividade extrativista como são os sítios estudados. Este caráter inédito do estudo, entre outros aspectos, lista-se entre as contribuições para abordagens conexas.

Os procedimentos metodológicos preconizados pela Arqueologia Histórica somam à documentação originária dos arquivos uma série de evidências. Em alguns momentos convergindo em outros se distanciando do que se tem de interpretação a partir dos registros bidimensionais, a Cultura Material abre outras perspectivas. Ainda no que concerne aos procedimentos heurísticos, a interpretação da disposição sintática dos elementos constituintes dos espaços ajuda a delinear cenários sobre os quais é conveniente refletir de forma a ampliar os estudos das rupturas e permanências de alguns processos socioambientais ao longo dos anos.

No que concerne à constituição da base teórico-conceitual procurou-se seguir com afinco os preceitos da Área das Ciências Ambientais dando especial destaque para a sua concepção interdisciplinar. Dessa perspectiva, a partir de Fernandes e Sampaio (2008), historiciza-se a concepção da jovem área de Ciências Ambientais no âmbito das instituições que regulamentam e legitimam a ciência no Brasil. Coerente com as reflexões de Pádua (2004; 2010), Sampaio e Fernandes (2008) encetam reflexões que revelam as facetas mais eloquentes e visíveis socialmente das posturas remanescentes da Idade Moderna, quais sejam: os efeitos da desarmonia entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

O momento político do contexto de estruturação da área de Ciências Ambientais põe em relevo o apontamento daquelas contradições provocadas pelo cartesianismo moderno do qual ainda padece a produção do conhecimento acadêmico. A última década do século XX fez com que o Brasil experimentasse um otimismo com relação à sedimentação dos valores democráticos consagrados na Constituinte Cidadã de 1988 que procurava superar o período ditatorial que a precedeu. Da perspectiva econômica, o Plano Real, rendeu certa estabilidade permitindo que o país se inserisse com mais acuidade nas agendas mundiais de debate sobre

as questões ambientais. Nesta esteira se teve a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, transcorrendo-se no Rio de Janeiro.

Contudo a Área de Ciências Ambientais, junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), só surge no contexto dos debates que culminaram com a Rio+20. O evento de junho de 2012 representou, uma vez mais o empenho das Nações Unidas no sentido de reforçar o compromisso dos Estados e da comunidade mundial com as transformações multifacetadas do século XXI. O empenho dos cientistas brasileiros culminou na organização da obra “Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável: Capes na Rio+20” com um capítulo dedicado ao surgimento da Área de Ciências Ambientais. (Brasil, 2012).

A trajetória do PPGAD, conexas à contextualização acima posta, é tratada em componentes curriculares específicos dentro da estrutura curricular que compõe o percurso de cada pós-graduando. São estes momentos que permitem a depuração dos projetos que trazem para o âmbito dessa Pós-Graduação propostas como a perseguida nesta tese. A assimilação dos projetos e a contemplação da base epistêmica estruturante de cada Linha de Pesquisa desacomoda e “desconforta” quem vem de formações específicas tão compartimentadas como se faz por séculos no âmbito do Ensino, dito Superior no Ocidente como um todo e, no Brasil em particular.

Ao enunciar como Área de Concentração “Espaço, Ambiente e Sociedade”, o curso estabelece conexões ilimitadas com tudo o que possa merecer um projeto de investigação de base científica. As Linhas de Pesquisa (Espaço e Problemas Socioambientais; Ecologia; Tecnologia e Ambiente) reúnem no mesmo “ecossistema acadêmico” pós-graduandos de várias áreas básicas de formação e de diversas regiões do Brasil, estabelecendo laços em alguns casos, para além das fronteiras nacionais ao acolher intercambistas.

A investigação que origina essa tese se inscreve na Linha de Pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais. Ao debruçar-se sobre a configuração das fazendas do período compreendido entre os anos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX, as lentes teóricas e os esforços metodológicos foram mobilizados no sentido de interpretar documentos escritos e examinar *in-loco* os testemunhos da relação socioambiental de que cada espaço foi palco.

Todo o contexto do Programa de Pós-graduação e do panorama mais amplo de debates científicos contemporâneos converge para conexões com campos epistêmicos amplos. Nesse sentido as contribuições teóricas sedimentadas no âmbito da Arqueologia Histórica são convergentes na proposta em decurso.

Os estudos arqueológicos ganharam fôlego nas últimas décadas do século XX na América arrebatando alguns intelectuais brasileiros. No presente trabalho este campo científico é evocado a partir das teorizações de Symanski (2017, 2009 e 2006), Lima (2011 e 1993) e Funari (2007) a estes somar-se-ão reflexões de pesquisadores emergentes aqui evocados como conectores entre a Arqueologia Histórica e a História Ambiental (Souza; Costa, 2018).

Em que pese ser, essa subárea da Arqueologia uma ciência em ampla expansão e consolidação da maturidade teórica buscou-se aproximá-la de um outro campo discursivo que intersecciona sua base epistêmica. A História Ambiental tem delineado um campo discursivo potente em tempos de debates sócio-políticos no que tange às preocupações contemporâneas referentes às mudanças climáticas e as implicações da agência humana nesse fenômeno.

Ainda perseguindo a consolidação teórica e diante de tantas contribuições contemporâneas no sentido de compor bons fundamentos para a Epistemologia Ambiental para a qual Enrique Leff (2007) e José Augusto Pádua (2010) chamam a atenção já há algum tempo, optou-se por selecionar algumas perspectivas a partir das quais se visualizará as fazendas do percurso do Rio Taquari.

Neste sentido se tem em conta as ponderações de Latour (2012) a partir de percepções e provocações de Souza e Costa (2018). Entre as premissas contempladas está a simetria teorizada por Bruno Latour. A partir desta perspectiva procurar-se-á perceber como os sujeitos interagem com os demais elementos do espaço estabelecendo associações temporárias a partir de redes possíveis. As interconexões entre os pontos destas redes não são necessariamente físicas. Ainda por este prisma as associações estabelecidas deslocam os sujeitos e os objetos como entidades ativas no estabelecimento das redes de relação de formatos constantemente cambiantes.

Ao contemplar-se os espaços e os elementos que o constituem é possível delinear as causas e as consequência das agências que o compuseram tal como se apresentou e se apresenta transtemporalmente. Ao mobilizar-se metodologias tangentes à Arqueologia

Histórica, transita-se pelos espaços e se pode sentir suas transformações. A partir das reflexões teóricas de Latour que confere agência aos objetos e demais entidades constituintes dos espaços, as atividades cotidianas podem ser vistas como operações de interações não tão hierárquicas quanto o paradigma antropocêntrico moderno as concebeu entre elementos humanos e não humanos.

São muitos os movimentos corporificados e mediados por acessórios (não humanos) que potencializam o corpo de forma que a integração socioambiental não sobrevém por conta da pouca acuidade para esses aspectos desenvolvida a partir do triunfo do racionalismo pragmático da modernidade. Trancar, pregar, guardar e todos os outros verbos de ação em alguma instância pressupõem uma relação híbrida entre humanos e não humanos. Para Latour (2012), se os objetos alteram o produto da ação de um agente este objeto é também ator. Esta premissa é decisiva para a interpretação da Cultura Material que parte da definição documental no âmbito arqueológico e chega à alcunha de entidade ativa no contexto da conformação das paisagens no arcabouço da epistemologia ambiental da qual a própria Arqueologia não está dissociada.

A narrativa sobre as fontes de diferentes conformações e lastreada pelo substrato teórico acima ilustrado foi sistematizada em cinco capítulos. Na primeira seção apresenta-se o espaço pesquisado. A produção bibliográfica em relação aos acontecimentos macro tratados de forma geral naquela seção é abundante. Metodologicamente, naquele capítulo, optou-se por verticalizar a narrativa tendo sempre no horizonte o objeto da tese que são as fazendas erigidas no percurso do Rio Taquari/RS e seus impactos ambientais na dinâmica da conformação da paisagem. Dessa sorte o capítulo não apresenta uma revisão bibliográfica sobre o final do período colonial e início do império, recorte cronológico que margeia temporalmente o estudo. A opção foi pela abordagem parcial de tópicos que se relacionam com o objeto de estudo. Aquele segmento da tese tenta conectar as abordagens gerais com a História Regional contribuindo para a percepção processual e integrada dos acontecimentos localizados cronologicamente na transição do Brasil colônia para o império.

O segundo capítulo é composto pela definição teórica que estruturará a narrativa. Apresenta-se aí uma breve contextualização da Arqueologia Histórica e da História Ambiental. Em seguida se discute algumas das definições daquelas áreas sobre alguns aspectos sobre os quais mais incisivamente chamar-se-á a atenção nas análises vindouras.

O segundo capítulo é, em síntese, um esforço de visualização da perspectiva teórica, da intersecção entre Arqueologia Histórica e História Ambiental no universo amplo da Epistemologia Ambiental. Trata-se de uma tentativa de visualizar em situação aquilo que Souza e Costa (2018), trazem em um panorama mais amplo como produto das discussões de eventos científicos onde tais ponderações têm assento. A seção adverte para a proposital omissão do detalhamento metodológico, prometendo aprofundá-lo paralelamente à apresentação das evidências no quarto capítulo.

O terceiro capítulo faz um movimento de aproximação gradativo com o objeto de estudo sempre colocando em primeiro plano as questões ambientais a partir das múltiplas relações estabelecidas nos espaços. A configuração da narrativa por este viés tem como premissa a observância da identidade do trabalho. Ali, uma vez mais salienta-se que o que se apresenta é uma tese defendida em um programa interdisciplinar ancorado na área de Ciências Ambientais e os problemas socioambientais tratados, apesar de assentarem-se em vertentes historiográficas e arqueológicas não se pretendem como de domínio estrito daquelas áreas.

Compõe ainda o capítulo o alerta para a ampla produção que se tem em áreas conexas, mas salienta-se que, pelo caráter do estudo, não se trata de uma efusiva revisão bibliográfica. A historiografia revelou várias nuances das configurações sócio-políticas. Os trabalhos sobre a configuração fundiária e as doações de sesmarias sugerem ordenações espaciais sobrepostas. Por seu turno, a Arqueologia, no Brasil, pôs em tela o cotidiano de muitos destes lugares. A seção se configura basicamente como uma revisão bibliográfica bastante parcial. Um dos principais critérios para a seleção das obras foi aspectos que as pudessem relacionar com o objeto tratado no estudo. Este movimento suscitará perguntas ao término do capítulo acerca das especificidades dos espaços trabalhados em relação ao que já foi contemplado em outros contextos.

O quarto capítulo é o centro da tese. Nele as fazendas ganham contorno e as múltiplas agências vêm para o primeiro plano da narrativa. Procurou-se o quanto possível, a partir de fontes documentais e bibliográficas, compor o histórico de cada fazenda e de seus proprietários ao longo do tempo. A dispersão dos documentos, a fragmentação dos fundos e o fechamento das instituições de guarda por conta da pandemia de Covid-19 pela qual o mundo passa durante a concepção do estudo potencializaram o desafio que já era significativo.

Ainda no quarto se tem a apresentação das metodologias empregadas em campo durante as escavações arqueológicas. Os efusivos registros fotográficos e a concepção de desenhos técnicos soam como certidões de nascimento emitidas após o óbito diante de hiatos documentais. Nesta seção têm-se, portanto, um dos esforços mais incisivos da tese em contribuir com a materialização documental das fazendas do percurso do Rio Taquari e seus entornos.

A tese chega a termo, no quinto capítulo, com a retomada de alguns aspectos enunciados no segundo capítulo da perspectiva teórica. Os desdobramentos de episódios documentados pela escrita ou sentidos em campo são visualizados. Põe-se em relevo, nesse sentido, a agência de múltiplas faces entre elementos humanos e não humanos em cenários dinâmicos desde sempre.

O capítulo vislumbra ainda pontos soltos deixados ao longo da investigação como esperas de vergalhões sobre os quais novos edifícios são possíveis. Reforça-se, também aí, a identidade da investigação: ainda que erigida sobre uma plataforma histórico-arqueológica, se trata de uma investigação que se pretende interdisciplinar e aberta a outras interpretações de caráter mais restrito e verticalizado dentro de áreas específicas.

2 O VALE DO RIO TAQUARI/RS NO CONTEXTO DO BRASIL COLONIAL: QUESTÕES HISTÓRICAS E IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS

Abordar, tendo como preocupação fundamental as questões ambientais, assuntos sobre os quais a historiografia há anos se dedica é uma tarefa que toma impulso nas Ciências Ambientais campo epistêmico onde está circunscrito o Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Universidade do Vale do Taquari – Univates. Trazer para o primeiro plano o Espaço e os Problemas Socioambientais, linha de pesquisa de onde emergem as reflexões presentes nesta tese, é uma tarefa que, apesar de vir da lavra de um historiador pretende-se interdisciplinar e aberta. Trata-se, portanto, de uma perspectiva eleita para compor a narrativa que não se pretende única nem infalível.

O presente capítulo apresenta uma breve contextualização do espaço pesquisado. A produção bibliográfica em relação aos acontecimentos macro tratados de forma geral nesta seção é abundante. Metodologicamente optou-se por verticalizar a narrativa tendo sempre no horizonte o objeto da tese que são as fazendas erigidas no percurso do Rio Taquari/RS e seus impactos ambientais na dinâmica da conformação da paisagem. Dessa sorte o capítulo não apresentará uma revisão bibliográfica sobre o final do período colonial e início do império, recorte cronológico que margeia temporalmente o estudo. Optou-se pela abordagem parcial de tópicos que se relacionam com o objeto de estudo. Além de contextualizar a produção o presente capítulo objetiva conectar as abordagens gerais com a História Regional contribuindo para a percepção processual e integrada dos acontecimentos históricos localizados cronologicamente na transição do Brasil colônia para o império.

2.1 A América no projeto colonial português

A monetarização das relações de troca e o ressurgimento das cidades, entre outros fatores, convergem para a crise do feudalismo no panorama europeu. A expansão do Islã atingindo o Sul da Península Ibérica também contribuiu para a confluência de fatores religiosos e políticos dando origem aos Estados Nacionais Absolutistas ou Estados Nacionais Modernos em algumas bibliografias. A pujança portuguesa nas navegações se conecta com esse caldeirão do crepúsculo do medievo.

Na segunda metade do século XI o rei Afonso VI de Castela tentava ampliar as reconquistas dos reinos cristãos ibéricos frente aos muçulmanos que irradiavam domínios desde o Califado de Córdoba. Conforme Ribeiro (1987), diante da contundente reação islâmica comandada pela dinastia almorávida, o monarca apelou para barões, nem todos castelhanos. Foi o que aconteceu com Henrique de Borgonha. Por ter lutado ao lado dos castelhanos Henrique de Borgonha recebeu o governo do Condado Portucalense. Em 1139, Afonso Henriques seu filho e sucessor. Proclama a Independência do condado e anexa outras terras ao Sul. O Condado Portucalense era agora o Reino de Portugal.

Portugal é a primeira região a consolidar uma monarquia com poder centralizado. Da perspectiva teórica da História Ambiental Worster (2003) chama a atenção para os impactos mútuos do homem no espaço e deste como influente na forma como o homem interage com os demais elementos do espaço. Portugal, agora reino independente, situa-se em um extremo do continente europeu com muitas milhas de oceano à disposição. Ainda que, por si, isso não determine a pujança portuguesa, o *no hall* desenvolvido, tanto no Atlântico quanto no Mediterrâneo, influenciou no sucesso náutico lusitano.

Diante das convenções da época, estabelecer um comércio internacional era uma das formas de consolidar o mercantilismo¹ como prática passível de gerar valores capazes de sustentar a estrutura do Estado que surgia. Duas das possibilidades mais viáveis, ainda que não fáceis, para Portugal era o comércio de especiarias provenientes das Índias Orientais e a descoberta de metais preciosos resultando na concepção imediata do tesouro nacional.

¹ “(...) termo adotado para caracterizar práticas econômicas que existiram entre os séculos XVI e XVIII. Tais práticas baseavam-se na concepção de que a riqueza de um Estado é proporcional ao seu acúmulo em ouro e prata. Para isso, eram adotadas severas medidas protecionistas com relação ao comércio exterior (Del Priore; Neves; Alembert, 1997, p. 132).

No caso do comércio de especiarias, durante muito tempo, as cidades portuárias italianas de Gênova e Veneza controlavam as rotas mediterrâneas. Ainda assim a distribuição das especiarias na Europa central ainda era limitada. Parecia bastante claro para os mercadores portugueses que quem atingisse as regiões produtoras mais rapidamente tinha a possibilidade de conseguir grandes quantidades por preços melhores (Del Priore; Neves; Alembert, 1997).

No que concerne aos metais preciosos, tanto em Portugal quanto na Espanha, a afeição por tais recursos confundia realidade com idealização. O acesso aos bens dessa natureza representaria a consolidação das monarquias da perspectiva do Estado. Já para os cidadãos que participassem da ventura representaria a chance de uma ascensão econômica e social ainda muito limitada no período em tela. Tanto o projeto de Estado quanto as motivações individuais mostravam-se ambientalmente inviáveis para o espaço encerrado dentro dos limites geográficos do Reino de Portugal. Restava-lhes o mar. Se a compreensão das dinâmicas ambientais em terra firme é fundamental para a consolidação das relações antrópicas com meio, em mar aberto o entendimento de tais questões é ainda mais premente. Se em terra firme as consequências da imperícia podem vir em médio e longo prazo, no mar esse relacionamento é mais direto e as consequências da interação gera um fluxo de ação e reação imediato, muitas vezes, com desfechos dramáticos. Navegar, contudo, era a forma mais palpável de atingir os objetivos do projeto que consolidaria o Estado português.

2.1.1 As navegações no projeto de consolidação do Estado Nacional português

No processo de relacionamento com as águas a expansão lusa passa pela intrusão ao Norte da África. Já em 1415, conforme Rodrigues e Oliveira (2014), tem-se o alargamento do domínio da Coroa portuguesa para fora do território da Península Ibérica. O estabelecimento em Ceuta configura um entreposto a partir do qual novas incursões pelo litoral atlântico do continente africano conduzirão os lusitanos ao Cabo das Tormentas. As tormentas convertem-se em esperança de prosperidade e reconfiguração, como antes mencionado, do comércio de especiarias na Europa Central. Estrategicamente localizada no norte africano, Ceuta também oferecia acesso mais fácil ao Mediterrâneo.

Mapa 1 - Localização estratégica de Ceuta ajuda a consolidar a expansão marítima portuguesa.



Fonte: Disponível em: <https://www.newenglishreview.org>. Acesso em 04 jan. 2021.

As primeiras tentativas portuguesas de atingir as Índias se deram já no reinado de Dom João II (1481-1495). Conforme Del Priori; Neves e Alembert (1997) enquanto Bartolomeu Dias empreendeu a expedição marítima, Pero de Covilhã tentava alcançar o mesmo objetivo por via terrestre. Bartolomeu Dias regressou com uma informação de caráter ambiental preciosa envolvendo o Atlântico Sul. Estava confirmado: as águas atlânticas são ligadas ao Oceano Índico.

Dom Manuel I sucedeu a Dom João II no trono português e organizou a primeira grande expedição marítima com fins comerciais pelo caminho indicado por Bartolomeu Dias. Em julho de 1497 quatro embarcações partiram de Lisboa com destino às Índias via Atlântico. A esquadra foi comandada pelo Almirante Vasco da Gama.

Vasco da Gama regressou dois anos mais tarde. O carregamento de especiarias trazido em uma só oportunidade superava o que entrava na Europa, via Gênova, durante um ano inteiro. O lucro, dessa feita, foi da ordem de seis mil por cento. A interação com outro espaço tivera início:

“(…), a partir da viagem de 1497-1499, o horizonte marítimo e estratégico de Portugal conhece muito mais do que uma mera extensão oceânica; o Índico não é só o que está para além do Atlântico..., é outro Oceano..., pelo que a monarquia portuguesa, reconhecendo esta diferenciação qualitativa, cria um outro almirantado (Fonseca, 1997, p. 50).

Para além das relações de poder e saliência política que tenham auferido os portugueses, especialmente o almirante, a intensificação da navegação transoceânica faz crescer a demanda por matéria-prima para a indústria náutica lusitana. Ao mesmo tempo em que continuavam comerciando com as índias, prospectando possíveis metais preciosos, os portugueses vistoriavam a vegetação dos espaços. A madeira era de fundamental importância para a continuidade da empresa náutica lusitana. Esta demanda será apresentada pelos súditos do reino aos matos do percurso do Rio Taquari, como será possível visualizar nos capítulos vindouros desta tese.

Ao mesmo tempo que satisfaziam pragmaticamente as necessidades da coroa, os portugueses, empiricamente, levavam a cabo experiências botânicas. Depois de consolidado o caminho para as Índias, muitas das espécies vegetais originárias ou adaptadas à Península Indo-gangética, foram introduzidas em outros territórios sob domínio português. Os arquipélagos atlânticos dominados por Portugal foram palco de muitos experimentos botânicos. Algumas espécies aí adaptadas foram introduzidas, por exemplo, na América. Estando Cabo Verde em região climática tropical pôde ser um desses laboratórios para espécies que prosperaram em latitude simétrica a Sul do Equador em terras americanas. O deslocamento transoceânico e intercontinental português impactou ecologicamente os espaços intercambiando elementos botânicos:

(...). O relatório de Garcia da Orta sobre as plantas cultivadas asiáticas, publicado obscuramente em Goa em 1564, foi rapidamente traduzido para o latim também por um francês, e assim espalhado entre a comunidade científica européia. Teria sido economicamente muito proveitosa ao reino a transferência das especiarias asiáticas para o Brasil: assim teria reduzido a dispendiosa administração e transporte, uma oportunidade perdida raramente comentada nas histórias do império asiático português. De fato, parece que ao longo do século XVI sementes dessas plantas já chegaram ao Brasil várias vezes. A sua plantação, porém, foi proibida, para manter o monopólio dos mercadores interessados nas feitorias asiáticas. Por outro lado, do Brasil foram transferidos para Goa o mamão, a mandioca, a pitanga e o caju, e para a África a mandioca, o cará e a batata-doce. Em compensação parcial, o Brasil recebeu o dendezeiro e o inhame, sob auspícios incertos, mas possivelmente via São Tomé (Dean, 1991, p. 218).

Em médio e longo prazo o intercâmbio dessas espécies alterou alguns elementos das paisagens de cada um dos lugares.

Se Portugal obtivera sucesso nas lides náuticas rumo ao Oriente, a Espanha também tinha suas demandas para os mares. A historiografia é igualmente prodigiosa acerca deste capítulo da história ocidental. No presente estudo a menção é feita apenas no intuito chamar a atenção para a sincronia dos eventos históricos. Ainda que para os historiadores tal informação possa soar desnecessária, é preciso ter em conta que este trabalho emana de um programa de pós-graduação interdisciplinar. Entretanto, aqui decorre da preocupação didática no sentido de orientar a leitura.

A empreitada de Cristóvão Colombo em nome da Coroa espanhola, também traz elementos potentes para a percepção da introdução do elemento humano na conjuntura ambiental americana. O genovês, ao partir de *Palos de la Frontera* em agosto de 1492, tinha a premissa do formato geoide do planeta o que não era unânime, quiçá ainda não seja em alguns grupos que optam pela contemplação do mundo por outros vieses que não o da ciência.

Ainda que desprezando os grupos humanos preexistentes em cada um dos espaços e resistindo em reconhecer que o lugar que chamaram mais tarde de América era inédito aos olhos ocidentais, mas já descoberto há milhares de anos, os europeus foram paulatinamente reconhecendo-o. Ao reconhecê-lo reconhecem “os da terra”. Estava irremediavelmente impactada a história do novo espaço. Um impacto que não se restringe aos objetivos políticos e econômicos. Como se pode ver a face ambiental deste episódio rende capítulos ilustrativos do período ocidental da história americana. Aos olhos europeus era a hora de representar o novo espaço cartograficamente.

Mapa 2 - Planisfério elaborado em 1507 por estudiosos dirigidos pelo cartógrafo Martin Walseemüller. Primeira representação cartográfica na qual aparece o continente americano.



Fonte: Disponível em: <https://profstellerdepaula.files.wordpress.com/2010/04/martin-waldseemuller-mapa.jpg>. Acesso em 04 jan. 2021.

Tendo em conta a eleição teórica que lastreia esta tese a ser mais demoradamente apreciada no próximo capítulo, a representação cartográfica do espaço transcende o pragmatismo de um instrumento de navegação. Indubitavelmente, entretanto, a representação cartográfica de um espaço facilita incursões que se distanciem no tempo, dos primeiros contatos. Ao seguir os registros previamente produzidos os viajantes podem se ocupar de outros fatores e prospectar no ambiente, com mais acuidade, o que poderia vir a render economicamente para a Coroa, cada um dos elementos constituintes dos espaços nos quais se inseriam.

A produção de registros e o desenvolvimento de instrumentos decorre de experiências acumuladas:

No século XIII, os pilotos do Mediterrâneo já dispunham da mais importante parte dos instrumentos requeridos por esta prática: os portulanos, instruções de navegações escritas, eram acompanhados de cartas-portulano, a sua expressão gráfica; a bússola foi conhecida nesta altura; e as conchas, tábuas de marés e similares completavam a panóplia dos recursos existentes – e suficientes (Domingues, 1998, p. 213).

Se o Mediterrâneo estava no quintal das experiências imediatas das nações ibéricas permitindo uma descrição pormenorizada de seus espaços e comportamentos, o mesmo não poderia ser dito em relação às paragens para onde as proas das embarcações agora apontavam. O Mapa de Waldseemüller acima reproduzido, portanto, é mais do que um instrumento náutico. Aos olhos ocidentais aquela representação cartográfica era a certidão de nascimento do novo espaço.

Os elementos inclusos no mapa e a sua concepção ajudam a entender a percepção do espaço a ser palmilhado para cujos segmentos físicos autóctones seriam apresentadas demandas específicas. Conforme Apolinário (2014), o mapa foi produzido com base nas descrições feitas pelo navegador Américo Vespúcio. As terras ocupadas a milênios margeando os oceanos nos quais Colombo e Cabral, entre outros, desceram âncoras, agora eram descritas por Américo e representadas por Waldseemüller. Isso justifica a inserção do retrato de Vespúcio à direita do meridiano central na reprodução acima posta.

Simetricamente, à esquerda do mesmo meridiano está o retrato do grego Ptolomeu considerado um astrônomo de destaque na antiguidade. A morfologia do continente americano, bem como a representação arredondada do Cabo da Boa Esperança no extremo Sul africano atestam as limitações da cartografia no início do século XVI. Essa ciência que representa graficamente uma área ajuda a compor um discurso sobre o que é representado. Matos, cursos d'água e percursos por onde transitar são sugeridos por tais representações. As fazendas do percurso do Rio Taquari/RS apareceram nos mapas, constituíram topônimos em alguns lugares, mas seguindo a dinâmica das movimentações humanas e os rearranjos do espaço, foram sobrepostas por outros elementos. As prospecções arqueológicas e o exame de alguns documentos postos sob a lente do referencial teórico tentará dar os contornos destes testemunhos da inserção antrópica na paisagem regional.

Ainda seguindo na senda de aspectos consolidados pela historiografia a fim de compor o contexto da presente pesquisa convém aludir que nos primeiros trinta anos as terras americanas das quais Portugal se apossou não foram efetivamente ocupadas. O negócio com as índias orientais ainda se mostrava rentável e o projeto para as terras d'além mar estava incompleto. Só em 1534, a Coroa lusitana dignou-se a designar Martim Afonso de Sousa para pôr em prática um projeto efetivo de colonização.

A distribuição de grandes extensões de terras, as capitanias hereditárias², soou como uma espécie de “privatização” da ocupação. Ainda que soe anacrônico, tal consideração ancora-se em manifestações de alguns produtores de cana-de-açúcar. Um exemplo de posicionamento dessa natureza é o do fazendeiro Ambrósio Fernandes Brandão que dirige correspondência à Coroa portuguesa na qual informa que:

No Brasil, em três capitanias que são a de Pernambuco, a de Itamaracá e a da Paraíba [...], lavram e tiram os portugueses das entranhas delas, à custa de seu trabalho, tanto açúcar que basta para carregar, todos os anos, cento e trinta, cento e quarenta naus. Sua Majestade não gasta de sua Fazenda, para a fabricação e sustentação de tudo isto um só vintém (Brandão, 1980, p. 18).

O relato de Ambrósio Fernandes Brandão refere-se a um tempo que a produção açucareira já estava consolidada no século XVII, mas a introdução do cultivar e as primeiras experiências com o vegetal em terras americanas tinha se dado no contexto da concessão das capitanias. Em um tom quase queixoso o latifundiário exalta a quantidade de açúcar destinado à Europa rendendo dividendos líquidos à Coroa que, pelo teor da manifestação, não subsidiava a produção na proporção almejada pelos fazendeiros. No capítulo três da presente tese voltaremos a este assunto para reforçar as tintas discursivas da perspectiva da História Ambiental e apresentaremos, a título de revisão, algumas abordagens arqueológicas daquele contexto. Naquela seção destacaremos os sítios que testemunham a produção açucareira de forma a contrastar com os que abordamos nesta tese.

No processo de aproximação gradativa com o objeto de estudo e, ainda pairando sobre os sítios abordados a certa distância, é preciso considerar os movimentos geopolíticos, demarcatórios e trazer para primeiro plano as manifestações acerca das variáveis ambientais no extremo Sul da América. As experiências humanas documentadas e arqueologicamente abordadas nas regiões que correspondem atualmente ao Nordeste e ao Sudeste do Brasil, não encontram paralelo no Sul. As coroas ibéricas legislam sobre a América do Sul. Uma sequência de tratados ampliará significativamente as posses portuguesas deste lado do Atlântico. A região estudada nesta tese, se em um primeiro momento, figurava como

² “Denominação dada ao sistema de colonização posto em prática pelo governo português ao dividir o território brasileiro em um certo número de lotes de terra, no século XVI. (...). O processo de entregar terras a terceiros, para fins colonizadores, já era anteriormente familiar à administração lusitana, tendo sido praticado em idênticas condições na África, à época do Infante D. Henrique (1394-1460). A intenção monárquica ao assim proceder, a exemplo do que iria ocorrer com as capitanias brasileiras, era atrair pessoas para explorar as conquistas portuguesas feitas além-mar”. (Azevedo, 1999, p. 87). Na América, ainda que esse recurso de destinação fundiária amaine com o advento do Governo Geral em 1548, capitanias continuavam a ser concedidas na segunda metade do século XVI, como a de Itaparica em 1556 e a do Recôncavo da Bahia em 1566.

economicamente menos interessante, passará a ser vital no estabelecimento das fronteiras que se mantiveram oscilantes até meados do século XIX.

2.1.2 Os tratados que alteram a configuração da América portuguesa

Ao destacarem-se na expansão marítima as coroas ibéricas passaram a pretender zonas de influência coincidentes. A porção Sul do que atualmente se representa geopoliticamente como América não esteve imune a disputas espaciais, muitas delas arbitradas pela autoridade máxima da Igreja Católica. Ainda antes de os portugueses aportarem no atual litoral nordestino e um ano após Cristóvão Colombo atingir a América Central portugueses e espanhóis solicitaram um posicionamento papal para resolver uma potencial contenda. A divisão das terras e mares por onde pretendiam singrar os ibéricos não seria resolvida facilmente. A Bula *Intercoetera* de 1493 foi o documento expedido pelo Papa Alexandre VI, na tentativa de resolver a disputa que estava por se estabelecer:

(...). El Papa Alejandro VI, trazó sobre un mapa impreciso, una línea que partía desde la más occidental de las islas Azores, frente a la Península Ibérica, y en dirección occidente hasta 100 leguas de distancia (una legua equivalía a 5.600 metros); a partir de ese hito, se trazó una perpendicular, de suerte que los territorios que se encontraban al oriente de dicha perpendicular, serían de Portugal, y los que estaban al occidente, serían de España (Tinoco, 2006, p. 214).

Seguindo estes referenciais geográficos, Portugal ficaria apenas com o mar ao passo que nos domínios espanhóis estaria todo o território correspondente a atual América do Sul. Diante deste erro uma nova deliberação se fez necessária. Em 1494, foi firmado o Tratado de Tordesilhas. O documento ampliava em 270 léguas os domínios portugueses para o Ocidente. Agora, com 370 léguas à Oeste de Cabo Verde, os domínios portugueses atingiriam o que em muitas publicações em língua espanhola se convencionou chamar de *oreja suramericana* (Tinoco, 2006).

Pelas determinações do Tratado de Tordesilhas o extremo Sul dos domínios portugueses na América chegava ao litoral de Santa Catarina. O extremo Norte situava-se onde, pelas divisões geopolíticas contemporâneas, tem-se o Estado do Pará. Oficialmente, os lusitanos ainda não tinham atingido o litoral americano, o que só dar-se-ia em abril de 1500. A necessidade de consolidar as monarquias ibéricas com as bênçãos da Igreja Católica estava

para alterar significativamente o panorama socioambiental dos milhões de americanos que ocupavam o continente que estava para ser nomeado e representado cartograficamente por Waldssemüller.

Mapa 3 - Limites estabelecidos entre Portugal e Espanha no contexto da expansão marítima ibérica pela Bula Intercoetera e pelo Tratado de Tordesilhas.



Fonte: Disponível em: <https://www.slideshare.net/profmarcela/mapas-das-navegaes/6>. Acesso em 05 jan. 2021.

Como se pode perceber, pelos limites estabelecidos no Tratado de Tordesilhas o espaço onde se localizam as fazendas abordadas na presente tese pertenciam à Espanha.

Ainda na primeira metade do século XVIII Portugal e Espanha engendravam a assinatura de um tratado para tratar dos limites dos seus territórios coloniais na Ásia e na América do Sul. Enquanto as negociações envolvendo as duas coroas transcorria na Europa o avanço dos bandeirantes paulistas tornava conhecido territórios mais ao centro das possessões portuguesas. Essas prospecções ultrapassavam consideravelmente a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. A administração interna também se reconfigurava. O Conselho Ultramarino autorizou a configuração de capitanias mais ao centro, como é o caso das de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso (Chaves, 2014).

É neste contexto de consolidação dos territórios colonizados e negociação ibérica no sentido de evitar contendas na península que:

Em janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri, por intermédio do qual a Coroa portuguesa conseguiu assegurar as terras conquistadas pelos sertanistas paulistas no oeste e sul do Estado do Brasil. Ao norte, no vale Amazônico, também foram atendidos os interesses portugueses, garantindo a defesa daquele território diante da possibilidade de investidas de franceses, holandeses, espanhóis e ingleses. Consolidou, assim, o controle político-administrativo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, fortalecendo o vínculo com o Reino e não ao Governo Geral do Brasil (Chaves, 2014, p. 219).

No extremo Sul da América aquele tratado também impactou definitivamente o relacionamento de diversos grupos humanos com o espaço. Pelo Tratado de Madri os Jesuítas e os povos indígenas da etnia Guarani que haviam transformado o Noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul em uma região densamente ocupada e espacialmente configurada a partir do trabalho compartilhado, eram obrigados a se desterritorializarem³.

Pelo documento de Madri de 1750, os indígenas assentados desde fins do século XVII deveriam deixar a região missioneira que passou a fazer parte dos domínios portugueses. Em contrapartida os portugueses cederiam aos espanhóis os territórios da Colônia do Sacramento na foz do Rio da Prata. Sacramento foi estratégico para os portugueses, sempre atentos a locais onde pudessem controlar rotas marítimas e comerciais. Para os jesuítas e para o povo Guarani das reduções aquele espaço era desconhecido.

³ O próximo capítulo prioriza as questões teórico-metodológicas. Naquele segmento serão aprofundados alguns conceitos eleitos para a abordagem do objeto em análise na tese. Contudo, como a composição do cenário neste capítulo inaugural encaminha a discussão para o núcleo da abordagem se faz necessário, desde já, informar que se parte da premissa de Raffestin (1993) considerando-se que o espaço precede o território. Em situação, ainda da perspectiva do geógrafo suíço, a territorialização se dá através da organização sintática dos elementos do espaço. Assim sendo, para cada ator ou grupo social, o espaço tornado território terá uma apreciação singular. Isso reforça a interconexão homem/espaço que a partir da apropriação física ou simbólica do primeiro em relação ao outro torna-se território.

Mapa 4 - Região impactada pelo Tratado de Madri de 1750 no extremo Sul do continente americano.



Fonte: Disponível em: <https://historia-do-rio-grande-do-sul.webnode.com/tratado-de-madri/#&gid=1&pid=1>. Acesso em 08 jan. 2021.

O objetivo lusitano era tomar efetivamente posse dos territórios missioneiros a partir da ocupação do espaço por súditos da Coroa de Portugal. Os documentos régios que enviavam portugueses para o novo espaço se sucederam. Do continente europeu ou da Ilha dos Açores, famílias inteiras foram encaminhadas para o Novo Mundo. As terras a eles prometidas ficavam na região que o Tratado de Madri (1750) previa para os portugueses. Os indígenas, entretanto, resistiram nos Sete Povos dando início ao conflito que ficou conhecido como Guerra Guaranítica.

Os açorianos que rumavam da região de Rio Grande para as missões tiveram que aguardar na sesmaria de Jerônimo de Ornellas às margens do Estuário Guaíba. Como a ajuda da Coroa, no que tange a complementação da viagem não veio, os cerca de sessenta casais se fixaram nessa sesmaria em 1752. A Guerra Guaranítica contra as forças unidas das coroas ibéricas foi mais demorada do que se previra. O estabelecimento provisório se transformou em definitivo dando origem ao que tornar-se-ia à atual capital do Estado do Rio Grande do Sul.

A Guerra Guaranítica nem bem havia acabado e outra região do que hoje corresponde ao estado do Rio Grande do Sul sofreu nova turbulência bélica. No início da década de 1760,

o governador de Buenos Aires D. Pedro de Cevallos, invadiu a região de Rio Grande. Os castelhanos controlaram parte significativa do Estado até 1776 (Müller, 1998). A esta altura, como será possível verificar no terceiro capítulo desta tese, várias sesmarias já haviam sido concedidas na então região de São José de Taquary para onde convergem os esforços desta contextualização.

Os limites ao Sul da América estavam ainda longe de se estabilizarem. Em 1761, o Tratado de El Pardo anulou o Tratado de Madri, no contexto da Guerra dos Sete Anos na Europa. Tinha-se, portanto um novo tratado:

Pelo que ficava assentado, a fronteira começava em Castilhos Grande, no atual Uruguai, procurava as vertentes da Lagoa Mirim e do Rio Negro para alcançar o Ibicuí, pelo qual descia até o Rio Uruguai, seguindo por este até o Peperi-guaçu; daí prosseguia até o Iguaçu para alcançar o Paraná, buscando a seguir o Iguareí, e por este indo à fonte principal do contravertente mais próximo que desaguasse no Paraguai, por onde continuaria até o Jauru. Uma linha reta avançaria até o Guaporé. Na fronteira seguia as águas desse rio, do Mamoré e do Madeira, até a meia distância da boca de tal afluente do Amazonas, de lá saindo outra linha a buscar as nascentes do Javari, subindo este até o Solimões para continuar até a boca do Japurá, por cujo divisor de águas com o Negro, passaria ao encontro da cordilheira que se imaginava separasse a bacia do Orinoco da bacia do Amazonas (Reis *apud* Chaves, 2014, p. 226).

A partir deste tratado comissões de reconhecimento dos limites dos territórios são constituídas pelas coroas. Anotavam o número e a localização de eventuais povoados, descreviam rios e elementos constituintes do espaço ao qual pudessem atribuir algum valor monetário e relatavam tudo formalmente às autoridades. A desconfiança mútua, entretanto, permanecia. (Chaves, 2014).

A partir da anulação do Tratado de Madri pelo Tratado de El Pardo e tendo como incremento a invasão de Cevallos, a beligerância e a instabilidade se estabeleceram. Nas negociações de Paz com o governador buenairense alinhava-se um novo tratado. Em 1777 esboçou-se o Tratado de Santo Ildefonso:

(...). Em linhas gerais, na parte mais meridional da disputada divisa ibérica, Santo Ildefonso previa que à Espanha caberia a Colônia do Sacramento e toda a Banda Oriental do Uruguai, incluindo o território das Missões Orientais. Portugal, por sua vez, garantia sua soberania sobre o Rio Grande e adjacências, passando o limite fronteiriço pelo rio Jacuí e, quando esse rio faz sua curva de quase 90°, pelo caminho seco entre os galhos do mesmo Jacuí e do Ibicuí. Alguns ajustes foram feitos também nas divisas de Mato Grosso e do Amazonas (Camargo, 2004, p. 236).

Este tratado também se demonstrou insuficiente para demarcar definitivamente os domínios ibéricos na América do Sul.

Mapa 5 - Representação cartográfica dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso.



Fonte: Disponível em: <https://images.app.goo.gl/XUKL7M8Zw4GeAJWaA>. Acesso em 08 jan. 2021.

Conforme Camargo (2004) várias foram as tentativas diplomáticas no sentido de consolidar, entre 1778 e 1801, os limites espaciais de cada coroa. Via de regra, contudo, tergiversavam vindo a tratar de temas acessórios como ataques de grupos indígenas e roubo de gado na Banda Oriental. O imbróglio era tal que transparecia, para algumas interpretações historiográficas, uma tendência mútua de militância pela irresolução do que previra o Tratado de Santo Ildefonso.

As decisões no que tange à demarcação deveriam ser tomadas por funcionários das coroas embrenhados no território. Ainda que no continente europeu, por cerca de 20 anos as nações ibéricas convivessem em certa harmonia, na colônia os funcionários reais não queriam concordar com os limites. Caso assinassem e um alto funcionário da Coroa ou qualquer uma de suas majestades discordassem, seus empregos estariam a prêmio. Além deste aspecto Camargo (2004) elenca outros que tangem interesses comerciais no seio da colônia. Era preciso esperar uma oportunidade mais conveniente para dar números finais à demarcação.

A oportunidade esperada apareceu. As instabilidades políticas no velho mundo deram origem a uma última guerra entre os ibéricos.

Aunque en la Guerra de las Naranjas de 1801 Portugal perdió el pequeno enclave de Olivenza en la margen izquierda del Guadiana (450 Km²), gracias a esa guerra ganó 90.000 Km² en su colonia del Brasil: el equivalente al conjunto del territorio metropolitano (Piriz, 2001, p. 921)

A Guerra das Laranjas teve episódios de um lado e outro do Atlântico. Diante da instabilidade dos limites territoriais patrocinada pela titubeante posição dos funcionários reais os portugueses se aproveitaram. O duelo com os castelhanos foi fazendo cair um por um os pontos de resistências montados pelos militares espanhóis. Uma das batalhas decisivas deu-se em São Miguel das Missões:

(...). Allí les esperaba el comandante D. Francisco Rodrigo con una buena pieza de artillería, municiones, pertrechos y 200 hombres bien armados y equipados, a las órdenes de oficiales competentes. Utilizando una vez más la maña antes que la fuerza, Borges do Canto **[comandante português]** rodeó al Pueblo por completo, sirviéndose de los guaraníes como escudos humanos. ¡Sutil invitación a la desertión de los indios cercados! Acto seguido, do Canto instó a la rendición, amenazando bravuconamente con una degollina y saqueo general. D. Francisco Rodrigo, que esperaba refuerzos del Gobernador de Misiones, pidió tres días para pensárselo. Pero la crecida del río Pirajú retrasaba la llegada de los refuerzos. Temiendo que una bajada de las aguas debilitase su posición sitiadora, do Canto decidió dar un ultimátum. Los españoles capitularon sin llegar siquiera a medir fuerzas (...) (Piriz, 2001, p. 927, Grifo nosso).

O mesmo espaço que viu tombar o povo Guarani era agora palco de uma batalha decisiva para que os limites ocidentais da América portuguesa no extremo Sul atingissem às margens do Rio Uruguai. E, uma vez mais, como Worster (2003) chama a atenção em relação às variáveis ambientais a elevação das águas de um rio pode ter sido decisiva. Se por um lado as águas não baixaram para que os reforços espanhóis chegassem, essas mesmas águas podem ter impedido que as forças portuguesas empurrassem seus domínios ainda mais para o Oeste.

Ainda em 1801, foi assinado na Europa o Tratado de Badajós (ou Badajoz) decretando a paz entre as coroas ibéricas novamente. Nas colônias as disputas atingiram o final daquele ano com os portugueses firmando posição diante dos espanhóis que ansiavam por uma revanche. Em janeiro de 1802, chegou a Buenos Aires a ordem da Coroa espanhola para que sessassem as contendas.

Ainda que o Tratado de Badajós tenha sido omissivo em reação ao panorama americano, indiretamente, influência na definição dos contornos atuais do Estado do Rio Grande do Sul.

Entre os historiadores especialistas em temáticas relativas a limites e fronteiras, entretanto, não é ponto pacífico a consideração de tal documento como delineador do mapa ao Sul do Brasil. Tomado sem uma contextualização e alargamento cronológico para ambos os extremos, Badajós não pode ser considerado um documento dos episódios coloniais. Quando o Tratado fora firmado em junho de 1801, as disputas deste lado do Atlântico haviam recém iniciado (Camargo, 2004).

O início do século XIX foi marcado pelo início do processo de independência de muitos países latino-americanos. Este cenário não exclui o Brasil e as atuais nações do Cone Sul. A expansão napoleônica na Europa debilitou as monarquias ibéricas. Como se pode perceber a superação da Guerra das Laranjas ainda não seria o marco definitivo de demarcação dos limites geopolíticos no extremo Sul da América.

As pretensões imperialistas napoleônicas tiveram efeitos diferentes para cada uma das coroas ibéricas. No caso espanhol a desidratação do poder monárquico no contexto europeu soou como a oportunidade que faltava para alguns grupos partidários da independência no interior dos vice-reinados e capitanias gerais americanas. Os caudilhos, sujeitos que se impunham regionalmente pelo poderio econômico e militar, passaram a travar batalhas que culminaram com a independência de países que fazem fronteira com o Brasil. Parte da elite *criolla* constituiria o grupo que passou a ser caracterizado em muitas abordagens historiográficas como “os libertadores da América”.

Em Portugal, o avanço napoleônico ajudou a agravar o drama pelo qual passava politicamente a Coroa além de impactar as relações comerciais lusitanas. No afã de derrotar os ingleses, em 1806, Napoleão decretou o Bloqueio Continental com intuito de isolar economicamente as ilhas britânicas. Em síntese Napoleão ameaçava invadir os territórios de todas as nações da Europa continental que comerciassem com os domínios ingleses. Portugal fez ouvidos moucos à determinação napoleônica. Em decorrência disso e diante de uma possível invasão francesa a família real portuguesa rumou para o Brasil.

A ameaça napoleônica era a ponta do iceberg de uma conjuntura política lusitana turbulenta desde as últimas décadas do século XVIII. Coincidindo com o inconcluso Tratado de Santo Ildefonso (1777), falecia D. José I de Portugal. Dona Maria I, assumira tendo entre as suas atribuições debelar, na colônia americana, a conjuração mineira. A saúde da rainha inspirava cuidado e sua doença psicológica ensejou o compartilhamento das responsabilidades

com D. João que assumiria como Príncipe Regente. A morte do marido, Pedro III e de seu filho, o príncipe herdeiro José, solapou de vez as faculdades mentais da rainha, à qual, a partir de então se atribui a alcunha de rainha louca. O Príncipe Regente agora era o monarca D. João VI de Portugal.

É sobre sua batuta que se dá a partida para América no final de 1807. Três das fazendas abordadas nesta tese estão sobre a sesmaria que o, agora rei de Portugal, governando desde o Brasil, doará nos matos da serra de Taquari a Manoel Alves dos Reis Louzada, um membro da elite brasileira com atuação política destacada na transição governamental ensejada pelo contexto. No capítulo três apresentaremos os detalhes deste episódio. Por ora convém voltar à delimitação espacial do Sul da América portuguesa. Isto se liga umbilicalmente com a concessão das sesmarias no contexto estudado.

Conforme Golin (2006) o Brasil tinha se tornado independente em 1822, vivido o final do Primeiro Reinado (1822-1831), superado o período das Regências (1831-1840) e iniciara o Segundo Reinado (1840-1889) empenhado em reprimir as revoltas internas e com longas extensões sem demarcação como era o caso da província mais ao Sul com o Uruguai. Alguns episódios, pontualmente conectam-se com essa situação limítrofe por muito tempo irresoluta.

Entre os acontecimentos a se inscreverem no contexto da demarcação dos contornos meridionais da América portuguesa está a incorporação da Província Cisplatina (atual Uruguai) ao império bragantino agora com sede no Brasil. Conforme Palermo (2008) esta anexação se dá em 1821. As deliberações do Cabildo daquela província em depuração desde 1819, permitiu a doação de estâncias a fazendeiros rio-grandenses no espaço. Palermo (2008) refere as reflexões da historiadora uruguaia Sala de Tournon, segundo a qual os lusitanos vieram, com essa anexação a concretizarem um projeto antigo de estenderem os seus domínios até as águas do Rio da Prata. Era a expansão da escravidão e da indústria charqueadora Sul-rio-grandense pela Banda Oriental. Em 1822 o Brasil tornou-se independente de Portugal e, “durante los años siguientes, las tierras de la Banda Norte fueron las más apreciadas por los pobladores rio-grandenses que paulatinamente se instalaron, con sus familias, esclavos y agregados” (Palermo, 2008, p. 151).

José Gervasio Artigas, líder político uruguaio que tinha se rebelado contra o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata com sede em Buenos Aires e repellido uma primeira tentativa lusitana de anexação em 1811 se exilou no Paraguai. Quatro anos mais tarde, em

1825, Artigas retornou para comandar Guerra da Cisplatina. A Argentina agora apoiava Artigas. O conflito durou até 1828 quando um acordo foi selado reconhecendo a independência da República Oriental do Uruguai. Uma vez mais contraíam-se os limites do, agora império brasileiros no extremo Sul.

Ainda que os interesses econômicos do império estivessem voltados para atividades desenvolvidas na região Sudeste, consolidar os domínios ao Sul seria estratégico. Para isso a região platina permanecia digna de atenção:

Com o objetivo de evitar que governos fortes pudessem criar problemas à livre navegação nos rios platinos, o Brasil adotou na região uma política de claro apoio aos movimentos divisionistas. Tendo em vista o interesse de preservar estes canais de navegação, através dos quais se faziam as comunicações entre Rio de Janeiro e Mato Grosso, o governo brasileiro, na expressão de Manuel Maurício de Albuquerque, tornou-se promotor da balcanização do Prata (Lopez, 1988, p. 78).

Ricos estancieiros brasileiros se tornaram a ponta de lança do império brasileiro no seio platino. Irineu Evangelista de Souza, o Barão e Visconde de Mauá exemplifica esta situação. Ainda que com relativas diferenças em relação a medidas imperiais, como a manutenção da escravidão, por exemplo, Mauá patrocinará em conluio com o império algumas cizânias no Uruguai e na Argentina. Estes movimentos agradavam sobremaneira os ingleses que tinham lucrado, mediante a venda de armas, com as guerras anteriores no Prata, e consolidavam relações com as empresas de Mauá e com o império brasileiro para o qual forneciam tecnologias para a construção de ferrovias

A intromissão na política interna uruguaia daria o tom das intervenções brasileiras. Conforme Lopez (1988), em 1850, o Brasil interveio para derrubar Oribe, líder dos *blancos* que era um partido político ligado à elite agrária. Ascendeu ao poder Rivera do partido *colorado* ligado aos comerciantes de Montevideú. Este episódio contou com o aporte financeiro do Banco Mauá gerido por Irineu Evangelista de Souza.

As negociações pelas definitivas linhas demarcatórias entre o Sul do Império Brasileiro e o Uruguai continuavam. Agora, com a convergência política, um tratado era possível. Em 12 de outubro de 1851, alinhava-se o Tratado de Limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai:

A linha entre os dois países, partindo do oceano Atlântico, seria demarcada pelos arroios Chui e São Miguel, contornaria a Lagoa Mirim e o rio Jaguarão pelas margens setentrionais, seguiria pelo arroio Tacuarembó Grande, prosseguiria pela

fronteira seca da Coxilha Santana, ingressaria na nascente do Quarai, continuando até sua foz no rio Uruguai (Golin, 2006, p. 497-8).

Na Argentina a intervenção do império brasileiro também se fez sentir. Juan Manuel Rosas apoiava Oribe do partido *blanco* no Uruguai. A queda de Oribe, ante os colorados e brasileiros no Uruguai, era a senha para um conflito do outro lado do Rio da Prata. Por contingências políticas e econômicas internas Rosas, impôs restrições à livre navegação na região platina. Estas medidas desagradaram tanto aos caudilhos das províncias mais afastadas quanto ao Brasil e à Inglaterra que tinham interesses comerciais na região (Lopez, 1988; Golin, 2006).

Diante disso:

(...), uma coligação formada pelo Brasil, colorados do Uruguai e províncias de Corrientes e Entre-Rios derrotou Rosas em 1852, na batalha de Monte Caseros, forçando-o a deixar o governo e a exilar-se. Sintomaticamente, em 1856, Urquiza, vencedor de Monte Caseros e sucessor de Rosas, assinou com o Brasil um tratado de amizade, comércio e navegação. Estavam superados os tempos em que Rosas mandara colocar correntes entre as margens do rio Paraná para controlar o trânsito de embarcações (Lopez, 1988, p. 79).

Com muitas referências aos cursos d'água e lagoas, constituintes dos espaços aos quais por milênios os grupos humanos apresentavam suas demandas, chegava ao fim as disputas pela demarcação dos limites de um território de intensas reivindicações identitárias. A instabilidade das fronteiras gerou desdobramentos na região estudada nesta tese e ensejou demandas também a este espaço. Todos estes aspectos voltarão à tona com uma aproximação maior no capítulo três. Como último segmento deste capítulo introdutório, ainda a título de contextualização geral, visualizar-se-á possíveis pontos de conexão com o objeto de estudo em tela no espaço onde situava-se o centro decisório do governo metropolitano e, a partir da Independência, do império do Brasil.

2.2 Interesses lusitanos no centro da colônia

Como se pôde perceber ao longo deste capítulo introdutório há múltiplos pontos de contato entre os temas macro da história ocidental e o contexto em estudo. Os prováveis pontos ainda nebulosos se descortinarão na medida em que nos aproximarmos dos

documentos e da Cultura Material evidenciada nas escavações arqueológicas. Enquanto a sucessão de tratados tornava movediça a fronteira ao Sul é recomendável perceber como outro conjunto de demandas pragmáticas eram apresentadas ao Nordeste e ao Sudeste. Naquele espaço esteve alocado o centro de onde irradiavam as orientações oficiais em relação aos procedimentos a serem adotados em vários lugares sob influência lusitana.

Conforme ensaiado neste capítulo, os portugueses não ocuparam imediatamente as terras onde aportaram no último ano do século XV. Como era hábito, entretanto, fizeram questão de registrar em detalhes tudo o que avistaram. Del Priore; Neves e Alambert (1997) reproduzem, na coletânea de documentos comentados que publicaram, um manuscrito da primeira metade do século XVI, no qual o redator descreve o ambiente: “(...). Nesta terra há grande número de **árvores de brasil**; não têm com que as cortar nem têm outras armas senão arcos e flechas com pontas de osso. Dormem em redes alevantadas do chão com quatro estacas; se hão frio, que lá poucas vezes faz, **fazem fogo de ambas as partes**” (Manuscrito sem autor da primeira metade do século XVI – In: Del Priore; Neves e Alambert, 1997, p. 9 – grifos dos autores).

As “árvores de brasil” referidas no manuscrito de autor incerto são apresentadas no glossário da obra examinada como “pau-brasil, árvore de madeira vermelha (semelhante à brasa), da qual se extraía um corante usado em tecidos”. Já o ato de fazer fogo de ambas as partes, destacado no mesmo texto, diz respeito a ação de principiar o fogo utilizando dois pedaços de madeira (Del Priore; Neves e Alambert, 1997, p. 9).

Talvez mais por desprezo do que por consciência de integração dos grupos humanos ameríndios ao ambiente, a descrição fenotípica do redator do manuscrito se detenha aos sujeitos encontrados no primeiro contato. Faz referência a muita gente nua de cor baça (morena) e terrenta (cor de cera). Sobre a culinária refere a existência de inhames, milho e muitos pescados.

A extração de pau-brasil, ainda no período de reconhecimento do espaço, foi a primeira atividade coordenada pelos portugueses em terras americanas. Conforme já destacado em meados do capítulo a cana-de-açúcar foi introduzida em algumas capitânias hereditárias. O vegetal fez parte do primeiro projeto de colonização efetiva a partir de 1534, sob a coordenação de Martim Afonso de Sousa.

Paralelamente ao cultivo de cana-de-açúcar e, em certa medida em decorrência da produção desta cultura, o interior das possessões portuguesas tornavam-se conhecidas. Nos primeiros tempos, a mão de obra para a produção de cana-de-açúcar era indígena sob regime de trabalho compulsório. Alheios ao entendimento ocidental que operava sob a lógica do acúmulo de riquezas e do capitalismo mercantil, os povos americanos não entendiam porque teriam que alterar tão dramaticamente o seu relacionamento com o espaço que ocupavam há milênios. Ao fugirem dos canaviais litorâneos para o interior atraíram para o centro de seu território caravanas portuguesas. Entraram em cena, os bandeirantes.

Exemplar, neste processo é o que acontece na capitania de São Vicente que fica no litoral paulista. São Vicente, ao lado de Pernambuco foi uma das poucas capitanias hereditárias que prosperaram no primeiro projeto de colonização português. Entre a costa e o planalto onde está atualmente a capital do estado de São Paulo há um importante acidente geográfico, a Serra do Mar. Em 1553, depois de subirem a Serra, os padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta chegaram ao Planalto de Piratininga. No ano seguinte fundaram aí um colégio que deu origem à cidade de São Paulo.

Ao redor dessa instituição jesuítica criou-se uma economia de subsistência. As demandas por mão de obra para as fazendas litorâneas, entretanto, permaneciam. É a partir deste momento que se organizam expedições com o objetivo de prender indígenas pelo interior para escravizá-los, eram as chamadas bandeiras. Grande parte dessas bandeiras eram financiadas por particulares, mas a Coroa portuguesa chegou a patrocinar alguns desses movimentos. Os integrantes daquelas expedições ficaram conhecidos como bandeirantes.

Este método de obtenção de mão de obra para as fazendas de produção de cana permaneceu por mais de um século. As águas do Rio Taquari/RS em cujas margens estão as estruturas estudadas nesta tese receberam bandeiras paulistas na primeira metade do século XVII. Eis mais uma das demandas para o terceiro capítulo deste estudo onde toda esta contextualização geral articular-se-á com o panorama regional.

O prolongamento da organização das bandeiras acabou por alterar a atividade econômica primordial a qual os portugueses vieram a se dedicar no contexto americano. Mais para o final dos anos 1600, os bandeirantes intensificaram as incursões no território em busca de pedras e metais preciosos. Aquelas expedições ficaram conhecidas como bandeiras de prospecção. Os portugueses estavam prestes a conseguirem aquilo que mais os movia nas

grandes navegações, metais preciosos. Entrando cada vez mais para o interior em busca de riquezas, os bandeirantes paulistas chegaram a Minas Gerais no final do Século XVII. Ultrapassaram os limites do Tratado de Tordesilhas e acabaram chegando a Mato Grosso e Goiás, cuja fundação de capitânias já tangenciamos.

Os impactos ambientais da mineração que geram eventos dramáticos da perspectiva ambiental inclusive no século XXI, têm neste contexto o seu preâmbulo. A pujança da produção aurífera nas minas gerais ao longo do século XVIII ajudou a configurar algumas atividades exercidas em outras regiões. A pecuária da província de São Pedro do Rio Grande do Sul e da Banda Oriental serão influenciadas. O deslocamento de tropas direcionadas à feira de Sorocaba onde tropeiros e emissários de mineiros comerciavam constituiu caminhos e originou a fundação de povoados no percurso. Tudo isso se dava em paralelo ao vai e vem das fronteiras no extremo Sul conforme antes referido.

Por apresentar-se como uma atividade iminentemente extrativa a mineração decaiu ao longo do século XVIII. Seguindo, entretanto, a senda de suas experiências botânicas e reconfigurando espaços os brasileiros e os portugueses introduziram no ambiente da América portuguesa prestes a se transformar em império do Brasil uma nova planta que constituir-se-á na principal atividade econômica e signo de modernização e estabilidade do país recentemente configurado com a declaração de independência em relação à Portugal.

Com cultivo testado em pequena escala desde o final da terceira década do século XVIII, o café alterou a agrária do Sudeste.

A cafeicultura desenvolveu-se inicialmente no vale do Paraíba paulista e fluminense. Aos poucos, porém, deslocou-se para o oeste paulista, onde encontrou condições excepcionais para progredir e transformou-se na principal fonte de riqueza agrícola brasileira. Isso acarretou inúmeras mudanças de caráter social, político e cultural (Del Priore; Neves e Alambert, 1997, p. 54).

A zona da mata mineira também abrigou fazendas de café. Ao mesmo tempo que passava a compor o panorama botânico do Sudeste, os cafezais passaram a configurar novos estratos sociais. É a partir da riqueza gerada pelo mercado cafeicultor que ascendem socialmente os “barões do café”.

A rápida ascensão econômica e social dos barões do café se deu por conta da aceitação da bebida derivada dos cafezais no mercado internacional. O café brasileiro passou a ser produzido com vistas à exportação:

Em números os dados são eloquentes, (...): no decênio 1831-40, o café contribuiu com 43,8% do total das exportações, percentagem que chegou a 48,8% em 1851-60 e 61,5% em 1881-90. Em milhões de sacas, a produção passou de 0,3 (1821-30) para 7,2 (1891-1900) (Lopez, 1988, p. 68).

Neste período de prosperidade da produção cafeeira, seguindo a cronologia acima apresentada por Lopez (1988), o Brasil vivia o final do Primeiro Reinado passando pelo período regencial, tendo sido no Segundo Reinado a aceleração da produção e da exportação de café. Outras regiões gravitavam ao redor do Sudeste que concentrava a principal atividade econômica e o núcleo decisório do império.

No crepúsculo do recorte cronológico eleito na presente tese se faz necessário mencionar a pressão internacional para que o império brasileiro alterasse as relações de trabalho herdadas da colônia. O Brasil que se pretendia independente a partir de 7 de setembro de 1822 continuava sustentado por gente cativa.

Vendo no trabalho escravo um freio para a circulação de mercadorias e valores os ingleses condicionaram o reconhecimento da independência do Brasil à extinção do tráfico negreiro. No início da década de 30 do século XIX, o império tornou ilegal o transporte de africanos mercantilizados no litoral brasileiro. A proibição mostrou-se sem efeito. Ao invés de diminuir o tráfico aumentou. Com a Lei Bill Aberdeen de 1845 o parlamento inglês autoriza sua marinha a afundar e prender navios que traficassem africanos. Diante disso o império brasileiro elaborou a Lei Eusébio de Queirós de 1850 prevendo sanções efetivas para as embarcações que atuassem no comércio de africanos.

O Brasil Precisava, ainda, criar um discurso sobre si mesmo e nesta esteira funda-se, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que promove concursos solicitando a escritores que descrevam o Brasil que vivenciam e indiquem a melhor forma de narrar a história local. É a partir de um destes concursos que o alemão Carl Friedrich Phillip von Martius recomendará a formação do povo com a “mescla das raças”. Além das idealizações que emergiam das confrarias reunidas sob a sombra do IHGB, as missões artísticas e científicas europeias ampliavam os registros que trazem informações ambientais valiosas para a composição de reflexões como as pretendidas ao longo deste estudo.

Um dos exemplos de missões com esta configuração é a Missão Francesa ainda antes da independência. A composição multidisciplinar daqueles colegiados enseja a qualidade dos

registros que produzem. Na aludida missão com trabalhos efetivados a partir de 1816, a interdisciplinaridade fica evidente:

(...). O chefe da missão foi Lebreton. Grandjean de Montigny foi o arquiteto. Marcos e Zeferino Ferrez foram os escultores. Nicolau e Félix Taunay e João Batista Debret foram os pintores. De todos esses nomes, destaque especial merece João Batista Debret (1768-1848). Chegou ao Brasil em plena maturidade e não foi um mestre na pintura, mas foi, indubitavelmente, um grande documentarista, criando uma arte altamente descritiva e que mostrou muito bem, não sem alguns laivos de ironia, a sociedade e as classes do Rio de Janeiro que conheceu (Lopez, 1988, p. 102).

Toda essa gama de registros ajuda a embasar estudos como este que procura visualizar a configuração e a reconfiguração dos espaços das experiências humanas. Aos documentos oficiais somam-se as manifestações artísticas e a Cultura Material que testemunha inter-relações no e com os espaços.

Ao longo dessa seção procurou-se estabelecer pontos de conexão entre os espaços que figuram nas macro narrativas historiográficas ocidentais. O esforço na composição deste segmento da tese pretende guiar a leitura dos aspectos específicos colocando-os em contexto, mas sem deixar de articular com temáticas consagradas na historiografia. Assim sendo será possível ver no local as tessituras dos contextos mais amplos.

Como se pôde ver, até o século XVIII, as terras meridionais do que hoje conhecemos como Brasil não receberam atenção significativa do governo metropolitano português. A sucessão de tratados firmados entre as nações ibéricas impactou decisivamente a ocupação dos espaços e a relação com os demais elementos componentes da paisagem mencionados nesta contextualização.

O próximo capítulo apresenta a eleição dos conceitos mobilizados na análise das fazendas do percurso do Rio Taquari/RS. A partir das reflexões a seguir aprofundadas será possível significar algumas terminologias utilizadas desde já no estudo em curso. A justificativa das escolhas conceituais ajudará a entender a abordagem metodológica que virá no capítulo posterior e indicará perguntas e respostas que propulsionam o fazer científico.

3 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E HISTÓRIA AMBIENTAL: PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DAS MÚLTIPLAS RELAÇÕES NAS FAZENDAS DO PERCURSO DO RIO TAQUARI/RS

Após o capítulo inaugural ter delimitado cronologicamente o estudo em curso se faz mister apresentar a perspectiva a partir da qual se contemplará as fazendas do percurso do Rio Taquari/RS. A eleição de cada conceito e sua depuração acadêmica dão substrato para a narrativa que se pretende compor. A Arqueologia Histórica e a História Ambiental por si já trazem à baila, cada uma, um conjunto denso de conceitos. Prestar a atenção nas aproximações epistêmicas destes dois campos é um dos objetivos deste capítulo. Dar-se-á especial atenção aos conceitos basilares de cada uma das áreas aqui tratadas. Os métodos e técnicas mobilizados em campo serão tratados no quarto capítulo. Ali, entremeando-se à interpretação, serão descritas as técnicas das quais este estudo lançou mão.

A visualização dos pontos de conexão será, contudo apenas parcial pois terá no horizonte o objeto desta pesquisa. A delimitação se faz necessária diante das infinitas discussões teóricas que poder-se-ia fazer com a profícua aproximação dos campos. A abordagem por este viés remete à área que ancora o Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD/Univates) de onde emerge esta tese. A Área de Ciências Ambientais tomou impulso na última década como caminho para um esforço mais efetivo no que tange à interdisciplinaridade. Os cânones acadêmicos forjados no cartesianismo da Idade Moderna, contudo, ainda provocam estranhamentos. A presente tese, ao fundamentar-se nos métodos e teorias da História Ambiental e da Arqueologia Histórica, tenta contribuir no sentido de exercitar a interdisciplinaridade ao estudar o “Espaço e os Problemas Socioambientais” (linha de pesquisa na qual se inscreve no PPG) de uma perspectiva histórica.

3.1 Discussões teóricas preambulares: pesquisando em Ciências Ambientais

Os movimentos políticos e reivindicatórios emergentes da segunda metade do século XX foram paulatinamente incidindo transversalmente em muitos segmentos sociais. No ambiente acadêmico aquelas perspectivas demoraram um pouco mais a surtirem efeito. Seja em decorrência do tempo da ciência que precisa avaliar com cuidado cada uma de suas perspectivas teóricas ou como posicionamento político/científico conservador, a interdisciplinaridade se restringiu ao discurso. Quiçá, alguns dogmatismos teóricos ainda persistam, decorrentes de barganhas político/institucionais ou comodismo.

A Área de Ciências Ambientais, forjada junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), surge no contexto dos debates que culminaram com a Rio+20. Aquele evento transcorrido em junho de 2012 representou, uma vez mais o empenho das Nações Unidas no sentido de reforçar o compromisso dos Estados e da comunidade mundial com as transformações multifacetadas do século XXI. Durante o evento foi lançado o livro “Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável: Capes na Rio+20” com um capítulo dedicado ao surgimento da Área de Ciências Ambientais (Brasil, 2012).

Segundo a publicação acima referida, o dia 6 de junho de 2011 é simbólico e marca o nascimento da Área de Ciências Ambientais no Brasil. Naquele dia o Comitê de Área em Ciências Ambientais (CACIAmb) iniciava os trabalhos tendo sido constituído por membros e consultores do Comitê de Área Interdisciplinar (CAInter), sobretudo da Câmara I - Ciências Agrárias e Meio Ambiente. A constituição de um comitê com tal configuração surgiu no âmbito do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação da Capes. As discussões naquele contexto apontaram para a necessidade de contemplar os problemas ambientais com visão multi-interdisciplinar. Na visão dos cientistas que tomaram acento naquele quórum se fazia necessário conceber a indissociabilidade dos sistemas antrópicos e naturais na contemplação dos problemas contemporâneos.

A área surgia com a pretensão de incorporar 72 programas que encampavam 92 cursos sendo 53 mestrados acadêmicos, 24 doutorados, além de 15 mestrados profissionais (Brasil, 2012, p. 99). A grande quantidade de temas pelos quais transitavam cada um dos cursos trazidos para a área realçou a sua característica interdisciplinar.

Fernandes e Sampaio (2008) discutem algumas das premissas básicas para que a interdisciplinaridade se efetive nas pesquisas da área que já surge robusta. Os articulistas apontam que a problemática socioambiental contemporânea demanda mudança de paradigma. Esta nova forma de contemplação dos grandes temas envolvendo a área de estudo precisa de uma base de sustentação que aponte para uma racionalidade alternativa aos conflitos da sociedade moderna. O antropocentrismo assentado sobre o pensamento cartesiano da Idade Moderna é uma das heranças que se desdobra no tempo e ainda perpassa o fazer acadêmico.

Talvez uma das facetas mais eloquentes e visíveis socialmente das posturas remanescentes da Idade Moderna sejam os efeitos da desarmonia entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Neste aspecto Fernandes e Sampaio (2008) enaltecem a premência de se ter em conta a sustentabilidade socioambiental como critério de desenvolvimento.

Uma transformação paradigmática sustentada não pode prescindir de algumas discussões estruturantes. A própria interdisciplinaridade pode ser uma destas premissas a estender o lastro estrutural para os estudos demandados na contemporaneidade. Àquele fator se soma a visão sistêmica das múltiplas relações vitais nos espaços e a necessidade de ruptura da dicotomia entre os sistemas ecológicos e sociais. Ainda no elenco de fatores a comporem a estrutura para que estudos frutifiquem na Área de Ciências Ambientais estão os imperativos morais e éticos inarredáveis diante de desafios cada vez mais complexos.

Interdisciplinaridade, visão sistêmica, paradigmas cambiantes em múltiplas direções e imperativos morais e éticos. Cada um destes temas requer, de quem se põe a caminho como pesquisador, reflexões profundas para que as pesquisas em Ciências Ambientais se sustentem epistemologicamente. Por outro lado, diante de laivos de conservadorismo incrustados nas instituições acadêmicas e de fomento, a mesma postura se espera dos catedráticos e gestores que são impulsionados pelas demandas sociais contemporâneas diante das quais a ciência se coloca, pois,

(...). A ciência define-se pela incerteza e não pela certeza, e a teoria científica é uma construção que depende essencialmente do diálogo com o mundo dos fenômenos e não está desligada dos elementos culturais, sociológicos, econômicos e espirituais presentes na sociedade. O paradigma científico não está desconectado do paradigma predominante na sociedade, porque a ciência não está desligada da sociedade, da cultura, da natureza. Ela produz e se reproduz para e a partir destas realidades naturais, culturais e sociológicas. Um paradigma pode ser definido, assim, como um conjunto de valores e regras socioculturais universalmente aceitos por algum tempo

em uma sociedade ou grupo cultural, moldando e conduzindo as suas práticas (Fernandes; Sampaio, 2008, p. 88).

Valores e regras socioculturais já foram convencionados em outros tempos gerando morte e desequilíbrio. O apelo ao repensar da racionalidade vem à tona por imperativos éticos. A mesma racionalidade que vendeu a expectativa de uma prosperidade sem limites a partir da segunda metade do século XIX sacudiu o mundo com duas guerras no século subsequente. Telefone, cinema, avião, eletricidade e evoluções na depuração das ligas metálicas. Os avanços da segunda revolução industrial reforçaram, da perspectiva ocidental, a premissa de que a Europa era o umbigo do mundo.

A sustentação de que o meio do planeta é em Greenwich não se deu sem prejuízos humanos e, portanto, ambientais. O neocolonialismo que interferiu no processo histórico africano e às custas da morte dos elefantes trouxe o brilho do marfim para a *Belle Époque* europeia desequilibrou a geopolítica mundial. A racionalidade fez surgir armas inimagináveis. Gazes manipulados em laboratórios penetraram nas trincheiras aniquilando o sistema respiratório dos oponentes e aviões receberam acessórios cada vez mais eficientes na tarefa de matar. A primeira grande guerra (1914-1918) legou estes “avanços”.

Esta mesma racionalidade moderna propagou fraudes científicas e a eugenia apadrinhou um determinismo homicida. Os bons desde a origem e previamente endereçados ao que de mais superior a espécie pudesse galgar estariam na Europa. Tratados dispares colocaram em compasso de espera um mundo cada vez mais aparelhado tecnicamente, mas divorciado do pensamento de interdependência sistêmica. O segundo conflito de proporções mundiais (1939-1945) foi ainda mais impactante. Mesmo que Hiroshima e Nagasaki estejam distantes, a racionalidade mobilizada em descompasso com os imperativos éticos de defesa da vida demonstrou-se catastrófico.

Segmentos da sociedade se mobilizaram em busca de uma nova racionalidade. Ainda que interesses corporativos e políticos se sustentem na divisão e no cultivo de cizânias, algumas alternativas sobrevivem. É neste contexto que historicamente se demanda uma nova forma de contemplação e intervenção no mundo desde o ambiente acadêmico. A História Ambiental e a Arqueologia Histórica tomaram impulso neste contexto e trazem para a Área de Ciências Ambientais um conjunto de conceitos a partir dos quais tornar-se-á mais palpável visualizar os problemas socioambientais ou os pontos de conexão entre os aspectos

ambientais e culturais e como estes âmbitos se intercomunicam e se intercomunicaram ao longo do tempo.

A crise de paradigma atual é, assim, uma crise da relação sociedade/natureza, e as suas causas estão no modo de vida centrado na idéia de progresso e colonização. Colonização do futuro e colonização da natureza, em detrimento da unidade e da co-evolução entre os sistemas sociais e naturais (KOTHARI, 1990). Daí a importância de se explorar a problemática ambiental de maneira a fazer compreensível a sua articulação com os problemas socioeconômicos e com o modo de vida capitalista, arraigado culturalmente na sociedade atual (Fernandes e Sampaio, 2008, p. 89).

O lugar onde são inseridas as estruturas pesquisadas neste estudo foi impactado pelas demandas de um dos Estados Nacionais Modernos europeus, o português. Conforme ponderam Fernandes e Sampaio (2008) e como foi possível perceber no capítulo inaugural desta tese, naquele contexto já se tinha o modo de vida capitalista se estruturando. A necessidade de dar continuidade à expansão marítima condicionou o olhar ocidental para os pinheirais da região e a necessidade de manter o território ensejou a distribuição de sesmarias. A reconfiguração espacial virá à tona nos capítulos futuros permitindo ver em situação o que se apresenta, por hora da perspectiva teórica.

O pragmatismo de que se revestem alguns temas que emergem na febre dos acontecimentos cotidianos é a ponta do iceberg que aqui soa como uma metáfora duplamente oportuna. Visitar espaços e refletir historicamente sobre algumas convenções socioambientais tracejam as reflexões acerca da inserção do elemento humano no contexto estudado nesta tese e como os elementos componentes daquele espaço foram sintaticamente dispostos. Ao abordar os testemunhos materiais e documentais de outros tempos tem-se as permanências e rupturas e as suas possíveis causas. A Arqueologia Histórica e a História Ambiental fornecem as lentes a partir das quais este estudo vai a termo na tentativa de contribuir com as abordagens caras às Ciências Ambientais.

3.2 A Arqueologia Histórica no estudo das fazendas do percurso do Rio Taquari, Rio Grande do Sul

Uma aura de mistério e comprovação cabal dos episódios de um passado distante circunscrevem o senso comum do qual padece a Arqueologia. Esta perspectiva midiaticamente pasteurizada e socialmente difundida, guardadas as proporções, repercute no

meio acadêmico. A própria definição etimológica, se tomada como parâmetro único para definir a área pode induzir a algumas reduções inoportunas.

Ainda que etimologicamente a palavra Arqueologia remeta ao radical grego *archaios* = antigo, a interpretação das fontes em contexto, permite a reconstituição de cenários socioculturais específicos relativizando o critério de antiguidade enquanto régua para aferir validade aos estudos⁴. Indubitavelmente a variável tempo é importante, contudo, no presente estudo, ela se apresenta por dois vieses. Primeiramente, tendo em conta as ponderações que têm impactado a área desde que abordagens dessa ciência se voltaram ao período colonial na América. Ainda em processo de afirmação, por se apresentar como alternativa de estudo a um período, por vezes, densamente documentado com testemunhos escritos, o arqueólogo Ivor N. Hume sentenciou, ao definir o objeto de estudo da Arqueologia que essa ciência se ocupa de “qualquer coisa produzida pelo homem em qualquer tempo” (Hume, 2001, p. 4).

Como se pode perceber, a documentação escrita também pode receber atenção em estudos com perspectiva arqueológica. Ainda neste capítulo adensaremos essa discussão. Regressando às ponderações atinentes a este tema nos estudos arqueológicos julga-se importante para os objetos focalizados nesta tese as considerações de Binford (1981), alusivas ao tempo. Ao considerar os processos pós-deposicionais o arqueólogo americano chama a atenção para a incidência daquele fator no registro arqueológico. A ação temporal, os fenômenos climáticos e a dinâmica das formas de vida inter-relacionadas reconfiguram o espaço ao longo do tempo.

Há ainda mais dois aspectos atinentes ao tempo passível de consideração neste trabalho. O primeiro relativo ao período de cada tipo de interação antrópica com o meio mediada por diversos fatores a seguir teorizados. O segundo, por mais óbvio que possa parecer precisa tanger à consciência e concerne à concepção de que toda a pesquisa se erige a partir dos problemas formulados em um tempo específico, a partir do qual lança-se um olhar sobre os testemunhos do passado.

Ainda que não se pretenda esgotar o tema temporalidade e seu impacto na interpretação arqueológica é conveniente considerar o pensamento social que atravessa tais

⁴- A este respeito refletimos na seguinte publicação: LOPES, Sérgio Nunes; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Os paradigmas epistemológicos da arqueologia histórica: estudos e perspectivas. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 13, p. 73-89, 2019.

estudos. Symanski (2017) reflete sobre este prisma que produz por vezes interpretações binárias entre materialismo e criticismo:

(...). Essa divisão é indissociável da noção de temporalidade adotada, como bem notou Bailey (1983, p. 166), já no início da década de 1980, quando as perspectivas críticas e simbólicas começavam a desafiar a hegemonia da arqueologia processual no mundo anglo-fônico: as noções de tempo como processo e de tempo como representação. Na primeira, a estrutura do registro arqueológico é analisada visando sua decodificação e parte da premissa de que o presente é produto do passado e deve ser explicado com base naquele. Na segunda, por outro lado, o passado deve ser explicado com base no presente, de modo que somente adquire relevância em termos das preocupações sociais atuais. O próprio Bailey (1983, p. 168) já então chamava a atenção para a arbitrariedade dessa dicotomia, dado que a experiência temporal somente existe para nós na qualidade de memória (passado) ou de antecipação (futuro), ou seja, como representação (Symanski, 2017, p. 188).

A discussão teórica acima, por si renderia algumas páginas acerca dos postulados de modernistas tardios e intelectuais ligados à pós-modernidade e à Arqueologia Simétrica. Como alertado na introdução deste capítulo, aqui se tem um trabalho interdisciplinar com recortes teóricos pontuais, sempre pondo no horizonte o objeto em estudo. A ele voltar-se-á a fim de conferir didática à exposição teórica em curso. Mais reflexões acerca das sobreposições temporais virão à tona quando refletirmos acerca do conceito de paisagem nas páginas à frente.

A configuração das fazendas do percurso do Rio Taquari/RS foi incógnito por muito tempo e, ainda que este trabalho ajude a delinear aqueles cenários, muitas questões restarão insolúveis ou habitando, por enquanto, o universo das hipóteses. A Arqueologia Histórica é o campo de estudo a partir do qual este trabalho traz para o universo das fontes sobre o passado regional a materialidade de algumas demandas antrópicas apresentadas ao meio ambiente no recorte cronológico delimitado desde o título da tese.

Uma vez mais, em nome da didática necessária diante da interdisciplinaridade da área e do programa de pós-graduação no qual este trabalho se inscreve, tratar-se-á de uma conceituação que soa reducionista para os arqueólogos, mas aqui é evocada como ponto de partida na orientação da leitura deste capítulo. Se a conceituação básica da ciência arqueológica, como grande área, já habita com certa fluência os espaços acadêmicos interdisciplinares algumas particularidades como a adjetivação “histórica”, ainda pode soar pouco compreensível.

Esta adjetivação utilizada especialmente no continente americano delimita o recorte cronológico estudado. Assim sendo, neste contexto, as abordagens a períodos mais antigos, anteriores à invasão e colonização europeia consolidaram-se terminologicamente como sendo um estudo arqueológico pré-colonial. Os estudos de intervalos temporais posteriores à colonização efetivada no final do século XV e limiar do século XVI, foram atribuídos à Arqueologia Histórica. Em suma, os procedimentos metodológicos da Arqueologia Histórica incorporaram uma série de novas fontes incluindo os documentos escritos.

Estudos arqueológicos por este prisma ganharam fôlego nas últimas décadas do século XX na América arrebatando alguns intelectuais brasileiros. No presente trabalho este campo científico é evocado a partir das teorizações de Symanski (2017, 2009 e 2006), Lima (2011 e 1993) e Funari (2007) a estes somar-se-ão reflexões de pesquisadores emergentes aqui evocados como conectores entre a Arqueologia Histórica e a História Ambiental (Souza; Costa, 2018).

O manancial teórico e metodológico sedimentado pelos intelectuais acima listados será evocado no diálogo com as fontes a partir das quais este trabalho se edifica. Nesta seção procura-se alinhar relações intuindo definir os vocábulos tornados conceitos ao longo da narrativa.

Muito antes de se consolidar como área científica, ainda distante da composição de um corpo teórico sedimentado como na contemporaneidade procedimentos, metodológicos aperfeiçoados arqueologicamente já demonstravam potencialidades no que concerne ao estudo da relação dos sujeitos com o espaço. Uma das primeiras situações a demandar a mobilização de técnicas recorrentes na Arqueologia para a complementação de outras fontes foi a luta pela estabilização dos limites territoriais dos Estados Unidos da América nos primeiros anos após a declaração de independência das treze colônias inglesas do litoral atlântico da América do Norte.

Conforme Deagan (2008) a contenda envolveu, em 1797, os britânicos que ainda mantinham possessões na América do Norte e os Estados Unidos. O explorador Samuel de Champlain teria cartografado o curso do Rio St. Croix, região ocupada anteriormente pelos franceses. Tinha-se aí um documento escrito a subsidiar as negociações entre estadunidenses e britânicos.

Champlain registrou cartograficamente aquele espaço ainda no século XVII. Os limites tecnológicos para uma representação a contento do espaço naquela época ensejaram interpretações divergentes acerca da localização do assentamento francês de outrora. Diante disso apelou-se para a localização de algum testemunho físico do povoado. A incursão a campo logrou sucesso e as estruturas da antiga vila francesa foram evidenciadas. A disputa foi, pelo menos por um tempo, resolvida (Deagan, 2008).

O exemplo mencionado é apenas uma sinalização daquilo que este trabalho apresenta a partir da abordagem arqueológica às sedes das fazendas e seus entornos. Alguns registros materiais a serem apresentados nos capítulos vindouros complementarão a documentação escrita delineando o cotidiano das fazendas do percurso do Rio Taquari/RS do final do século XVIII a meados do século XIX.

3.2.1 Ampliando a documentação da Arqueologia Histórica

A abordagem à conformação das fazendas do percurso do Rio Taquari/RS demanda a contemplação dos vários elementos do meio natural dispostos nos espaços na inter-relação com os agentes sociais. Uma das características da Arqueologia Histórica é contemplar tais processos a partir de uma redução de escala (Orser Jr, 1995). As abordagens às fontes oriundas das atividades de campo desta pesquisa compõem uma amostra a partir da qual se pode investigar outros sítios de semelhante concepção. Os registros nos escritos de memorialistas e a própria concepção de topônimos regionais traz com frequência o vocábulo Fazenda. Os testemunhos colocados sob a lente da Arqueologia História contribuirão para a visualização destes espaços sobre os quais restam muitas interrogações a serem retomadas no próximo capítulo. Portanto, o presente trabalho, além de analisar documentos produzirá registros dignos da alcunha documental.

A Cultura Material, adiante apreciada com mais demora, tratada a partir das metodologias arqueológicas inscreve-se no elenco de documentos sobre o qual ainda pouco se pensou enquanto testemunho das dinâmicas das fazendas do percurso do Rio Taquari/RS. As ruínas, por vezes, reduzidas a fragmentos descontínuos dos fundamentos das estruturas arquitetônicas das antigas sedes, serão neste trabalho reconstituídos através de plantas baixas e croquis. Esta documentação que permanecerá como contribuição deste estudo para futuras

investigações, reivindica tal posição a partir de uma definição conceitual de o que, neste trabalho, é entendido como documento.

Em Le Goff (2003, p. 545) tem-se que o documento é “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que a detinham”. O historiador francês pondera que “O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo” (Le Goff, 2003, p. 526).

A concepção documental aqui, portanto, parte da premissa que a escrita é apenas uma das formas de registro e documentação de um determinado contexto. Assim sendo é possível descolar a definição do que seja documento do domínio estrito da escrita. Neste sentido, “diferente do passado, a democratização do conhecimento incentiva uma rica discussão sobre a própria definição de documento permitindo afirmar que a pesquisa histórica não se restringe ao espaço especializado do arquivo textual” (Samara e Tupy, 2007, p. 68).

Se é ponto pacífico que documento é tudo aquilo que pode ensinar sobre determinados contextos é salutar também considerar que cada conjunto de documento demanda procedimentos metodológicos específicos. Os suportes sobre os quais as informações se assentam demandam competências próprias no que concerne a decifração das mensagens a serem postas em contexto. Especificamente, neste trabalho, as cunhas utilizadas no falquejo das toras de pinheiro, os metais transformados em ganchos configurados como ponto de tração dos meios de transporte do período e o registro dos antigos caminhos documentam o cotidiano e o funcionamento das fazendas estudadas. Mas, se a tridimensionalidade da Cultura Material é concebida como documento neste intercâmbio entre História Ambiental e Arqueologia Histórica, os documentos escritos também perpassam, como já destacado, o universo documental arqueológico.

A este respeito:

A principal linha teórica que procura refletir metodologicamente sobre a relação entre os diferentes tipos de fonte na Arqueologia se chama Arqueologia Documental, termo pioneiramente introduzido pela arqueóloga Mary Beaudry para designar os esforços de um segmento de pesquisadores no que concerne à análise combinada de fontes materiais e documentais na Arqueologia Histórica (Peixoto, 2019, p. 12).

Ainda que as fontes escritas e a Cultura Material tenham, separadamente, potencialidade de dar conta dos contextos pesquisados, a diversidade de procedimentos

metodológicos ao alcance dos arqueólogos históricos conecta estes dois universos informativos. Confeccionar planilhas a partir de documentos escritos, palmilhar extensões territoriais analisando a disposição dos elementos que compõem cada espaço, prospectar e escavar sistematicamente locais onde os testemunhos das múltiplas relações vitais se manifestam e tratar adequadamente tudo o que foi evidenciado, coloca diante do pesquisador uma quantidade de pontos carentes de conexão. A decifração de cada informação e a conexão entre elas permite reconstituir em escala reduzida, a partir do local/regional acontecimentos de amplo impacto, político, social e ambiental.

Este conjunto de procedimentos que requer habilidades múltiplas e atenção plena dos pesquisadores desassossejou intelectuais que acabaram por consolidar a Arqueologia Histórica no Brasil. O pensamento científico disciplinar que se desdobra, como já advertido, desde o racionalismo da Idade Moderna, resistiu à Arqueologia Histórica e tornou oportuna a reflexão da professora Tânia Andrade Lima no limiar da última década do século passado:

Cria de filiação incerta, ora atribuída à História, ora à Antropologia, vive ainda a ambigüidade de um processo de individuação que não se consuma e não se consumará nunca, enquanto a comunidade não se conscientizar de que esta é uma disputa sem vencedores (ver Deagan 1982). Não se trata de saber qual a orientação teórica mais adequada, entre as duas, mas sim de conseguir utilizar combinadamente, de ambas, os princípios que devem nortear um campo que apresenta objetivos híbridos, buscando a integração da perspectiva histórica à antropológica (Lima, 1993, p. 230).

Quase uma década mais tarde a mesma autora grifou, em outra publicação as permanências das posturas acima apontadas mas encetava perspectivas mais alvissareiras. Refletindo a partir da senda da grande área da ciência arqueológica Lima (2002), destacou a superação das posturas generalizantes da Arqueologia histórico-culturalista, o positivismo da Arqueologia processualista apontando para a fertilização da área a partir do pós-processualismo.

A diversidade de temas pesquisados arqueologicamente não foi de pronto validado na comunidade científica. Para Lima (2002) o contexto francês, sempre fecundo na reflexão teórica da Arqueologia, se atrasou na leitura das demandas epistemológicas. As novas proposições ganharam corpo no contexto americano. Tinha-se, portanto procedimentos heurísticos consolidados, mas ainda carentes de lastro teórico em decorrência do

estruturalismo que mantinha a Arqueologia Histórica no limbo entre a Antropologia e a História. O pensamento disciplinar arraigado no velho mundo fez com que pesquisadores brasileiros buscassem em universidades estadunidenses terreno fértil para as inquietações que o contexto histórico brasileiro lhes fazia experimentar.

A Arqueologia Histórica passou a consolidar um *corpus* teórico robusto e se ocupando de temas que antes lhe escapava. Visualizar as relações de poder no processo de colonização da América, perceber essas mesmas relações e as resistências na exploração do trabalho cativo agora passaram a ser pautas das quais a Arqueologia Histórica dava conta.

A tese de doutoramento “*Slaves and planters in Western Brazil: material culture, identity and power*” defendida pelo arqueólogo brasileiro Luís Cláudio Pereira Symanski na Universidade da Flórida em 2006, exemplifica este movimento. Delimitando a abordagem: um processo historicamente concebido, a exploração do trabalho escravo e a organização do espaço de forma a se consolidar como unidade produtiva, as fazendas coloniais, tinham seus documentos materiais visualizados a partir de conceitos como identidade e poder que estão assentados sobre um substrato teórico consistente. Como Lima (1993; 2002) chamava a atenção, mais do que disputas, o sucesso das investigações tem na integração da perspectiva histórica e antropológica, um imperativo.

Diante do destaque dado cabe ainda uma última digressão histórica: as primeiras invocações à Arqueologia Histórica ainda traziam uma vinculação muito forte com o contexto da colonização e mantinha, de certa forma, uma contemplação dos episódios pretéritos a partir da Europa. Algumas definições realçavam a disciplinaridade estruturalista como laivos de uma herança da racionalidade cartesiana moderna. Entre os primeiros esforços em conceituar o campo, por exemplo, chegou-se à consideração que a Arqueologia Histórica era “(...) o estudo arqueológico dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje” (Orser Jr, 1992, p. 23).

A definição acima posta que, como advertido, consta da historicização da tentativa de conceituar a Arqueologia Histórica impulsiona reflexões pertinentes:

(...), a priorização do capitalismo como foco de estudo coloca sua emergência, avanço e eventual dominação como sendo um processo inevitável, ficando além da consciência ou controle dos atores sociais, particularmente dos grupos subordinados. A suposta “inexorabilidade” do capitalismo e o seu poder em governar as mentes das pessoas, criando uma sociedade disciplinar, é um conceito que pode levar a

subavaliação da resistência e da heterogeneidade, “achataando” sociedades passadas ao retratá-las enquanto uma cultura uniforme. Racionalidade instrumental não deveria ser interpretada como o único caminho, livre de contrapontos, de se pensar no capitalismo (Funari, 2007, p. 55).

Ainda que seja tentador continuar narrando os aspectos históricos e elencando estudos empreendidos desde o fortalecimento da Arqueologia Histórica voltar-se-á aos conceitos incorporados à área pois “(...) é impraticável realizar uma revisão exaustiva, que contemple todos os trabalhos publicados, nos moldes daquela realizada por Lima (1993) para o período entre 1960 e 1991 (...)” (Symanski, 2009, p. 297). Dirigir-se-á a atenção, novamente às interfaces múltiplas que perpassam as relações dos sujeitos com os espaços e dão amplitude aos estudos da Arqueologia Histórica rompendo com perspectivas exclusivamente econômicas como pode induzir a materialidade da fonte envolvida.

Como já destacado, o amadurecimento teórico da Arqueologia Histórica se dá a partir do despudor de alguns estudiosos que, em um contexto ainda disciplinar, rompem tais fronteiras e compartilham conceitos com ciências circunvizinhas. O diálogo contínuo com a Antropologia fez com que a Arqueologia fosse impactada por aproximações teóricas daquela ciência. A partir das décadas de 1970 e 1980, a Antropologia estabeleceu um profícuo contato com a Teoria Literária, com a Sociologia e com a Filosofia da Ciência (David; Kramer, 2002).

Esta aproximação impactou profundamente as interpretações de tudo o que é evidenciado em contexto arqueológico. A partir da Filosofia da Ciência se tem alguns pressupostos para a leitura dos espaços em estudo a partir da materialidade que cada sítio oferece ao pesquisador:

Os cientistas ocupam-se em identificar, definir, e explicar as coisas no domínio do real. Nós abordamos o real através da nossa leitura empírica do factual e de acordo com o conhecimento científico do momento. Portanto, as teorias sobre o mundo real, mesmo que verdadeiras, nunca podem ser comprovadas; elas são sempre “subdeterminadas” pela evidência. Aqui se encontra a distinção entre o realismo “sutil” e o realismo “ingênuo”. Os realistas ingênuos não reconhecem a qualidade carregada de teoria das descrições e explicações; eles acreditam que podem ter contato direto com a realidade e alcançam um conhecimento que é seguro (David; Kramer, 2002, p. 16).

Ainda que muito facilmente se possa enveredar para uma espécie de *looping* discursivo a partir das ponderações acima postas, aqui elas se apresentam como anteparo das conclusões sempre parciais que estudos como os empreendidos nesta tese carregam. Ao teorizarem Etnoarqueologia e Analogia, David e Kramer (2002) ajudam na tarefa de

transtemporalizar o represamento de cursos d'água e as cicatrizes impressas na paisagem por antigos caminhos envolvendo as fazendas em estudo. Da perspectiva etnográfica reflexões como a acima posta potencializam a continuidade das pesquisas a partir dos dados que aqui serão apresentados. Apesar de não contemplar esta metodologia, os trabalhos em campo evidenciam tais potencialidades a partir das comunidades quilombolas, tanto as legalmente constituídas quanto no que concerne a povoados que concentram descendentes dos trabalhadores das antigas fazendas em apreciação nesta tese.

As reflexões de David e Kramer (2002), entretanto, apontam para a necessidade de contemplação do estudo das evidências materiais, decorrentes das atividades de campo, tendo em conta as múltiplas possibilidades que relações sistêmicas oferecem na afetação de grupos humanos entre si sempre em integração com o ambiente que não é só palco de tais interações, mas ator ativo na cena. Esta perspectiva será adensada a seguir a partir das ponderações referentes a epistemologia ambiental de onde emana o outro ponto de observação desta pesquisa, a História Ambiental. Antes disso, contudo, apreciações mais detidas sobre a Cultura Material se fazem necessárias no crepúsculo dessas apreciações parciais sobre o lugar da Arqueologia Histórica na tese ora apresentada.

3.2.2 A Cultura Material: breves apreciações

Novamente convém esclarecer que, neste trabalho, a Cultura Material se apresenta como conceito, como fonte de informação e como entidade a compor redes de relações e amplificação das potências das reconfigurações espaciais. Enquanto conceito e agente, a definição decorre de eleições teórico-literárias do pesquisador, já no que tange à potencialidade informativa enquanto fonte, as acepções são livres e infinitas.

A literatura acerca da multiplicidade de fontes a partir das quais se pode pensar contextos pretéritos só faz aumentar. No que concerne às fontes tridimensionais, além dos arqueólogos, as interpretam: historiadores, museólogos, antropólogos e sociólogos, etc. Como acima posto, mais do que o estabelecimento de feudos teóricos e conceituais, tem-se a interdisciplinaridade como imperativo para interpretações cada vez mais elucidativas nos estudos das interações dos grupos humanos entre si compondo-se em intersecção pelo espaço que integram.

Ainda que a literatura internacional inclusive no campo da semiótica, que lastreia muitas teorias comunicacionais e de interpretação de signos, tenha posto em perspectiva muitos aspectos concernentes ao que pode vir a ser Cultura Material este estudo parte de definições mais focadas e relacionadas com a definição de documento acima apresentada. A escolha por esta perspectiva, ciente da parcialidade aí envolvida, se justifica pela potencialidade visualizada para a discussão da composição específica da Cultura Material em situação. Mais do que uma revisão literária sobre as teorias da Cultura Material o que por aqui se almeja é visualizar o mais objetivamente possível, conexões entre a Arqueologia Histórica e a História Ambiental, a partir destes suportes de informação de possibilidades interpretativas múltiplas.

Coerente com as pretensões enunciadas, partir-se-á de uma definição sintética alargando a discussão de alguns aspectos e, voltando a afunilar a concepção que desembocará na História Ambiental e suas possibilidades neste estudo. Uma das definições mais sinópticas acerca da Cultura Material a conceitua como “todo o segmento do universo físico socialmente apropriado” (Meneses, 1998, p. 100). Tal percepção é fecunda para a identificação dos postulados culturais apresentados ao meio vital e refletido na materialidade dos objetos que testemunham a relação estabelecida.

Converge com a definição acima expressa a preconizada por Lima (2011) que destaca Cultura Material como a materialização das relações sociais. Esta concepção potencializa a identificação das rupturas e permanências na forma como o espaço foi ocupado ao longo do tempo. Ao considerar ainda as convenções sociais, vêm à tona as relações de poder e os demais conjuntos de forças que cimentam a forma como os sujeitos compõem coletividades mantidas com maior ou menor tenacidade. Este olhar multidirecional é salutar para evitar que a interpretação da concepção de Cultura Material patrocine determinismos e convirja para concepções demasiadamente objetivas e, por isso, reducionistas:

A cultura, modelada pelas possibilidades e pelos limites impostos por condições ambientais, passou a ser entendida como um sistema, ou seja, como um conjunto de elementos interdependentes – os subsistemas – em interação solidária, sendo possível compreender um deles por meio de suas relações funcionais com os demais. As possibilidades oferecidas pela Teoria Geral dos Sistemas para explicar o funcionamento das sociedades humanas entusiasmaram os opositores do histórico-culturalismo. Positivistas ferrenhos, que aspiravam à aplicação das ciências duras à Arqueologia, de modo a transformá-la em uma disciplina rigorosamente científica, hipotético-dedutiva e nomotética, eles encontraram nela um suporte teórico eficiente, conveniente para seus propósitos, com alto poder explanatório (Watson et

al., 1971). Com esses referenciais, eles se empenharam na construção de uma antítese do histórico-culturalismo (Lima, 2011, p 14).

A partir dessa perspectiva a estatística e a quantificação foram evocadas para comprovar as alterações a que estavam sujeitos os sistemas. Tais apreciações unidirecionais compunham respostas demasiadamente objetivas deixando de observar variáveis pertinentes. A concepção positivista (processual) da ciência arqueológica e da interpretação da Cultura Material considerava inacessível aspectos como: as intenções dos grupos sociais aos quais o testemunho material estava vinculado, as crenças a partir daí dedutíveis, bem como a representação simbólica dos objetos. Contudo, “(...). Tampouco as coisas materiais podem ser entendidas como estáticas, reflexos passivos de relações sociais e do sistema político e econômico em ação. Mas, acima de tudo, essa perspectiva reduziu o indivíduo a um autômato, controlado pelo sistema” (Lima, 2011, p. 16).

Se por um lado aquela abordagem à Cultura Material ajudou a perceber como os sistemas se conformam e se relacionam, por outro, não deu conta de estimar porque tais mudanças acontecem. A interpretação volta-se para rupturas e permanências. Ou seja, levar em consideração os imperativos históricos ajuda a perceber a adaptação e a evolução das relações no espaço sem o determinismo evolucionista em uma única direção:

(...). Os artefatos, por expandirem a aptidão dos indivíduos, na medida em que acrescentam a quem os utiliza habilidades e capacidades que eles não possuem naturalmente, os tornam mais aptos à sobrevivência. Desse modo, são capazes de fornecer dados relevantes para a compreensão não apenas do processo evolutivo, mas das histórias evolutivas específicas dos seus usuários (Lima, 2011, p. 17).

Desta perspectiva tanto os processos cognitivos precedentes que compõem o capital intelectual de cada coletividade, quanto as demandas conjunturais imediatas e pragmáticas vêm à tona a partir da Cultura Material. No presente estudo estes aspectos são contempláveis tanto na cultura material quando nas expectativas humanas apresentadas às matas de pinheiro e ao próprio rio Taquari.

Portanto, como historiado por Lima (2011), a ruptura com as dicotomias de outrora permite perceber que muito mais do que esclarecer as relações terminadas, os estudos são propulsionados por preocupações contemporâneas que não estão ausentes da interpretação da Cultura Material que emerge em pesquisas como esta. Refrescar as abordagens aos contextos sobre os quais outros debates frutificam motivam este estudo e as suas escolhas teóricas.

A Cultura Material, digna da alcunha de documento se apresenta como aporte de informações sobre o qual pouco se pensou no contexto estudado. Os estudos sobre o período colonial no Sul apresentam lacunas, como identificou Osório (2007). Regionalmente pensando, essa situação sobrevém por conta da escassez de fontes documentais escritas ou por falta de acesso às mesmas.

O ponto-chave é que devemos aceitar que temos uma fonte: a cultura material inserida em um contexto temporal e espacial; e que é com base nesta fonte que devemos construir nossas narrativas sobre o passado. Esta fonte tem as suas limitações pois, diferentemente dos antropólogos, não temos como entrevistar os nossos fragmentos do passado. Por outro lado, a própria noção de contexto implica que a cultura material está imbricada nas práticas cotidianas, nas representações, e nas negociações sociais que envolvem aspirações, afirmações, contestações, submissões, idealizações e poder (Symanski, 2017, p. 190).

A aceção conceitual aberta e a consciência de que as interpretações são sempre parciais e decorrentes de escolhas teóricas perpassam a narrativa que se constrói página após página deste estudo. No afã de estreitar diálogos tendo como lastro as Ciências Ambientais a sequência deste capítulo traz para a cena outro conjunto de conceitos objetivando ampliar a concepção de que os agentes sociais são também ator e palco das agências de outros elementos que com eles compõem a paisagem em estudo. O meio ambiente, agora, ao invés de ser evocado para justificar sistemas fechados nos quais os grupos humanos apenas reagem dentro de uma espécie de determinismo ambiental, vêm para a cena como elementos de uma relação multifacetada.

3.3 A História Ambiental e a Arqueologia Histórica em perspectiva

Sem arredar a narrativa da interdisciplinaridade convém estabelecer conexões com a História Ambiental a partir das mudanças experimentadas no campo da Arqueologia em relação ao meio ambiente. A obra *Historical Archaeology and environment* contempla essa perspectiva ao trazer para o âmago dos estudos arqueológicos as questões ambientais sem o determinismo de outrora e contemplando as agências múltiplas e específicas que os elementos dispostos nos espaços estabelecem.

Na obra organizada pelos arqueólogos Marcos André Torres de Souza e Diogo Menezes Costa, a partir da percepção que tal discussão aflorava no âmbito das reuniões da

Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), emerge o postulado de que uma nova abordagem aos estudos acerca da paisagem social se impunha. Os autores identificam a emergência de tais assuntos no espectro científico ao considerar a abordagem da perspectiva pós-humanista⁵. As reflexões a este respeito tomam corpo a partir da identificação de que as agências no espaço são da ordem de diferentes entidades (Souza; Costa, 2018).

Após mencionarem os teóricos que dão origem aos pensamentos que ensejam novas formas de visualizar as relações humanas com e no espaço, Souza e Costa encetam os movimentos específicos que tais premissas potencializam na Arqueologia e os propósitos do estudo que sistematizam:

(..). For this volume, we are especially concerned in deconstructing an anthropocentric view of the world, as well as undoing the radical division between culture and nature (González-Ruibal 2007, p. 285; Mrozowski, this volume). This perspective, which has been strengthened by new and powerful approaches involving materiality and is equally imbued with an interest in symmetry, proposes to reflect on humans and nonhumans in their hybrid constitutions. Through systematic investments in empirical and scientific knowledge, it seeks to explore many of the intrinsic qualities of different entities, viewing them not as mediators, but as participants (...) (Souza; Costa, 2018, p. 5).

Como se pode perceber a concepção de o que seja o humano e como os grupos e sujeitos compõem os espaços se alteram significativamente. Contudo, escolhas teóricas coerentes com a abordagem demandam movimentos de pensamento de grande impacto diante de uma sociedade tão fortemente assentada sobre o antropocentrismo:

Among the theories that have been adopted in these analyses is the actor-network theory (ANT). This is one of the most serious efforts to move away from an anthropocentric approach. This perspective seeks to explain the networks constituted by different agents—people, animals, things, objects and institutions—in their associations and relations. In this theory, humans and their communities are not in a position of primacy. Instead, they are treated symmetrically on an equal footing with other entities, all playing equally important roles in the construction of actor-networks (...) (Souza; Costa, 2018, p. 5).

Diante de tantas contribuições contemporâneas no sentido de compor bons fundamentos para a Epistemologia Ambiental para a qual Enrique Leff (2007) e José Augusto

⁵- Conforme Rüdiger (2007) o movimento intelectual emana das considerações pretéritas de Nietzsche no sentido de superação das facetas humanas como a modernidade a instituiu. O movimento congrega ainda uma série de pensadores que teorizam o impacto da cibernética e as metamorfoses que ela pode provocar na conformação do que pode vir a ser o humano. As muitas entidades presentes nas paisagens reconfiguram o humano superando a agencia unidirecional impetrada pelo antropocentrismo produzido pela racionalidade moderna.

Pádua (2010) chamam a atenção já há algum tempo, optou-se por ter em conta as ponderações de Latour (2012) a partir de percepções que são caras às interpretações que se pretende fazer nesta pesquisa a partir das provocações de Souza e Costa (2018). Entre as premissas contempladas está a simetria teorizada por Bruno Latour. A partir desta perspectiva procurar-se-á perceber como os sujeitos interagem com os demais elementos do espaço estabelecendo associações temporárias a partir de redes possíveis. As interconexões entre os pontos destas redes não são necessariamente físicas. Ainda por este prisma as associações estabelecidas deslocam os sujeitos e os objetos como entidades ativas no estabelecimento das redes de relação de formatos constantemente cambiantes.

Ainda em Latour (2012), é possível perceber que a perspectiva social é concebida a partir das associações sempre transitórias entre elementos humanos e não humanos que compõem e desintegram redes de relações nos espaços.

A ação social não apenas é assumida por estranhos como se transfere ou é delegada a diferentes tipos de atores capazes de levá-la adiante graças a outros modos de agir, a outros tipos de forças. À primeira vista, repor objetos no curso normal de ação pode parecer inócuo. Afinal de contas, nem se duvida que panelas "fervam" água, que facas "cortem" carne, que cestos "guardem" comida, que martelos "preguem" pregos, que grades "impeçam" crianças de cair, que fechaduras "tranquem" portas para barrar visitantes indesejados, que sabão "lave" sujeira, que horários "determinem" início de aulas, que etiquetas de preço "ajudem" pessoas a calcular e assim por diante. Esses verbos não designam ações? O que a introdução dessas atividades humildes, prosaicas e corriqueiras trará de novo para um cientista social? (Latour, 2012, p. 107).

Trancar, pregar, guardar e todos os outros verbos pressupõem ações. Para Latour (2012), se os objetos alteram o produto da ação de um agente este objeto é também ator. Esta premissa é decisiva para a interpretação da Cultura Material que parte da definição documental no âmbito arqueológico e chega à alcunha de entidade ativa no contexto da conformação das paisagens no arcabouço da epistemologia ambiental da qual a própria Arqueologia não está dissociada.

Uma vez mais se tem a possibilidade de estabelecer conexões teóricas múltiplas. Pondo no horizonte o objeto de estudo, não sem pesar, opta-se por interromper este eixo discursivo e convergir mais verticalmente em direção a algumas definições conceituais fundamentais e ainda pendentes. Desde o espectro teórico da História Ambiental é salutar para os objetivos dessa pesquisa definições como Paisagem, Espaço, Território e Lugar.

3.3.1 A História Ambiental e as considerações espaciais

Coincidindo ou sendo parte dos movimentos intelectuais que ganham fôlego na segunda metade do século XX, a História Ambiental emerge no debate ocidental contemporâneo. A efervescência social e, por consequência intelectual das décadas de 1960 e 1970, têm na História Ambiental uma das suas manifestações. Alguns posicionamentos políticos trouxeram para a cena os problemas ambientais. Esta perspectiva não é ponto pacífico entre os intelectuais que inauguram o campo. Conforme Pádua (2010), alguns estudiosos negam as influências dos movimentos políticos com pautas ambientais de forte apelo, na elaboração do *corpus* teórico da História Ambiental.

A perspectiva teórica destacada até o presente estágio coaduna com esta outra perspectiva a partir da qual se tem construído narrativas elucidativas acerca das relações multifacetadas dos grupos humanos nos espaços que compõem. Esta subseção é mais um esforço no sentido de aproximar das operações arqueológicas as interpretações sugeridas pela História Ambiental, considerando que,

(...). Esta nova história rejeita a suposição comum de que a experiência humana tem sido isenta de constrangimentos naturais, que as pessoas são uma espécie separada e singularmente especial, que as consequências ecológicas de nossos feitos passados podem ser ignorados. A história mais antiga dificilmente poderia negar o fato de que as pessoas vêm vivendo há bastante tempo neste planeta, mas a desconsideração geral deste fato sugeriria que elas não eram e verdadeiramente não são parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, compreendem que o conhecimento não pode mais se permitir ser tão ingênuo (WORSTER, 2003, p. 24).

A documentação e as incursões a campo trazem elementos relevantes no que tange às pretensões europeias para o espaço pesquisado no recorte cronológico pesquisado. Por este viés analisar-se-á como aventou-se, ainda no século XVIII, a possibilidade de extrair madeira dos matos existentes no cenário da pesquisa e com quais objetivos. Como era possível transportar esse material construtivo através das águas do rio, entre outros aspectos. Dessa forma pretende-se convergir para o objetivo geral da História Ambiental enunciado por Worster (1991, p. 200) como sendo: “(...) aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”.

A abordagem dos registros arqueológicos em consonância com as observações que emergem do conjunto de elementos a serem descritos pelo viés da História Ambiental serão

somados ainda aos documentos a partir dos quais é possível, por exemplo, quantificar o número de sujeitos escravizados e o tamanho da gleba de algumas das fazendas abordadas em determinado período.

Todos estes aspectos conformados e nomeados ao arbítrio humano não estão divorciados da concepção do próprio conceito de natureza a impactar todo o universo observável/sensível. Desta perspectiva:

Quando o observador humano contempla a realidade da existência, percebe que a esmagadora maioria das coisas que existem, incluindo os fundamentos do edifício material que permite que elas existam, não são criações humanas. Ou seja, para o observador humano elas existem por si mesmas, em termos tanto de materialidade quanto de organização. As espirais das galáxias, o Sol, a Lua, a textura das plantas, os ciclos da água, a fisiologia dos organismos – incluindo, por certo, o nosso próprio corpo mamífero e primata –, nada disso é criação humana, ao menos em sentido primário. Sua existência, sua forma e seu movimento não surgiram a partir do nosso arbítrio (Pádua, 2010, p. 86).

Diante de concepções teóricas que aparam arestas repensando o conceito de natureza se parte de interações mais simétricas, portanto menos hierarquizadas entre humanos e não humanos. Paulatinamente o campo historiográfico foi sendo aperfeiçoado trazendo à tona os emaranhados através de novas fontes, objetos e problemas a partir das vertentes francesas. Diante da aproximação com as Ciências Ambientais aspectos outrora ignorados passam a ocupar os historiadores:

Dito de outra maneira, ao dialogar hoje com as ciências naturais, a história ambiental se situa em um contexto teórico muito diferente daquele que alimentou as formulações deterministas do passado. Sem falar na herança teórica de toda a crítica interna produzida nas ciências sociais em relação aos riscos dos reducionismos geográfico, biológico etc. As ciências naturais adquiriram maior sofisticação teórica, calcando-se em finas metodologias ecológicas, radicalmente abertas e interativas. Os sistemas naturais se auto-organizam por meio da constante interação entre todos os seus elementos, bióticos e abióticos. O caminho é feito ao andar (...) (Pádua, 2010, p. 90).

A partir de concepções como as apresentadas neste capítulo, o eventual caos, aos olhos do racionalismo moderno passa a fazer parte da representação historiográfica concebendo-se lógicas e conexões inobserváveis em outros tempos. Sem desvanecer nenhuma das abordagens e seus resultados é possível revisitar algumas convenções e suavizar binarismos consagrados. A oposição/decorrência entre sociedade e Estado, por exemplo, a partir da História Ambiental pode permitir um outro ângulo de observação tendo em conta fatores culturais e como estes se conformam a partir da relação com o meio ambiente.

Uma vez assumindo teoricamente que no cenário da presente pesquisa se pretende, o quanto possível contemplar a agência humana trazendo para a mesma cena atores destituídos de tal protagonismo em outras narrativas, é preciso perceber que algumas definições na própria concepção do cenário requerem apreciações. Categorias como paisagem, espaço, território, região e lugar são caras à narrativa em curso. A literatura sobre estes aspectos também tem crescido substancialmente, portanto, mais do que uma exaustiva revisão literária tentar-se-á esquadrihar conceitualmente como cada uma das categorias postas é evocada neste estudo.

Até o presente estágio da redação da tese optou-se por usar muito detidamente o termo paisagem. Apesar de corrente no senso comum como aquilo que a vista alcança desde um ponto de observação, neste trabalho a paisagem,

(...) é concebida como um mosaico, com formas e cores muitas vezes de uma combinação singular e que nos marca ou nos remete a sensações que se situam em tempos diversos. Neste mosaico podem se incorporar, também, sons, odores, dinâmicas, estruturas, funcionamentos, etc., que passam a ser composições de interesse da arte, cultura e ciência, mas também como expressão individual e coletiva de estar e ser no mundo (Verdum, 2012, p. 9).

Ainda que Verdum (2012) calque suas reflexões acerca da paisagem, prioritariamente na ação humana, o conjunto de elementos que incorpora e a abertura que confere à definição torna congruente esta concepção com a observação das entidades que a compõem. A ocorrência destas entidades tais como rios, matos, pedras, topografia, entre outros aspectos, ajudarão a delinear as fazendas do percurso do Rio Taquari/RS no estudo em curso.

Tempo e espaço são conceitos estruturantes na ciência histórica que, na apreciação da paisagem, conformam-se como variáveis demandando atenção. Conforme destacado já na apreciação sobre o tempo e sua polissemia nos estudos arqueológicos trata-se de uma variável decisiva. No que concerne à paisagem, conforme Verdum (2012), a temporalidade está ligada às dinâmicas que nela incidem. Ainda segundo o mesmo autor todos os elementos envolvidos nas reconfigurações temporais das paisagens podem ser apreciados separadamente ou em conjunto. Destaca ainda que apesar de dinâmica cada paisagem tem uma “estrutura de funcionamento” conferindo-lhe especificidades.

A quantidade de elementos a serem tidos em conta justifica a eleição do conceito adotado neste estudo. Uma vez que,

Atualmente, a perspectiva de análise integrada do sistema natural e a inter-relação entre os sistemas naturais, sociais e econômicos têm produzido uma nova dimensão e interpretação do conceito de paisagem. Tanto a comunidade acadêmica quanto o senso comum têm uma definição própria da paisagem, vai depender do objetivo de sua aplicação (MAXIMILIANO, 2004). Desta forma, a discussão sobre o conceito de paisagem continua sendo motivo de inquietação em diversas disciplinas científicas, as diferenças de significado do conceito estão determinadas pelas formas de abordá-lo (Ávila; Mejía e Périco, 2019, p. 947).

Coerente com as definições teóricas fundantes desta discussão que toma impulso na diversidade de atores apontados por Latour (2012), se faz necessário alargar um pouco mais a concepção contemplando a percepção da paisagem por outros sentidos que não apenas a visão. É o que exercita Rahmeier (2014) ao tentar entender a paisagem de uma estância de meados do século XIX no Noroeste do que hoje se configura geopoliticamente como o estado do Rio Grande do Sul. Para aquele contexto evoca a Fenomenologia da Paisagem para a qual:

(...) o estar no lugar e sentir o lugar, em termos físicos, é o que conecta o pesquisador ao seu objeto de estudo. Deixando de lado as sensações psicológicas geradas pelo contato humano com as formas materiais, a fenomenologia busca recuperar as experiências e os esquemas corporais gerados por esse contato. Desse modo, o mundo material remanescente do passado, seja por sua arquitetura, topografia, mobiliário, clima e vegetação pode ativar nossos sentidos de forma semelhante à forma como ativava o sentido de pessoas que viveram no passado. Em contato com as formas materiais, nosso corpo possibilita acessar dinâmicas não mais existentes. Mas esse contato, essencialmente focado nas sensações físicas, passa a ser mais rico se informarmos nossos sentidos sobre a dinâmica da realidade que queremos entender (Rahmeier, 2014, p. 97-8)

A ponderação que encerra a reflexão acima é fundamental para que não se enverede para a superficialidade empirista ou para o anacronismo sabidamente inapropriado. Tendo ainda presente as agências dos muitos atores que conformam redes em uma determinada paisagem convém considerar que tais dinâmicas envolvem uma organização sintática dos elementos/atores. Esta disposição dar-se-á norteadada pela sistemática da rede em operação durante o tempo que assim se comportar até estabelecer uma nova conformação na qual os atores poderão cambiar papéis.

Esta configuração das redes se estabelece segundo uma intencionalidade e um sistema de valores igualmente dinâmicos. Mesmo as concepções de espaço que emanam de referenciais estruturantes como o materialismo histórico contemplam a dinamicidade da conformação espacial. Santos (2006, p. 67), já advertia que “o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente”.

Assim, ao contemplar as ruínas das fazendas em estudo se tem claro que “o espaço deve ser ordenado para ser habitado. Casas, aldeias e campos são espaços ordenados — “cósmicos” no sentido etimológico da palavra. Além do espaço da vida cotidiana, o que pode ser visto de forma imediata é o vasto espaço (Tuan, 2011, p. 7). Portanto, é desta perspectiva que o termo espaço enquanto categoria aparece nas reflexões empreendidas ao longo deste trabalho.

Continuando na tarefa de conceituar alguns termos caros à análise e delimitando-os dentro do estudo toma-se o conceito de Lugar. Esta escala espacial é atravessada por múltiplos fatores. Talvez seja neste recorte que as explicações, seguindo vários arranjos, nem todos segundo as mesmas lógicas potencializem de forma mais sensível as correlações entre as entidades aí presentes e temporariamente dispostas.

(...). A estrutura imposta desta forma não é um simples sistema de referência adaptado às necessidades de orientação; é, primeiramente, um esforço para atribuir valor e significado ao mundo e para situá-lo em lugares definidos. O processo de criação de um cosmo ocorre quando o tempo ilusório é ancorado no espaço, e o espaço é ancorado na realidade mais tangível do lugar. O espaço cósmico não é só um sistema de lugares, mas é ele mesmo um mundo expressivo, um lugar (Tuan, 2011, p. 7).

Ainda que os valores signifiquem o Lugar, a estrutura sobre a qual estão dispostos tais valores comporta a mobilidade dos rearranjos imanentes quando, como já aludido, se aproxima deste conceito a variável temporalidade. Dessa forma, seguindo as premissas de Tuan (2011), tem-se que o espaço estruturado é um Lugar que se configura como qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoas. Ainda que soe óbvio, é prudente considerar que na conformação das significações há um sem número de aspectos objetivos e subjetivos a comporem propósitos e motivações.

Outra categoria espacial que virá à tona em algum momento da análise é a de território. Para este conceito partir-se-á das ponderações de Haesbaert (2007) que considera como premissa básica para tal configuração a agência humana. O geógrafo passa a considerar que na dinâmica das vivências os grupos humanos ao des-territorializarem-se imediatamente re-territorializam-se a partir disso defende a multiterritorialidade de grupos e sujeitos. Este debate é sustentado, em última análise para negar a desterritorialização (sem hífen), pois sem o território os sujeitos não são (no sentido de existir). Esta consideração é precedida da

afirmação de que os seres humanos são animais iminentemente territoriais. Já em publicações anteriores propunha definir território:

(...) a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade - recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e "iconografias" [na acepção de Jean Gottman], ou o que melhor nos aprouver. (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (Haesbaert, 2004, p. 79).

Como é recorrente em autores que flertam com as teorias pós-modernas Haesbaert emprega muitos prefixos nos conceitos sobre os quais se detém. Com estes recursos pretende ampliar o significado do que está em pauta. Concretamente, nesta tese as suas teorizações são evocadas para informar que a compreensão de território aqui se dá sob dois prismas: um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” e outro tangente à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" - "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) - como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante (Haesbaert, 2007, p. 23).

A última categoria espacial a ser definida no sentido de informar os pressupostos a partir dos quais se evoca o conceito nesta produção diz respeito à região. A consideração fundante desta discussão parte do pressuposto que regionalizar é uma ação arbitrária. Trata-se de mais uma nuance das relações em rede de protagonismo híbrido humano/não humano. Neste caso os critérios utilizados para regionalizar compõem os fios com os quais se tece a rede entre os atores em cena.

Haesbaert (2010) parte do pressuposto que o mundo globalizado transforma a percepção espacial tendo em conta algumas premissas a partir das quais discute a regionalização, a saber: região, enquanto entidade geográfica concreta; regionalização, enquanto processo de diferenciação e/ou de recorte do espaço em parcelas coesas ou

articuladas; e regionalidade, enquanto propriedade regional com especial destaque para os câmbios na dimensão simbólica.

Na tese em curso o termo “região” é usado de forma restrita, contudo, convém considerar que as relações das entidades nos espaços são impactadas pelo fenômeno contemporâneo genericamente enunciado como globalização. Haesbaert (2010) defende que há globalizações no plural. Dada a ênfase que emprega à imbricada coexistência daquele fenômeno com as questões regionais depreende-se que a pluralidade da globalização decorre, em certa medida, da forma como esse episódio de tendência hegemônica é recebido em cada local. Adverte ainda para a dinâmica do que seja a regionalização e as particularidades que envolvem o ser regional. Nesse sentido o processo de constituir-se região, além de arbitrário, é dinâmico.

É neste sentido que pretendemos falar aqui de “regionalização” – a região enquanto processo, em constante rearticulação – e da propriedade de “ser” regional, a “regionalidade”, vistos a partir da grande diferenciação cultural e da enorme desigualdade social produzida mesmo num mundo tido como globalizado e, portanto, pretensamente mais homogêneo. Não há como, genericamente, pretender estipular uma única grande racionalidade ou “teoria” da regionalização, a não ser que mantenhamos os velhos padrões economicistas com que, muitas vezes, a região foi trabalhada – como se apenas a reprodução e acumulação do capital pudesse dar conta de toda a diversidade regional em que estamos inseridos (Haesbaert, 2010, p. 5).

Sem ignorar nenhum dos movimentos referentes ao processo de regionalização e de percepção do regional evocar-se-á, nesta tese o termo “região” mormente por preceitos geoespaciais. As entidades em cena no espaço são tomadas como referentes para o que arbitrariamente recortamos como região. Portanto, como já consta desde o título desta tese o Rio Taquari e seu percurso delimitam o que aqui recebe a alcunha (de região). Além dessa entidade, em alguns parágrafos dos capítulos vindouros poderão surgir outros como delimitadores regionais. A documentação primária já alude uma certa regionalidade ao mencionar os matos de pinheiro (critério botânico de regionalização) e as serras de Taquari (critério topográfico).

As proposições teóricas, a partir das quais se tecem as análises, tentam diluir algumas dicotomias. A amplitude dos conceitos mobilizados tem a pretensão de fertilizar as interpretações das quais se ocupam os capítulos vindouros. As Ciências Ambientais como grande área a abarcar este estudo têm aqui a tentativa de observância de seu aspecto fundante, a interdisciplinaridade e a integração pré-concebida na etimologia do que vem a ser um estudo

sobre temáticas “socioambientais”. Abordagens sistêmicas trazem para primeiro plano a dimensão natural/biológica a impactar a conformação das representações culturais:

O pressuposto dos ecologistas comportamentais de “que os humanos têm a capacidade de avaliar subconscientemente as consequências reprodutivas de comportamentos” e o enfoque na “aptidão média de alguma classe de organismo” ao invés de nas escolhas individuais aliado à visão de que “o conteúdo específico dos objetivos de um indivíduo vem tanto de informações biológicas quanto culturais” (Kelly, 1995, p. 52), permite-lhes o que alguns podem considerar um indecente – mas talvez realista – grau de latitude ao formular testes de hipóteses e argumentos interpretativos. (...) (David; Kramer, 2002, p. 27).

Tendo em conta o espaço destinado a definição conceitual levada a termo neste capítulo, as apreciações metodológicas, como já informado, virão à tona concomitantemente à apresentação dos resultados. Uma vez mais empreender-se-á esforços no sentido de, também naquela seção, evocar os conceitos aqui definidos como justificativa para as escolhas metodológicas e procedimentais.

Por ora cumpre destacar, no fechamento deste capítulo que as lentes teóricas a partir das quais se visualiza o objeto em questão estão ainda em processo de consolidação e, por vezes, são refutadas por espaços onde os cânones acadêmicos preservam relações mais estreitas com o paradigma científico estruturado na modernidade⁶. Tanto a Arqueologia Histórica quanto a História Ambiental emergem enquanto campos discursivos dentro do escopo de ciências estruturadas provocando, de vez em quando, estranhamentos com suas células *mater*.

A aproximação entre essas duas perspectivas teóricas também pode evidenciar pontos de tensão. Em alguns contextos os discursos emergentes da Arqueologia Histórica podem, com certa razão, alegar que as questões ambientais nunca estiveram ausentes de sua abordagem. A História Ambiental por seu turno, dado o diálogo estreito com as ciências econômicas, pode alegar que a materialidade dos registros não está ausente de suas perspectivas. Mais uma vez, estar-se-ia compondo um discurso coerente.

Os reveses sofridos pela Arqueologia Histórica até se conformar como área do conhecimento Lima, (1993; 2002), Symanski, (2009; 2017) e os discursos provenientes de abordagens transversais (Pádua, 2010) a partir das quais se pode recortar períodos longos,

⁶- Tratamos deste assunto na seguinte produção: LOPES, Sérgio Nunes; MACHADO, Neli T. Galarce; MACIEL, Sabrina; BECKER, Yago Bernardo. **História Ambiental e as Fazendas Coloniais do percurso do Rio Taquari no Sul do Brasil, sob perspectiva arqueológica**. No prelo, 2021.

abordagens que só são aceitas em contextos nos quais a perspectiva moderna de ciência deixou de ser a única forma de representar as ações dos homens no e com os espaços. Transitar diplomaticamente entre esses dois campos epistêmicos tomando-lhes emprestados alguns conceitos é um imperativo que tange a lealdade intelectual a partir da qual se pretende evocá-los em contexto.

Regionalmente pensando, essa situação se pretende pertinente por conta do ainda restrito acesso às fontes documentais. Dessa perspectiva a Cultura Material, tomada a partir do enunciado de Lima (2011) que, coerente com a definição expressa em Meneses (1998), a preconiza como a materialização das relações sociais, potencializa a identificação das rupturas e permanências na forma como as múltiplas agências se fizeram sentir neste espaço.

Dessa perspectiva teórica, muito antes de propor sistemas fechados de interpretação, verticaliza-se a abordagem em pontos para os quais o conjunto de fontes aponta. A descrição das estruturas arquitetônicas e da Cultura Material evidenciada oferecem, a fases vindouras do estudo, possibilidades interpretativas e, ao mesmo tempo, diagnósticos das experiências humanas (sociais e individuais). O manancial de fontes se amplia. Da mesma forma, são desejáveis, abordagens intelectuais transdisciplinares dos fragmentos do cotidiano contidos na Cultura Material. Mais do que disputas por versões mais ou menos críveis e interpretações herméticas, tem-se representações possíveis partindo-se da densidade descritiva oportuna no manuseio das fontes em questão. Os pressupostos teóricos pretendem decodificar os seus discursos.

4 FAZENDAS, IMPACTOS AMBIENTAIS E TRABALHO ESCRAVO

O primeiro capítulo apresentou o contexto histórico amplo e colocou as margens temporais da pesquisa, o segundo revelou as perspectivas teóricas e os conceitos implicados na análise. Neste capítulo pretende-se delinear as fazendas do percurso do Rio Taquari estabelecendo conexões com outros espaços também nomeados como fazendas em outros contextos. Pretende-se fazer um movimento de aproximação gradativo sempre colocando em primeiro plano as questões ambientais a partir das múltiplas relações estabelecidas nos espaços. A configuração da narrativa por este viés tem como premissa a observância da identidade do trabalho. Esta é uma tese defendida em um programa interdisciplinar ancorado na área de Ciências Ambientais e os problemas socioambientais aqui tratados, apesar de assentarem-se em vertentes historiográficas e arqueológicas não se pretendem como de domínio estrito daquelas áreas.

As abordagens historiográficas e arqueológicas às fazendas em diversos contextos geraram trabalhos importantes em várias regiões do que veio a se conformar como Brasil. A historiografia revelou várias nuances das configurações sócio-políticas. Os trabalhos sobre a configuração fundiária e as doações de sesmarias sugerem ordenações espaciais sobrepostas. A Arqueologia, no Brasil, pôs em tela o cotidiano de muitos destes lugares. A seção se configura basicamente como uma revisão bibliográfica parcial. Este movimento suscitará perguntas ao término do capítulo acerca das especificidades dos espaços trabalhados em relação ao que já foi contemplado em outros contextos.

4.1 Sesmarias e fazendas enquanto conceitos de organização espacial

Ao nomear os espaços os grupos humanos lhes imputam uma série de significados. Alguns destes significados denotam demandas concretas que são acolhidas ou refutadas. Outras denominações indicam uma série de representações simbólicas que interconectam a dimensão social e natural.

Ainda que se ocupando do estabelecimento de relações de poder nos espaços, o que por vezes hipertrofia a agência humana em relação aos elementos não-humanos, o geógrafo suíço Claude Raffestin permite visualizar alguns aspectos caros a este capítulo. Na clássica obra *“Por uma Geografia do poder”*, Raffestin chama a atenção para aspectos sintáticos e semânticos na configuração de um território. No capítulo anterior destacamos ainda as reflexões de Haesbaert (2007) e suas considerações acerca das concepções funcionais e simbólicas na elaboração do território atravessado pelas relações de poder.

No primeiro capítulo iniciamos chamando a atenção para a configuração do reordenamento político-administrativo que deu origem aos Estados Nacionais Modernos ou Estados Nacionais Absolutistas. É a partir dessa matriz que o mundo ocidental europeu proporá relações com outros espaços. Ao evocarmos Raffestin (1993) e Haesbaert (2007), estamos enunciando que embora não se ignore as premissas de Latour (2012), acerca das entidades não-humanas e suas agências, por conta do caráter ainda bibliográfico da seção ora iniciada, os postulados da materialidade tenderão ocupar o primeiro plano na narrativa. O quanto possível, entretanto, chamar-se-á a atenção para o cerne da perspectiva teórica esquadrinhada no segundo capítulo.

Concretamente, portanto, cumpre definirmos alguns termos recorrentes sobretudo na literatura historiográfica. Sesmaria e Fazenda, por exemplo, são vocábulos que conferem significados a espaços e permitem regulação jurídica desde a lógica europeia. É também nesta disposição sintática dos elementos no espaço que papéis sociais serão imputados a grupos humanos. O suprimento de mão de obra para que os imperativos dirigidos às fazendas fossem satisfeitos dão ideia do tipo de relação social e ambiental estabelecidos.

A tentativa de organização fundiária passou pelo projeto das capitânias hereditárias, já tangenciado no primeiro capítulo, e o processo produtivo pela *plantation* de cana-de-açúcar. Nesse período, conforme Prado Jr (2009, p. 30) não se chegou sequer ensaiar trabalho com

mão de obra branca. Segundo o mesmo autor a falta de gente disposta a emigrar de Portugal para a América está entre os fatores que justificam a opção pelos negócios na África que recrudesce o processo de escravidão na América portuguesa.

A doação de sesmarias sobre as quais alguns súditos da Coroa portuguesa edificaram sedes de fazendas, fez parte do ordenamento fundiário e da tentativa de consolidação dos limites sobre os quais versou o primeiro capítulo. Os elementos concretos da paisagem passaram a sofrer significação a partir de um sistema de valores pensados em outros contextos. Tem-se, então, a formalização de como esses conjuntos de valores passarão a demarcar espaços. A organização fundiária pensada para a colônia portuguesa na América exemplifica tais ponderações.

A Lei de Sesmarias de 1375, enquanto ordenamento jurídico, foi transplantada para a América portuguesa. Fruto de uma sociedade feudal em que o poder monárquico se centralizava, esta lei respondeu a outros requerimentos no Brasil colonial a partir do séc. XVI: respondeu às necessidades do mercado mundial em formação, e do capital comercial, que subordinava a produção colonial. Foi ainda instrumento da expansão dos domínios portugueses rumo ao sul: as primeiras sesmarias foram concedidas antes da formação do Rio Grande (OSÓRIO, 1990, p. 46-7).

A dinamicidade das atribuições de valores comporta desde aspectos concretos a situações de significação e ressignificação mais abstrata. No que concerne às questões tangíveis Osório (1990) informa que:

(...). Quando as primeiras sesmarias foram distribuídas no Rio Grande, em 1732, sua repartição já era praticada a quase dois séculos e uma legislação específica se avolumava e modificava-se: as concessões que eram de 5 léguas, foram limitadas a 3 pela carta régia de 7 de dezembro de 1697. As mudanças ocorriam conforme os interesses da metrópole, muitas vezes em confronto com os colonos estabelecidos (OSÓRIO, 1990, p. 46).

Ainda que as medidas de comprimento representem, cotidianamente, elementos concretos, tomados em situação geravam controvérsias. Osório (1990, p. 46) vale-se do estudo de Costa Porto sobre o Sistema Sesmarial no Brasil (estudo sem data publicado pela Universidade de Brasília) para informar que “Uma légua linear corresponde a 6.600m. Uma sesmaria, 3 léguas por uma, perfaz 13.068 ha”. Ainda que as definições quanto ao tamanho variem, no que concerne à legislação portuguesa da Baixa Idade Média tem-se uma definição legal do que seja uma sesmaria. Osório (1990, p. 47) apresenta o fragmento das Ordenações Filipinas com tal definição “Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casaes, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e

aproveitadas, e agora não o são”. O texto foi extraído por Osório (1990) do estudo de Rui Cirne Lima publicado em 1954, sob o título *Pequena História Territorial do Brasil, Sesmarias e Terras Devolutas*.

Especificamente para o país, conforme Osório (1990, p. 48), houve, do final do século XVII ao final do século XVIII, grande quantidade de regras e repactuações para a concessão de sesmarias. Tal situação, conforme a autora, deriva do estabelecimento de normas específicas para determinadas capitanias. Dessa perspectiva tem-se variabilidades regionais quanto à extensão, procedimentos de concessão e medição.

Essa situação amplia o número de questionamentos direcionados especificamente ao contexto estudado. Se em relação às questões mais concretas, como o tamanho das sesmarias, houve reconvenções o que dizer de aspectos menos visíveis em documentos tradicionais? Interpretar a inserção desse novo conjunto de saberes na paisagem fazendo-a espaço de convivência e sobrevivência, traz à tona aspectos do cotidiano dos grupos humanos que passaram a configurar, no contexto estudado, o Brasil colonial e imperial, período sobre o qual a História e a Arqueologia regional ainda carecem de registros substanciais.

É possível, portanto, a partir do exame feito até então definir conceitualmente sesmaria, ainda que se tenha variabilidade quanto às suas dimensões e regras de concessão. Osório (2007), contudo, apresenta um panorama que incentiva a indagar acerca das especificidades, dada a quantidade de sesmarias registradas nas documentações acessadas. Em nota de rodapé a autora informa: “Recolhemos registros de sesmarias no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no Arquivo Nacional e no Arquivo Histórico Ultramarino, o que compôs o corpus de 533 sesmarias, concedidas de 1738 a 1807” (OSÓRIO, 2007, p. 81).

A busca pela característica de cada uma das sesmarias fora indagada pela autoridade concedente:

O Vice-Rei ordenara que o provedor indicasse ‘qual é o negócio em que se empregam os seus moradores, se na lavoura, se em criação de animais’. Nem sempre os capitães auxiliares que realizavam as relações, em primeira instância cumpriram tal determinação, e, por isso, há o número significativo de ocupações ‘não informadas’. Ademais, como não consta nenhuma outra referência à agricultura que a declaração de ocupação, optamos por considerar apenas as grandes categorias e ignoramos os casos de difícil classificação, que revelam as diferenças de critérios dos elaboradores das relações. Esses casos estão agrupados em “outros”. De qualquer forma, as quatro primeiras categorias listadas, ‘lavrador’, ‘criador’, ‘criador e lavrador’ e ‘mais lavoura que criação’ – que passaremos a denominar abreviadamente ‘mais lavoura’ – representam 79,2% das ocupações (OSÓRIO, 2007, p. 81).

As fazendas recortadas para o estudo apresentado neste trabalho estavam prestes a serem edificadas à época da produção das informações acima apresentadas. As menções nos documentos históricos acessados intensificam-se a partir de 1799 e, ainda em 1809, um dos fazendeiros, cujas posses foram abordadas candidatou-se a receber uma sesmaria na qual edificou três das fazendas aqui estudadas.

Se a documentação seriada presente em três arquivos abordados por Osório (2007) deixa lacunas, como destacado pela própria autora, convém então lançar mão de outros aparatos metodológicos. Uma vez perseguido, ainda que superficialmente, o caminho para o acesso às sesmarias, bem como sua definição jurídico-conceitual se faz necessário restringir a área de abordagem tendo em vista que o foco são as estruturas arquitetônicas e seus entornos. Essas estruturas compunham as edificações feitas nas sedes das fazendas. É preciso, contudo, apresentar as concepções de fazenda conceitualmente.

Conforme Osório (2007, p. 102): “Em terras americanas, a palavra fazenda adquiriu o sentido de propriedade agrária”. Conforme a mesma autora, na concepção do termo está embutida a ideia de grande propriedade destinada à criação de gado ou ao cultivo. Essa noção também se aplica às possessões da Espanha onde hacienda significa grande propriedade rural.

No Sul do continente americano o termo estância também passou a ser empregado para designar as grandes propriedades destinadas à criação de gado. Osório (2007) informa que em fins do século XVIII, o termo se popularizou e passou a figurar nas correspondências dos militares portugueses e nos registros dos viajantes do velho mundo que passaram a visitar a província.

Também foi incorporada ao vocabulário da América portuguesa, e em especial no Sul, a palavra de origem quéchua ‘chácara’, significando terras de lavoura. O mesmo dicionário de Moraes Silva atribuiu-lhe uso apenas no Brasil, especificando os seguintes sinônimos: quinta no Rio de Janeiro, roça na Bahia e sítio em Pernambuco (OSÓRIO, 2007, p. 104).

Do ponto de vista da narrativa e da descrição das estâncias Osório (2007) informa que da metade do século XIX até boa parte do século XX, o termo estância foi utilizado para designar grandes estabelecimentos ocupados unicamente com atividades relativas à pecuária. A mesma autora informa, e corrobora com suas pesquisas, que tal caracterização não

corresponde ao cotidiano dos estabelecimentos do século XVIII. Há estâncias onde se pratica a agricultura e fazendas onde se cria gado.

Em outras regiões do Brasil a adjetivação de algumas fazendas já denota o tipo de atividade ali realizada, as relações sociais aí travadas e os impactos ambientais que tal configuração das relações geraram. Veja-se o caso das Fazendas Obrigadas:

Nome pelo qual eram designadas, no Brasil colonial, as fazendas que, na qualidade de subsidiárias dos engenhos, a eles entregavam sua colheita de cana-de-açúcar, recebendo como pagamento a metade do açúcar produzido. Esse procedimento, adotado pelos engenhos, visava compensar a perda habitualmente verificada na manufatura do açúcar, com o desperdício da matéria-prima e o desgaste do aparelhamento. Assim, interessava mais aos senhores do engenho utilizar a matéria-prima, proveniente de outras lavouras, do que manter culturas canavieiras próprias. As fazendas obrigadas recebiam também pagamento pela terra utilizada, feito com certa percentagem de açúcar. Vendendo a sua parte do açúcar produzido, os engenhos lucravam bastante sem arcar com o prejuízo que, fatalmente, ocorria no processo de produção (AZEVEDO, 1999, p. 196).

A partir da consideração de que as Fazendas Obrigadas eram subsidiárias dos engenhos é perceptível a centralidade da produção de riquezas durante o período de plantio e beneficiamento da cana-de-açúcar. Nesse caso percebe-se a prevalência do engenho em detrimento da lavoura.

Até aqui, nesta seção se define conceitualmente sesmaria e fazenda tendo como *locus* da conceituação a região Sul do Brasil. É desse lugar que Osório (1990; 2007), define em sua produção os vocábulos discutidos. Alguns trabalhos levados a termo em outras províncias utilizaram metodologias semelhantes à mobilizada na tese aqui apresentada. Esta situação torna conveniente o exame a alguns estudos antes de retomarmos especificamente o lugar pesquisado, as ruínas das estruturas arquitetônicas e os entornos.

4.2 Alguns estudos e aproximações

A subseção ora iniciada comenta alguns trabalhos entre tantos realizados sobre temáticas afins nos últimos anos no Brasil. A produção historiográfica sobre os meios e modos de produção no período correspondente ao colonial e imperial no Brasil é profusa e qualificada. As abordagens arqueológicas àqueles sítios também começam a frutificar. Portanto, os trabalhos aqui referidos têm sua eleição justificada, primeiramente pela

metodologia empregada e em segundo lugar pela fluência de como chegaram ao pesquisador o que exclui qualquer outro critério valorativo ou menosprezo aos estudos análogos não mencionados. Se por aqui se pretende elucidar como eram as fazendas do percurso do Rio Taquari/RS, cujas ruínas se encontram em elevado grau de deterioração o exame a seguir apresenta o que os pesquisadores de outras paragens inferem acerca do contexto que estudaram a partir de fontes da mesma categoria das mobilizadas no estudo em curso.

Coerente com o recorte cronológico apresentado a primeira interação com os outros espaços estudados é mediado pela introdução da cana-de-açúcar na América Portuguesa. Conforme a pesquisa de Costa (2018) a cana-de-açúcar trazida para os domínios portugueses na América veio das ilhas Madeira. O vegetal correspondia botanicamente a uma variedade cultivada na Sicília, no mar Mediterrâneo, desde o século XV. Esta atividade marcará indelevelmente a paisagem de algumas regiões das possessões portuguesas deste lado do Atlântico.

A inserção do cultivo de cana oportunizou uma série de atividades e edificação de estruturas mediadoras das relações humanas com outras entidades como os cursos d'água, por exemplo. Tais elementos são erigidos a fim de transformar a cana-de-açúcar em produtos com potencial de consumo em outros locais para onde Portugal exportava sua produção americana. O processo se dava nos engenhos:

A palavra “engenho” deriva da chamada casa de engenho, local onde se moía a cana e produzia o açúcar, rapadura ou aguardente, mas acabou passando a designar toda a fazenda em si, todo o complexo agroindustrial envolvido no cultivo da cana e no preparo do açúcar. Dentre as diferentes categorias dos engenhos, o mais complexo era o engenho real, ou engenho d'água, cuja moenda era movida à água. Os demais, movidos a escravos ou à tração animal, e as engenhocas, voltadas principalmente para a produção da aguardente, eram mais modestos e exigiam investimento menor (Peixoto, 2019, p. 43).

Ao tratar de o que chama “a paisagem do açúcar”, Peixoto (2019) menciona a utilização dos cursos d'água tanto para a edificação de engenhos quanto como meio por onde os produtos oriundos do beneficiamento de cana eram escoados. Conforme a autora, o Regimento do primeiro governador-geral da colônia, Tomé de Souza datado de 1548, recomendava fortemente a concessão de sesmarias próximas a rios como imperativo para que aí fossem edificados engenhos d'água.

A configuração ambiental, neste caso, influenciava sobremaneira o tipo de relação ali estabelecida entre os grupos humanos e os demais agentes. Naqueles espaços eram edificadas estruturas a serem pragmaticamente empregadas no cultivo e beneficiamento de cana. Entre as edificações de maior fluência nas relações estavam a casa-grande, a senzala, a capela e a fábrica (Peixoto, 2019).

Como já destacado, ao nomear os espaços e os elementos neles dispostos uma série de significados funcionais e simbólicos são revelados. A casa, além grande, era de onde emanavam as forças intangíveis que consolidavam as relações de poder. A hierarquia originária daqueles que habitavam o espaço da casa-grande faz, inclusive com ela apareça em primeiro lugar no elenco de estruturas que compõem o engenho. A senzala, salvo outros significados em dialetos africanos, no contexto não significa apenas a edificação, mas também a condição social de quem a habitava. A capela, da mesma forma, mais do que as paredes que a circunscrevem, remete a uma herança das relações estabelecidas entre a coroa bragantina e a Igreja Católica que alcança a baixa idade média no contexto europeu. A fábrica por seu turno traz para o espaço, agora com os elementos sintaticamente dispostos uma série de saberes desenvolvidos e acumulados. A produção de açúcar, além de contar com a exploração de um relevante número de sujeitos escravizados, empregava um sem número de trabalhadores especializados em cada um dos processos que transformava um líquido em sólido com muito valor – da perspectiva capitalista – agregado.

A exemplo do que será possível verificar nas fazendas abordadas, os estudos de Peixoto (2019) apontam para o manejo dos córregos de água como forma de conferir força motriz ao funcionamento dos engenhos. Naquele contexto a autora destaca que a movimentação da roda de madeira se dava pelo escoamento da água que era levada de um açude decorrente do represamento com pedras ou tijolos, por uma calha suspensa até despejar sobre a roda gerando o movimento necessário.

É possível perceber ainda a partir da contextualização de Peixoto (2019) considerações sobre o solo para a produção de cana e a vegetação que era utilizada como fonte de energia para coser o caldo que passaria a açúcar. São entidades com as quais os grupos humanos – senhores de engenhos, indígenas e africanos escravizados – precisavam travar relações diante dos objetivos e pretensões de cultivar cana e produzir açúcar e demais derivados.

José Augusto Pádua, na obra *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, analisa as ponderações da elite letrada do Brasil do período recortado em seu estudo. As manifestações presentes na documentação acessada por Pádua (2004) trazem críticas contundentes à forma como a configuração das atividades produtivas no Brasil colônia e depois império contribuía para a degradação ambiental. É mais um dos elementos evidentes no estudo dos engenhos.

Na contextualização de sua pesquisa Peixoto (2019) menciona várias estruturas arquitetônicas que poderiam vir a fazer parte de suas incursões arqueológicas em Jacarepaguá/RJ. Entre as instalações menciona as casas de purgar além de edificações de apoio ao cultivo da cana-de-açúcar como depósitos, olarias, oficinas, estrebarias entre outros prédios. Naqueles espaços a autora destaca que há variações na disposição dos elementos das sedes dos engenhos de acordo com as questões ambientais, mas pondera acerca da relevância de se considerar sempre a estrutura basilar do engenho formada por: casa-grande, capela, fábrica e senzala.

Tanto em Jacarepaguá quanto no Nordeste, onde a atividade açucareira foi relevante se pode ter detalhes acerca da configuração dos engenhos. Peixoto (2019) destaca, entretanto, que no Nordeste as abordagens arqueológicas especificamente ainda são esparsas restando mais trabalhos acerca das estruturas edificadas na Capitania de Pernambuco. No Sudeste os trabalhos começam a tomar corpo, mas ainda são esparsos, especialmente em São Paulo, onde esteve uma das capitanias hereditárias importantes no estabelecimento dos engenhos, a capitania de São Vicente. Já no Centro-Oeste algumas abordagens têm trazido à tona contornos mais nítidos e transcendentemente temporal e espacialmente a partir das análises ao cotidiano nos engenhos.

Na revisão da bibliografia arqueológica levada a termo por Peixoto (2019) em relação aos engenhos, o Centro-Oeste desponta como um dos lugares sobre o qual as pesquisas mais têm avançado. Naquele contexto os pesquisadores têm pensado os desdobramentos da diáspora africana com trabalhos mais incisivos chegando a reduzir a escala de análise à abordagem mais detida à cultura material. Symanski desde 2006, vêm refinando as investigações naquele âmbito chegando ao ponto de associar os traços impressos na cerâmica encontrada em contexto arqueológico a grupos étnicos africanos específicos.

A partir do Rio de Janeiro as pesquisas em engenhos vêm avançando também no Sudeste. Na senda de suas investigações arqueológicas atinentes à escravidão e à Diáspora africana Symanski têm publicado trabalhos decorrentes de um projeto intitulado “Café com açúcar: arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no sudeste rural escravista, séculos XVIII e XIX”. No âmbito daquele empreendimento de pesquisa além dos engenhos de açúcar vêm à tona as fazendas de café, haja vista que o vale do Rio Paraíba no Sudeste foi amplamente impactado pela produção cafeeira.

O atual estágio das pesquisas arqueológicas no contexto do Vale do Rio Taquari no Rio Grande do Sul, ainda está distante de uma apreciação mais detida a ponto de reduzir a escala de análise à interpretação mais incisiva da cultura material. Apresentar, nesta revisão, trabalhos que lançam mão de metodologias parcialmente utilizadas para o trabalho ora apresentado propulsiona pesquisas futuras também neste contexto. A apresentação com uma escala de análise ainda ampla ajuda a justificar a aproximação de discussões atinentes à História Ambiental para o mesmo patamar da Arqueologia Histórica. A apreciação dos trabalhos nos engenhos e a integridade dos registros arqueológicos abordados pelos pesquisadores das *plantations* de cana passam longe do que é possível acessar nas fazendas do percurso do Rio Taquari/RS. As fazendas/engenhos de açúcar têm nas demandas ambientais as conexões mais evidentes com o estudo em curso. Como uma das últimas ações de contraste, rapidamente apreciemos, através de alguns trabalhos, mais uma vez aleatoriamente elencados, as demandas apresentadas aos espaços das fazendas de café.

As ponderações, também em relação à produção de café, focalizam as estruturas arquitetônicas e o espaço das fazendas. Neste sentido, além de alguns trabalhos de cunho arqueológico apreciar-se-á produções oriundas da lavra de alguns arquitetos que se dedicaram ao estudo das fazendas cafeeicultoras.

Da perspectiva Arqueológica Symanski (2014) chama a atenção para trabalhos em fazendas ocupadas com aquela atividade no contexto dos estudos das senzalas. Informa que as investigações iniciaram com abordagens de orientação marxista. Aponta para trabalhos coordenados, na década de 1990, pela arqueóloga Tânia Andrade Lima na Fazenda São Fernando em Vassouras no Rio de Janeiro. Destaca que naquela investigação os pesquisadores encontraram poucas pistas alusivas ao cotidiano. Como o foco eram as senzalas daí exumaram “poucos fragmentos de louças e vidros” (Symanski, 2014, p. 186).

Outra abordagem, que tem sido direcionada à estas estruturas, diz respeito à tentativa de documentação das rodas d'água. Assim como no Vale do Rio Taquari, também no Vale do Rio Paraíba as estruturas das antigas fazendas com exploração do potencial hidráulico têm desassossegado alguns pesquisadores. Naquele contexto abordagens propostas desde a mobilização de algumas técnicas arqueológicas trazem à tona este tipo de interação e demanda de grupos humanos provenientes do novo mundo com o meio.

Esta região de que estamos tratando permaneceu até princípios do século XIX com uma população colonial bastante rarefeita e pouca ou nenhuma intervenção do poder colonial. Podemos afirmar que estava marcada ambientalmente por uma densa floresta e pela presença de grupos indígenas que mantinham algum contato com a população colonial. Mais ao leste, onde o rio Paraíba do Sul verte suas águas no Atlântico, na região da baixada campista, começa a se desenvolver a economia agro-açucareira, e mais ao oeste, a cafeicultura. Exprimida entre estas duas áreas de intensa atividade econômica, a região objeto de nosso estudo teve um desenvolvimento vigoroso embora mais lento, baseado na produção de açúcar, café e cereais. Além dos produtos agrícolas, parece ser que a principal produção desta região (São Fidelis – Itaocara) era a “de telhas, tijolos, louças de barro e tecidos de algodão grosso” (DE PALAZZOLO, 1963:165). Alguns fornos cerâmicos coloniais, identificados em trabalhos de campo anteriores (TEIXEIRA, 2005), parecem ser os testemunhos materiais desta importante indústria ceramista (Teixeira, 2014, p. 304).

Teixeira (2014) se detém a duas rodas d'água localizadas na Fazenda dos Quartéis e na Fazenda Serraria ambas localizadas no município de Cambuci no Rio de Janeiro. Segundo a autora as aludidas fazendas fazem uso das águas do Rio Pombo e do principal rio da Região, o Rio Paraíba do Sul. Na fazenda Serraria identifica que “Estão plenamente visíveis as áreas relacionadas à atividade produtiva agrária, com o terreiro para secagem do café, uma caixa d'água, um galpão com engrenagens pertencentes a uma roda d'água e um tramo de estrada de ferro” (Teixeira, 2014, p. 309).

As reflexões empreendidas com foco na arquitetura e sua funcionalidade, igualmente, são caras a este trabalho por informarem a configuração do espaço das fazendas. A abordagem às estruturas arquitetônicas ajuda a entender o trabalho com o café após a colheita. A atividade requer adaptação do espaço e, como acontece em grande parte das fazendas, intenso manejo hídrico.

Ao analisar os inventários e a documentação do Centro de Memória da Unicamp, Silva (2006), procurou caracterizar as fazendas da região de Campinas, São Paulo. O trabalho envolveu também prospecções em campo o que resulta na produção de ilustrações didáticas acerca dos imperativos ambientais naquelas estruturas. Apesar de o artigo discutir, inclusive

as técnicas construtivas, nesta seção dar-se-á atenção prioritária à disposição espacial da fazenda.

Em algumas das sedes abordadas por Silva (2006), houve sobreposição de estruturas construtivas, pois os locais que produziam açúcar em um primeiro momento passaram à produção cafeeira a partir da expansão daquela cultura.

A rápida substituição dos canaviais por cafezais pode ser explicada por uma série de fatores internos e externos. Toda aquela infra-estrutura criada pela cana agora assegurava condições favoráveis à implantação do café: estocagem de mão-de-obra escrava, acumulação de capital, abertura de estradas para o escoamento agrícola, experiência nos transportes e na comercialização etc. As condições do mercado externo, ávido de café e saturado de açúcar, também lhe eram favoráveis. Afora essas e outras razões, o café dava lucro. Em 1842, quando a vila de São Carlos retoma o antigo nome de Campinas e é elevada à categoria de cidade, ela estava às vésperas de se tornar a maior produtora de café do mercado internacional (Silva, 2006, p. 94).

A potencialidade visualizada da perspectiva ambiental naquele espaço esbarrava conforme a autora em dificuldades estruturais. Uma das mais relevantes diz respeito ao escoamento da produção uma vez que as condições de transporte “ofereciam precárias comunicações com Jundiaí, São Paulo e o porto de Santos. No lombo dos burros, viajavam gentes e mercadorias” (Silva, 2006, p. 95). As condições de transporte entre as fazendas do percurso do Rio Taquari recebem especial atenção no próximo capítulo dando a entender que as dificuldades de transporte não eram exclusividade das fazendas do Sudeste.

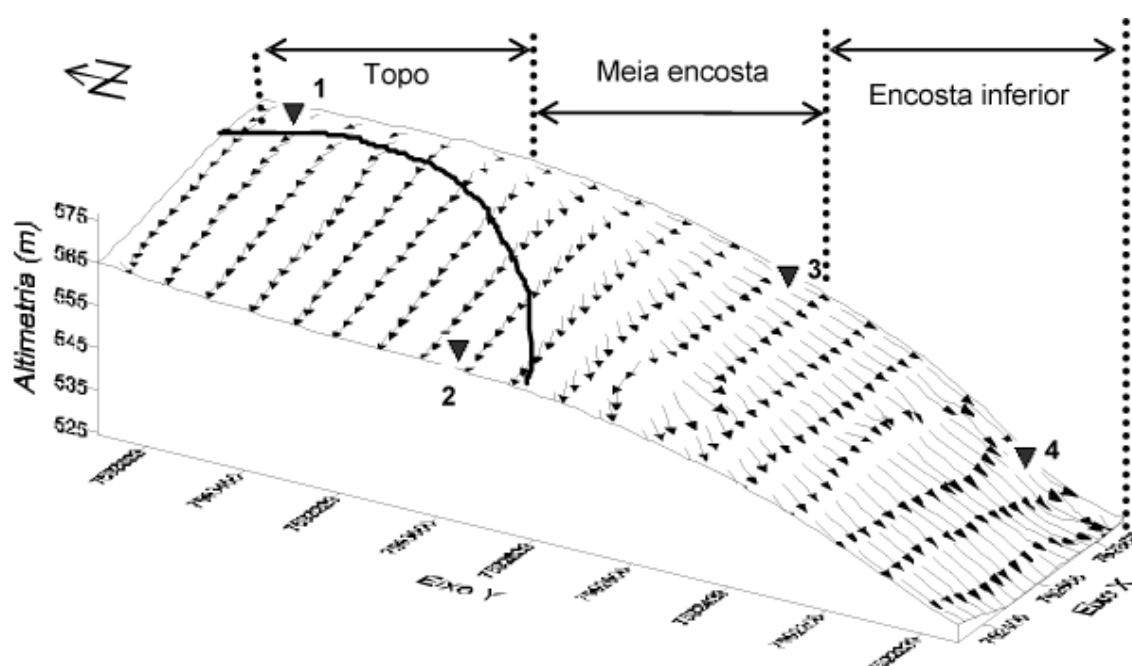
Este prolongamento da área de produção cafeeira alterou as sedes das fazendas. Os chamados terreiros de café, conforme Silva (2006) saíram do complexo imediato da fazenda e expandiram-se para as cercanias. Como o processo de limpeza do café depende de água muitas das fazendas foram construídas “em meia encosta”. Este recurso confere algumas particularidades às sedes das fazendas e denota um tipo de relação dos sujeitos com uma entidade de agência destacada, os cursos d’água.

No que concerne às características arquitetônicas, especialmente da sede, a construção “em meia encosta” enseja edificações assobradadas. Aproveitando o desnível do terreno, normalmente a frente da casa principal dá para o lado descendente da ladeira conferindo um segundo piso à casa (Silva, 2006).

Outra conveniência das construções em meia encosta é o aproveitamento do movimento dos corpos d’água que se deslocam conforme a configuração topográfica. Neste

caso o represamento ou desvio de parte do volume da água gera o movimento que a atividade da fazenda demanda. Este recurso e leitura da disposição dos elementos nos espaços passará a impactar as fazendas estudadas neste trabalho. Exclusivamente na cultura do café a configuração espacial permitia o desvio de parte das águas de um determinado curso para os tanques de lavagem e a “patamarização” do terreno para a secagem dos grãos.

Figura 1 - Esquema representando a topografia com destaque para a consideração da conformação da meia encosta e com as flechas indicando o sentido do escoamento hídrico.



Fonte: Leão, 2010, p. 123.

A apresentação das fazendas de outros espaços se dá, entre outros motivos, para acentuar as especificidades das estudadas no trabalho em curso. Embora se pudesse discorrer mais demoradamente sobre as diferentes fazendas e suas particularidades apresentar-se-á uma última categoria de estruturas assim denominadas. A atenção maior é sempre sobre as estruturas arquitetônicas e seus entornos. São estes os espaços a partir dos quais tentar-se-á configurar as fazendas do percurso do Rio Taquari. Como último exame a fazendas e suas configurações ambientais procurar-se destacar as fazendas associadas à pecuária no Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme já conceituado no início da seção em desenvolvimento o vocábulo *estância* empregado doravante se impõe mais como um recurso léxico regionalista do que como

indicador de atividade desenvolvida no espaço das fazendas sulinas. A atividade principal, entretanto, sendo constituída prioritariamente pela criação de gado demanda algumas estruturas específicas:

Dentro do complexo da estância, havia, normalmente, grande movimento de escravos e trabalhadores semilivres, responsáveis por garantir a produção de mercadorias destinadas ao mercado (normalmente constituído do gado em pé), e também pelo próprio abastecimento da unidade produtiva. E, para tanto, as estâncias deveriam possuir algumas instalações necessárias: residência da família e/ou sobrado, capela, atafona (engenho de farinha de mandioca), tulha, depósito de grãos e verduras, casa do charque, pomar, jardim/horta, depósito geral de máquinas e ferramentas, área de serviços gerais e a senzala (MACEDO, 1987). Portanto, a estância era constituída por um conjunto que envolvia casas, campos e uma série de benfeitorias (Spenner, 2013, p. 54).

A menção às estruturas funcionais de uma fazenda pecuarista permite inferir às demandas ambientais direcionadas aos espaços que as acolhiam. A criação de gado praticada extensivamente demanda grandes propriedades. Os impactos ambientais podem ser analisados tendo-se em conta vários fatores, os mais facilmente visíveis e detectáveis envolvem a intensidade do pisoteamento decorrente da densidade mensurável a partir do número de cabeças e tipo de gado criado em uma determinada área no espaço. Neste caso é possível detectar afundamentos regulares – trilhos de gado – especialmente em regiões da fazenda onde a vegetação é mais alta, normalmente circundada por áreas de pasto.

A constituição das lavouras de onde vinham os mantimentos para o funcionamento do cotidiano das fazendas também tem destacado grau de impacto. Da perspectiva arqueológica a abordagem mais viável envolve as estruturas acima descritas por Spenner (2013). Em regiões onde a pecuária extensiva persiste, as sedes das fazendas são preservadas recebendo adaptações para os modos de vida contemporâneos.

A disposição sintática dos elementos no espaço traz uma vez mais as múltiplas agências envolvidas na forma como o elemento humano passa a integrar a paisagem:

A sede da estância, preferencialmente, era construída sobre sítios elevados, como coxilhas e cerros. A partir desses locais, o estancieiro e ou seus administradores podiam ter uma visão ampliada dos arredores. Isso beneficiava a observação do rebanho, dos trabalhadores e, em caso de algum ataque, permitia algum tempo para providenciar a defesa ou a fuga do local (Spenner, 2013, p. 55).

Como se pode ver, se as fazendas de açúcar e café tinham na edificação em meia encosta um conveniente pelo potencial hidráulico da propriedade, nas estâncias a relação com

o espaço tem uma nova configuração. Muitas das estâncias foram edificadas em regiões onde as disputas territoriais eram recorrentes. Conforme foi possível verificar no primeiro capítulo, os limites ao Sul do Brasil só tomaram contornos definitivos em meados do século XIX. Estes fatos, conforme Spenner (2013) ajuda a definir, além da localização as técnicas construtivas e o tipo de material empregado nas edificações. Em tempos de intensas disputas dos candidatos a estancieiros com castelhanos e grupos indígenas, o material tinha um caráter mais provisório como madeira, pedras, taquara e barro. A partir da estabilização dos limites as construções adquiriram um caráter mais definitivo e o material remetia a edificações mais duradouras, passou-se a empregar materiais mais sólidos e duráveis como tijolos, telhas de barro e pedras de arenito (Spenner, 2013).

Sobre o cotidiano em uma estância Spenner (2013) apresenta o depoimento do Conde D'Eu por ocasião de sua passagem pelo Rio Grande do Sul em 1865:

(...) não posso facilmente imaginar existência mais triste que a destes estancieiros, perdidos no meio daqueles imensos campos. As suas casas, que nunca têm senão andar térreo, são de taipa, apenas caiadas, com tetos de madeira; às vezes sem assoalho e sem janelas: nesse caso é preciso optar, como tivemos que fazer esta noite, entre o frio e a escuridão; e todavia nestas modestas habitações aparecem sempre fronthas e lençóis enfeitados de rendas! Por detrás da casa há geralmente um espaço com algumas laranjeiras que dão más laranjas, e outro em que cresce o feijão e o trigo necessário para o consumo da família. (...). Ao lado há um espaço fechado para guardar cavalos, quando é preciso; um pouco além aparecem acima do capim algumas cruzeiras que marcam as sepulturas dos habitantes. Além da família do proprietário há sempre nestas residências quatro ou cinco negros e negras para o serviço, condenados a viver neste clima, que evidentemente não é para eles, e bem diferentes daqueles negros tão robustos, tão bonitos, ousarei eu dizer, que povoam as ruas da Bahia ou de Pernambuco. (D'Eu, 1981 p. 46-47 apud Spenner, 2013, p. 55).

Aos olhos de um integrante da corte do império brasileiro, mesmo que o estancieiro tivesse posses, seu modo de vida era modesto. Uma vez mais vêm à tona elementos constituintes do espaço e do clima formatando a forma como o elemento humano passa a ser incorporado ao contexto ambiental. Outra informação relevante no depoimento do Conde D'Eu diz respeito a quantidade de mão de obra cativa utilizada nas estâncias. Aí deixa transparecer que não há a densidade de outras atividades desenvolvidas no Sudeste e no Nordeste.

Em se tratando do espaço que circunscreve atualmente o atual estado do Rio Grande do Sul, estas estruturas são as que melhor se preservam em regiões como a Campanha e os Campos de Cima da Serra. As estruturas, contudo, são adaptadas a confortos contemporâneos

como a energia elétrica, por exemplo. As capelas são raramente preservadas e as tulhas ou despensas perderam a serventia diante das mudanças de hábito que trouxeram, ainda que para contextos rurais os produtos industrializados facilmente obtidos em idas regulares aos centros urbanos. As senzalas também desapareceram. Estas estruturas, para o número de escravos de uma estância, foram substituídas por ranchos construídos com materiais orgânicos como paredes de pau a pique e cobertura com capim santa fé - *Panicum prionitis* (Massa et al, 2016).

Feita essa breve digressão histórica pela configuração de alguns tipos de estruturas nomeadas como fazenda, convém voltar-se ao local onde serão edificadas as fazendas das quais se ocupará o próximo capítulo. Ainda que a nomenclatura seja a mesma será possível visualizar as especificidades. A revisão aqui encerrada é mais para ilustrar como não são as estruturas estudadas. As relações dos grupos humanos com e no espaço permanecem sendo o vínculo mais assemelhável, contudo aí também perceber-se-á algumas nuances exclusivas.

4.3 A doação de sesmarias no Rio Grande do Sul

As sobreposições de diferentes grupos humanos no percurso do rio Taquari têm vindo à tona a partir de investigações arqueológicas e historiográficas crescentes nos últimos tempos. Os imperativos metodológicos, por vezes demasiadamente estruturados, limitam abordagens a recortes temporais mais amplos. A presente pesquisa, apesar de recortar o final do século XVIII até meados do século XIX, torna elástico ambos os extremos temporais como forma de ampliar a perspectiva dos acontecimentos em processo nos estudos com a expectativa de deixar pistas de rupturas e permanências de elementos diretamente abordados ou coadjuvantes na narrativa composta.

Na introdução desta subseção, antes de tratar das doações das sesmarias, convém mencionar brevemente a presença no percurso do rio Taquari de bandeirantes paulistas. Conforme as pesquisas bibliográficas e documentais de Relly et al (2008), o bandeirante Raposo Tavares adentrou ao território do Vale do Rio Taquari em 1636, com o objetivo de prear indígenas para as atividades desenvolvidas a esta época no Sudeste. Os autores estimam que Tavares, após atingir a região dos Campos de Cima da Serra tenha decido-a na altura do distrito de Daltro Filho no atual município de Imigrante/RS. Daí o bandeirante teria seguido o

vale Arroio da Seca atingindo as margens do rio Taquari. A partir de estudos publicados por Aurélio Porto em meados do século XX, Relly et al (2008) menciona que a expedição de Raposo Tavares contava com 1750 homens entre indígenas portugueses e mestiços (Relly et al, 2008, p. 38).

Um ano mais tarde uma nova bandeira:

Os livros sobre a região e os documentos registram a instalação de outra bandeira em Colinas, em 1637. Francisco Bueno teria acampado no mesmo lugar que Raposo Tavares havia se instalado no ano anterior (Weirich, 2006). Aquele bandeirante, ao que tudo indica, utilizou-se das relações assentadas entre os paulistas e os índios locais, havendo menções inclusive da utilização das “paliçadas” construídas por Raposo Tavares. (...) (Relly et al, 2008, p. 39).

Dois aspectos são passíveis de destaque a partir dessa consideração. Primeiramente, uma vez mais a percepção de que os episódios históricos devem ser estudados no sentido de trazer à tona os processos que os originam. Neste caso, a consolidação e o adensamento populacional do Sudeste do atual Brasil se conecta com um tempo histórico no qual o percurso do Rio Taquari ainda pertencia à coroa Espanhola como se pôde ver no primeiro capítulo. O segundo aspecto é uma vez mais a agência dos cursos d’água no assentamento ainda que provisório dos grupos humanos. As comitivas dos bandeirantes se acamparam às margens do rio.

O Rio Grande do Sul, entretanto, só passou a ser colonizado efetivamente a partir do século XVIII, mais de 200 anos após a chegada dos portugueses ao litoral brasileiro. A principal exploração sofrida pela região até aquele momento consistia no fornecimento de gado para as minas, que iniciavam um ciclo importante no centro do país. O gado era abundante, pois com os frequentes ataques dos bandeirantes às reduções dos jesuítas espanhóis onde era criado, ficava solto nos campos.

Ambientalmente se tem novos elementos compondo a paisagem. O gado vacum introduzido pelos espanhóis se adaptou às pastagens sulinas. Na sequência as tropeadas geraram outras formas de contato entre os sujeitos que palmilhavam longas distâncias do Sul até Sorocaba no interior paulista pela Serra ou pelo Litoral. A inexistência de outras riquezas e o pouco calado do litoral ao Sul fez com que a colonização ibérica tardasse um pouco mais.

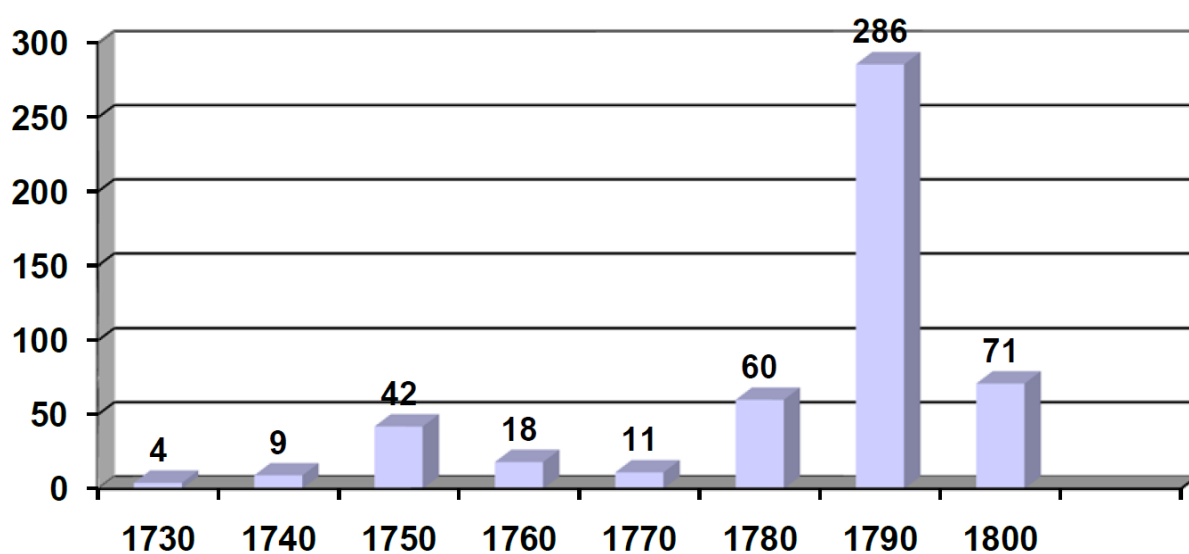
A partir do século XVIII, contudo intensifica-se a concessão de sesmarias algumas ficavam na região estudada. Ainda que doações anteriores constem na documentação acessada

por muitos pesquisadores contemporâneos, produções precedentes mencionam o interesse metropolitano na região:

Tendo o governo da Metrópole [Portugal] conhecimento da riqueza da vasta zona de Taquari, ordenou a vinda de 14 casais açorianos para estes sítios em 1770. Entretanto, apenas 7 casais se estabeleceram aqui, indo os outros 7 para povoar Santo Amaro, à margem esquerda do rio Jacuí. (Faria, 1981, p. 173. Grifo nosso).

Osório (2015), informa que Taquari já havia se configurado como freguesia em 1765, o que aponta para a doação de sesmarias na região em períodos ainda anteriores. Doar terras neste local era uma forma de consolidar a posse para os portugueses pois, em 1763, conforme pontuado no primeiro capítulo, os castelhanos tomaram boa parte da província. Só em 1776, os espanhóis foram afastados, mas como se pôde ver as indefinições geográficas permaneciam. Politicamente, entretanto, a região passou a se destacar pelo aumento exponencial de sua população entre outros aspectos. Inicialmente, desde a criação 1760, vinculada à capitania geral do Rio de Janeiro, passou em 1807, à capitania independente. Em 1809, D. Diogo de Souza, foi empossado como o primeiro governador e capitão-general (Osório, 2015).

Gráfico 1 - Sesmarias distribuídas por décadas no Rio Grande de São Pedro, 1730-1809.



Fonte: Osório, 2015, p. 84.

O gráfico acima apresentado por Osório (2015) dá um panorama da distribuição de sesmarias. A consolidação dos domínios disputados com a Espanha e a paulatina observância dos potenciais econômicos da capitania se relacionam com a progressiva doação de sesmarias no período cronológico apresentado que está circunscrito pelas margens temporais definidas neste trabalho:

Depois do aluvião de concessões dos anos 1790, na primeira década do século XIX houve apenas modestas 71 concessões. Nos primeiros anos da década de 1810 o panorama é o mesmo. Mas, entre 1814 e 1816, há uma impressionante distribuição de 668 sesmarias, o que significou 30% a mais de concessões do número havido entre 1738 e 1807 (...) (Osório, 2015, p. 84).

Entre as “modestas concessões” concedidas está a sesmaria auferida a Manoel Alves dos Reis Louzada sobre a qual estão três das quatro fazendas apresentadas no próximo capítulo. Sobre esta sesmaria discorreremos mais demoradamente em breve. Na década seguinte Osório (2015 p. 85) registra um aumento exponencial na doação de sesmarias chegando a 843 a partir de 1810 e 276, na década de 1820. “Saliente-se que as sesmarias continuaram sendo concedidas, mesmo após a independência do Brasil, até 20 de novembro de 1823. Apesar da resolução do príncipe regente de 17 de julho de 1822, que suspendia as doações ainda no ano de 1823 foram concedidas 75 cartas no Rio Grande do Sul” (Osório, 2015, p. 87).

A distribuição de sesmaria em grande quantidade não garantia a elevação da densidade demográfica. A ocupação efetiva dos espaços é que garantiria, de uma vez por todas, a posse da região. Este fenômeno demandará uma reacomodação populacional envolvendo, sobretudo açorianos. A pesquisadora Helen Osório trata disso em uma publicação mais recente referindo que o “estabelecimento dos ilhéus, mesmo em detrimento das propriedades das ‘pessoas poderosas’; do controle sobre os índios; da agricultura que deveria ser fomentada; da exploração do rio Taquari e do estabelecimento de um povoado em local estratégico” (Osório, 2017, p. 85).

Além desses aspectos no que concerne à ocupação do percurso do rio Taquari em “*Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*”, Osório chama a atenção para uma demanda bem mais ampla e que pode estar relacionada ao estabelecimento das fazendas com atracadouro ou portos, como é o caso da Fazenda Espanhola abordada neste estudo. Conforme a pesquisadora, as autoridades brasileiras além

de aludirem à importância de a região se autossustentar desenvolvendo a agricultura, mencionam a utilização do rio como estratégico para a defesa dos campos de Viamão.

Ainda no século XVIII, a ideia era construir algumas fortificações na margem esquerda do Taquari onde estão todas as fazendas pesquisadas na presente tese. A proposição foi do governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, José Custódio de Sá e Faria. Este governador colonial formado na Academia Militar das Fortificações em Portugal tinha uma mirada estratégica para as margens do rio Taquari como anteparo para a preservação dos campos de Viamão e preservação dos caminhos até as minas gerais. A preocupação era direcionada aos dois trajetos tanto o que sobe a serra quanto o que atingiria as minas pelo litoral através de Santa Catarina. “Por isso diz não ser conveniente fazer grandes estabelecimentos e povoações da outra parte do rio Taquari, e sim, só em sua parte leste” (Osório, 2017, p. 87).

Portanto, a partir do que contemporaneamente se conforma como o núcleo de Taquari tem-se duas formas de relacionamento com o espaço. Por um lado, açorianos que ganham terras para a sobrevivência como forma de adensar demograficamente o lugar. Ao mesmo tempo, ao perceber algumas potencialidades para terras além, até a encosta da Serra Geral, continua-se a concessão de grandes sesmarias como a de Manoel Alves dos Reis Louzada sobre a qual se encontram as fazendas abordadas arqueologicamente neste trabalho.

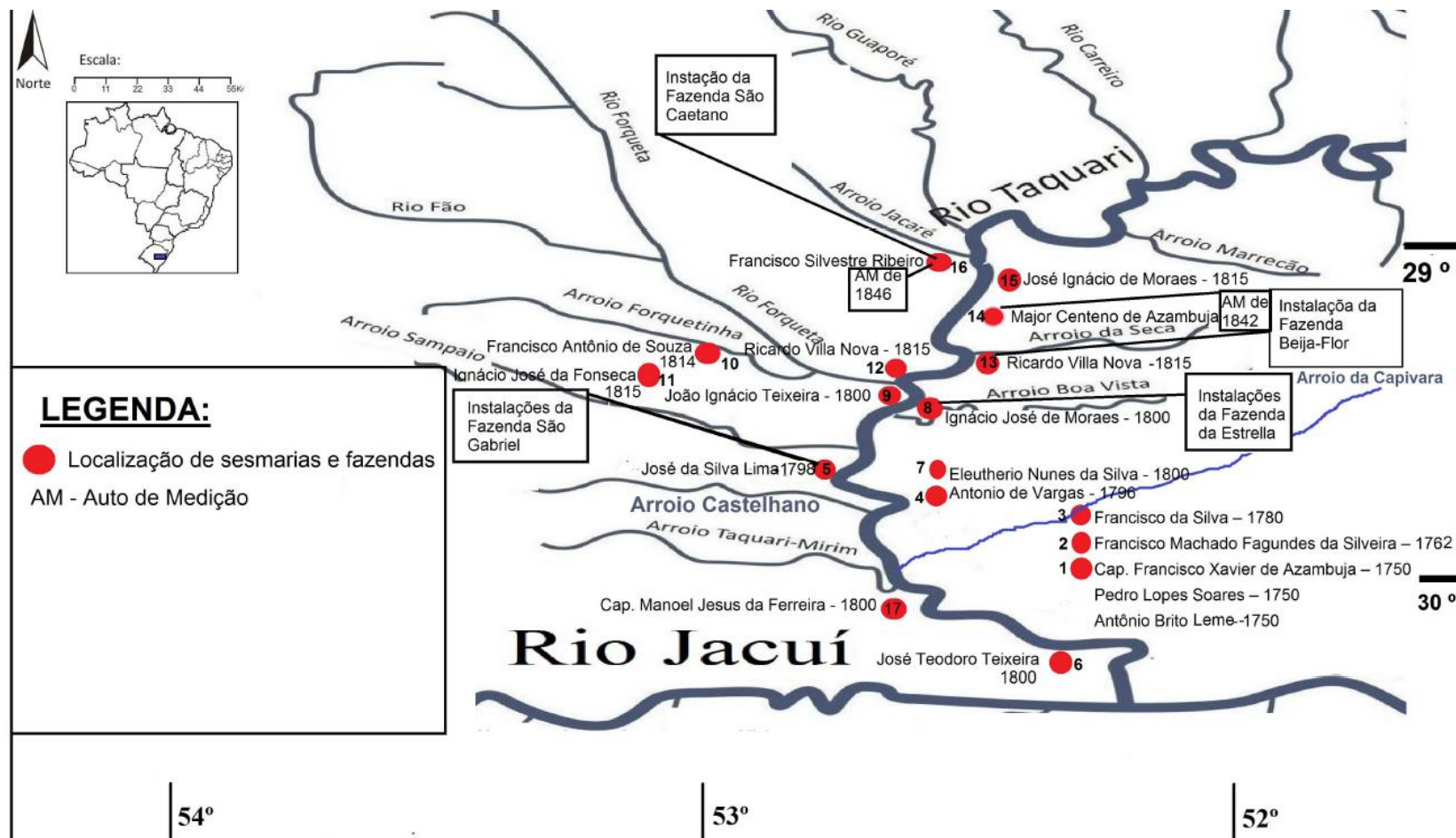
4.4 As fazendas coloniais do Vale do Taquari: perspectiva econômica e impactos ambientais

Mesmo que o governador José Custódio de Sá e Faria tenha sugerido que as doações de sesmarias e os povoados se dessem prioritariamente à margem esquerda do rio Taquari, poucas décadas mais tarde sesmarias e instalação de fazendas foram ocupando outros locais no percurso do rio em ambos lados. Contudo, é a partir da freguesia de Taquari, idealizada por Faria que a região vai se tornando conhecida do poder oficial e vai se desdobrando diante das demandas antrópicas deste novo grupo que passava a apresentar as suas pautas vitais ao espaço e compor a sua paisagem.

A agência de múltiplos elementos componentes do espaço denota que ele vai acolhendo algumas demandas e refutando outras. O saber-fazer de outros espaços são

evocados na organização de elementos dispostos e ressignificados nos ambientes que transcendem a função utilitarista de promover o sustento material. A abordagem, da bibliografia examinada, entretanto, continua priorizando uma análise mais pragmática da distribuição das sesmarias e da configuração das fazendas que têm na sua função produtiva, da perspectiva econômica, o maior peso de suas tintas.

Figura 2 - Algumas sesmarias e fazendas do percurso do Rio Taquari.



Fonte: Vedoy, 2018, p. 80.

Como é possível verificar nos estudos de Vedoy (2018), sesmarias foram doadas em ambas as margens do rio Taquari. É observável, entretanto, que a recomendação do governador Sá e Faria no que concerne à priorização da margem esquerda do rio se deu a partir da necessidade de repelir os castelhanos entre 1763 e 1776, já as sesmarias apresentadas pelo autor datam de alguns anos após como se pode ver no mapa acima reproduzido.

Gregory (2015), por exemplo ao estudar a concessão de sesmarias a sujeitos da mesma família nas margens do Rio Taquari, menciona que um dos irmãos recebe-a em uma margem e outro em outra. Nesta época, estando já a invasão castelhana debelada as preocupações e exigências eram outras:

Os irmãos João Ignácio Teixeira e José Ignácio Teixeira, no ano de 1794 receberam por doação de sesmarias a Fazenda da Estrella, sendo que aqueles que recebiam terras desta forma tinham como dever abrir estradas e construir pontes facilitando o transporte de matéria-prima, já que a fonte econômica da época era **principalmente de madeira**, pois diversificada era a flora da região (Gregory, 2015, p. 21, Grifo nosso).

Como se pode observar na representação cartográfica de Vedoy (2018) João Ignácio Teixeira obteve a sesmaria na margem direita do rio Taquari, ao passo que a Fazenda Estrella de propriedade de José Ignácio Teixeira se situa na margem oposta. A alusão à extração de madeira é recorrente e permanece como uma das atividades prioritárias na região por muito tempo. A representação cartográfica e bibliográfica acima, por seu recorte temático espacial, não contempla a doação da sesmaria na qual se encontram as fazendas abordadas arqueologicamente neste estudo. Convém, então, analisar a documentação que a proveu a Manoel Alves dos Reis Louzada.

Manoel Alves dos Reis Louzada teve atuação política destacada na transição governamental que implicou, dado o avanço napoleônico na Europa, na vinda da família real portuguesa para o Brasil. Louzada acompanhou relativamente de perto as decisões governamentais emanadas do núcleo do poder. A historiografia menciona com frequência medidas mais abrangentes como a Abertura dos Portos, criação da Imprensa Régia e a criação da Real Biblioteca⁷.

⁷- Ponderamos sobre isso na seguinte produção: LOPES, Sérgio Nunes; MACHADO, Neli T. Galarce; MACIEL, Sabrina; BECKER, Yago Bernardo. **História Ambiental e as Fazendas Coloniais do percurso do Rio Taquari no Sul do Brasil, sob perspectiva arqueológica**. No prelo, 2021.

Decisões administrativas contemporâneas àquelas impactaram sobremaneira a região estudada. A atenção estratégica de Louzada, o Barão de Guayba, colocou a “Serra de Taquari” no seu horizonte. O repositório digital do Arquivo Nacional abriga um despacho governamental, cujo teor diz respeito ao contexto arqueologicamente estudado neste trabalho.

Em 13 de abril de 1809, conforme preâmbulo do documento de concessão de sesmaria a partir de requisição feita por Louzada, o governo de D. João VI, lançou um edital de concessão de terras. A vigência do edital: trinta dias. Isso denota a celeridade com que Louzada tomava conhecimento das decisões governamentais e delas se beneficiava. Ainda que residindo em Porto Alegre e com as limitações de comunicação daquele contexto, soube a tempo de elaborar um pedido de sesmaria nas Serras de Taquari.

O edital, conforme o mesmo documento, solicitava algumas informações daqueles que se candidataram a receber as sesmarias que o governo estava propenso a doar. Primeiro, se tinha “*probabilidade pra cultivar as terras q pede*”. Outra informação requisitada: “*se tem algumas outras de sesmaria*”. Por fim solicita que na requisição o candidato a proprietário informe “*se pede estas pra si ou pra as passar a outro*”.

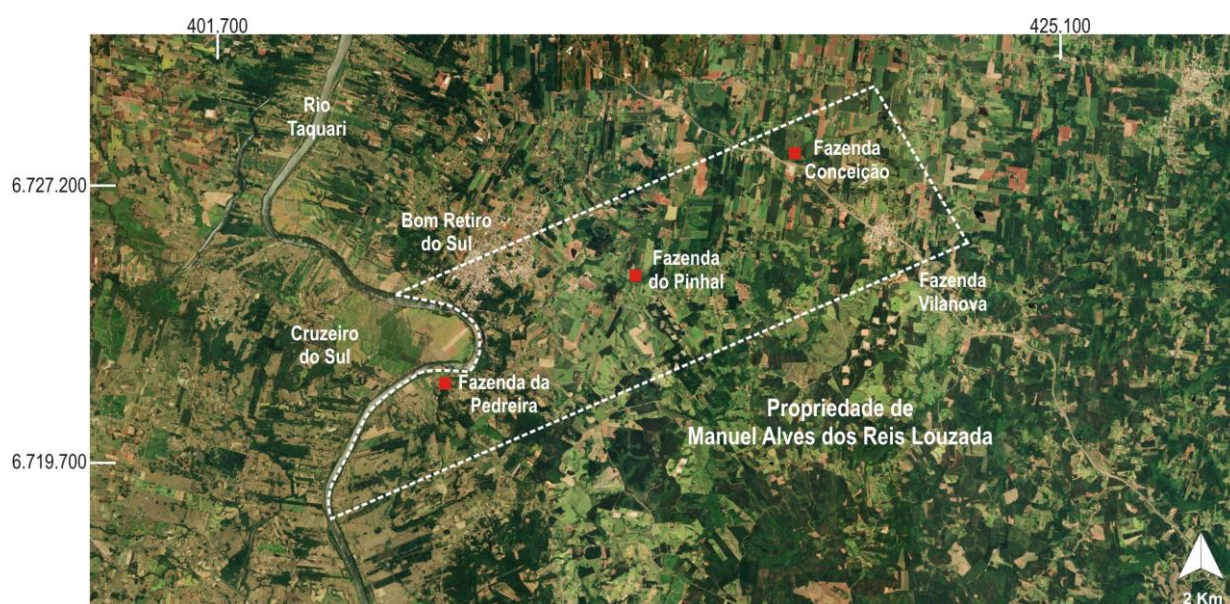
Conforme o despacho, na requisição encaminhada ao Rio de Janeiro Louzada informa que reside em Porto Alegre na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ao candidatar-se a receber terras informa “*que lhe tem possibilidade para estabelecer fabricas, e agriculturas, não tem terras proprias para o fazer nem nunca lhe forão concedidas*”.

Além de se mostrar atento aos movimentos políticos, Louzada demonstra articulação quanto às informações em relação às possibilidades em terras, dada as dificuldades de mobilidade da época, relativamente distantes do seu domicílio. Essa articulação fica evidente na correspondência onde informa que “*tem noticias q. nas Serras de Taquari seachão devoluto uns Mattos*”. Ao formular o pedido é ainda mais específico. Requisita que a sesmaria compreenda um espaço:

que corre sua frente arumo de Les Nordeste, fundos ao Es Sudueste confrontando pelo Noroeste com o Ten.te João da Silva Ribeiro Lima, e pelo Su Sueste com as datas dos Cazaes, no qual lugar requer N. A. R. se sirva conceder lhe de sesmaria hua Legoa de testada com duas de fundo na mencionada paragem (Requerimento de Sesmaria de Manuel Alves dos Reis Louzada - Arquivo Nacional).

Partindo das informações antes apresentadas com base em Osório (2007), tem-se que uma légua linear equivalia, pelas convenções da época, a 6.600m lineares. Considerando uma figura geométrica para a representação das posses auferidas por Louzada tem-se um retângulo de 13.200m de base por 6.600m de altura. Sabendo-se que a área de uma figura geométrica dessa natureza corresponde à multiplicação da base pela altura chega-se a 87.120.000m². A conversão para a unidade mais utilizada na representação fundiária, o hectare, dá-se dividindo a área em metros quadrados por 10.000. Seguindo essa fórmula chega-se a 8.712 hectares. Neste latifúndio, Louzada edificou três fazendas, Fazenda Conceição, que contemporaneamente localiza-se às margens da rodovia BR 386, no município de Fazenda Vilanova/RS e as Fazendas Pedreira e Pinhal, ambas no interior do município de Bom Retiro do Sul/RS. Como se pode perceber, mesmo para os padrões da época, se tratava de uma propriedade de grandes proporções.

Figura 3 - Espaço demarcado com área de 8.712 hectares circunscrevendo as ruínas das três fazendas de Manoel Alves dos Reis Louzada.



Fonte: Representação cartográfica por Marcos Rogério Kreutz, 2021.

O documento encerra-se com despacho favorável a Louzada nos seguintes termos “*Seja Servido conceder ao Supl. e [ilegível] Sesmaria as mencionadas Mattos com as confrontações expressadas*”. As prospecções arqueológicas se deram naquele espaço. Foram realizados caminhamentos, registros fotográficos e escavações junto às ruínas quase que totalmente colapsadas pelas sucessivas reocupações e reconfigurações do espaço.

Outro elemento que ajuda a dar a dimensão dessas fazendas é a quantidade de sujeitos empregados nas atividades diárias. Como estas propriedades se inserem na transição do período colonial para o império no Brasil a mão de obra aí explorada era a africana ou afro-brasileira sob regime escravocrata.

Ainda que o objetivo central dessa produção não seja quantificar as posses dos fazendeiros, alguns dados pontuais ajudam a dar a dimensão das interações antrópicas com o meio. Louzada prosperou em suas fazendas do percurso do rio Taquari. Edificou moinhos e serrarias além de instalar comércio atividade a que já se dedicava em Porto Alegre.

4.5 Mão de obra escrava nas fazendas do Vale do Taquari/RS

Ainda que o panorama ambiental de cada fazenda seja prioridade no próximo capítulo, por ora é ilustrativo trazer alguns dados pareados para que se possa inferir acerca das atividades e da densidade populacional em cada sítio. Após ter ampliado significativamente sua fortuna, Louzada redige um testamento doando boa parte de suas posses a Antonio José de Moraes.

Após a morte de Louzada, Moraes fez um inventário do que herdara. O Inventário nº 255, constante do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e datado de 23 de agosto de 1862, informa que a gleba das serras de Taquari tinha três fazendas edificadas. A Fazenda Pedreira, a Fazenda Pinhal e a Fazenda Conceição. A distribuição da escravaria de Louzada à época era a seguinte: a Fazenda Pedreira contava 26 escravos; a Fazenda Pinhal com 57 escravos e a Fazenda Conceição 44 destes trabalhadores. Somando-se a mão de obra total da gleba tem-se 127 africanos ou afro-brasileiros trabalhando sob regime de escravidão já na segunda metade do século XIX.

Outros estudos levados a termo dedicados às questões fundiárias na Freguesia de São José de Taquari - como as produções de Osório (2007; 2015) e Eckhardt (2018) -, analisam a Relação de Moradores de 1784. Nestas produções as autoras chegam a conclusão que as propriedades naquele contexto eram, para a época módicas, ficando em torno de 272 hectares. Quanto à realização dos trabalhos cotidianos, os açorianos que habitavam a Freguesia

ocupavam mão de obra familiar. Os mais prósperos usavam escravos. No caso de Manoel Alves dos Reis Louzada esta mão de obra foi proeminente e o tamanho da propriedade também diferia muito das que os casais açorianos receberam mais próximo de onde se configura o município de Taquari a partir de onde se organiza as subdivisões geopolíticas subsequentes.

Até pouco tempo as pesquisas historiográficas regionais e mesmo a narrativa oficial dos municípios que paulatinamente foram se desmembrando de Taquari/RS, não contemplavam o passado escravocrata regional. As abordagens arqueológicas por seu turno também davam especial atenção ao período convencionalmente caracterizado como pré-histórico ou pré-colonial. Restava uma lacuna concernente ao que corresponde ao período da história colonial da América portuguesa e dos primeiros anos do império brasileiro no percurso do rio Taquari.

A partir da consolidação das pesquisas arqueológicas e historiográficas uma série de trabalhos têm empreendido esforços na tentativa de problematizar o passado escravocrata regional. As abordagens às fazendas, em um primeiro momento, se voltaram à organização fundiária e ao contato entre os colonizadores e as comunidades indígenas que ocupavam a região⁸. A tese ora apresentada é o primeiro esforço arqueológico no âmbito pesquisado, salvo falha do redator na aferição do estado d'arte, na tentativa de, combinado com os conceitos da História Ambiental, caracterizar as estruturas das sedes das fazendas do percurso do rio Taquari, no estado do Rio Grande do Sul.

⁸BUSOLLI, Jonathan. **Territorialidade Kaingang da Comunidade Pó Mág, Porção Sul da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas**. (Dissertação de Mestrado) - Lajeado/RS: UNIVATES, 2018.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. (Dissertação de Mestrado) - São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2004.

_____, Cristiano Luis. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. (Tese de Doutorado em História) - Niterói/RJ: UFF, 2010.

GREGORY, Júlia Leite. **Terra, fortuna e família: a atuação de Antônio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX)**. (Dissertação de Mestrado) - São Leopoldo/RS - UNISINOS, 2019.

ROSA, Cibele Caroline da. **Açorianos e suas estratégias de inserção socioeconômica no povoamento da América portuguesa (Rio Pardo, 1751-1808)**. (Dissertação de Mestrado) São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2020.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. **Eles viram que o Índio tem poder, Né!? O protagonismo Kaingang da Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh/Estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma frente pioneira**. (Dissertação de Mestrado) - Lajeado/RS: UNIVATES, 2017.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. **Sesmarias, fazendas, desenvolvimento e desdobramentos socioambientais em territórios da bacia hidrográfica do Rio Taquari de meados do século XVIII a meados do século XIX**. (Dissertação de Mestrado) - Lajeado/RS: UNIVATES, 2018.

_____, Moisés Ilair Blum. **Contatos interétnicos: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí**. (Monografia - Graduação em História) - Lajeado/RS: UNIVATES, 2015.

A caracterização das fazendas, portanto, não pode prescindir da consideração de que entre os sujeitos da espécie humana a interagirem com os espaços estão os africanos ou afro-brasileiros submetidos ao regime de escravidão. Estudos empreendidos por Franz (2009, p. 50), a partir de análise documental e revisão bibliográfica apontam que em 1814, um quarto da população da freguesia de Taquari era composta por sujeitos escravizados.

Neste sentido é preciso atentar para o fato de que os registros acerca da população escrava, apesar de esparso, é mais frequente em relação à população submetida aquela condição na região de maior densidade populacional, ou seja, o centro da freguesia. Estabelece-se aí um quiproquó entre as pesquisas acessadas se por um lado temos dados de açorianos utilizando mão de obra familiar predominantemente, por outro tem-se que um quarto da população da freguesia era composta por sujeitos escravizados.

Já em relação aos cativos das fazendas os registros são ainda mais rareados. As menções só aparecem em caso de venda ou, esporadicamente nos registros de batismo, quando o senhor empreendia estes batizados. A situação em que mais facilmente se consegue averiguar documentalmente a densidade desta população é através dos inventários *post-mortem*. Neste sentido foi lançado mão de apenas um destes documentos. A organização metodológica da pesquisa elencou uma série de investigações desta natureza; mas, o fechamento das instituições de guarda da documentação, por conta da pandemia de Covid-19, ativa durante o período final da investigação, não permitiu o acesso.

Transpondo ainda os limites cronológicos da pesquisa Pires (2016) elenca o movimento de compra e venda de escravos:

(...). O levantamento correspondeu aos anos de 1857 a 1887, obtendo-se a quantidade de duzentas e vinte e duas mulheres e duzentos e cinquenta e dois homens que foram envolvidos em negociações, entre proprietários de Taquari e também com possíveis moradores de outros municípios, e quem sabe até com outros estados do país. Sendo o total de quatrocentos e setenta e quatro indivíduos comercializados. Pela quantificação se percebeu que o número de homens foi superior ao de mulheres no recorte temporal mencionado, com idades e valores variados (Pires, 2016, p. 110-111).

O período compreende o inventário *post-mortem* de Manoel Alves dos Reis Louzada anteriormente mencionado no qual constam a quantidade de escravos que o falecido deixou em testamento, em 1862, para Antonio José de Moraes.

Tanto para as fazendas quanto para o centro da freguesia a escravaria chegava via rede hidroviária. Como se pode perceber a agência das águas do rio Taquari perpassa tempos e conecta períodos históricos:

A respeito do comércio escravista e do transporte marítimo na província de São Pedro, Oliveira (2009) salienta a função do porto da cidade de Rio Grande. Este articulava um universo amplo de localidades da província por meio de redes de transporte hidroviário que incluía vários rios e lagoas, aproximando-o de localidades como as charqueadas de Pelotas, a cidade comercial Jaguarão e a capital Porto Alegre, as quais, por sua vez, estabeleciam conexões com outras redes hidroviárias (Rio Sinos, Rio Jacuí, Rio Taquari, Lagoa Mirim/Uruguai, entre outros). Com isso, a comercialização dos escravizados dos municípios de Taquari, Estrela e Santo Amaro deve ter passado por Rio Grande e, como se percebe, o rio Taquari fazia parte das conexões hidroviárias (Pires, 2016, p. 124).

Outro elemento que ajuda a trazer à tona a ação da população afro-brasileira submetida à escravidão no espaço estudado está a ocupação daqueles sujeitos. Conforme Pires (2016) a documentação que mais informa de que se ocupava a escravaria taquariense são os processos crime. Ao analisar aquela documentação a autora elencou as seguintes menções: campeiro (6); Falquejador (1); Serviço Doméstico (5); Pedreiro (2); Carpinteiro (4); Ferreiro (2); Sapateiro (1); Serrador (1); Cavaleiro (1); Jornaleiro (3); Lavrador (8); Agricultor (5); Marinheiro (8); Roceiro (4) e Cozinheira (2) (Pires, 2016, p. 129-130).

Ainda que as atividades e seus impactos se mostrem mais visíveis no próximo capítulo a partir dos testemunhos constituintes da paisagem, é ilustrativo considerar desde já algumas pistas a partir da ocupação da escravaria. Uma vez mais o conhecimento específico acerca do transporte hidroviário salienta-se. Ainda que a navegação seja fluvial mantém-se a nomenclatura que remete à navegação marítima “marinheiro”. As ocupações correlacionadas como falquejador, carpinteiro e serrador, aponta a interação com as matas de pinheiro. As atividades desempenhadas por estas especialidades foram as que mais deixam registros nos arredores das sedes das antigas fazendas. Lavrador agricultor e roceiro também se destacam e, uma vez mais, apontam para uma relação intensa com o espaço.

Ainda na senda de trabalhos que apontam para a atividade da população cativa na região tem-se os trabalhos do historiador Cristiano Luis Christillino (2004; 2010). Ao pesquisar a distribuição fundiária e os conflitos por terra e acesso a posses desta natureza o pesquisador pondera:

Entre 1780 e 1814 a porcentagem do número de escravos presentes em Taquari, em relação ao seu número total na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul

naquele período permaneceu acima de 7%. Este número, comparado à pequena extensão que o Vale do Taquari ocupa nesta última unidade, além do grande emprego de escravos nas charqueadas, a atividade tradicional da mesma, o percentual apresentado de escravos presentes no Vale do Taquari mostra o seu espaço na economia do Rio Grande do Sul naquele período. O trigo, além de outras atividades em menor intensidade, garantiu uma inestimável fonte de lucros para a região, e a notoriedade da mesma no plano econômico da Capitania (Christillino, 2004, p. 42).

Ainda que se faça referência à produção agrícola, é importante destacar que, a partir das evidências acessadas, esta atividade se dava em propriedades menores e mais próximas do centro da freguesia. Os latifúndios mais retirados, como é o caso de três das quatro fazendas abordadas, eram prioritariamente propriedades de extração no período estudado.

Em uma localidade distante cerca de dez quilômetros das posses de Louzada a mão de obra escrava era empregada no extrativismo por outro fazendeiro contemporâneo:

Na localidade denominada Glória, havia uma casa coberta de taboas, casa de moradia e outro engenho de “serrar taboado”. No lugar denominado Santa Rita, junto a terras de campos e matos havia outra residência. Estas residências mencionadas no Inventário na localidade Glória e Santa Rita, provavelmente foram as casas que abrigavam os escravos que Victorino tinha em seu poder. Perante a diversificada vegetação e por estarem localizadas próximas aos engenhos de corte de madeira, se tem como hipótese principal de que a mão de obra escrava foi utilizada na extração de madeira, pois tinha grande valor no momento para a construção das casas dos imigrantes alemães que iniciam a colonização no território gaúcho em 1824, conforme apontam os registros (Gregory, 2015, p. 29).

A pesquisa de Gregory (2015) tem, para este dado, como fonte o inventário post-mortem de Victorino José Ribeiro, datado de 1863, com acento nos fundos documentais do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. A imigração alemã mencionada pelo autor se estabelece primeiramente no Vale do Rio dos Sinos no estado do Rio Grande do Sul, na década de 1820 do século XIX. A interconexão hidroviária facilita o deslocamento das tábuas e barrotes de pinheiro falquejado pelas águas do rio Taquari. A chegada dos imigrantes alemães ou descendentes oriundos das primeiras colônias em meados do século XIX no Vale do rio Taquari aumenta a demanda por madeira contribuindo para a intensificação da supressão das florestas de pinheiro. Estes aspectos serão retomados no próximo capítulo.

Como último dado a fim de corroborar a intensa utilização de mão de obra cativa nas atividades que tiveram lugar no Vale do Taquari convém atentar para dados apontados por Pires (2016) no que tange distribuição desta população. A autora se dedica a analisar quantidade de escravizados por proprietário nas regiões correspondes à Taquari, Estrela e

Santo Amaro. Estrela, no recorte trabalhado por Pires (2016) mudará de status jurídico quanto assim como Taquari. Ambas regiões pertenciam a Triunfo, sendo que Taquari se torna município em 1849, Estrela passava então a compor o território taquariense emancipando-se em 20 de maio de 1876 (Schnack, 2012, p. 40).

Pires (2016), cria um indicador que denomina “Faixa de Tamanho de Posse”, conforme aquele indicador aponta a quantidade de escravizados que cada proprietário abrigava. Divide ainda a escravaria por gênero e fornece alguns dados que se conectam parcialmente com o que aborda a pesquisa em curso. Parte das fazendas estudadas estão circunscritas no recorte examinado.

Quadro 1- Faixa de tamanho de posse: população africana escravizada de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS

Taquari, Estrela e Santo Amaro (1857 – 1888)			
FTP	Proprietários	Escravizados	Escravizadas
1 - 5	790	747	570
6 - 10	57	217	201
11- 20	18	135	122
21 - 50	08	103	95
51 - ou mais	01	50	62
Total	874	1252	1050

Fonte: Pires (2016, p. 136).

O único proprietário de escravos que supera 50 indivíduos é Antônio José de Moraes, justamente o herdeiro de Manoel Alves dos Reis Louzada que passara a ser proprietário de três das quatro fazendas abordadas na presente tese. A autora esclarece que:

(...). Antônio José de Moraes, de acordo com Cardoso (2014), era natural da cidade do Porto, filho de Custódio José de Andrade. Provavelmente nasceu entre 1791 e 1793 e teria chegado ao Brasil, mais precisamente ao Rio de Janeiro, em 1815, com vinte e dois ou vinte e quatro anos. Moraes chegou ao Brasil duplamente qualificado, pois tinha sido aprovado em Cirurgia e Medicina. Além dos escravizados recebidos em testamento, Moraes ficou também com as Fazendas Conceição, Pinhal e Pedreira (Pires, 2016, p.138-139).

Duas das fazendas mencionadas foram abordadas arqueologicamente. Os dados oriundos daquela abordagem metodológica receberão atenção no capítulo seguinte. Ainda que se tenha destacado a exploração da mão de obra cativa o que pode conduzir a narrativa para a quantificação e redução das sedes das fazendas a unidades produtivas esta perspectiva não compõe o eixo principal da tese. Este aspecto é apenas mais um a ajudar a dimensionar fisicamente as sedes e ajudar a perceber o impacto ambiental daquelas estruturas no espaço. Regressa-se na sequência ao que se enuncia desde a perspectiva teórica esquadrinhada no capítulo anterior. Continua-se a senda das relações humanas com os espaços e as múltiplas agências das entidades que os constituem.

Ao encerrar esta seção cumpre advertir que ao contrário do que se apresenta na literatura acerca das fazendas associadas aos engenhos de açúcar, ao ciclo do café e mesmo às estâncias da Campanha, das Missões e dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, as fazendas do período colonial e início do período imperial no percurso do Rio Taquari/RS, ainda carecem de dados e consequentes interpretações. O presente trabalho, portanto, empreende esforços no sentido, de gerar, a partir de sua metodologia, novos dados para análises. As fontes acessadas são passíveis de submissão a diferentes *corpus* teóricos. A partir da verificação de alguns dos elementos antes mencionados elencar-se-á características básicas das aludidas fazendas tendo em conta as relações humanas com outras entidades componentes do espaço que acolherá, ainda que parcialmente saberes desenvolvidos em outros lugares.

Em resumo, no capítulo tratou-se, da perspectiva conceitual categorias espaciais mais restritas no campo discursivo da historiografia. Sesmaria, fazenda, chácara, são epítetos que induzem pensar funcionalidade. Nesta mesma seção, entretanto, fica claro que há especificidades contextuais. São essas particularidades que esse trabalho pretende trazer à tona.

Após a definição conceitual de o que sejam sesmarias e fazendas, e visualização de algumas formas de conceber os espaços assim estruturados em outras regiões é chegada a hora de apresentar as Fazendas do Percurso do rio Taquari. O próximo capítulo tem como objetivo analisar as diversas fontes de informação coletada e, a partir das informações oriundas das escavações arqueológicas propor uma configuração para as fazendas estudadas.

5 ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM FAZENDAS COLONIAIS DO VALE DO TAQUARI/RS

As fazendas de engenho, as fazendas de café e as estâncias com suas múltiplas atividades e rebanhos. Como se pode ver a composição dos elementos no espaço se configura de forma particular revelando as agências das múltiplas entidades em cada um dos cenários. A aproximação com as fazendas do percurso do rio Taquari se dá tendo-se uma ideia da configuração dos espaços aos quais se emprega a nomenclatura conceitualmente tratada no último capítulo.

A leitura de meta-narrativas regionais produzidas por memorialistas locais que ambicionam dar conta da história total das circunscrições administrativas, a citação esporádica em alguns documentos ensejaram uma série de questionamentos. Como eram as fazendas do percurso do rio Taquari? Onde estão suas sedes? Em que condições estão as estruturas arquitetônicas que as compunham? Quais são suas características gerais? Tendo-se em conta que esta aproximação se dá a partir das lentes teóricas de um programa de pós-graduação interdisciplinar assim configurado desde o grande escopo das Ciências Ambientais optou-se por investigar os impactos daquelas estruturas na configuração do espaço tendo como eixo o rio Taquari. As águas e as florestas às suas margens são tratadas como entidades a comporem com as demandas humanas uma organização sintática de elementos que formatou os jeitos de viver por um tempo metamorfoseando-se por múltiplos fatores ao longo dos séculos.

No presente capítulo vêm à tona as fazendas do percurso do Rio Taquari e as suas especificidades. As informações documentais e a cultura material delineiam as inter-relações humanas e não humanas em cada um dos cenários arqueologicamente evidenciados.

5.1 Primeiras notícias e inquietações

Tanto em grandes sínteses publicadas sob a chancela dos municípios contemporâneos quanto nos trabalhos acadêmicos mais recentes erigidos sob as lentes historiográficas restam muitas dúvidas apesar de frutíferas interpretações como se pôde presenciar no último capítulo. As doações de sesmarias sugerem delimitações espaciais diluídas pela sobreposição e adensamento das ocupações humanas e reconfiguração constante da paisagem. As menções às fazendas priorizam, naqueles trabalhos, a agência humana e apontam para a exploração econômica daquilo de que o espaço dispunha. Novas possibilidades, contudo, passaram gradativamente a ganhar corpo a partir de investigações arqueológicas.

Conforme Kreutz (2008, p. 55), as primeiras pesquisas em Arqueologia foram realizadas na região na década de 1960, pelo Dr. Pedro Ignácio Schmitz, do Instituto Anchietano de Pesquisas – IAP Unisinos de São Leopoldo. Tais pesquisas localizaram sítios arqueológicos pré-coloniais nos territórios que compreendem os atuais municípios de Arroio do Meio e Muçum. No final da década de 1980, conforme o mesmo autor, o Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari – IHGVT, juntamente com o Departamento de Ciências Exatas e Biológicas da Faculdade de Educação Ciências e Letras – FECLAT⁹, promoveu um “Curso de Arqueologia”, que resultou na coleta de fragmentos cerâmicos testemunhando, uma vez mais, a potencialidade ambiental da região para a ocupação humana pretérita.

A partir do ano 2000, com o surgimento do curso de História do, então, Centro Universitário Univates, experimentou-se a intensificação das pesquisas arqueológicas. A partir daí as investigações são coordenadas pela professora e arqueóloga Dr^a. Neli Teresinha Galarce Machado. Em duas décadas de pesquisas, nessa fase, Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses, têm apresentado um panorama de intensa ocupação humana e justaposição de grupos étnicos ao longo do tempo. Os trabalhos arqueológicos, majoritariamente, abordam o período pré-colonial. A presente tese orientada por aquela pesquisadora é o primeiro trabalho a mobilizar metodologicamente algumas técnicas da Arqueologia Histórica para estudar as fazendas que, temporalmente, se situam entre o final do

⁹- Instituição que, após diversas alterações regimentais, a fim de atender as normativas do Ministério da Educação, passou a Centro Universitário Univates e, desde 2017, Universidade do Vale do Taquari – Univates.

período colonial e início do período imperial do Brasil. A passagem do século XVIII para o XIX, foi de intensa atividade naqueles sítios.

As investigações bibliográficas levadas a termo no âmbito do projeto de pesquisa estruturado pelo Laboratório de Arqueologia da Univates (Labarq/MCN/Univates) descortinaram muitas menções a fazendas. Foram 43 menções em 8 autores regionais. Naquele levantamento bibliográfico foram encontradas menções a fazendas em Taquari e Santo Amaro.

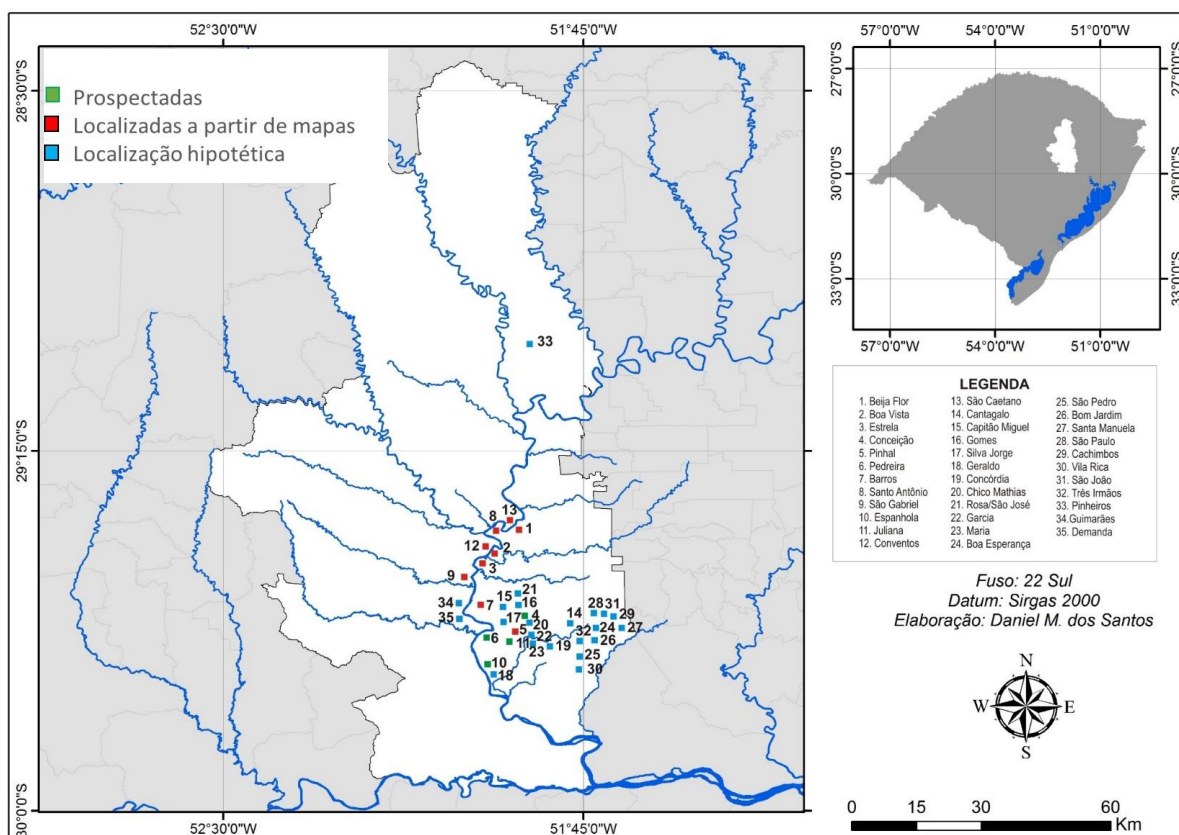
Quadro 2 - Menções a fazendas no levantamento bibliográfico.

Autor	Ano das publicações	Nº de fazendas mencionadas
DUPONT	2012	11
EIFLER	1992	17
FARIAS	2012	19
FERRI	1988; 1998	2
HESSEL	1983	6
KARAM	1992	1
RODRIGUES	2007	1
SCHIERHOLT	1992; 2002; 2010	8

Fonte: Elaboração pelo autor a partir de levantamento bibliográfico, 2021.

Uma mesma fazenda aparece citada por mais de um autor. Esta situação justifica o número diferente do mencionado no texto em relação ao que se pode obter somando as menções feitas na bibliografia expressa na tabela. Foi a partir da quantidade de citações visualizadas que se passou a indagar sobre a configuração das fazendas que se encontravam às margens do rio Taquari. Um dos primeiros desafios era a localização de algumas destas estruturas ou de suas ruínas. A partir das menções aos topônimos especulou-se a localização cartográfica das fazendas em questão.

Mapa 6 - Algumas fazendas mencionadas no levantamento bibliográfico empreendido.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2016.

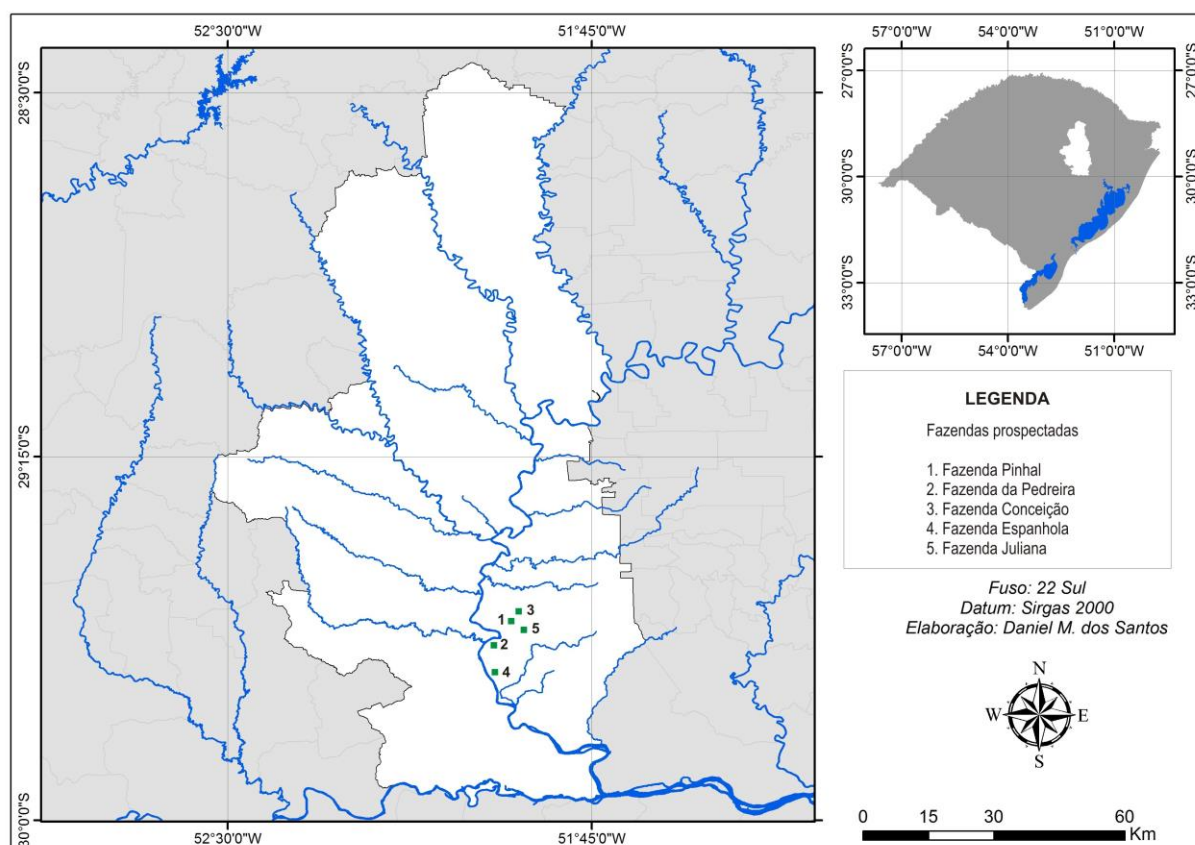
Muitas das fazendas mencionadas nas produções regionais talvez jamais sejam localizadas. A densa ocupação contemporânea e a sobreposição das demandas temporalmente apresentadas ao espaço em constante reformatação fazem desaparecer algumas estruturas ao passo que outras surgem. Dentre as fazendas localizadas ou com pistas mais efetivas para sua localização se partiu para a busca do local prospectivamente.

Com base nas prospecções se constituiu uma amostra a ser estudada a partir da qual se pode confirmar algumas hipóteses e lançar-se outras. Tendo-se sempre como fio condutor o rio Taquari procurou-se por alguns topônimos citados nas bibliografias examinadas na ferramenta de geolocalização *Google Earth*. A intensão era verificar a permanência da nomenclatura dos locais uma vez que aquela ferramenta referencia os espaços contemporaneamente. Algumas nomenclaturas não aparecem naquele geolocalizador. Outros locais aparecem, porém com referências delimitatórias diferentes das mencionadas nas bibliografias.

Paralelamente ao procedimento metodológico anteriormente descrito empreendeu-se prospecções em campo. A partir de contatos com a comunidade regional foi possível localizar-se vestígios de algumas estruturas. Uma rede de informações se estabeleceu entre pesquisador e proprietários. Outros investigadores vinculados ao Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências da Univates (Labarq/MCN/Univates), tomaram parte nas investigações em campo e participaram de expedições sazonais.

Uma descrição superficial dos espaços foi feita e aferiu-se as coordenadas geográficas das estruturas abordadas a partir de leituras de *Global Positioning System* (GPS). Dentre as fazendas com localização confirmada, conforme a legenda do mapa anteriormente apresentado, selecionou-se algumas para aprofundar a abordagem.

Mapa 7 - Fazendas abordadas arqueologicamente



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2016.

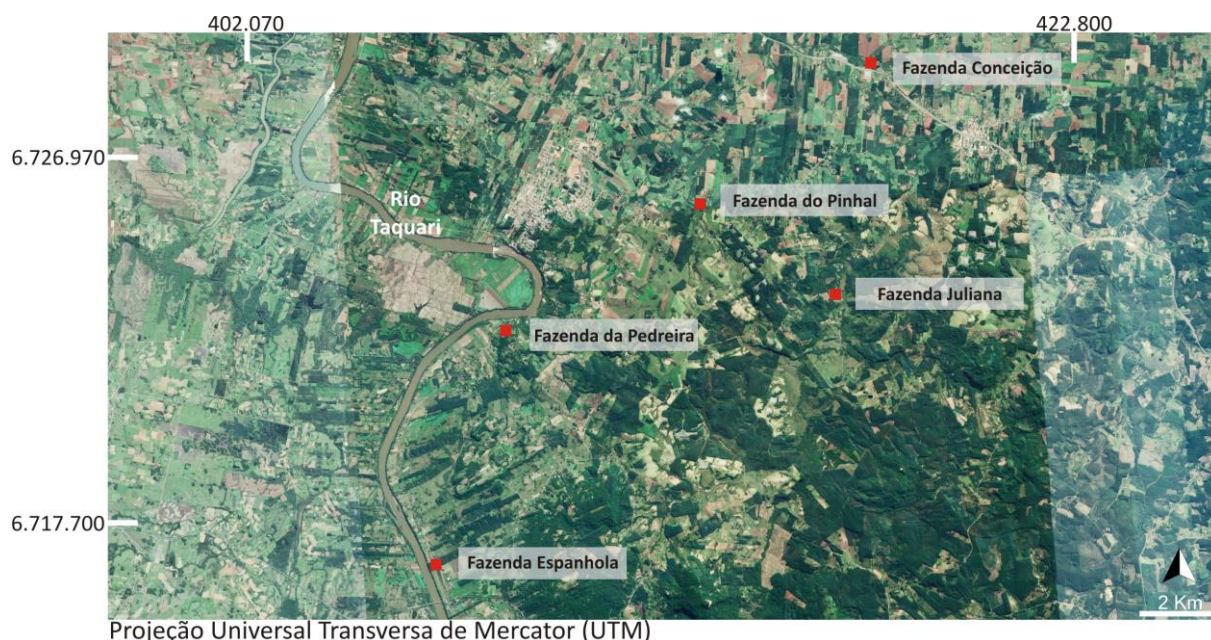
Entre os critérios para a seleção das fazendas abordadas esteve a possível relação entre elas a partir da bibliografia mobilizada. Como já mencionado, as fazendas Conceição,

Pedreira e Pinhal, por exemplo, foram estabelecidas sobre a mesma sesmaria auferida por Manoel Alves dos Reis Louzada no início do século XIX.

Outro critério é a proximidade em relação ao percurso do rio Taquari. Ainda que não se atente para deduções mais incisivas no que concerne à proposição de padrões de estabelecimento no espaço (como é arqueologicamente recorrente em sítios arqueológicos desta e de outra natureza) se pretendeu investigar a agência do rio no que se refere às relações entre os grupos humanos (partícipes do espaço naquele contexto) e aquela entidade fluvial. Esta perspectiva justifica-se pela opção teórica enunciada no segundo capítulo. A partir de Latour (2012) concebe-se o rio como uma entidade ativa na relação com outros elementos, incluindo os grupos humanos que se sucedem às suas margens.

A partir das investigações constituiu-se então uma amostra para tentar, o quanto possível, verticalizar a abordagem. Além das três fazendas antes mencionadas abordou-se ainda a Fazenda Espanhola. Já a Fazenda Juliana aparece na representação cartográfica apenas para ilustrar o complexo de sedes que convergem para o rio sem ter passado por um levantamento mais acurado.

Figura 4 - Fazendas abordadas no estudo



Fonte: Elaborado por Dr. Marcos Rogério Kreutz, 2016.

Foram realizados caminhamentos nos espaços entre as fazendas. Investigou-se os cursos de arroios existentes próximo aos vestígios que indicavam as sedes das fazendas.

Algumas situações sobrevieram já nas primeiras prospecções. A primeira constatação é a de que a reconstrução de alguns dos sítios abordados seria impossível. Em alguns casos, como será possível visualizar na abordagem específica a seguir, não restaram estruturas acima do nível do solo. Nestes casos as escavações evidenciaram parte dos fundamentos a partir dos quais se reconstituiu o perímetro da construção o que, entre outros aspectos, ajudará a dimensionar o impacto das atividades levadas a termo nos arredores.

Em outras fazendas tem-se as edificações da sede parcialmente visíveis. A sucessão das ocupações ao longo do tempo, contudo, gerou perturbações eloquentes. Parte do material das edificações originais foram deslocadas para construção de pisos para estábulos e chiqueiros. Apenas a Fazenda Juliana, que não recebeu apreciação detida, tem a casa principal de sua sede ainda habitada.

Os sítios que apresentam melhor preservação da casa principal da fazenda permitem abordagens mais detidas sobre a constituição do material construtivo. Nestes casos é possível perceber a perturbação antrópica a partir da inserção de materiais contemporâneos sobrepondo o material construtivo original. Tais aspectos podem ser constatados nos rebocos e demais operações de reforma facilmente constatáveis.

Isso posto, nas subseções que seguem, passa-se a tratar mais detidamente as particularidades de cada um dos lugares abordados. O texto, doravante, norteia-se por dois eixos desenvolvidos paralelamente. Os dados históricos levantados sobre cada sítio serão apresentados, entremeio aos procedimentos metodológicos selecionados para a abordagem. Os subtítulos identificam-nos: Fazenda Conceição; Fazenda Pedreira; Fazenda Pinhal e Fazenda Espanhola.

5.2 Fazenda Conceição

As ruínas da Fazenda Conceição estão localizadas, pelas delimitações geopolíticas contemporâneas, no espaço que corresponde ao município de Fazenda Vilanova. Faria (2012), se vale de dados apresentados pelo Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DAER) para apresentar algumas referências geoespaciais. As distâncias contemporâneas em relação a alguns empreendimentos e modais de transporte pode ajudar a interpretar algumas evidências arqueológicas. As referências em relação às distâncias são: “(...) 96 km de Porto Alegre; 104

km de Caxias do Sul; 83 km de Santa Cruz do Sul; 95 km de Novo Hamburgo; 63 km do Polo Petroquímico de Triunfo; 95 km do Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre e 12 km do Porto e Ferrovia” (Farias, 2012, p. 10).

As conveniências que esta localização enseja é percebida desde muito tempo. Já no final do século XVIII, como será possível visualizar ao longo deste trabalho, a região já chamava a atenção pela abundância de madeira e pela viabilidade de seu escoamento dada a localização e a topografia de que a região é dotada. A concepção do Porto localizado na cidade de Estrela/RS só se deu na segunda metade do século XX, assim como a Estrada de Ferro (EF 491), também constante em alguns trabalhos como Ferrovia do Trigo. Contudo, nestes aspectos destacados por Faria (2012) se pode perceber como, ao longo do tempo, as conexões com outros espaços ensejam a potencialidade do local no que se refere ao atendimento das demandas dos grupos humanos.

Conforme já informado o lugar foi ganho, mediante reivindicação de sesmaria, por Manoel Alves dos Reis Louzada, herdado por testamento por Antonio José de Moraes que deixa como herança para o seu filho Luiz Paulino de Moraes (Eifler, 1992). Conforme documentação acessada por Farias (2012), o lugar ficou relativamente pouco tempo em posse dos Moraes, pois em fins da década de 1880, o local já aparece nos inventários de Tristão Gomes da Rosa. Conforme relato manuscrito por Felisbina Junqueira, reproduzido por Farias (2012), com a morte de Tristão sua filha Francisca da Rosa Junqueira passou a habitar a casa que, tempos depois vendera-na a um genro, Cândido da Rosa Cardoso. Na virada do século XIX para o XX, Inácio Diedrich, avô do atual proprietário, adquire a propriedade.

Como se pode ver pelos sobrenomes se tem a posse do local por descendentes de imigrantes alemães. Na sequência o local passa a pertencer a Valdemar Diedrich, pai do atual proprietário. Contemporaneamente, Lauteni Diedrich tem o local sob sua posse. Desta forma reconstitui-se a administração do local desde Louzada, o que já começara a ser feito no capítulo anterior, até a atualidade.

No relato de Felisbina Junqueira do qual Farias (2012) se vale há menção à várias atividades econômicas desempenhadas no local ao longo período que o local pertenceu a Tristão Gomes da Rosa e a seus descendentes. Naquele manuscrito a herdeira de Tristão informa que a propriedade:

(...). Possuía também um engenho de serra, uma atafona de farinha de mandioca, um moinho de farinha de milho, a senzala, isto é, a moradia dos escravos e a casa-grande feita de pedras com um mirante onde estava colocado um sino que era usado para chamar os escravos ao trabalho. Todas essas construções foram feitas com o auxílio do braço forte dos cativos. (...) (Manuscrito de Filisbina Junqueira reproduzido em Farias, 2012, p. 110).

No próximo capítulo tratar-se-á com mais demora das consequências para o espaço de todos estes empreendimentos; e o quanto de elementos constituintes do espaço passaram a configurar os reordenamentos e reapropriações das estruturas nele dispostas.

Muitas das citações de utilização das estruturas ordenadas na paisagem da fazenda não podem ser verificadas arqueologicamente diante da intensa perturbação do local. As águas do Arroio Conceição represadas para dar origem ao açude têm uma agência decisiva e perpassa tempos, como poder-se-á constatar na abordagem arqueológica a seguir detalhada.

Por aquela metodologia será possível visualizar apenas o perímetro da casa grande permanecendo a senzala ainda em lugar indeterminado. Os efusivos registros fotográficos empreendidos ao longo da pesquisa conduzem a narrativa possível sobre as intensas relações tecidas entre as múltiplas entidades a comporem e significarem o espaço.

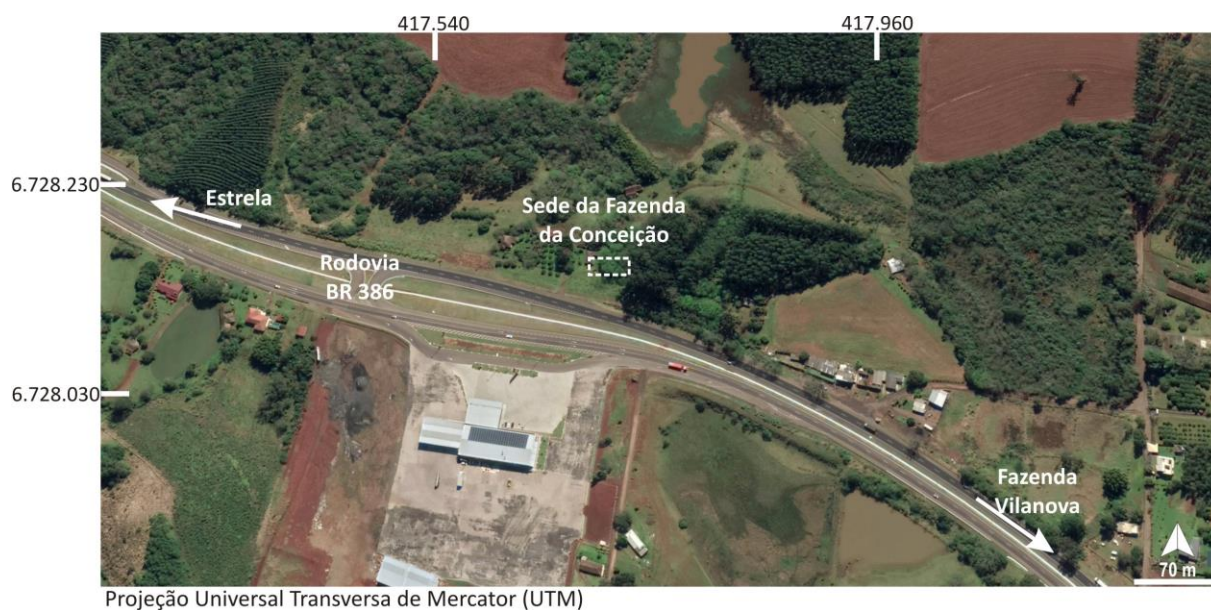
Com base nos trabalhos de campo compõem-se novas fontes a ensejar interpretações potentes sobre as agências múltiplas. De descendentes lusitanos a imigrantes germânicos passando pelo intenso impacto da mão de obra africana e afro-brasileira, o espaço da Fazenda Conceição foi recomposto inúmeras vezes ao longo destes mais de dois séculos. Assim como pressuposto na revisão teórica sob a perspectiva fenomenológica se pode sentir o local através da materialidade da qual a paisagem se descortina.

5.2.1 A escavação das ruínas da Fazenda Conceição

Conforme advertido no segundo capítulo onde versou-se acerca do aporte teórico, o procedimento metodológico passa a ser apresentado entremeio à constituição do novo conjunto de evidências para o estudo das fazendas que a presente tese incorpora. Conforme destacado na subseção anterior a sede da fazenda localiza-se na intersecção de diversos modais de transporte amplamente mobilizados desde muito tempo. Como poder-se-á ver na imagem abaixo o sítio arqueológico situa-se às margens de uma das principais rodovias do

estado Rio Grande do Sul, a BR 386, que também aparece com outras denominações tais como: estrada da produção, Tabai-Canoas, Rodovia Presidente Kennedy e Rodovia Governador Leonel de Moura Brizola.

Figura 5 - Localização da sede da Fazenda Conceição às margens da BR 386.



Fonte: Labarq/MCN/Univates – Elaborado por Dr. Marcos Rogério Kreutz, 2020.

Um dos procedimentos metodológicos adotados em campo foi o efusivo registro fotográfico e o tratamento de imagens de satélite. Estas duas providências aliadas à tomada dos pontos de georreferência, são fundamentais para a análise das evidências a partir do aporte teórico escolhido. O posicionamento da estrutura no espaço tornará mais nítida as múltiplas agências entre as entidades aí postas desde a origem na relação com os grupos humanos do período em estudo. Compõem-se uma paisagem a partir de um espaço estruturado que transformar-se-á em território e lugar, categorias definidas na revisão teórica.

A aferição da localização se deu a partir de leitura obtida com aparelho de GPS Portátil Garmin¹⁰ que apontou a seguinte posição: Zona 22J; Leste: 0417716 – Norte: 6728159. Esta é a georreferência a ser apresentada no cadastro da estrutura como sítio arqueológico junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Doravante a Fazenda Conceição será também referida como Sítio Arqueológico RS T 135,

¹⁰- As atividades de georreferência para delimitação da área que envolve o sítio efetivaram-se mediante uso do aparelho de GPS, Modelo Garmin Oregon 650. Todas as ações também tiveram o registro fotográfico capturadas com máquina digital Modelo Sony DSC-W690.

registro que toma acento no catálogo de sítios arqueológicos do Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências da Univates (Labarq/MCN/Univates).

As dificuldades no que concerne ao levantamento de dados empíricos decorre do elevado grau de perturbação do sítio. Informações colhidas junto ao proprietário dão conta do reaproveitamento do material construtivo da casa que abrigava a sede da fazenda em outros empreendimentos ao longo do tempo na propriedade.

Figura 6 - Material construtivo reaproveitado nas estruturas arquitetônicas contemporâneas situadas no entorno do sítio.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2020.

As pedras que constituíam os fundamentos da casa da sede da fazenda são reaproveitadas em muros de contenção e direcionamento das águas decorrentes da precipitação pluviométrica uma vez que o terreno apresenta ligeiro declive. Os cravos, outrora utilizados no barroteamento e fixação dos marcos das portas e janelas encontram-se sem uso aparente aleatoriamente dispersos, próximo às estruturas contemporaneamente em uso.

Além disso, em relação à perturbação, como é possível visualizar nas imagens apresentadas nesta subseção, a vegetação alastrou-se perturbando o sítio e tornando ainda mais desafiadora a abordagem arqueológica. Não menos importante em termos de afetação do local é o pisoteamento empreendido pelo gado. A única estrutura visível desde a superfície é um muro, contudo, já parcialmente colapsado em uma das extremidades do terreno.

Restam ainda algumas pedras dispostas descontinuamente pertencentes aos fundamentos da casa. A partir da limpeza do terreno foi possível visualizar relevos configurados como saliências retilíneas incidindo perpendicularmente no muro, testemunho físico mais eloquente do sítio. As trincheiras de escavação detiveram-se a estes pontos objetivando delinear o perímetro da estrutura arquitetônica erigida no início do século XIX como sede da fazenda.

Figura 7 - Panorâmica de uma das áreas de escavação perseguindo as saliências dispostas no terreno.



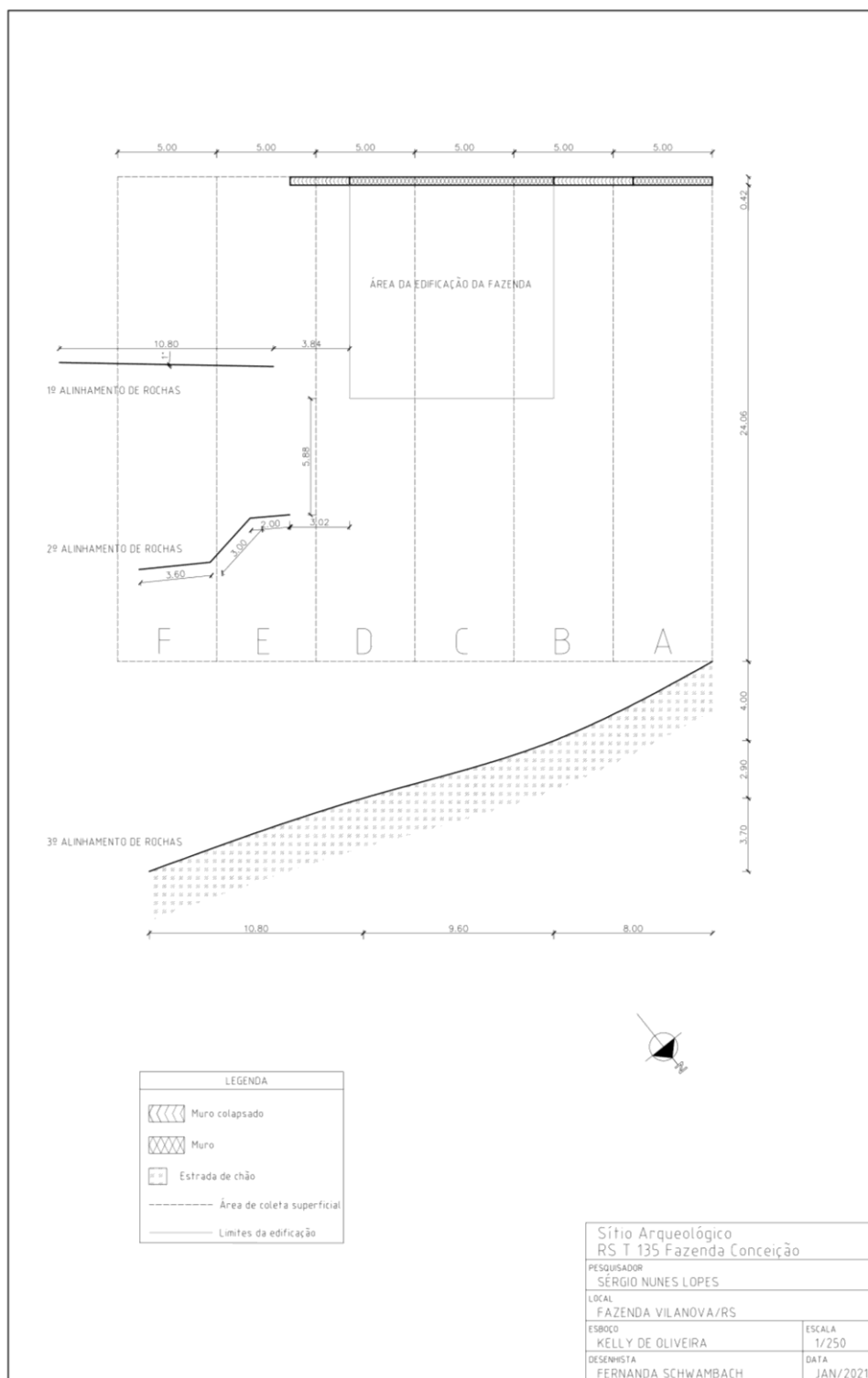
Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2020.

A escavação arqueológica materializada pela abertura de trincheiras e quadrículas foi precedida de dois outros procedimentos metodológicos a saber: varrição e coleta superficial. A varrição se deu mediante utilização de vassouras metálicas (rastéis) a fim de remover as folhas oriundas das árvores que cresceram sobre o sítio. Já a coleta superficial se impôs diante da dispersão de louça e, principalmente, vidro. Diante da já mencionada perturbação decorrente do pisoteamento do gado os fragmentos da cultura material composta por tais matérias-primas são pequenos. As peças maiores, em superfície, não superam 5cm de área.

Para “regionalizar” a coleta superficial foram estabelecidas linhas equidistantes de cinco metros o que permite visualizar as “zonas” de maior concentração de material na área

do sítio. Estabeleceu-se seis (6) linhas (A, B, C, D, E, F). Os limites foram: a cerca de arame do lado noroeste da estrutura que divide o potreiro onde está o sítio com a casa habitada contemporaneamente pelo proprietário; o fim da estrutura (muro testemunho) no lado nordeste; o limite N-NE e N-NO fazem divisa com a antiga estrada, na data da pesquisa apenas um caminho de passagem entre a casa do proprietário e o açude da propriedade; ao Sul (lado que dá para a BR 386) o limite foi o muro testemunho mais íntegro da estrutura. A coleta de superfície ficou restrita ao espaço que foi limpo (retirada da camada de folhas). Isso quer dizer: a área onde afloram as estruturas em pedra.

Figura 8 - Área da coleta superficial



Fonte: Elaborado a partir dos croquis e diário de campo, 2021

A partir do desenho acima posto, observando-se a escala a partir da qual foi concebido, é possível deduzir a área da coleta que apresenta 30 x 24,48m o que totaliza 734,4m². Em relação ao tipo e densidade da Cultura Material encontrada tem-se o comportamento ilustrado na figura abaixo.

Figura 9 - Dispersão e quantificação da Cultura Material na Área da coleta superficial

CULTURA MATERIAL - FAZENDA CONCEIÇÃO						
COLETA SUPERFICIAL						
	LOUÇA	METAL	VIDRO	TIJOLO	PLÁSTICO	CERÂMICA
LINHA A	142	0	121	-	-	1
LINHA B	96	10	134	-	-	-
LINHA C	55	1	118	-	-	-
LINHA D	16	5	88	-	-	-
LINHA E	3	1	21	-	-	-
LINHA F	5	1	13	-	-	-
TOTAL (COLETA SUPERFICIAL)	317	18	495	-	-	1

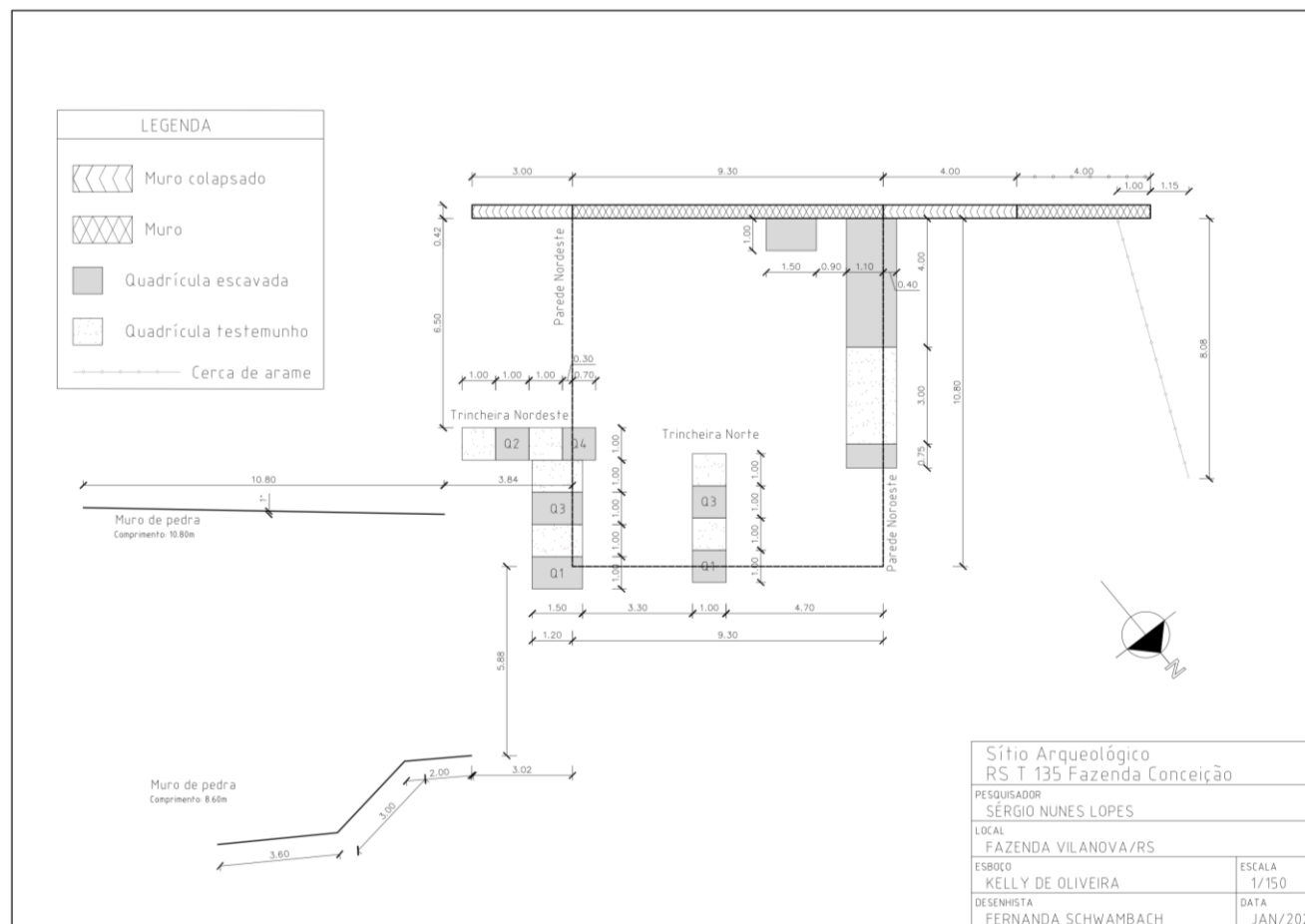
Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2020.

A graduação de cores e as importâncias matematicamente apresentadas em cada uma das colunas referente a cada tipo de Cultura Material e sua respectiva densidade de dispersão demonstram maior concentração em geral entre as linhas A e D. Destaca-se a quantidade de fragmento de vidro e louça nas linhas A, B e C.

Ainda que se torne inviável problematizar cada tipo de Cultura Material encontrado tendo em conta que a intenção primeira é explorar a organização sintática dos demais elementos circundantes, é possível observar que as linhas de maior concentração estão na parede noroeste da estrutura arquitetônica outrora utilizada como sede da fazenda.

A partir da limpeza e coleta superficial elegeu-se as áreas a serem escavadas a fim de evidenciar o perímetro da estrutura arquitetônica. A delimitação de cada uma das áreas a serem escavadas foram descritas em diário de campo e fotografadas ao longo dos cinco dias de trabalho ininterruptos. A nomenclatura empregada para cada uma das áreas de inserção é sucedida do ponto cardeal ou colateral onde se localiza tendo-se por referência o perímetro da construção.

Figura 10 - Croqui panorâmico das áreas de escavação.

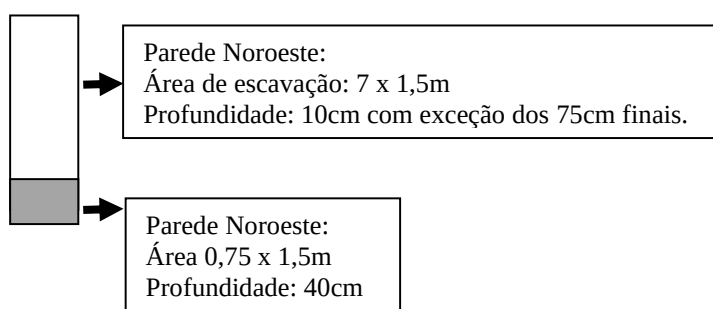


Fonte: Elaborado a partir dos croquis e diário de campo, 2021.

A evolução da escavação em cada uma das áreas foi densamente descrita. É este o subsídio para a análise que passa a ser empreendida nesta seção. Dar-se-á prioridade aos dados pertinentes à delimitação da estrutura arquitetônica e à Cultura Material que dialoga de forma mais direta com o aporte teórico mobilizado. Ou seja, a dimensão da casa, sede da fazenda, é um dado relevante para inferir o seu funcionamento. Já a Cultura Material que indique atividades de impacto ambiental terá maior atenção uma vez que converge para discussões atinentes aos impactos ambientais e interação dos sujeitos com as demais entidades tais como, vegetação e cursos d'água.

Na área de escavação denominada no croqui acima “parede noroeste” evidenciou-se as pedras do alicerce. Optou-se por prolongar a área de escavação avançando no sentido Norte. A área total escavada nesta inserção foi de 7 x 1,5m. O objetivo era verificar o padrão de dispersão do material construtivo na confecção e posterior colapso da parede. Optou-se, nesse local por recortar, no extremo Norte da área de escavação, 75cm e aprofundar. Objetivo: averiguar a dispersão vertical do material no leito da parede. A figura abaixo ilustra a área escavada e o setor no qual a escavação desceu 40cm sendo que no restando a decapagem não superou os 10cm de profundidade.

Figura 11 - Área de escavação parede Noroeste

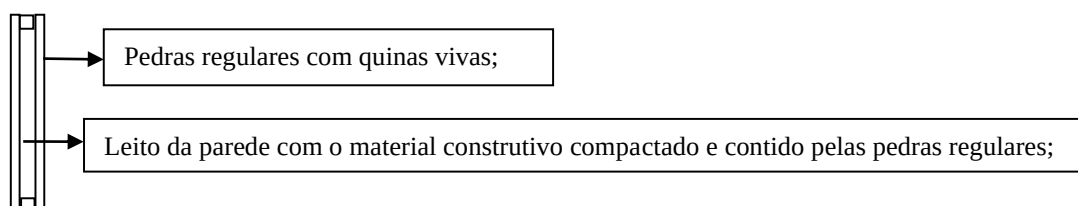


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do diário de campo, 2020.

A partir da dispersão do material pode se verificar e inferir as técnicas de construção. A técnica construtiva visualizada indica que os fundamentos foram compostos utilizando pedras regularmente trabalhadas formando blocos em formato de sólidos geométricos de faces 70 x 20cm, na face de maior área e 70 x 10cm, na face de menor área. Estes blocos têm em suas arestas quinas-vivas, em alguns casos perturbadas, indicando o preparo para encaixe na

estrutura. Os blocos são dispostos em duas colunas paralelas com uma abertura entre ambas onde foram encontrados materiais construtivos fragmentados e solo argiloso de coloração mais escura do que o solo da área circundante e densamente compactado.

Figura 12 - Dispersão do material construtivo indicando a técnica de construção do fundamento.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do diário de campo, 2020.

Procedeu-se a coleta do material compactado entre as pedras componentes do fundamento para análise em laboratório. As análises preliminares, a partir da revisão bibliográfica, indicam que cupinzeiros de chão foram compactados juntamente com os outros materiais construtivos aí dispostos. A hipótese decorre da observação da construção dos fundamentos e das paredes mais próximo à base. A constituição da construção da parede a essa altura segue o seguinte padrão: nas laterais da parede são assentadas pedras regularmente preparadas com quinas vivas, entre as duas laterais da parede e/ou fundamento deposita-se toda a sorte de material e compacta-se o que fora depositado.

A conclusão da análise acima apresentada encontra assento em densa bibliografia corrente em áreas do conhecimento como Engenharia Civil e Arquitetura. A utilização de cupinzeiros na edificação de habitações envolve técnicas e saberes que remontam milênios. Estudos empreendidos por Couto; Segantini e Ferreira (2009) dão conta da conveniência do material inclusive para a construção de paredes. Os autores compuseram corpos de prova medindo em laboratório a resistência de blocos confeccionados mediante mistura de solo natural com cupinzeiro e concluíram que “com o aumento do material de cupinzeiro, a resistência à compressão também aumentou” (Couto; Segantini e Ferreira, 2009, p. 120).

Ainda a este respeito Weimer (2015) adverte:

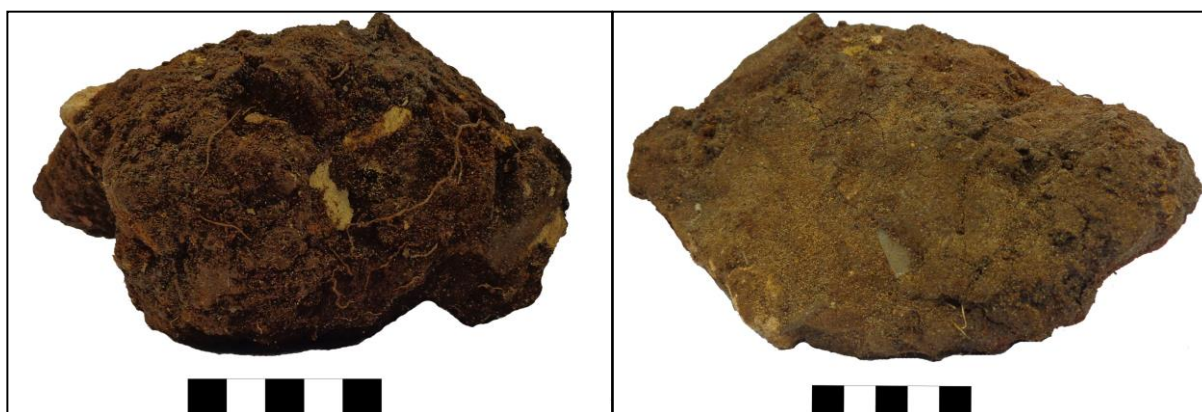
Da mesma forma, é sabido que construções em taipa de pilão eram de domínio de algumas populações africanas o que implica que a mesma também pudesse se

originado por esta via, mas é mais provável que seu uso tenha sido resultado da superposição de duas tradições, ibérica e negra. Isso se torna evidente na medida em que as taipas leves também participavam da construção de algumas casas bandeiristas como foi documentado em Lemos (Weimer, 2015, p. 98).

A compactação indica o emprego da técnica acima descrita. Já em relação ao emprego dos cupinzeiros o mesmo autor adverte para a larga utilização deste recurso no Sul angolano. A mão de obra utilizada nas fazendas, inclusive em sua edificação, era composta africanos e afrodescendentes que trouxeram esses saberes do continente materno.

A este respeito é salutar destacar que nesta fazenda permaneciam trabalhando, já na segunda metade do século XIX, 44 trabalhadores descendentes de africanos ou procedentes daquele continente. A informação consta do inventário levado a termo por Antonio José de Moraes, que herda por testamento as posses de Manoel Alves dos Reis Louzada.

Figura 13 - Material compactado sugerindo o aproveitamento de cupinzeiros na construção



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2021.

O fragmento à esquerda da imagem acima é de um estrato de solo mais profundo em relação ao da direita. Naquele é possível constatar a composição com outros materiais construtivos ao passo que neste tem-se, inclusive fragmentos vítreos decorrentes da perturbação contemporânea.

As escavações nas áreas predefinidas, conforme se pode perceber no croqui acima apresentado, alternou áreas de escavação mais incisiva com áreas testemunho. Desta perspectiva se tem a adaptação das proposições de Mortimer Wheeler para a visualização do material construtivo no leito da parede.

Figura 14 - Área de escavação trincheira norte.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2020.

A área de escavação acima apresentada transpassa o leito da parede na extremidade Norte da estrutura. Ao consultar-se o croqui antes apresentado tem-se a informação de que Q1, a quadrícula que aparece em primeiro plano na imagem acima, fora escavada ao passo que Q3 foi a outra quadrícula escavada. A quadrícula testemunho que fica entre as anteriormente mencionadas tem igual área. As quadrículas Q1 e Q3 foram escavadas até a profundidade de 40cm.

Visualizando-se a estratigrafia da quadrícula testemunho percebe-se tem intensa concentração de material construtivo fragmentado. Este comportamento indica que a quadrícula testemunho está no leito da parede sendo que Q1 fica para o lado externo da estrutura e Q3 no interior da casa que abrigava a sede da Fazenda Conceição. Esta área de escavação foi importante para a aferição do perímetro da casa.

Outras áreas de escavação foram abertas, como se pode ver no croqui. A partir do panorama pode-se circunscrever a estrutura arquitetônica uma vez que não há registro de imagens ou plantas construtivas. Esta é a metodologia possível para a concepção de um esboço de planta baixa.

Já no que concerne à ocorrência de Cultura Material em cada uma das áreas escavadas foi composta uma tabela semelhante àquela que tratou da coleta superficial.

Figura 15 - Evidências por área de escavação.

ÁREA DE ESCAVAÇÃO						
	LOUÇA	METAL	VIDRO	TIJOLO	PLÁSTICO	CERÂMICA
PAREDE NOROESTE (SUPERFÍCIE)	39	4	166	-	-	-
PAREDE NOROESTE	15	9	116	2	-	3
TRINCHEIRA NORTE (QUADRICULA 01)	3	4	50	1	-	-
TRINCHEIRA NORTE (QUADRICULA 02)	2	8	24	-	-	-
TRINCHEIRA NORTE (QUADRICULA 03)	0	4	34	-	-	-
PAREDE NORDESTE (QUADRICULA 01)	0	7	12	-	-	-
PAREDE NORDESTE (QUADRICULA 03)	3	2	66	-	1	-
TRINCHEIRA NORDESTE (QUADRICULA 04)	5	9	20	-	1	-
ESTRADA	34	0	31	-	-	-
TOTAL (ÁREA DE ESCAVAÇÃO)	73	47	519	3	2	3

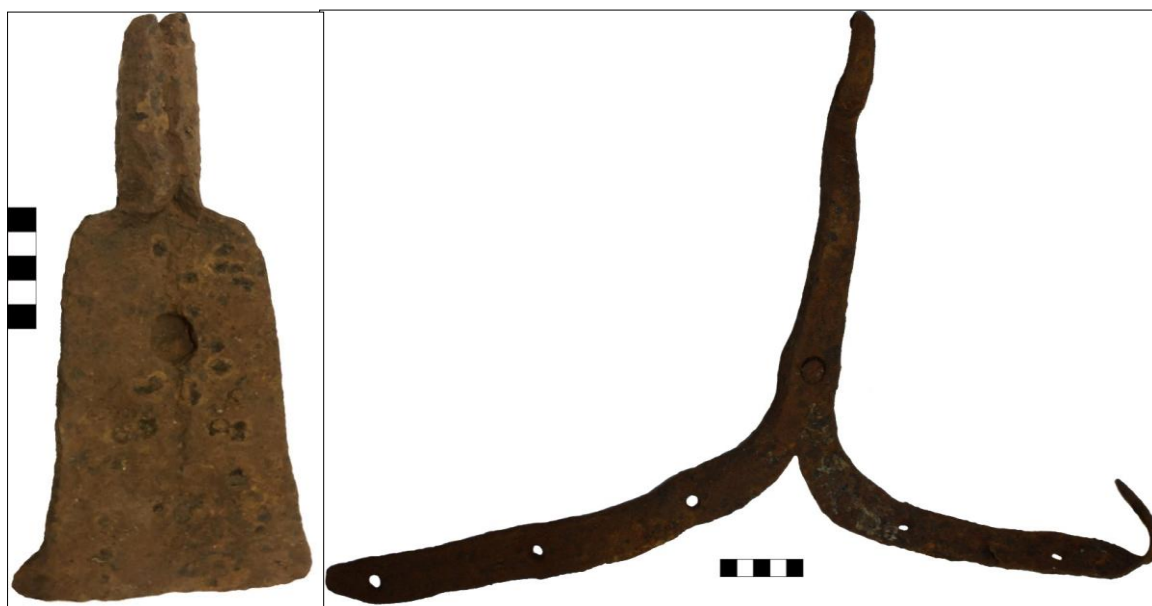
Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2020.

Como já destacado o elevado grau de perturbação e fragmentação da cultura material comprometem análises mais aprofundadas. A ocorrência de fragmentos vítreos, contudo, pode no futuro ser explorada separando-se os que estavam diretamente empregados na estrutura como componentes de vidraças e os fragmentos de cor âmbar e verde que permitem a atribuição a outras finalidades.

Perseguindo o intuito de discutir a cultura material que media a relação dos grupos sociais de outrora no espaço com as outras entidades tais como, a vegetação e os cursos d'água se tem a cultura material de origem metálica. Como se pode ver na trincheira Nordeste verifica-se a ocorrência de material desta natureza. Para fins de interação com a vegetação outrora existente se tem a evidência de cunhas utilizadas para falquejo de madeira e um gancho. Este tipo de artefato conecta a agência humana aos matos de outrora.

Como poder-se-á verificar na documentação examinada no próximo capítulo a região tinha densa vegetação composta por *Araucaria angustifolia*. Esta vegetação conhecida no léxico popular contemporâneo verificável, inclusive nas prospecções de campo no diálogo com os proprietários, como pinheiro brasileiro fora intensamente explorada, praticamente desaparecendo no contexto em estudo.

Figura 16 - À esquerda, cunha utilizada para falquejo das toras de pinheiro. À direita gancho de zorra utilizada para transporte na Fazenda Conceição.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2021.

Os impactos da utilização destes equipamentos ao longo do século XIX geram registros na paisagem a serem discutidos no próximo capítulo. Naquela seção poder-se-á perceber a interligação entre as fazendas estudadas e a agência, sobretudo, do rio Taquari para onde converge tudo o que a partir delas se produz. Por enquanto, convém, compor o panorama da disposição das relações entre as estruturas localizadas nas cercanias da área sobre a qual incide a escavação.

Distando cerca de 100 metros da área de escavação encontra-se a estrutura de uma serraria inativa. A utilização da força hidráulica mobilizada a partir de uma roda d'água já movimentou as engrenagens que além de serraria já foi moinho e atafona. A cunha evidenciada na escavação, cuja imagem foi acima reproduzida, indica a atividade de falquejamento de toras de madeira. Naquele processo, dependendo do diâmetro da tora de madeira, a lâmina da serra pode ficar presa limitando os movimentos de serragem. A cunha introduzida na abertura feita pela lâmina impede que o vão decorrente da serragem se feche

limitando o movimento da serra. Dessa forma a estrutura pode continuar ininterruptamente o movimento de falquejo.

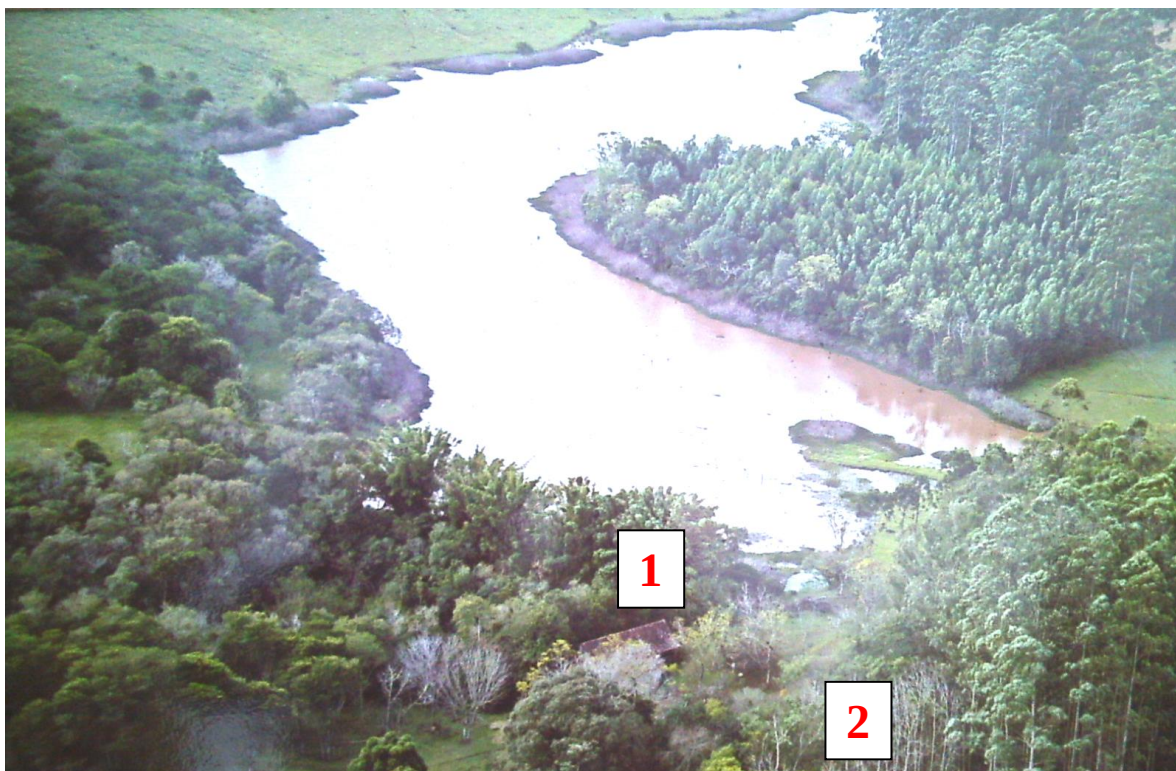
Figura 17 - Estrutura de serraria movida por roda d'água em atividade até o século XX.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates, 2020.

Estes elementos dispostos no espaço, conforme a discussão teórica empreendida no segundo capítulo, apontam para a dinâmica das relações estabelecidas. Saberes desenvolvidos ao longo dos anos são mobilizados e adaptados. Assim os grupos humanos são impactados e impactam a paisagem ao sintaticamente comporem com as matas e cursos d'água relações particularidades.

Figura 18 - Estruturas e composição do espaço: 1) Estrutura da serraria; 2) Área de escavação, ruínas da casa sede da Fazenda Conceição.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da Univates, 2020.

Na imagem acima é possível visualizar o açude decorrente do represamento de um arroio, o Arroio Conceição que, também já foi conhecido como Arroio Pau, por abrigar densa vegetação, o que não mais se verifica. Parte da água represada era dirigida via calha para fazer girar a roda que movimentava a estrutura da serraria, moinho e atafona ao longo do tempo. Os empreendimentos decorrentes da mão de obra cativa permanecem naquele espaço. A casa foi destruída, mas o açude continua em utilização, contudo impactado pela poluição decorrente das atividades agrícolas a montante.

Ainda sobre a concepção do açude o manuscrito de Felisbina Junqueira informa que os “escravos que fizeram a represa, carregando a terra sobre coros de boi, puchado pelos próprios escravos”. Das paredes de 10,8m X 9,30m, ao açude passando pelo moinho o trabalho cativo está documentado no espaço da Fazenda Conceição. As relações mais efetivas entre esses sujeitos e seus senhores são tratadas em trabalhos assentados sobre densa

documentação configurados como dissertação de mestrado e tese de doutoramento da pesquisadora Karen Daniela Pires.

5.3 Fazenda Pedreira

Conforme se pode ver a partir da apresentação das posses auferidas por Manoel Alves dos Reis Louzada mediante doação de sesmarias, trata-se de mais uma de suas propriedades. No capítulo anterior é possível visualizar a estimativa da área circunscrita pela sesmaria abrigando três das fazendas que compõem a amostra aqui estudada. Ainda conforme o percurso documental perseguido este local fora doado em testamento ao mesmo Antonio José de Moraes, cujo inventário já referenciado data de julho de 1862.

Antes de continuar apresentando o itinerário das fontes e a abordagem à Fazenda Pedreira é conveniente mencionar alguns motivos pelos quais Louzada deixara todas as suas posses a Moraes. A esse respeito Moreira e Cardoso (2013), esclarecem:

O Barão de Guaíba, batizado Manoel Alves dos Reis Louzada, faleceu em Porto Alegre, no dia 08/07/1862. Viúvo (sua esposa Ana Amália falecera, demente, em Lisboa) e sem filhos (seu filho legítimo morrera antes do pai e um outro, bastardo, nunca foi reconhecido pelo católico progenitor), o Barão distribuiu legados livremente a uma teia de compadres, alforriou 23 cativos e dotou órfãs. Somando os cativos alforriados por verbas testamentárias e os que permaneceram em cativeiro, temos 168 indivíduos. O herdeiro da maioria dos bens do Barão foi um de seus compadres, o cirurgião Antônio José de Moraes, seu amigo de longa data, nascido na cidade do Porto (Moreira; Cardoso, 2013, p. 312).

Conforme Farias (2012), Antonio José de Moraes era filho de Custódio José de Andrade e Rosa Bernardina de Moraes Andrade tendo sido casado com Constância Perpétua Fernandes. Segundo o mesmo autor, em uma viagem de Portugal para o Brasil, nas proximidades das ilhas de Cabo Verde o navio onde Moraes estava naufragou e, na ocasião ele salvara-se e foi decisivo na sobrevivência de Manoel Alves dos Reis Louzada que também estava na embarcação. Moraes era médico tendo servido com essa profissão ao exército imperial nas escaramuças contra os platinos. O médico e maior herdeiro de Louzada, faleceu em Porto Alegre em 20 de julho de 1875 (Farias, 2012, p. 81).

Antônio José de Moraes, conforme Eifler (1992), casara-se em primeiras núpcias com a porto-alegrense Constância Perpétua Fernandes. O casal teve muitos filhos alguns dos quais

herdarão as fazendas estudadas neste trabalho. Após a morte da primeira esposa Moraes casara-se com Rita de Figueiredo Pinto Viegas. Este casamento foi estéril da perspectiva da produção de descendência.

Conforme publicação do Jornal O Taquaryense de 19 de abril de 1986, na qual o colunista Lothar Hessel transcreve documentos e faz algumas interpretações, da descendência de Antônio José de Moraes:

Seus três filhos mais lembrados no vale do Taquari foram: Joaquim Antônio de Moraes, que se casou com Gertrudes Pinto de Moraes e herdou a fazenda Pedreira; Manoel, que se consorciou com uma sobrinha Constança (D. Sinhá) e que herdou a fazenda do Pinhal; e Luís Paulino, casado com Maria Umbelina, herdando a fazenda da Conceição (Um “taquariense” de antanho. **O Taquaryense**. Taquari, p. 02, 19 abr. 1986).

Ainda que Joaquim Antônio de Moraes não figure, na parte do testamento de seu pai acessado durante a elaboração da tese, as referências às suas posses no Vale do rio Taquari são efusivas. A execução do testamento foi bastante morosa, pois vários dos citados como testamenteiro declinaram da função após a morte de Antônio José de Moraes em 1875. Este aspecto pode explicar a posse da fazenda por um dos filhos de Antônio José de Moraes, aparentemente alijado pelo pai de seu testamento, uma vez que o próprio patriarca informa naquele documento que os filhos que do testamento não constarem assim não o seriam por “ingratidão”.

As referências à sede da Fazenda Pedreira são efusivas na produção bibliográfica. Conforme Eifler (1992) e Farias (2012), era a partir deste local que se dava a gestão das demais fazendas quando o latifúndio ainda pertencia a Manoel Alves dos Reis Louzada. Sob gestão dos Moraes, a fluidez dos negócios continuou no local. Entre as muitas transações efetivadas está o intenso comércio de africanos escravizados.

Joaquim Antônio de Moraes comprava e vendia escravos que atuavam tanto na Fazenda Pedreira quanto em suas outras posses em Porto Alegre. Como Joaquim Antônio viveu o período de declínio da exploração da mão de obra escrava, em alguns documentos é possível verificar também algumas cartas de liberdade concedidas a alguns dos seus cativos. Conforme a documentação acessada, entre os negócios desse gênero explorados por Joaquim Antônio de Moraes constam: a compra de uma parda solteira de 14 anos em 5 de dezembro de 1874. O vendedor foi Ângelo Francisco Saldanha ao custo de 550\$ (Compra e venda de escravos. Ano 1874. Livro 24, p. 45v. APERS); a compra de Manoel, preto de 35 anos em 19

de setembro de 1879, aquisição feita junto a José Ferreira dos Santos da Silva, morador de Porto Alegre (Compra e venda de escravos. Ano 1879. Livro 6, p. 68v. APERS).

Ainda em 1879, consta a concessão de carta de liberdade ao escravo Joaquim, homônimo de seu proprietário. A informação é que se tratava de um africano que seus senhores Joaquim Antônio de Moraes e Gertrudes Pinto de Moraes concediam carta de alforria “atendendo ao bom comportamento e serviços que lhes tem prestado o dito escravo durante o tempo que tem estado sob seu domínio” (CARTA de Liberdade de 1879. Carta de Joaquim. APERS, livro nº5, p. 48v).

Os estudos voltados à história agrária e ao processo de exploração da mão de obra cativa avançam na região. As fazendas elencadas como amostragem neste estudo figuram como *locus* dos eventos documentados. Estudos como os de Christillino (2004; 2010), Rosa (2020), Gregory (2019) entre outros, compõem o cenário da concessão de terras na região. Por seu turno os estudos de Pires (2017), Franz (2009), Moreira (2013) entre outros, delineiam o panorama do trabalho escravo e as relações dos escravizados entre si, com as instâncias do Estado (como a polícia) e com seus senhores. Cumpre a este estudo contribuir com essa torrente de trabalhos qualificados apresentando, da perspectiva da Arqueologia Histórica e da História Ambiental, os cenários e os impactos desses agentes sociais na relação multifacetada com o espaço.

Antes ainda das intervenções arqueológicas um levantamento prospectivo foi realizado na região. Em 2006, o estudo intitulado “Projeto de valorização da memória e identidade cultural do Vale do Taquari, RS: um programa de avaliação do patrimônio local”, coordenado pela Dr^a Neli Teresinha Galarce Machado, a partir do Laboratório de Arqueologia da Universidade do Vale do Taquari – Univates, elencou várias edificações com potencial patrimonial na região do Vale do Taquari, incluindo a sede da Fazenda Pedreira.

Entre os procedimentos metodológicos do referido projeto estava a organização de informações históricas baseadas em levantamento bibliográfico, documental e entrevistas com os proprietários contemporâneos que permitiam a visita aos sítios para fins de estudo. Ainda entre os procedimentos estava: a tomada do ponto de georreferência; a descrição do nível de preservação das estruturas; a tomada das medidas do perímetro das edificações e efusivos registros fotográficos. Após os primeiros contatos com os proprietários a equipe do laboratório se deslocava até as edificações com potencial para pesquisa a fim de executar os

procedimentos acima mencionados. As informações foram registradas em planilhas elaboradas para a atividade em campo e sistematizadas em fichas em formato digital no laboratório.

Após as visitas, medições e registros a ficha deste sítio foi digitalizada e assinada pelo Bolsista de Iniciação Científica Sérgio Nunes Lopes, com conclusão e arquivamento em 2 de outubro de 2006. No que concerne às perspectivas teóricas e metodológicas eleitas para a tese em decurso algumas informações contidas naquele instrumento são fundamentais. A autorização para pesquisa foi concedida pelos então proprietários Marino Fröhlich e Maria Idelci Fröhlich.

A aferição da geolocalização indicou as seguintes coordenadas geográficas Leste: 408048, Norte 6722109 a uma Altitude de 32 metros. As informações acerca da vegetação verificada no local o instrumento registra a mescla de espécies que compõem especificamente a mata ciliar do Rio Taquari com outras espécies transplantadas.

As informações no que concerne às condições das ruínas em termos arquitetônicos consta o registro de que as paredes são de pedra não cortada, cujas irregularidades são preenchidas com barro sem cimento. As divisórias foram feitas tempos depois sendo que para as mesmas foram usados tijolos feitos no próprio local. Entre as construções mais recentes que foram edificadas no mesmo terreno o instrumento de campo registra uma estufa, estrutura utilizada para a secagem de fumo/tabaco, atividade a que os proprietários contemporâneos se dedicaram por um tempo.

O assoalho e os barrotes ainda se encontravam no local. Os relatos dos proprietários dão conta de que a senzala era anexa à casa grande o que caracterizaria uma configuração arquitetônica *sui generis* em se pensando em estruturas para essa finalidade no período colonial e imperial. Várias figueiras nasceram sobre as estruturas das paredes sendo que as suas raízes envolvem grande parte das ruínas.

Figura 19 - Vista panorâmica da várzea com destaque para a sede da Fazenda Pedreira



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2008.

Apesar de ter o entorno bastante impactado pelas atividades mais recentes a que serve a propriedade, as ruínas permanecem de fácil acesso. Os registros bibliográficos e documentais já mencionados e a bibliografia existente sobre o sítio colocam-no como um Lugar, da perspectiva teórica enunciada no segundo capítulo deste estudo. Entre o rio e a estrutura figura o caminho que contemporaneamente constitui a rodovia estadual RS 129, a rodovia não pavimentada conecta duas das principais estradas federais do Rio Grande do Sul, a BR 386 que liga a região metropolitana da capital Porto Alegre ao Norte e Noroeste do estado e a BR 287 que conecta a capital ao centro do estado.

Metodologicamente, entre os procedimentos adotados a fim de compor a documentação sobre o sítio procedeu-se o registro fotográfico da estrutura perseguindo alguns referenciais em documentos escritos. A partir do subtexto e das informações mais visíveis aí contidas procurou-se identificar os impactos das atividades da fazenda na paisagem, conceito tomado neste trabalho da perspectiva de Verdum (2012), conforme enunciado no segundo capítulo.

Figura 20 - Composição fotográfica demonstrando os impactos do tempo na edificação.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2008 e Eifler, 1992, p. 69.

Na composição acima apresentada o pesquisador tentou reproduzir a perspectiva do fotógrafo que outrora registrara a estrutura arquitetônica da Fazenda Pedreira. Como se pode perceber, onde constava o sobrado, à época da pesquisa, estava a estufa. Ainda conforme a perspectiva teórica eleita na pesquisa tem-se neste espaço as dinâmicas temporais e antrópicas a alterarem de forma relevante a paisagem reforçando a sua dinamicidade intensificada pela agência humana.

No que concerne às medidas das ruínas passíveis de intervenção arqueológica se chegou às seguintes importâncias: frente/fundos do que está ruínas medem 19m; oitões 24m. Nas medidas frente e fundos a altura do que ainda não colapsou: 3m. Com base nas informações tomadas em campo e nas referências bibliográficas tentou-se reconstituir a estrutura a partir de computação gráfica.

Figura 21 - Reconstituição gráfica estimada da sede da Fazenda Pedreira.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2012.

A reconstituição acima foi concebida mobilizando-se os seguintes programas computacionais e etapas. Para o desenvolvimento do projeto em duas dimensões a ferramenta utilizada foi o Autocad 2007, utilizado em projetos básicos de arquitetura. Na sequência a imagem a concebida foi tratada no programa 3D Studio Max, neste programa é possível aplicar materiais e texturas dando destaque para a iluminação e paisagismo. Ainda neste recurso é possível conceber imagens dinâmicas com 360° de rotação.

Além de levantar a estrutura se procurou contextualizar o espaço, levantando elementos do entorno. O topônimo da localidade e a alcunha da própria fazenda fazem referência às atividades desempenhadas no local. A agenciamento dos elementos não humanos consorciavam-se na organização do que compõe o espaço. Distanto em torno de 300 metros da sede constatou-se a extração de pedras. Essa atividade é documentada e consta de trabalhos acadêmicos da seara da História Agrária (Christillino, 2004).

Figura 22 - Local de extração de pedras próximo à sede da Fazenda Pedreira



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2008.

Tomando-se como referência a parte superior representada na imagem acima reproduzida é possível perceber o impacto da atividade extrativista no local. As pedras para a edificação da sede da fazenda e dos muros que a cercavam eram deslocadas daí pelos trabalhadores escravizados anteriormente apresentados quantitativamente e sobre os quais se detém trabalhos como o de Pires (2017).

Os estudos arqueológicos atinentes às ruínas da Fazenda Pedreira intensificaram-se com intervenções superficiais no final da primeira década deste século. Uma única escavação sistematizada no pátio da fazenda foi realizada em 2010. Na ocasião a estrutura e seu entorno foram cadastradas junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob o registro RS T 120, passando a figurar oficialmente como sítio arqueológico. O cronograma

original desta tese previa uma nova intervenção arqueológica a fim de atingir estratos mais profundos e, quiçá, adentrar o casarão com sondagens mais verticais. O contexto de pandemia ocasionado pela difusão do coronavírus que causa a doença conhecida como Covid-19, impactou o núcleo do cronograma inviabilizando novas intervenções. Com base, entretanto, no levantamento arqueológico levado a termo em 2010 e nas fontes documentais acessadas ao longo do tempo é possível trazer à tona algumas características do sítio arqueológico em articulação com os outros locais trabalhados na presente tese.

Conforme Eifler (1992), a fazenda era cercada por muros de pedra bruta e no pátio havia um pelourinho. As investigações arqueológicas identificaram vestígios do muro. Em relação ao que a bibliografia aponta como pelourinho não foi possível localizar os vestígios que indiquem sua localização. As muitas reutilizações e reformatações do espaço perturbaram a configuração original da fazenda, situação recorrente na totalidade dos sítios estudados. A reutilização do material construtivo do qual era composta a sede é perceptível nas construções contemporâneas.

Figura 23 - Telhas originais da sede da fazenda reutilizadas na construção de estábulo.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2010.

As intervenções arqueológicas trouxeram à tona detalhes mais objetivos do material construtivo. Ainda que tecnicamente se possa classificar o solo com estudos pedológicos, para a discussão aqui ensaiada basta considerar que o terreno sobre o qual a fazenda fora construída é formado por terra argilosa. Em dias úmidos o deslocamento intenso ao redor da estrutura aponta para a demanda de um tratamento de forma a tornar a locomoção mais eficiente e confortável.

As intervenções arqueológicas, além de revelar a cultura material a seguir apresentada quantitativamente por tipologia, evidenciou intervenções capazes de atenderem as demandas acima enunciadas.

Figura 24 - Evidenciação das placas de arenito friável que compõem o piso original, de parte da estrutura.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2010.

Uma vez mais, da perspectiva da História Ambiental tendo em conta o que apontam Worster (2003) e Pádua (2010), se pode perceber as demandas antrópicas sendo acolhidas e compondo a sintaxe de alguns elementos no espaço. Ainda da perspectiva teórica eleita tem-se as agências consorciadas de elementos não humanos em interação constante. Esculpir um bloco de pedra para servir de calçamento pressupõe interagir com o seixo original identificando-lhe e entendendo as ranhuras e camadas de sobreposição de material decorrentes de sua formação geológica. Ainda que nem todos esses processos se deem conscientemente tem-se neste ato uma agência determinante das pedras da fazenda pedreira na composição do calçamento que circundava a estrutura.

A Cultura Material evidenciada na escavação não foi analisada com profundidade. Tem-se a predominância de material vítreo e louças, contudo, nos estratos escavados como é recorrente em sítios com estas características tem-se a intensa fragmentação do material e um elevado grau de perturbação. A interpretação, em contexto, do material evidenciado fica como potencialidade das investigações empreendidas nesta fase para trabalhos que, por exemplo, possam relacionar esses achados arqueológicos com a atividade portuária explorada no local ao longo do tempo. Somando-se o material de coleta superficial mais o que foi possível obter-se via escavação sistematizada tem-se a seguinte amostragem em laboratório:

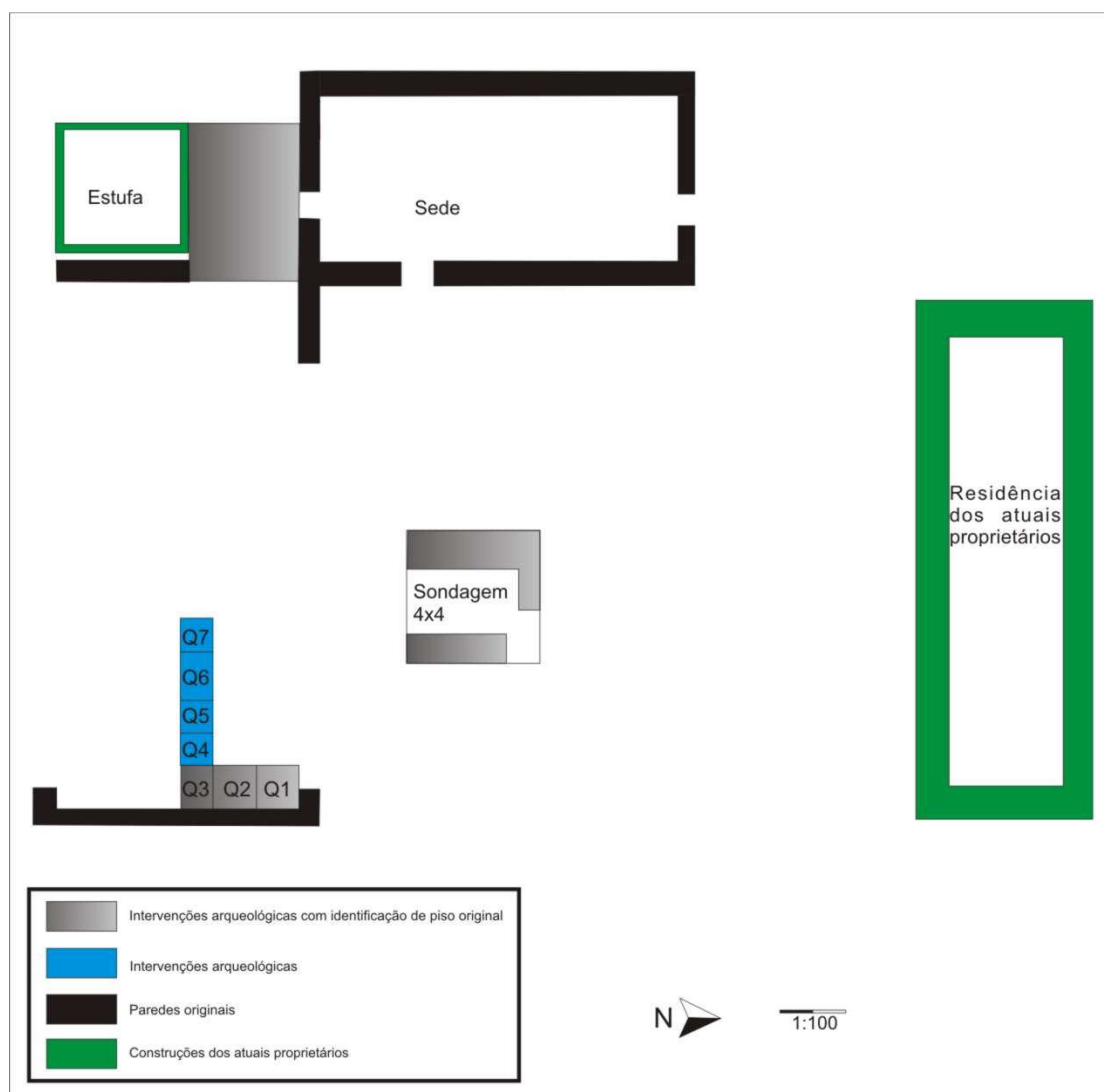
Quadro 3 - Cultura Material, por tipo de matéria-prima, originário da Fazenda Pedreira

TIPO DE EVIDÊNCIA	QUANTIDADE
Vidro	50
Louça	46
Osso	16
Metal	07
Lítico	03
S.I/Plástico/Bolita	03
Total	125

Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2010.

Tomando-se a área do sítio e as intervenções arqueológicas tem-se um panorama que apresenta as áreas escavadas e o quando ainda resta por abordar com mais intensidade.

Figura 25 - Croqui com as áreas escavadas da Fazenda Pedreira



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2010.

Muitas inferências serão possíveis em estudos de foco mais ajustado na Cultura Material e nas funções desempenhadas pela fazenda ao longo do tempo. Por ora, extrapolando o recorte cronológico, pré-definido neste estudo tem-se informações acerca de outras atividades desempenhadas no local no crepúsculo do século XIX. Valendo-se de pesquisa

hemerográfica, sobretudo no jornal *O Taquaryense*, Eifler (1992) apresenta publicações convidando para eventos que tinham lugar na fazenda.

A autora transcreve anúncios e convites para corridas de cavalo na sede da fazenda. Como é possível observar a partir das imagens reproduzidas neste capítulo a localização da estrutura se dá nas “escarpas” da margem secundária do Rio Taquari. Entre o rio e a sede estendem-se uma extensa várzea prestando-se a abrigar o hipódromo, popularmente conhecido no estado do Rio Grande do Sul como “canha de carreiras”.

Nas pesquisas de Eifler (1992) constam anúncios de atividades desse hipódromo entre 1898 e 1917. A atividade, conforme a autora, tinha calendário concorrido podendo em algumas épocas estender-se de sexta até domingo. Outra atividade que denota a estendida relevância do local no que tange aos eventos ao longo do século XIX e início do XX diz respeito aos ofícios religiosos uma vez que: “Domingo de manhã, sempre, era oficiada a missa por um padre que vinha de Taquari, porque Bom Retiro ainda não tinha paróquia (Eifler, 1992, p. 71).

Ainda que o contexto pandêmico tenha solapado as chances de uma intervenção arqueológica mais contundente as potencialidades arqueológicas do sítio são evidentes. As informações gerais aqui trazidas no sentido de inserir a estrutura e seus arredores no circuito de fazendas do percurso do Rio Taquari apontam para um lugar sobre o qual se tem muitas narrativas construídas e outras tantas a serem tecidas a partir do impacto social, ambiental e econômico de tudo o que teve lugar na Fazenda Pedreira. No próximo e último capítulo tratar-se-á com mais vagar acerca das possibilidades de continuidade dos estudos neste local.

5.4 Fazenda do Pinhal

Como já mencionado ao longo deste capítulo e da seção que o precede trata-se de mais uma das fazendas concebidas sobre o latifúndio auferido por Manoel Alves dos Reis Louzada. Coincidentemente com as outras duas já apresentadas, no período estudado é passada por testamento a Antonio José de Moraes e, posteriormente, segundo o levantamento documental empreendido, deste para seu filho e herdeiro Manoel. Tendo-se em conta que Antonio José de Moraes faleceu em 1875 (e que o inventário e redistribuição de suas posses fora bastante moroso), Manoel Moraes passa a administrar a fazenda no período de decréscimo de

exploração da mão de obra cativa e, por consequência, de decadência dos grandes latifúndios. É importante ter em conta que neste período as colônias de imigrantes germânicos já estavam estruturadas em muitas linhas e picadas.

Entre as quatro fazendas recortadas para estudo esta foi a que mais desafios apresentou no que concerne à escavação arqueológica. Os obstáculos para a sua abordagem são de duas ordens. Primeiro, trata-se do sítio com maior grau de perturbação. Ao longo do período de investigação para a elaboração desta tese foram três expedições prospectivas apenas para ler a paisagem e inferir sobre a localização da sede tendo em vista que não restam registros da edificação no espaço e nem publicações que permitam precisar sua localização. Esse grau de dificuldade fez com que o sítio fosse deixado para receber escavação efetiva no penúltimo ano do cronograma do doutorado. As escavações estavam marcadas e orçadas quando, por força da pandemia de covid-19, no primeiro trimestre do ano de 2020, as atividades acadêmicas foram postas em suspensão em sua modalidade presencial.

Tendo esse estudo atuação direta de Bolsistas de Iniciação Científica e demais pesquisadores integrantes da equipe do Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências da Universidade do Vale do Taquari – Univates, postergou-se o quanto possível a análise do que fora possível aferir nas prospecções. Assim como em outros segmentos sociais tinha-se a expectativa da superação da crise sanitária a tempo de regressar a campo e, efetivamente, aplicar os procedimentos metodológicos ainda não empreendidos. O ano de 2020 transcorreu sendo que não fora possível voltar a campo e efetivamente escavar o local onde as pistas em superfície indicam a localização da sede da Fazenda do Pinhal.

Como se trata de uma fazenda componente do complexo de estruturas similares e pertencentes a um mesmo dono ao longo do século XIX, convém ressaltar que entre as três fazendas de Manoel Alves dos Reis Louzada fora a que mais concentrou mão de obra cativa em números absolutos. A título de retomada convém informar que na Fazenda do Pinhal estavam alocados 57 escravos ao passo que na Fazenda Conceição tinha-se 44 e na Fazenda Pedreira 26. Estes dados, já apresentados são oriundos do inventário encomendado por Antonio José de Mores por ocasião do falecimento de Louzada.

Uma vez mais tem-se indicativos da configuração ambiental e das atividades levadas a termo desde a sua nomenclatura. Ainda que contemporaneamente não restem pinheiros a

Fazenda do Pinhal já esteve entre os pinheiros. No capítulo seguinte virá à tona uma documentação que informa a densidade de pinheirais na região.

As prospecções arqueológicas evidenciaram resquícios de interação humana com elementos não humanos. Tais relações deixaram testemunhos que permanecem indelévels no espaço. Semelhante ao que aconteceu na Fazenda Conceição o consórcio com as águas do Arroio Pinhal também foram uma constante. As atividades de campo trouxeram à tona vestígios do represamento parcial das águas daquele arroio.

Figura 26 - À direita curso d'água, outrora represado pela taipa ao fundo nas proximidades da sede da Fazenda Pinhal.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2017.

Nas proximidades deste testemunho de reservatório as investigações em campo detectaram as ruínas dos fundamentos de uma roda d'água já totalmente colapsada. Tendo-se como exemplo a estrutura preservada na Fazenda Conceição é possível inferir o

funcionamento da engrenagem sobre a qual não restam testemunhos materiais mais evidentes em superfície.

Figura 27 - Ruínas da estrutura da roda d'água com destaque para pedra com encaixe do eixo da roda d'água.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2017.

A imagem acima é um testemunho da prospecção inicial. As circunstâncias já informadas inviabilizaram registros de melhor qualidade. Tendo-se em conta, entretanto, a disposição destes elementos no espaço e relacionando com as outras fazendas sobre as quais foi possível estudos mais aprofundados pode-se deduzir que as atividades dessa fazenda geraram impactos ambientais ainda bastante salientes.

Além das atividades extrativas e de falquejo dos outrora pinheirais da região em estruturas de engenho como a apresentada às margens do Arroio do Pinhal há indicativos de outras atividades na Fazenda do Pinhal. Ao valer-se dos apontamentos de Arnaldo Moacir de Azevedo acerca do local Eifler (1992) descreve quase que em tons de crônica o cenário de uma tarde de verão na Fazenda do Pinhal:

Em uma belíssima tarde de dezembro de 1847, o senhor Manoel Alves dos Reis Louzada, veraneando na sua Fazenda do Pinhal, achava-se sentado à sombra

agradável do enorme umbu existente próximo à casa-sede da fazenda; o mesmo sentia-se extasiado entre a paisagem por demais bela que lhe era dado descortinar à sua frente. No centro da coxilha um grupo de escravos cantando uma cantiga africana, capinavam uma enorme resteva a fim de plantar milho. Como aquela tarde não era de muito calor, parece que todas as atividades se desdobravam com a máxima influência, mais para um lado no campo uma ponta de gado, maiores ou menores, pastavam sossegadamente, o mesmo do outro lado com os animais cavaleares; mais para a frente, diversos agregados estavam ocupados também na limpeza de suas plantações (Eifler, 1992, p. 67).

A descrição do cenário traz informações ambientais importantes. As considerações do tamanho da resteva (área de plantação) dá indícios de que os pinheiros aí existentes no final do século XVIII já não existiam mais. As conformações topográficas indicando a coxilha e o umbu sombreando o terreno denotam as agências das entidades não humanas na constituição de uma forma de integrar-se ao espaço.

Figura 28 - Raízes de umbu na parte mais elevada do terreno próximo ao represamento do curso d'água.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2018.

As informações prestadas por Arnaldo Moacir de Azevedo sobre as quais Eifler (1992) se deteve traz elementos coerentes com os constatados em campo. A escavação próxima ao umbu onde também foi encontrado, em superfície, restos de material construtivo poderia trazer à tona mais um elemento da sede da Fazenda do Pinhal. O local hodiernamente

ocupado pela pecuária abriga também pequenas propriedades e sítios cujos proprietários residem na zona urbana utilizando-os para atividades recreativas de final de semana.

Alguns eventos históricos envolvendo a evolução patrimonial e a projeção política dos antigos proprietários também tiveram lugar na Fazenda do Pinhal. Em meados do século XX Arnaldo Moacir de Azevedo compunha narrativas a partir de documentos esparsos que encontrava. Eifler (1992) subsidia sua pesquisa com uma destas produções de Azevedo acerca de uma festa para comemorar uma decisão administrativa de Dom Pedro II em 1855:

(...): por decreto de 20 de setembro daquele ano de Sua Majestade o Imperador, o senhor Louzada, em atenção aos grandes e inúmeros atos de filantropia praticados, foi agraciado com o honroso título de Barão do Guaíba. Por isso os capitães das suas fazendas, os agregados, os empregados e até os próprios escravos faziam questão de que fosse realizada uma festa especialíssima para comemorar o por demais honroso título. O senhor Louzada resolveu fazer uma festa que se prolongasse durante uma semana, pois as que já tinham sido realizadas duravam só três dias, de sexta-feira a domingo. Esta seria de domingo a domingo e levada a efeito na Fazenda do Pinhal, porque esta fazenda ficava situada entre a Pedreira e a Conceição, sendo assim mais fácil a vinda de seus moradores, para tomarem parte nas festividades, como tal aconteceu (Eifler, 1992, 68).

Ainda que se trate de uma suavização escancarada do discurso e das relações de poder imanentes ao contexto escravocrata do período, percebe-se a repercussão deste evento nas Fazendas do Percurso do Rio Taquari.

Manoel Alves dos Reis Louzada foi beneficiado pelo avô (D. João VI), atuou como político defendendo as propostas que alçaram ao poder o filho (D. Pedro I) e agora recebia uma honraria do neto (D. Pedro II). As representações acerca do passado da região extrapolam o que por muito tempo figurou como discurso apriorístico que a história local só iniciou a partir de meados dos anos 1800 com a chegada dos imigrantes ítalo-germânicos.

5.5 Fazenda Espanhola

Este é o último sítio que compõe a amostragem selecionada na tentativa de caracterizar as fazendas do percurso do Rio Taquari. Diferente das outras três fazendas, não pertence ao mesmo dono. É possível ainda que a concepção esteja em um tempo mais recente e apresentando algumas diferenças significativas em relação às estruturas anteriormente apresentadas que pertenciam a Manoel Alves dos Reis Louzada.

A Fazenda Espanhola ou Fazenda do Espanhol é cercada de mistérios a começar pela denominação e pela quantidade de pontos soltos que envolvem o personagem que lhe dá o nome. Contudo é salutar articular a sua concepção e nomenclatura a acontecimentos que impactam o império brasileiro e a tradicional forma de obtenção de posses envolvendo, sobretudo, favorecidos pelo império brasileiro por seu envolvimento militar no processo de consolidação das fronteiras.

Farias (2012), menciona as pesquisas dos historiadores Moacyr Flores e Sandra Jatthy Pesavento acerca da história do Rio Grande do Sul para aludir a organização fundiária em alguns espaços no percurso do Rio Taquari. Flores e Pesavento têm efusiva produção acerca do período que a província Cisplatina, atual República Oriental do Uruguai, fora anexada ao império brasileiro. É também proeminente a produção que dá conta das lutas dos uruguaios contra os brasileiros no processo que consolida a independência daquele país. A partir dos historiadores antes mencionados Farias (2012) informa que;

(...), após a Guerra da Cisplatina alguns rio-grandenses, que possuíam terras no Território Cisplatino, tiveram que se retirar, perdendo tudo que possuíam e ferindo seu brio. Alguns destes gaúchos militares, faziam parte da elite estancieira, fixaram-se onde a Junta Governativa lhe distribuisse terras, por compra ou por direito. Fato interessante é que alguns participantes desta Junta Governativa de 1822, eram amigos, parentes ou proprietários de terras nesta região. Entre eles, o Barão do Guaíba, Manoel Alves dos Reis Louzada, proprietário das Fazendas do Pinhal, Pedreira e Conceição em Bom Retiro do Sul e do Morro Bonito, em Paverama, também participando de muitas compras e vendas de terras na Boa Vista, segundo cruzamento de dados pesquisados nos documentos, inventários e títulos de compra e venda, arquivados no Arquivo Público de Porto Alegre (Farias, 2012, p. 87).

No que concerne à trajetória da posse das terras e da estrutura arquitetônica da Fazenda Espanhola ou Fazenda do Espanhol a documentação acessada deixa vários pontos soltos. Contudo, é possível apontar alguns indicativos, pois o acesso à documentação foi impactado por dois episódios. Alguns documentos são particulares dependendo de contatos entre o pesquisador e esses agentes. Outros, ficaram inacessíveis por conta do fechamento das instituições de guarda no contexto da pandemia já mencionada em outros atravessamentos.

O cruzamento de informações de alguns fundos documentais paulatinamente revela alguns aspectos a serem aprofundados. O primeiro registro de atribuição de doação de terras por serviços prestados militarmente, conforme já mencionado a partir da recorrência na literatura historiográfica Sul-rio-grandense, indica a posse do local ao capitão Miguel de Oliveira Barreto. O envolvimento desse militar fluminense nas contendas ao Sul do império,

conforme os indicativos da documentação acessível até o momento, lhe garantiu a posse de terras no percurso do Rio Taquari.

O registro de óbito na Paróquia São José de Taquari, de um escravizado de nome Matheus de propriedade daquele militar o coloca no contexto da Fazenda Espanhola, que a essa época não era reconhecida por esse epíteto. O assento se dá em 29 de março de 1820. A mesma fonte registra o falecimento de mais um de seus cativos de nome Francisco ocorrido em 10 de agosto de 1834. (Livro 1 e 2 - 1766-1845) de Óbitos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.96 e fl.162).

Miguel de Oliveira Barreto oriundo do Rio de Janeiro, de morte ainda não datada, deixara a viúva Maria Cândida Fontoura Barreto. Não por conta dos bens do marido, mas já viúva Maria Cândida consta na documentação dos inventários e testamentos do Cartório da Provedoria de Porto Alegre/RS.

Na data de 23 de abril de 1842, faleceu o Marechal de Campo Manoel Carneiro da Silva e Fontoura, pai de Maria Cândida. É nesta documentação que aparece a informação de sua viuvez. Desse levantamento depreende-se com segurança que a morte de Miguel de Oliveira Barreto se dá entre 1834 e 1842. A partir daí, já na década seguinte, a fazenda passará ao agente social que lhe empresta o nome, Manoel Rodrigues Ramos, o espanhol.

Em documentos esparsos não datados e de posse de seus descendentes que têm como hobby a dedicação à genealogia foi possível localizar o pleito pela naturalização de Manoel Rodrigues Ramos. Já em 1848, o livro de casamentos da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Viamão registra o casamento do espanhol com a catarinense, agora residente naquela freguesia, Maria Francisca da Silva. (Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Livro de Registros de Casamento – Freguesia de Viamão, 1848).

Tendo, o espanhol recebido um dote da família da noiva, adquire a fazenda abordada neste estudo dos herdeiros do capitão Miguel de Oliveira Barreto. Em 1869, vinte e um ano mais tarde, Maria Francisca da Silva morre. (Registros de Óbito da paróquia São José do Taquari – Livro nº 4 fl. 39). Manoel Rodrigues Ramos, agora viúvo, já consta como um comerciante domiciliado à margem esquerda do Rio Taquari. O espanhol procede o inventário que, comparado ao do proprietário das outras três fazendas estudadas, é bastante módico.

O procedimento de inventário solicitado pelo espanhol é detalhado e tem (entre os poucos bens de valor mais significativo) as casas de moradia (sem especificar quantas) e as 85

braças de terra. Quanto às terras, essa extensão não é a única posse. As documentações visualizadas posteriormente indicam a fragmentação da área maior em terrenos que, mais tarde, o espanhol vende a lindeiros. Na sequência constam os únicos escravizados assim descritos: “1 escrava de no Paulina ide. 60 annos; 1 escrava de nome Juanna Crioula, Ide. 40 annos; 1 Mulata de nome Leopoldina ide. 8 annos” (APERS - INVENTARIO Maria Francisca da Silva, nº 90, maço 2, 1869).

A constituição de gênero da escravaria do espanhol chama a atenção, apenas mulheres com idades bem diferenciadas. A existência de uma criança de 8 anos, sem a menção a nenhum escravo homem deixa em aberto várias possibilidades. Juanna seria a mãe? Quem seria o pai? Teria sido Juanna adquirida grávida ou separada, pelo processo de aquisição do pai de sua filha, seguindo a hipótese anterior? Seria a criança fruto dos estupros inscritos como mais uma das formas de violência pelas quais passavam as mulheres submetidas à escravidão?

O que vem a seguir na documentação fornece elementos para a discussão teórica ensaiada no capítulo 2 desse estudo. O intercâmbio entre as entidades não humanas e as demandas antrópicas prementes. Entre os bens inventariados conta-se “50 pés de laranjeiras; 4 vacas com cria regulares; 2 bois manços velhos; 1 cavalo velho; 1 carreta velha; 6 porcos capados pequenos; 1 maxado em bom uzo; 1 enchada em bom uzo; 1 fouce em bom uzo” (APERS - INVENTARIO Maria Francisca da Silva, nº 90, maço 2, 1869).

Os 50 pés de laranjeira apontam para a inserção na paisagem de elementos que configuram o espaço. A alusão a dois bois mansos aponta para atividades de transporte do que se fizesse necessário. Este fator é reforçado pelo aparecimento de uma carreta. As quatro vacas com cria apontam para uma fartura no que tange ao leite. Este número de animais em estágio de lactação simultâneo, produzem muito. De que se depreende que, ao menos no momento em que o inventário foi concebido, havia muito daquele produto na Fazenda Espanhola.

Outra informação reveladora diz respeito à criação de suínos. Seis porcos capados: a castração é um procedimento padrão para apressar o processo de engorda e consequente abate. A provisão de proteínas estava em vias de convergir também para a fartura. Contudo, a parte do inventário que corresponde a tralha doméstica não é farta. Conta-se entre os objetos

em uso: “um relógio com corda de 8 dias arruinado; uma chaleira uzada sem tampa; 1 duzia de pratos brancos” (APERS - INVENTARIO Maria Francisca da Silva, nº 90, maço 2, 1869).

Maria Francisca falece, conforme o documento acima referido em 17 de novembro de 1869. Em 4 de dezembro do mesmo ano, Manoel Rodrigues Ramos vende uma parte da propriedade a Luís José Nogueira. O livro de Registros de Imóveis do Cartório de Taquari à folha 41 onde assenta-se o registro de 1869, informa que o valor da transação foi de “seiscentos mil reis”, correspondente ao pagamento pela compra de “treze braças de terras mais ou menos com uma pequena caza de telhas citas na margem esquerda do Rio Traquary”.

Como se pode ver, o espanhol fragmentou a propriedade. O registro das medidas de comprimento é bastante impreciso. Uma braça não tem um valor em metros fixo. Silva (2016) a partir de suas investigações no que tange à etnomatemática, informa que há valores entre 1,6 e 2,2 metros para uma braça. Atribuindo-se o maior valor à braça, tem-se que pelo menos em dois dos lados o terreno adquirido por Luís José Nogueira media em torno de 28,6m. Para fins de produção agrícola trata-se de um terreno demasiado pequeno. Pelo fato de Nogueira, optar por residir em um espaço tão restrito, depreender-se que seu sustento não advinha necessariamente da terra. Como, junto à fazenda havia um porto, Nogueira poderia viver da atividade portuária ou de navegação. Uma vez mais a agência do Rio Taquari se torna evidente no que concerne à relação com os sujeitos assentados ao longo do seu percurso.

Ainda no itinerário biográfico do espanhol, já superando o recorte cronológico do estudo, mas para conferir-lhe coesão convém mencionar seu segundo casamento. Já em 1871, Manoel Rodrigues Ramos casa-se em segundas núpcias com Guilhermina Sofia Carnaple (Em outros documentos disponíveis no site Family Search a grafia é Guilhermina Sophia Kornappel e ainda Wilhelmine Sophie Kornappel). O casamento acontece às 17h do dia 16 de dezembro, na Paróquia São José de Taquari. O presidente da cerimônia, Padre Manoel Joaquim Tostes informa, confirmando que Ramos é de origem espanhola e que sua nova esposa é uma protestante de origem alemã. Adverte, contudo, para fins eclesiais que a nubente “abraçou o catolicismo” (CÚRIA METROPOLITANA de Porto Alegre. Livro de Registros de Casamentos da Paroquia Nossa Senhora de Taquari. L. 5 fl 93).

Conforme o levantamento documental levado a termo pelos genealogistas da família Ramos, Guilhermina Sofia Kornappel migrara para a região nos anos 50 do século XIX, o que é coerente com as produções historiográficas acerca da imigração alemã no Vale do Taquari.

Guilhermina fora casada com o soldado mercenário Elias Bredvædt, de naturalidade dinamarquesa. Bredvædt, toma parte nos conflitos do império na fronteira Oeste. Guilhermina e Elias concebem quatro filhos, dois meninos e duas meninas.

Ainda conforme as investigações do grupo de genealogistas, as famílias de Elias Bredvaedt e Manoel Rodrigues Ramos eram sócias em alguns negócios à margem do Rio Taquari. As relações envolvendo o comerciante de origem espanhola e o soldado dinamarquês evoluíram para a esfera social. Ramos era padrinho dos dois meninos do casal Guilhermina e Elias.

O soldado (Elias) não volta das contendas na fronteira. As informações para o seu desaparecimento não foram apuradas. No campo das hipóteses figuram: morte em batalha, deserção ou estabelecimento na fronteira por outro motivo qualquer. Diante do não regresso, Maria Francisca e Manoel convidam a comadre para morar na casa assobradada onde tinham casa de comércio com intenso movimento portuário. É essa proximidade que vai encaminhar as segundas núpcias de Guilhermina e Ramos, já acima apresentada.

O casamento entre a imigrante alemã e o espanhol prospera até 1884, quando Guilhermina Shophie Kornappel, morre afogada nas águas do rio Taquari. Um novo inventário se processa. Neste documento se pode constatar o aumento do patrimônio do espanhol. Além da casa comercial sede da Fazenda Espanhola, são elencados no inventário de Guilhermina, uma série de terrenos com construções menores. Um dado chama a atenção: a redução da escravaria. Neste inventário consta apenas uma escrava. A menção aos “lanchões” e demais embarcações dá a dimensão da movimentação intensa de pessoas e mercadorias naquele espaço.

Manoel Rodrigues Ramos morre em 25 de maio de 1886, aos 65 anos. O acento no livro de registros de óbitos da Paróquia de Taquari reforça sua origem espanhola e menciona os seus casamentos. A profissão – comerciante – também está entre as informações daquela documentação. (Cúria Metropolitana, livro de registro de óbitos, 1886, fl. 77).

Desde o inventário da primeira esposa fica muito clara a intensa relação entre o espanhol e o rio Taquari. Um dos itens que aponta para a tal nível de interatividade está já naquele inventário: “1 lanxão em bom uzo pequeno”. Em que pese o paradoxo de ser um lanchão pequeno, a embarcação conectar-se-á com as evidências arqueológicas localizadas no procedimento metodológico a que se submeteu este sítio.

A abordagem da perspectiva arqueológica teve como objetivo aprofundar o entendimento da dinâmica de funcionamento da fazenda. De todas as fazendas estudadas trata-se da sede mais próxima do rio. A edificação dista 30 metros do talude do Rio Taquari, esse dado, somado às informações documentais apontam para uma extrema conexão dos habitantes da fazenda com o rio. Não foi, por exemplo, identificado fontes de água potável próximas à fazenda a não ser o Rio Taquari. Topograficamente, entretanto, a sede situa-se em uma parte do terreno elevada em relação à várzea que se estende às margens do Rio Taquari. Esta configuração permite inferir que em tempos de cheias a sede da fazenda fica ilhada. Diferente das sedes anteriores irrigadas por arroios menos caudalosos, neste sítio não há registro de outros cursos d'água ou mesmo fontes a não ser o rio.

As prospecções arqueológicas seguiram a metodologia aplicada aos outros sítios já apresentados. Os efusivos registros fotográficos e as intervenções, nesta fase das pesquisas, se deram do lado de fora da estrutura arquitetônica. Outra metodologia replicada no sítio diz respeito à aferição dos pontos de georreferência. De posse desses dados delimitou-se a área do sítio sobre a qual as pesquisas se detiveram.

Figura 29 - Circunscrição do sítio Arqueológico RS T 131, Fazenda Espanhola.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2016.

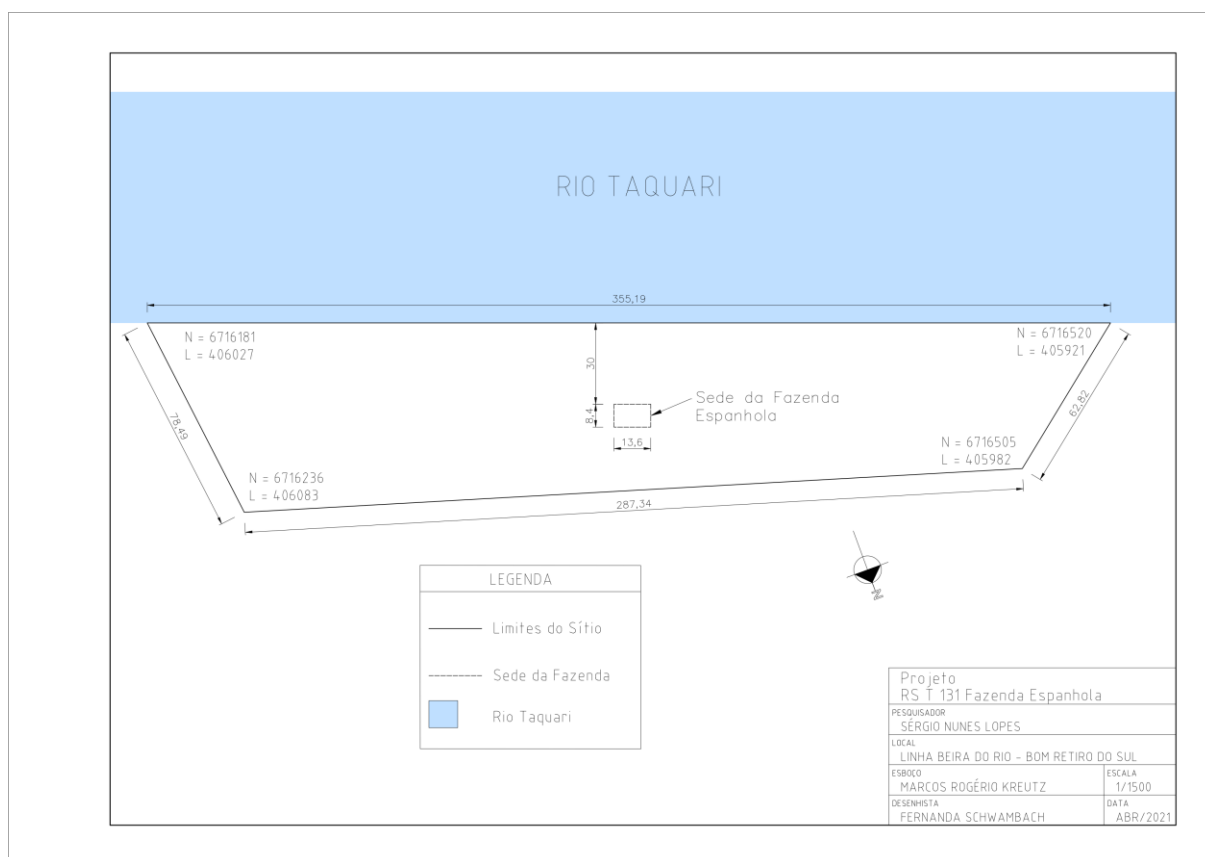
Na reprodução das imagens apresentadas nesta seção é possível visualizar a formação topográfica do local que coloca a sede da fazenda em um patamar mais elevado do que os

espaços circundantes. Essa formação topográfica enseja a formação de um banhado ao longo da várzea, ficando a sede da fazenda entre o rio e a área alagada. Contemporaneamente, o acesso ao sítio só é possível pelo aterramento feito em uma das extremidades da área alagada. Este fator também fica evidente nas imagens reproduzidas no capítulo. Ainda com base naqueles registros, é possível detectar a supressão quase que completa da mata ciliar.

Os caminhamentos realizados no entorno do sítio revelaram intensa atividade agrícola. Durante as intervenções sistematizadas a seguir apresentadas a área no entorno estava sendo preparada para plantação. Os proprietários das áreas vizinhas utilizam contemporaneamente equipamentos agrícolas motorizados. No intervalo daquelas atividades procedeu-se o caminhamento pela área. Parte da área agricultável contemporaneamente fora posta pelas tomadas de georreferência dentro das circunscrições do sítio. Naquele espaço abundam fragmentos de louças e vidros. A perturbação provocada pelas atividades contemporâneas perturbou a cultura material que precisa de maiores investigações para identificação de proveniência e uso. Ainda que fragmentado, alguns dos fragmentos poderão ter origem determinada mediante os catálogos existentes para esse tipo de cultura material, um dos mais abordados no âmbito da Arqueologia Histórica.

Objetivando constituir um panorama mais aberto da inserção do sítio em relação ao rio Taquari procedeu-se a elaboração de desenho técnico com escala de forma a posicionar a estrutura em relação ao curso d'água.

Figura 30 - Localização da sede da Fazenda Espanhola em relação ao rio com os pontos de georreferência.



Fonte: Elaborado a partir dos croquis e diário de campo, 2021.

As informações sobre a relação entre a estrutura e o rio serão teoricamente apreciadas no próximo capítulo. Por ora convém apresentar as evidências que interconectam a sede da Fazenda Espanhola ao talude do Rio Taquari.

Distando 30m, como é possível verificar-se no desenho concebido a partir das investigações, foi evidenciado três degraus de uma escada construída com blocos de pedra regularmente esculpidos. A estrutura aponta para as atividades portuárias referidas na documentação escrita. Neste ponto se tem, portanto, o ancoradouro das embarcações mencionadas nas documentações. É por esse caminho, igualmente, que a casa comercial gerenciada pelo espanhol era abastecida desde a primeira metade do século XIX.

Figura 31 - Escada permitindo acesso ao leito do Rio Taquari.

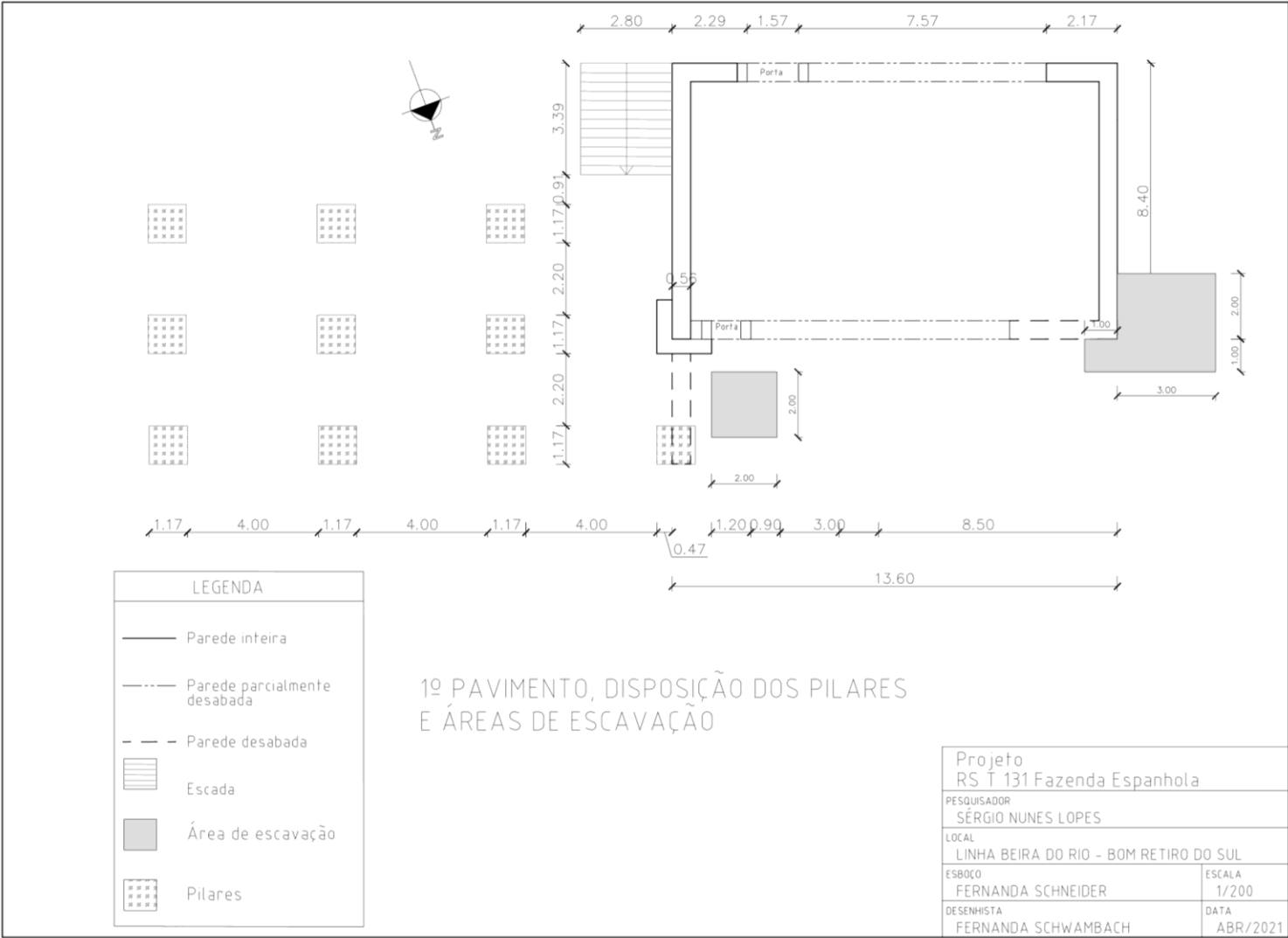


Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2016.

A dinâmica das enchentes que mudam ao longo do tempo a configuração do talude do rio Taquari fez colapsar o complemento da escada, uma vez que os três degraus evidenciados estão no topo do talude. A origem das pedras utilizadas tanto na concepção da escada quanto na edificação da sede permanece indefinida, ainda que se tenha alusão na documentação à uma pedreira distando em torno de seis quilômetros do local. Nesta fase das investigações não foi possível acessar a aludida pedreira.

As prospecções arqueológicas complementadas pela documentação, entretanto, revelaram algumas adaptações às estruturas que compõem a sede da fazenda ao longo do tempo. Com base na documentação e nas evidências de campo, procedeu-se a representação a partir de desenho técnico da configuração da sede a partir da interpretação das ruínas. As medidas das estruturas foram tomadas em campo e posteriormente confirmadas nos inventários acessados.

Figura 32 - Concepção das estruturas da Fazenda Espanhola



Fonte: Elaborado a partir dos croquis e diário de campo, 2021.

As evidências tomadas em campo apontam para uma edificação de dois pavimentos medindo 13,6m de frente/fundos e 8,40m nos oitões. As pesquisas evidenciaram ainda, conexos a esta estrutura principal, dez pilares regulares de base quadrada medindo 1,17m em cada face. As referências documentais e bibliográficas apontam para a concepção de um trapiche de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas relacionadas a esses pilares. Disso tratar-se-á mais demoradamente no próximo capítulo.

O acesso ao que se encontrava sobre os pilares e ao segundo pavimento da casa se dá por uma escada lateral evidenciada nas pesquisas.

Figura 33 - Ruínas das escadas de acesso ao segundo pavimento e às estruturas edificadas sobre os pilares.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2016.

Dado o longo período de utilização do local para habitação e como lugar de comércio visualiza-se nas estruturas intervenções com a adição de materiais indisponíveis no século XIX no contexto da casa, tais como reboco com a utilização de argamassa concebida com cimento e outros aspectos mais recentes. O leito das paredes e a escada de acesso indicam material construtivo desde a origem tanto no primeiro quanto no segundo pavimento. Como poder-se-á contemplar nos desenhos técnicos concebidos a partir das evidências de campo.

Conforme já destacado, a incorporação de material construtivo mais recente indica a adaptação da estrutura para moradia contemporânea. Informações orais de membros da comunidade que iam ter com a equipe durante a escavação dão conta de que a casa fora habitada até a década de 1970. Como as áreas de escavação, nesta etapa, se deram na parte externa, não se analisou em detalhes o que fora incorporado à estrutura original.

Durante a medição e limpeza da estrutura, entretanto, procurou-se descrever brevemente o material construtivo original. Assim como na sede da Fazenda da Pedreira possível visualizar, no leito das paredes, toda sorte de materiais de superfície irregular acomodado e sedimentado por argamassa sem adição de cimento apenas terra e água.

Detectou-se que em meio ao material construtivo irregular as soleiras e os beirais inferiores das aberturas foram regularmente esculpidos em pedra de areia. Os blocos de todas as aberturas têm as mesmas medidas: comprimento: 1,85m; Largura: 50cm e altura de 21cm. Nesses blocos de pedra foi possível evidenciar encaixes para as madeiras que compõem o marco das aberturas. O encaixe de cerca de 8cm de profundidade é quadrado sendo que os lados medem 12cm.

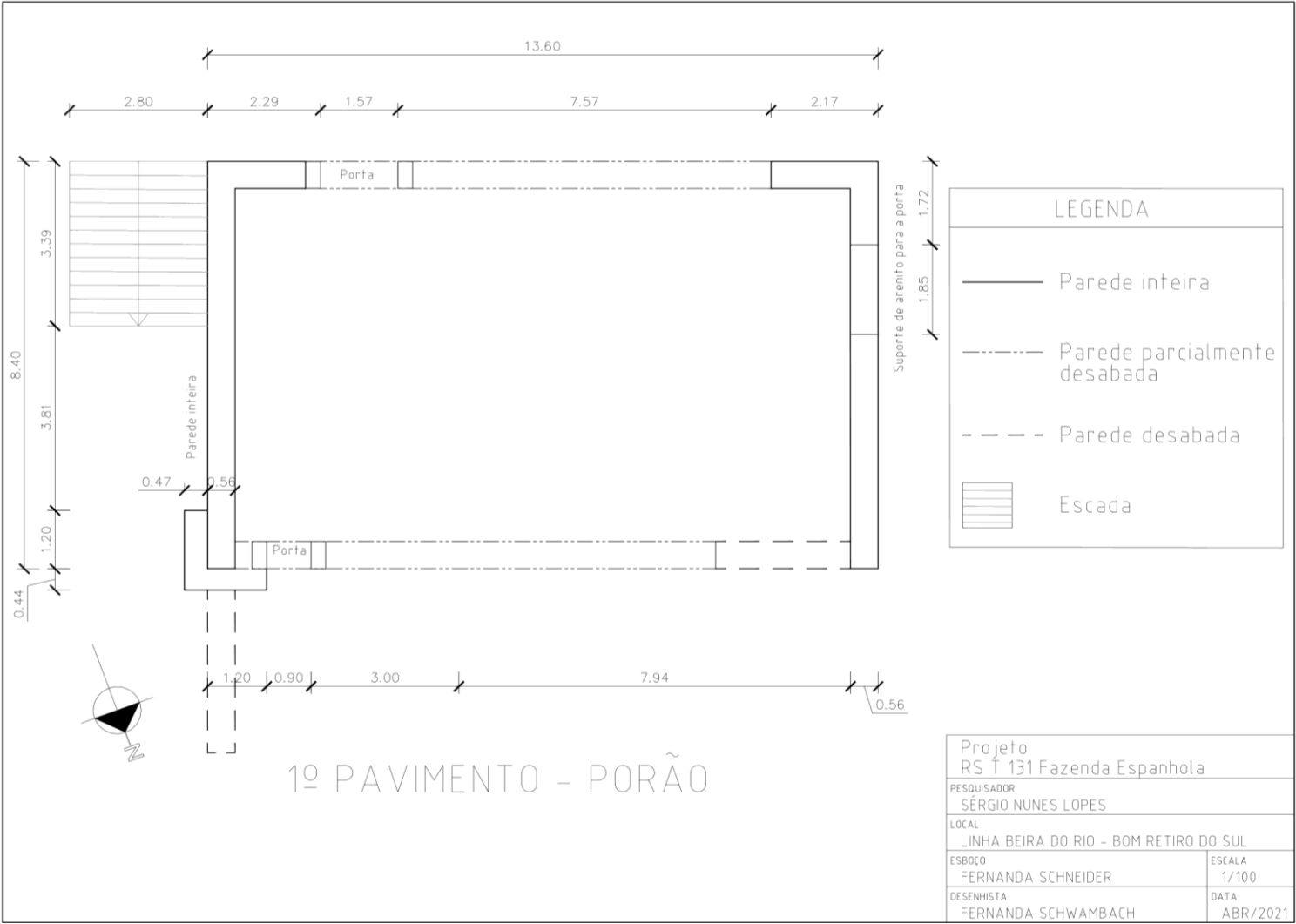
Figura 34 - Bloco de pedra regularmente esculpido na base de uma das aberturas das ruínas.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2016.

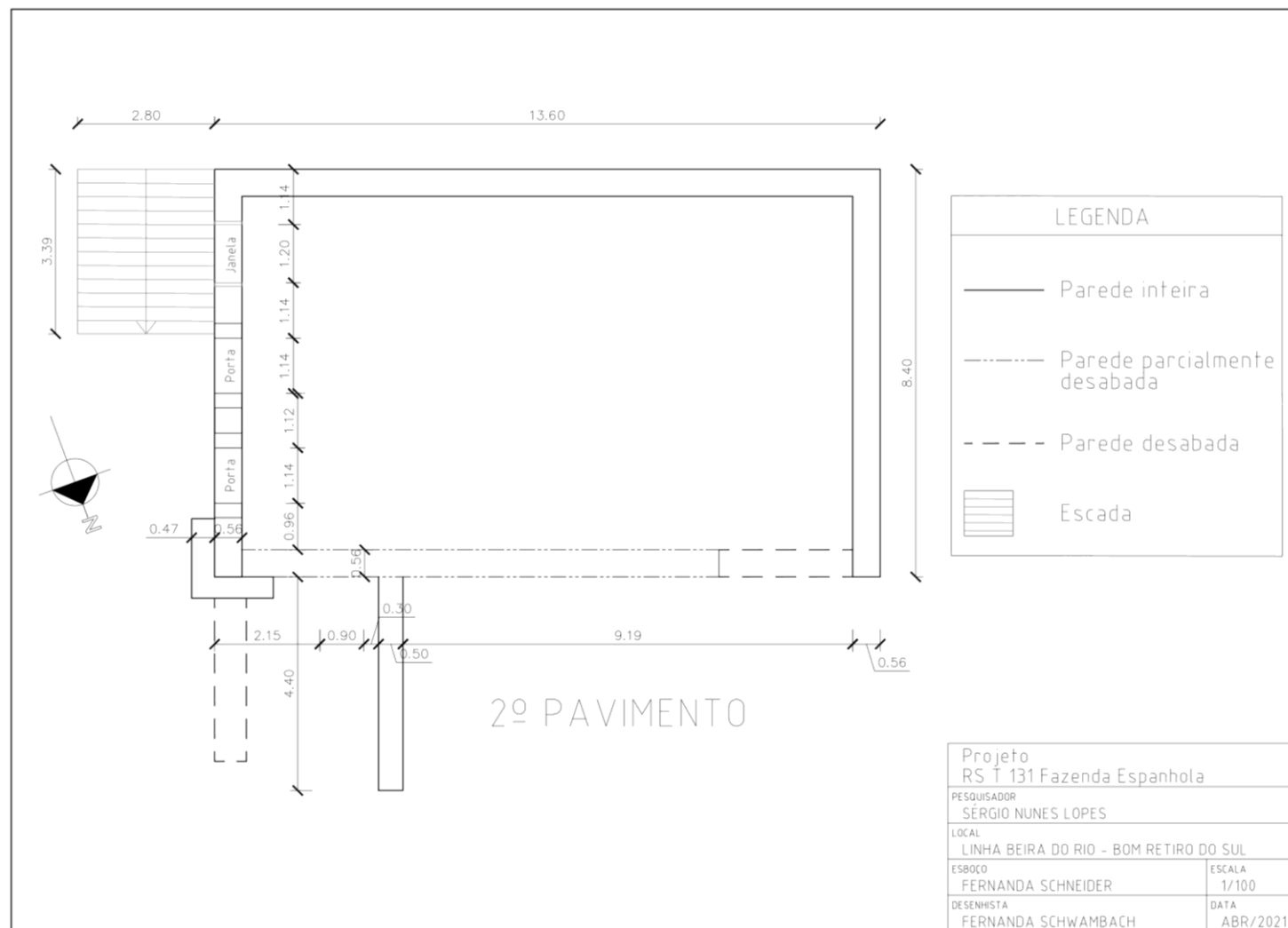
O cuidado na concepção dos blocos fica evidente, ainda que em uma análise superficial. É possível visualizar nas imagens reproduzidas que além do encaixe para os marcos de madeira das aberturas concebeu-se uma espécie de dreno evitando que a água fique retida na base dos marcos de madeira. A concepção desse dreno aumentava a vida útil dos marcos.

Figura 35 - Concepção do primeiro pavimento.



Fonte: Elaborado a partir dos croquis e diário de campo, 2021.

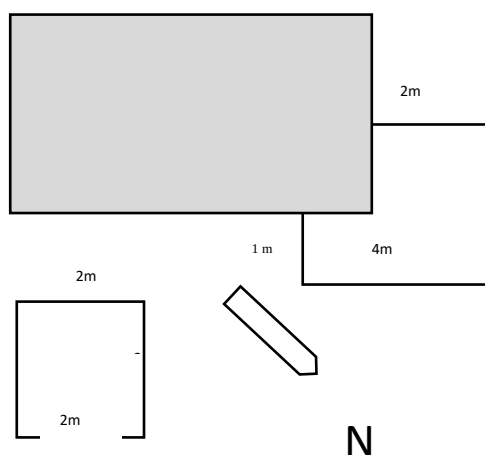
Figura 36 - Concepção do segundo pavimento



Fonte: Elaborado a partir dos croquis e diário de campo, 2021.

Conforme apresentado no primeiro desenho técnico optou-se por escavar duas áreas na parte externa da estrutura. Uma das áreas na confluência da parede Norte com a parede Oeste e outra área na frente da parede Norte, com as áreas como representado no desenho abaixo.

Figura 37 - Esquema evidenciando as áreas de escavação em relação à estrutura arquitetônica.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do diário de campo, 2016.

Após a limpeza da área de escavação procedeu-se a coleta superficial nas áreas a serem escavadas. Na área convencionada como “Oitão Noroeste”, confluência das duas paredes, foi encontrado um recipiente de vidro de cor âmbar inteiro. Na área que acabou se transformando na intervenção de 2x2m foram coletados fragmentos de vidro de cor verde, azul e transparente. Ainda nessa área foi possível encontrar significativa quantidade de material construtivo fragmentado.

Removidas as raízes da vegetação rasteira que cobria as áreas pré-definidas para escavação passou-se ao “nivelamento” das áreas. Nessa etapa o aparecimento de cultura material comportou-se da seguinte forma: no Oitão Noroeste foram evidenciados vidro e louça. Já na área de escavação 2x2, vidro, metal e louça.

Ainda que, nesta etapa não se tenha procedido uma análise detida da cultura material evidenciada, se tem o seguinte panorama:

Quadro 4 – Classificação preliminar do material arqueológico evidenciado na Fazenda Espanhola.

CULTURA MATERIAL – FAZENDA ESPANHOLA	
Vidro	60
Louça	30
Ferro/Metais	21
Material Construção	09
Telha	08
Total	128

Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2017.

Na tabela anteriormente apresentada está a totalidade da cultura material evidenciada. Sem a distinção da área de evidenciação. Esse procedimento fora adotado neste momento por conta da não discussão da cultura material em si, o que se põe como imperativo em estudos a posteriori.

As áreas de escavação ficaram em níveis basicamente prospectivos. Algumas possibilidades, entretanto, se depreendem a partir do emprego desta metodologia. Na área de 2x2m, nos últimos dias de escavação, optou-se por dividi-la em quatro quadrantes de um metro quadrado. Em um desses quadrantes decidiu-se aprofundar a escavação.

Figura 38 - Área de escavação 2x2 com um dos quadrantes aprofundados.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2016.

Como se pode perceber na imagem reproduzida, na área aprofundada, chegou-se a uma concentração de material construtivo regularmente disperso. As atividades de escavação não foram continuadas, contudo, as evidências apontam para o calçamento da área circundante à casa. Como se pode ver no espelho estratigráfico da imagem reproduzida, o terreno é bastante argiloso. O calçamento, assim como já evidenciado na Fazenda Pedreira aponta para o tratamento do local de forma a permitir a locomoção dos habitantes da fazenda com mais conforto em dias de chuva.

Este capítulo constituiu-se no núcleo da tese. Nele foi possível: contrastar as fazendas pesquisadas com outras unidades espaciais a receber a mesma nomenclatura; chamar a atenção para as especificidades das fazendas abordadas; apresentar, em paralelo, a metodologia empreendida em campo; intercambiar informações documentais e abordagens às estruturas. Os fragmentos da história de cada uma das unidades indicam suas especificidades e similaridades. Todo esse movimento é lastreado pela perspectiva teórica definida e previamente apresentada.

As prospecções arqueológicas e a documentação ajudam a compor o cenário da interatividade entre elementos humanos e não humanos nos locais pesquisados. A agência de muitas entidades naqueles espaços transtemporizam a organização sintática de cada elemento. A pesquisa detida e a análise das transformações nas paisagens tomam impulso nestes dados que ancoram as reflexões e interpretação que compõem o próximo capítulo deste estudo.

6 AS MÚLTIPLAS AGÊNCIAS, DAS RUÍNAS À RUÍNA: DAS FAZENDAS ÀS CASAS COMERCIAIS, PROJEÇÕES PARA FUTURAS ABORDAGENS SOB A ÓTICA DA HISTÓRIA AMBIENTAL E DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

O percurso das investigações seguiu itinerários paralelos, mas complementares dada a natureza dos documentos/testemunhos que aborda. Tanto da perspectiva documental quanto da contemplação dos contextos arqueológicos se têm um panorama amplo para o entendimento das relações espaço-temporais. As agências multifacetadas entre elementos humanos e não humanos no percurso do rio Taquari ampliam o significado das fazendas concebidas naquele itinerário. Os grupos humanos interagem com os elementos não humanos tendo as demandas acolhidas ou repelidas por estes. A escolha do aporte teórico e metodológico do trabalho que chega ao seu último capítulo, permite a apresentação de episódios documentados e com testemunhos físicos nos espaços onde as agências multidirecionais entre elementos humanos e não humanos se fizeram presentes.

Os pinheiros e os cursos d'água, incluindo o rio Taquari, acolhem ou refutam as demandas humanas. Na seção ora iniciada apresentar-se-á episódios pontuais em que essa relação se fez sentir. Ainda neste capítulo, vislumbra-se a continuidade dos estudos a partir da contribuição desta produção. A Arqueologia Histórica e a História Ambiental trazem à tona grupos humanos que, neste cenário, inter-relacionaram-se mediados pelas entidades não humanas que o compõem desde tempos imemoriais.

No capítulo em curso, a teoria é aproximada das evidências e a interpretação do que se vê e experiencia vem para o primeiro plano da narrativa. Os documentos e a cultura material são inquiridos e revelam cenários inéditos no panorama arqueológico e historiográfico regional.

6.1 Os pinheiros dizem não¹¹

A inter-relação dos grupos humanos com os espaços tornados territórios, como apresentado da perspectiva teórica no segundo capítulo, é ainda mais potente para a perspectiva analítica se concebida sistemicamente. Várias formas de vida interagem nos espaços e as ações antrópicas são também perceptíveis como parte deste sistema que redesenha paisagens (Haesbaert, 2007).

Antes da chegada dos colonizadores europeus, outros grupos humanos teceram relações com os pinheirais e com os cursos de água que mais tarde ajudaram a definir as estratégias para a construção das fazendas. Os bandeirantes paulistas, inclusive, atingiram as terras às margens do Rio Taquari que já se colocava como referência (Relly; Machado e Schneider, 2008).

Como se pode perceber desde o período colonial, passando pelas disputas ibéricas pelo extremo Sul do continente até a iminência da declaração de independência vários grupos tentaram territorializar-se no percurso do Rio Taquari. Grupos indígenas de tempos imemoriais, espanhóis, lusitanos e africanos, por diferentes motivos, decidem territorializar-se neste espaço.

A coexistência, em alguns lapsos temporais, de agentes sociais culturalmente distintos põe em tela a implicação das relações de poder no processo de reterritorialização. Para Haesbaert (2007), tanto a dimensão concreta quanto a simbólica do território não prescindem das relações de poder. Na dimensão pragmática a valoração do que se convencionou chamar de recurso, via de regra, gera disputas por determinados lugares. As disputas envolvem a dominação de um grupo sobre outro e, por consequência, tem-se aí uma relação de poder. Na dimensão simbólica há grupos que sem o território deixam de existir. As disputas no âmbito simbólico também se efetivam e a extinção de disparadores de identidade (como são os territórios) de grupos pode vir a ser uma forma de desarticulá-los e torná-los menos potentes em suas reivindicações.

A região onde estão as fazendas estudadas foi interpelada segundo tais apreciações teóricas. O local recebeu a visita de representantes da coroa portuguesa ainda antes da

¹¹- Tratamos deste assunto na seguinte produção: LOPES, Sérgio Nunes; MACHADO, Neli T. Galarce; MACIEL, Sabrina; BECKER, Yago Bernardo. **História Ambiental e as Fazendas Coloniais do percurso do Rio Taquari no Sul do Brasil, sob perspectiva arqueológica**. No prelo, 2021.

reivindicação de Manoel Alves dos Reis Louzada pela posse daqueles matos. O Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa apresenta em seu acervo um documento fundamental para que se possa entender as demandas dirigidas aos pinheirais da região. Trata-se de um Ofício do Governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O Ofício é datado de 7 de novembro de 1799 e versa sobre a qualidade dos pinheiros das margens do Rio Taquari para serem utilizados em mastaréis¹² e vergas¹³ dos navios da Marinha Real Portuguesa.

A preocupação lusitana com o que fosse possível amealhar das regiões colonizadas de interesse estratégico da Coroa, como matéria-prima para a indústria náutica, já aparecia no aperfeiçoamento da legislação acerca das doações de sesmarias:

(...). Por causa do abuso de distribuição de sesmarias, realizou-se de 1784-86 a relação das terras limites e títulos. O Alvará de 5.10.1795 consolidou a concessão de sesmarias pelo governador e capitães gerais, proibindo a concessão a quem já possuía terras; a extensão máxima era de três léguas em quadro, devendo o sesmeiro conceder caminhos públicos para **fontes, pedreiras e portos**. O Alvará de 1697 **proibiu a derrubada de paus reais**, madeira para a construção de navios. A Resolução de 26.6.1711 proibiu construções para religião. (...) (FLORES, 2004, p. 566-7, grifo nosso).

Os paus reais, protegidos por lei para uso exclusivo da Coroa, dão origem à terminologia “madeira de lei” utilizada contemporaneamente para adjetivar a matéria-prima na indústria madeireira.

As ordens reais eram constantes para os governadores das províncias no sentido de produzirem registros sobre o que aí havia que pudesse ser aproveitado nas atividades primordiais da metrópole. O Ofício antes mencionado documenta uma expedição, em 1799, pelos pinheirais da Serra de Taquari. O governador da província encarregou, em 23 de abril daquele ano, gente com conhecimento técnico para tal averiguação.

Os encarregados foram o Sargento e Major Engenheiro Astrônomo Joze de Saldanha, o Mestre Construtor Francisco Baptista Anjo, e os oficiais de Ribeira João José de Freitas Lisboa e Joze Francisco Pimentel. Antes de apresentarem as conclusões dos seus estudos

¹²- Os mastaréis são peças de madeiras que complementam o mastro real das embarcações estendendo-o verticalmente. Partindo-se do convés tem-se o mastro real, na sequência os mastaréis da gávea e no topo o mastaréu de joanete, como último estágio do mastro.

¹³- Peças compridas, de madeira ou alumínio, que servem para prender e esticar velas. (<http://grayhawk.dyndns.org/velaGlossario.php> <Acesso em: 30 dez. 2020>)

acerca da qualidade da madeira para a finalidade que motivou a expedição a equipe descreve os matos onde alguns anos mais tarde foram edificadas as sedes das Fazendas em apreciação nesta tese.

Partindo do porto de São José de Taquari por onde viam a possibilidade de escoar a madeira, informam que daí à Nordeste,

Corre hum Ribeirão pelo meio do Campo, cujos mattos são intermedeados de Pinheiros, na extensão de duas milhas ou de dois terços de legoa; sendo em partes alto e noutras pouco denço, porem sempre [Ilegível] tem medeana abundancea destas arvores achão-se de differentes crossuras, e proporcionais alturas, aquellas ate 15 palmos de circunferencea no seu tronco em baixo, e estas até 100 ou pouco mais (OFÍCIO do Governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara - Arquivo Histórico Ultramarino).

A partir do porto de São José de Taquari a equipe de trabalho descreveu a vegetação com especial atenção para os pinheiros. Os referenciais geográficos aludidos abrangem pelo menos três das quatro fazendas estudadas.

Na distancea de quatro legoas do refferido Porto geral e no rumo de Nor-nordeste, principia na falda da Cerra o grosso e denso Cordão de Pinheral, denominado do Vargas; Elle segue no rumo de d'Este-Oeste, e deitando huma ponta para a beirada do Campo nas primeiras duas legoas, continua depois quase outro tanto, entranhando-se pelos mattos da mesma Cerra, até o Letio denominado dos Barros Vermelhos, onde finaliza distante tres quartos de legoa a l'Esueste das Rossas do Tente João Ribeiro da Silva, sobre a margem Oriental do proprio Rio Taquari. (OFÍCIO do Governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara - Arquivo Histórico Ultramarino).

Ao longo do parecer deduzem os possíveis caminhos e a logística para o transporte da madeira até o porto de São José de Taquari de onde poderia ser embarcada para Porto Alegre.

A condução dêa desta paragem até o Porto d'Embarque supradº, fica muito facil, por cauza da boa estrada de carro que já se encontra bem trilhado; porem para conduzir estes madeiros, ainda mesmo depois de desbastados, será indispensavel o construir Zorras proprias e competentes. (OFÍCIO do Governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara - Arquivo Histórico Ultramarino).

As prospecções arqueológicas e a escavação levada a termo junto à sede da Fazenda Conceição complementam as informações relatadas há mais de dois séculos. Entre as fazendas Pinhal e Conceição encontra-se um afundamento regular que se estende pelos campos *ad infinitum* por onde as atividades contemporâneas ainda não perturbaram os “caminhos bem trilhados” mencionados no parecer dos representantes da Coroa.

Figura 39 - À esquerda caminho entre as fazendas Pinhal e Conceição. À direita caminho próximo à Fazenda Conceição.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2020.

Impressiona a quantidade de citações de recomendações para a preservação de madeira para a construção de Naus. O Caderno Cultural veiculado pelo jornal O Informativo de 15 de março de 1986 traz um artigo sobre o deferimento de doação da Sesmaria do Desterro que incluía o atual território de Lajeado/RS. Naquele artigo apresenta-se o despacho do Conselho Ultramarino de Lisboa em 1803, o texto menciona árvores como: tapinhoã e parobas. A determinação é expressa: os proprietários não as devem cortar para outro uso que não seja a construção de Naus. Recomenda-se ainda que o beneficiário cuida da plantação destas mesmas árvores no lugar.

Outra recomendação e acautelamento em relação às questões ambientais diz respeito aos rios. O mesmo despacho menciona que em caso de se encontrar na propriedade doada um rio caudaloso que para atravessar-lhe seja necessário a construção de balsas, reserve-se como propriedade pública “meia légua de terra em quadro” de uma das margens.

Já o estabelecimento destas estradas, especialmente aquelas que convergem para pontos estratégicos, recebem atenção da Coroa e mais tarde do Império brasileiro. São considerados estratégicos os portos e os locais com elementos que o poder constituído qualifique como recursos. A excludente Lei de Terras de meados do século XIX referenda essa premissa:

Art. 16. As terras devolutas que se venderem ficarão sempre sujeitas aos onus seguintes:

§ 1º Ceder o terreno preciso para **estradas publicas de uma povoação a outra, ou algum porto de embarque**, salvo o direito de indemnização das bemfeitorias e do terreno ocupado.

§ 2º Dar servidão gratuita aos vizinhos quando lhes for indispensavel para sahirem á **uma estrada publica, povoação ou porto de embarque**, e com indemnização quando lhes for proveitosa por incurrimento de um quarto ou mais de caminho.

§ 3º **Consentir a tirada de aguas desaproveitadas e a passagem dellas**, precedendo a indemnização das bemfeitorias e terreno occupado.

§ 4º Sujeitar ás disposições das Leis respectivas **quaesquer minas que se descobrirem nas mesmas terras**. (BRASIL, Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, Grifo nosso)

Ainda que a legislação se baseie em aspectos pragmáticos, a estadia dos grupos humanos nos espaços extrapola o utilitarismo. Os caminhos, cujas marcas permanecem visíveis, testemunham vivências de sujeitos que fazem a história integrados ao meio, negociando com as saliências da topografia para que a logística de tudo que se precisava transportar fosse possível.

A centralidade das teorizações de Bruno Latour – Teoria Ator-Rede ou *Actor-network theory* - faz referência à integração polifônica de outros atores que não apenas humanos. Ainda que o paradigma científico moderno centralize as agências na espécie humana, como se pode ver na configuração dos caminhos para os fins pragmáticos sobre os quais, inclusive se legisla, as integrações entre os elementos no espaço, incluindo o elemento humano não são dissimétricos como a perspectiva moderna induz pensar (Latour, 2012).

O fragmento do ofício que anexa o parecer dos técnicos acima reproduzido menciona a necessidade da construção de zorras para locomover as toras. Este tipo de meio de transporte sem rodas é composto por um pedaço de madeira, normalmente em formato de forquilha, sobre o qual se coloca o que se deseja transportar diminuindo a área de contato entre o que será transportado e o solo. O transporte se dá por arrasto. A tração é normalmente animal e demanda grande esforço. Em terrenos de topografia irregular ou com pedras em abundância não é eficiente. Na topografia existente nas cercanias das fazendas estudadas as zorras foram uma solução possível.

Em escavação realizada na sede da Fazenda Conceição, em uma das trincheiras abertas, foi evidenciado um pedaço de metal trabalhado. Esse metal em forma de “V” com um gancho no vértice confere um ponto de tração em zorras utilizadas para transporte (Figura 16). Neste gancho prende-se a corrente que deve ser atrelada a parelhas de cavalos, muares ou bovinos domesticados e empregados nas atividades de transporte.

Figura 40 - Exemplo de zorra de arrasto.



Fonte: Disponível em: <https://colatinaemacao.com.br/2019/04/28/junta-de-boi-voce-sabe-o-que-e-ja-viu-uma/>. Acesso em: 23 mai 2021

As zorras, ao deslocarem-se repetidas vezes pelo mesmo caminho, compactam o solo e consolidam as estradas. Todo e qualquer produto que se quisesse deslocar de uma fazenda para outra ou entre as fazendas e os portos no Rio Taquari por aí trafegava em zorras ou carros de bois.

Todos os comentários elaborados e anexados ao Ofício do Governador da Província do Rio Grande de São Pedro antecederam um parecer negativo para o emprego dos pinheiros da região na indústria náutica lusitana:

Em quanto á qualidade da madeira d'este Pinho não me consta que seja competente para estar exposta ao Rigor do tempo, e d'as aguas, pois que a experiencea vezivelmente mostra que estes troncos cortados seja em que lua ou Estação fôr logo se corromper e dannificação, Restando somente os grossos. Nós; O que não socede nem aos Ypéz, Loiros, e Grapiapunha, e nem ainda aos mesmos Cedros, os quais todos são duraveis deixados em abandono. A cauza disto não posso conjecturar sêr outra, mais do que a falta de succo Rezinozo, que se observa nesta madeira; quando pelo contrario os Pinheiros da Europa são assaz oleozos e abundantes de Rezina [Ilegível] to que não sejão de tanta gravidade especifica, [Ilegível] de fibras tão compactas como estes do Brazil. (OFÍCIO do Governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara - Arquivo Histórico Ultramarino).

Os mastaréis e vergas ficam expostos ao rigor do tempo durante a navegação. Mas, ao mesmo tempo que não recomendam as madeiras dos pinheiros da região das Fazendas para tais fins, os pareceristas destacam outras qualidades da madeira: “porisso só os empregão para Taboas de fêiras de Cazas, no que servem admiravelmente pelo belo polimento, que tome esta madeira”.

Na conclusão da análise dos pinheiros do percurso do Rio Taquari para as finalidades pretendidas vêm à tona aspectos tratados teoricamente nesta produção. Ao tecerem comparações com a flora europeia os pareceristas se revelam culturalmente. A partir das reflexões de Haesbaert (2007) é possível identificar no texto de seu parecer, para além da competência técnica, a transterritorialização. Os técnicos partem de elementos conhecidos e, então, escolhem as estratégias de relacionamento com o espaço e com todos os seus elementos. Dessa perspectiva importam a grossura e a altura das árvores, os obstáculos da topografia no que concerne ao transporte e até outros grupos humanos etnicamente distintos com os quais tenham entrado em contato.

O levantamento tecnicamente embasado do que cada espaço fornecia era uma preocupação da administração portuguesa no período colonial:

No sentido de se obter maior eficácia e eficiência, os governadores eram, simultaneamente, comissários-gerais das partidas de demarcações de limites e, como consequência, aqueles a quem astrônomos e engenheiros cartógrafos prestavam, no território, contas das suas observações; davam, igualmente, instruções aos viajantes-naturalistas sobre alguns percursos e prioridades a considerar e ordenavam às instituições competentes, como a Fazenda Real, os administradores das companhias monopolistas, as câmaras ou os diretores das povoações, que financiassem e auxiliassem com embarcações, remeiros, carregadores e alimentos os expedicionários; determinavam, de igual forma, o envio de remessas e a elaboração de textos e relatórios sobre as missões científicas (Domingues, 2001, p. 827).

As restrições decorrentes de sua localização e extensão ajudaram a conformar os procedimentos em relação às colônias. A preocupação com provisões para a indústria náutica é uma característica *sui generis* da Coroa portuguesa. A busca por minérios conecta aquela monarquia com as demais que surgiram no alvorecer da Idade Moderna, conforme contextualizado no primeiro capítulo deste estudo.

Se não para mastaréis e vergas, ainda assim, a atividade de extração sob regime de trabalho escravo permaneceu. As escavações revelaram cunhas de ferro utilizadas para o manejo das toras e para a transformação das mesmas em tábuas e demais técnicas de falquejo.

A outrora abundância, consolidou por muito tempo o beneficiamento de madeira no local. Uma estrutura de serraria desativada ainda se encontra instalada próximo da sede da Fazenda Conceição abordada arqueologicamente.

Ainda que Eckhardt (2018) aponte que nas terras auferidas pelos açorianos mais próximo à Freguesia de São José de Taquari no século XVIII, se tenha a produção agrícola como proeminente. E que, segundo suas investigações, os ilhéus tenham utilizado prioritariamente mão de obra familiar. As investigações arqueológicas e históricas empreendidas para a concepção desta tese apontam diferenças substanciais nos latifúndios.

Nestes, além da utilização predominante de mão de obra cativa (basta ver a quantidade de escravizados listados nas posses de Louzada e depois de Moraes), a agricultura é apenas de subsistência. A atividade extrativista foi a que mais rendeu economicamente nas grandes fazendas. Na obra *“Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)”*, José Augusto Pádua conecta a utilização da mão de obra cativa com o projeto de extração intensiva levada a termo pelos portugueses em sua colônia americana.

Figura 41 - Estrutura de serraria movida por roda d'água em atividade até o século XX - Fazenda Vilanova/RS.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2017.

As estruturas remanescentes nos espaços e as informações decorrentes dos documentos acessados fazem válidas as inferências de Pádua (2004) também para esse espaço. O desaparecimento quase que completo das léguas de pinheirais dimensionam o impacto ambiental das fazendas do percurso do Rio Taquari.

Conforme destacado desde o início desta tese, mais do que quantificar a produção levada a termo ao longo do tempo neste local, objetiva-se entender como as demandas humanas foram satisfeitas ou refutadas pelos elementos que compõem a paisagem constantemente redesenhada. Em certo tempo a força motriz para o beneficiamento de madeira se deu por roda d'água. Na imagem acima reproduzida é possível visualizar a roda deste tipo que movimentou até o século XX a engrenagem da serraria e do moinho instalados no local. A movimentação da roda se dava a partir do represamento do Arroio do Pau ou Arroio Conceição. Um dos nomes do curso d'água remete à flora abundante de outrora.

Ao construir a taipa para o represamento da água formou-se um açude que alaga uma extensa superfície próximo à sede da fazenda abordada arqueologicamente (Figura 18). Uma vez mais observa-se a interação antrópica no espaço adaptando ao longo do tempo as atividades desenvolvidas ao que visualiza como recurso.

Figura 42 - À esquerda, açude nas proximidades da Fazenda Conceição. À direita segmento da taipa por onde escoava-se a água (ladrão) que excede a capacidade de reserva do açude.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2015.

Como verificado em Peixoto (2019) há evidências arqueológicas indicando a utilização da movimentação de rodas d'água em duas das fazendas pesquisadas (Conceição e Pinhal). Neste caso é possível visualizar um saber-fazer específico direcionado para atividades produtivas diferentes. Enquanto Peixoto (2019) identifica tal agência para a produção de açúcar no Rio de Janeiro, nas fazendas estudadas, as engrenagens movimentavam serrarias que falquejavam os pinheiros. As araucárias que não serviram para

os mastaréis e vergas das embarcações reais foram empregadas na construção de habitações e exportadas para outras regiões do estado.

Teixeira (2018) também ao apresentar o que chama de patrimônio hidráulico da bacia do Rio Paraíba do Sul, reflete:

Nos últimos anos os elementos da natureza têm sido destacados como depositários de referências onde se entrecruzam o cultural e o natural. Este é o caso dos corpos de água. As sociedades humanas ao longo da história buscaram o acesso à água, elemento essencial à própria sobrevivência. Sistemas de captação, condução e armazenamento da água; muros de contenções, diques, portos, pontes; estruturas hidráulicas para o campo, para a cidade e para a indústria, foram construídas e aperfeiçoadas ao longo da história. Quando deles não temos os vestígios materiais, nos chegam os registros textuais, deixando-nos entrever as formas em que se concretizam as relações entre os seres humanos e este recurso natural. A água é fonte de vida e de riqueza, elemento de abundância e de escassez dependendo da latitude, elemento essencial na paisagem; litúrgico e profano. Os corpos de água são fundamentais para as culturas humanas. Esta íntima relação entre sociedades e água, gerou um imenso repertório de estruturas, de caráter material e imaterial, ainda não plenamente estudado (Teixeira, 2018, p. 93).

Nos estudos empreendidos nesta tese é possível salientar a agência dos cursos d'água através dos dois tipos de registro mencionados por Teixeira (2018). Como se pode ver nas imagens apresentadas e nos desenhos reproduzidos no capítulo anterior, há vestígios contundentes da inter-relação dos aspectos sociais e ambientais. Os registros textuais também apontam a agência dos cursos d'água, seja de forma mais incisiva ou até no subtexto de alguns documentos.

Em abordagem anterior acerca do que classifica como patrimônio hidráulico Teixeira (2014) enuncia a materialidade do que enuncia sob aquela alcunha:

Como já enunciamos, nosso objeto nesta apresentação, são as duas rodas d'águas e as estruturas associadas a estas, relacionadas às atividades agrícolas, que conformam o que chamamos de espaço rural. Entende-se como espaço rural, a articulação entre o assentamento humano e o conjunto de zonas onde tem lugar os processos de trabalho necessários para a sua reprodução social (BARCELÓ, 1988). No caso de sociedades estratificadas e organizadas politicamente entorno a um Estado centralizador, é necessário considerar que o objetivo da produção é superior à subsistência, e os processos de trabalho estão orientados à produção de excedentes. Relações sociais desiguais que se dão sobre um determinado espaço rural, produz desigualdades espaciais que podem ser arqueologicamente detectadas e são passíveis de explicações (Teixeira, 2014, p. 305).

Ainda que abordagens nesse sentido possam incidir sobre os sítios estudados, na atual etapa intui-se apenas compor os cenários. A definição como patrimônio das estruturas e

entidades identificadas nas fazendas do percurso do Rio Taquari regressaria ao paradigma antropocêntrico. Não é este o propósito deste trabalho.

6.2 Rio Taquari: uma entidade eloquente

Está evidente que os cursos d'água ao redor das estruturas arquitetônicas, agora em ruínas, foram decisivas para o estabelecimento e sobreposição de grupos humanos naqueles espaços. Esses corpos d'água convergem para o rio que irriga copiosamente a região e lhe aparece no topônimo.

A descrição e caracterização técnica do Rio Taquari é apresentada em levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em meados da década de 1980:

(...). O rio Taquari nasce no extremo leste do Planalto dos Campos Gerais com a denominação de rio das Antas. Com traçado de direção geral E-O, apresenta vale em "V" fechado e profundo. Descreve no seu curso sinuosidades de ângulos bem fechados (Est. 2.1 V 8). Apresenta-se adaptado às linhas estruturais do sistema de diaclasamento existente na área, assim como seus tributários. Estes apresentam os cursos com certo paralelismo e são de pequenas extensões; os da margem direita têm direção geral N-S; os da margem esquerda, SE-NO. A partir da confluência com o rio Carreiro, nas imediações de Bento Gonçalves-RS, passa a denominar-se rio Taquari, apresentando seu curso fluvial com uma orientação geral NE-SO, iniciada a montante, logo após a confluência com o rio Lajedo Grande (JUSTUS; MACHADO e FRANCO, 1986, p. 335).

O rio e todos os demais elementos presentes em suas margens foram impactados pelo ciclo das fazendas. O estudo levado a termo identifica alterações testemunhadas na paisagem e manifesta nos registros documentais e bibliográficos acessados. É a partir dessas operações que se sugere as configurações gerais para as fazendas situadas no percurso do Rio Taquari, preocupação nuclear da tese.

É a agência decisiva do rio Taquari que aponta para mais uma conclusão deste estudo. A partir do que foi possível apurar, tanto com base na documentação quanto nos registros arqueológicos, as sedes localizadas mais próximas ao Rio Taquari, casos das Fazendas Pedreira e Espanhola foram, em algum período de sua utilização, casas comerciais. A proximidade com o rio fazia com que aqueles locais recebessem mercadorias e pessoas que se

deslocavam em embarcações que conectavam a região do Vale do Rio Taquari, sobretudo, à Porto Alegre.

A não existência de modais de transportes tão eficientes quanto os fluviais garantiram prosperidade aquelas sedes. As casas comerciais estabelecidas nas fazendas mais próximas ao Rio Taquari, como nos casos das Fazendas Pedreira e Espanhola, apontam um fluxo grande de pessoas e mercadorias ao longo do século XIX e início do século XX. Em 1910 procedeu-se um recenseamento, cujos dados são apresentados por Eifler (1992), onde constam 43 prédios no núcleo urbano de Bom Retiro do Sul. As edificações mais próximas ao Rio Taquari permaneciam vinculadas à navegação. As potencialidades do local aparecem vinculadas aquela atividade:

O povoado possuía um ótimo porto escoadouro natural da colônia Teutônia e de parte dos municípios de Estrela e Taquari, tornando-se muito movimentado, especialmente nas épocas de seca, quando vinham produtos comerciais do norte do município de Estrela para serem embarcados para a capital. O primeiro prédio construído na atual cidade foi destinado a um trapiche comercial que viria a ser o polo irradiador do desenvolvimento de Bom Retiro. Este porto recebia carga por via terrestre, a qual era transportada através de barcos para Porto Alegre. No segundo prédio, mandado construir por Frederico Arnt, foi estabelecida uma casa comercial (Eifler, 1992, p. 49).

As casas comerciais iniciadas no ciclo das fazendas adentraram o século XX permanecendo como testemunhos de uma relação duradoura entre os grupos humanos e as águas do Rio Taquari. Como é recorrente nos estudos arqueológicos visualiza-se como os diferentes grupos humanos se posicionam nos espaços tratando de resolver problemas mobilizando técnicas e aperfeiçoando-as. Ao estudar a técnica e aperfeiçoá-la aplica-se o sufixo *logia* = estudo. As tecnologias estudadas e aperfeiçoadas na interação dos grupos humanos com o Rio Taquari convergem para testemunhos identificados à sua margem. A escadaria (Figura 31) evidenciada arqueologicamente próximo às ruínas da Fazenda Espanhola dá algumas pistas deste nível de interatividade.

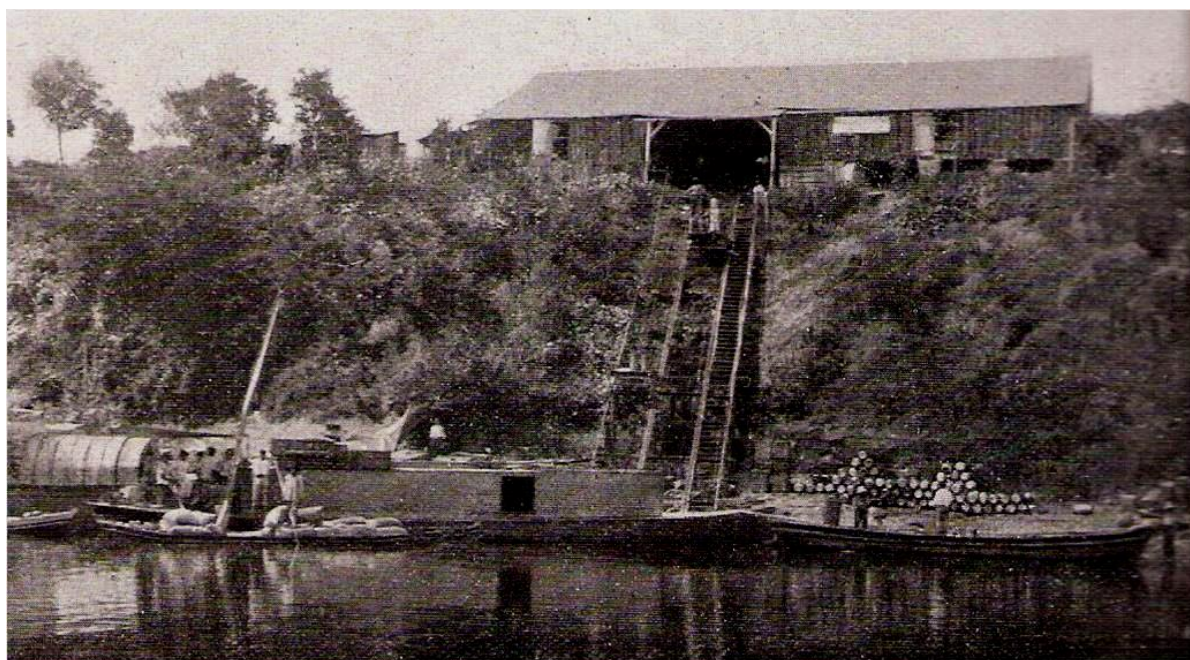
Tendo-se em conta que a Rodovia BR 386 e a Ferrovia do Trigo que compõem os outros modais da região são empreendimentos do século XX, é possível deduzir o largo período no qual a única conexão da região com outras eram as águas do Rio Taquari. O pesquisador e memorialista José Alfredo Schierholt publicou em seu blog uma foto de um trapiche em Bom Retiro do Sul.

O afundamento regular prospectado entre as fazendas Pinhal e Conceição foi visualizado como possibilidade de caminho que converge para o rio Taquari desde fins do século XVIII. Após a chegada dos imigrantes germânicos, a partir de meados dos anos 1800, há indícios de que aquele caminho permanecia ativo:

Uma das primeiras estradas no território de Fazenda Vilanova foi, certamente, aquela que fazia ligação da Colônia Teutônia ao Porto de Bom Retiro que, hoje, passa pela localidade de Glória. Historiadores comentam que nestas estradas transitavam apenas carroças e carretas, devido à má conservação, com buracos atoleiros e mato. Os rios e os arroios, por outro lado, necessitavam de pontes (Faria, 2021, p. 82-3).

Ao lado da estrutura abordada arqueologicamente na Fazenda Conceição há afundamentos regulares indicando um entroncamento de caminhos. A estrada mencionada por Farias (2012) no excerto acima atravessa a BR 386 transpassando também o arroio Conceição que fora represado para dar origem ao açude mencionado no capítulo anterior. O lugar de passagem (passo) está na parte topograficamente inferior ao açude. A água, contudo, permanece perenemente passado pelo local. A constituição do açude é uma das mais eloquentes inter-relações entre entidades constituintes da paisagem do local. As demandas antrópicas são parcial e sazonalmente congruentes com o que o espaço apresenta. Em tempos de cheia a passagem era ainda mais desafiadora, por outro lado a existência deste curso deu origem ao açude sem o qual a Fazenda Conceição não teria tido a eloquência que teve ao longo dos séculos. Os produtos do interior das fazendas e colônias ganhavam as águas do Rio Taquari.

Figura 43 - Foto de 1921 registrando uma maxambomba no porto de Bom Retiro do Sul.



Fonte: Disponível em: http://abrindobaudoschierholt.blogspot.com/2013/08/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x_9.html. Acesso em: 22 abr. 2021.

As alusões a essas estruturas são recorrentes na bibliografia regional. Sua operação demandava a adaptação dos armazéns próximos ao talude do rio. Schierholt assim as descreve:

Na parte interna do armazém ou trapiche havia um grande pião de madeira, com um cambão para movimentá-lo, por tração animal, cavalar ou muar, o qual volteava em cancha circular, fazendo o pião rodar. No pião, estava enrolado um cabo de aço, em cujas extremidades estavam presos os troles. Estes rodavam por sobre dois pares de trilhos de aço, semelhantes a uma estrada de ferro. Os trilhos estavam assentados sobre caibros ou dormentes, fixados em cima de grossos troncos de madeira, fincados no chão, ou então por sobre muros de pedras, de tijolos ou mesmo de concreto. Os caibros estavam colocados transversalmente sob os trilhos, desde o trapiche, até dentro da água do rio, em seu nível mais baixo. Ao ser movimentado o grande pião, os dois troles rodavam por sobre os trilhos, de maneira que, enquanto um subia, desde o barco até o armazém, o outro descia, do armazém ao barco, para a carga e a descarga, num contínuo vaivém. Normalmente, entre os trilhos havia uma escadaria para os passageiros e tripulantes. (...). Nos principais portos do Rio Taquari, havia em torno de 30 maxambombas (Disponível em: http://abrindobaudoschierholt.blogspot.com/2013/08/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x_9.html. Acesso em: 22 abr. 2021).

Entre as posses dos proprietários das fazendas próximas ao rio contam-se lanchas e lanchões. As embarcações são instrumentos que mediam a relação dos sujeitos com o Rio

Taquari. Da perspectiva teórica eleita para a composição dessa análise atravessada pelo núcleo das ponderações de Bruno Latour, há uma integração humana com os elementos não humanos mediada pelos objetos. As lanchas, a escada construída no talude do rio junto à sede da fazenda espanhola, os pilares anexos à mesma fazenda dão a entender que ali funcionara em algum período, senão uma maxambomba, um armazém por onde uma parte da população transitava e a partir do qual se abastecia dos produtos comercializados por Manoel Rodrigues Ramos, o comerciante espanhol.

Mesmo após a morte do espanhol, os seus sucessores continuaram a se relacionar com o rio e a comercializar embarcações. Já em 1887, o Jornal a Federação de Porto Alegre estampava em seus classificados o anúncio: “Vende-se um lanchão recentemente construído, acompanhado de batelão, cabos e panos, tudo novo e em perfeito estado. Quem pretender comprar dirija-se a Moraes Pereira & Irmão na Fazenda Espanhol, na margem do Rio Taquari” (Classificados. A Federação. Porto Alegre, p. 03, 06 jan. 1887).

Ainda dentro das circunscrições delimitadas como parte do sítio arqueológico Fazenda Espanhola é visível um outro testemunho da interação dos sujeitos que ali desenvolveram suas atividades com o rio Taquari. Conforme apresentado no capítulo anterior, a sede da fazenda dista apenas 30 metros do talude do rio. Esta situação se apresenta como um desafio para a sobrevivência do gado em tempos de cheias.

Figura 44 - Mangueira edificada próximo à sede da Fazenda Espanhola.



Fonte: Labarq/MCN/Univates, 2016.

Conforme ilustra a imagem acima (Figura 44) as prospecções arqueológicas evidenciaram uma estrutura aterrada e murada com pedras como uma espécie de mangueira (lugar cercado para conter o gado) em um patamar mais elevado do que o terreno circundante. Dessa forma, confinado neste espaço, o gado sobreviveria até que as águas retornassem ao leito do Rio Taquari.

A forma como os sujeitos passam a compor a paisagem tramando relações entre si e com o meio ganha, por vezes, contornos dramáticos da perspectiva humana. Conforme mencionado ao longo deste trabalho, em função da conjuntura de pandemia de Covid-19 vivida durante a fase final de sua concepção, parte da documentação analisada só foi viável mediante contato com pesquisadores dedicados à genealogia. Destaca-se principalmente os descendentes de Manoel Rodrigues Ramos que disponibilizaram muitos dos documentos dos quais foi possível extrair muitas das informações articuladas na produção deste trabalho. São

esses pesquisadores que informam a morte da segunda esposa do espanhol por afogamento nas águas do Rio Taquari.

6.3 O trabalho escravo: articulações necessárias

Entre as premissas enunciadas desde o capítulo inaugural deste trabalho está o esforço de analisar os episódios históricos de forma articulada e processual sobre uma base discursiva que coloque em evidência a perspectiva ambiental. A vinda de uma junta técnica para vistoriar os pinheiros do percurso do Rio Taquari não deixa dúvida dos interesses lusitanos no espaço, ainda durante o período colonial. Dito de outra forma, o Brasil colonial tratado efusivamente na produção historiográfica estendeu suas estruturas até as margens do Rio Taquari.

Em relação aos movimentos que transformaram a colônia em Reino Unido à Portugal e Algarves e mais tarde em país independente, as conexões também são contundentes. Manoel Alves dos Reis Louzada teve destacada atuação política na conjuntura que paulatinamente levou o Brasil à independência. A celeridade com que esse agente social toma conhecimento das providências governamentais e delas se beneficia é mais um indicativo de que o Brasil imperial também repercutia nesse espaço.

Nenhuma outra instituição, entretanto, causa em contexto regional mais controvérsia do que o passado escravocrata. Por escassez de fontes e/ou por ingerência ideológica, até pouco tempo as menções à escravidão eram negligenciadas quando não escamoteadas no contexto regional.

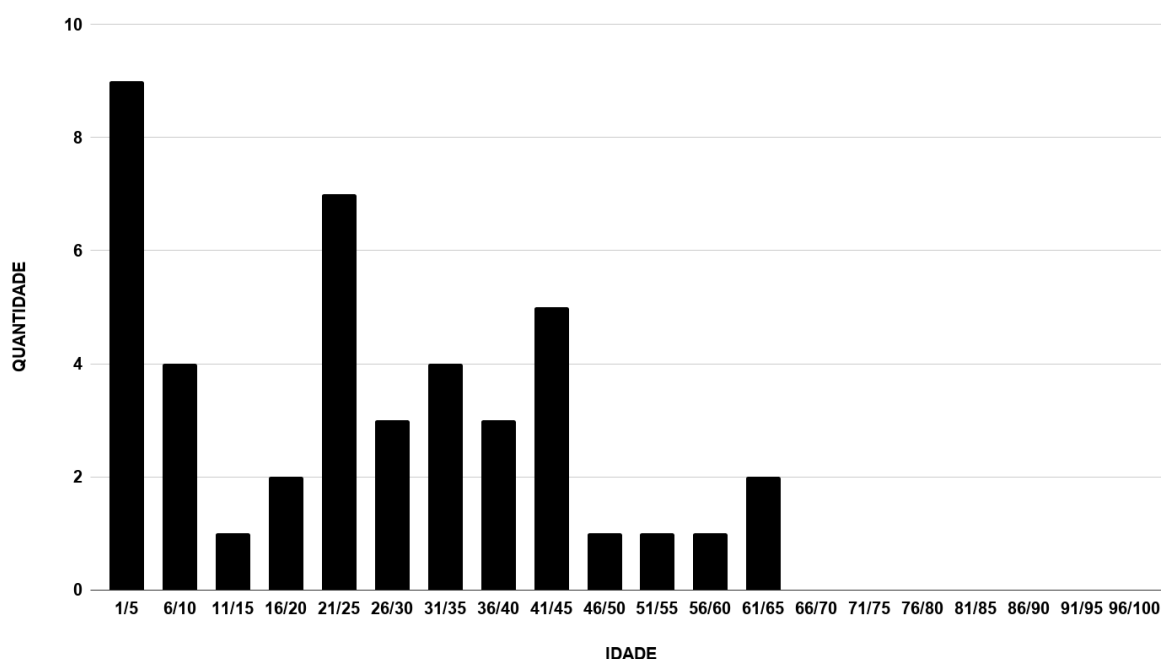
As narrativas que vinham à tona colocavam em evidência a agência dos imigrantes ítalo-germânicos. A contribuição histórico-cultural daquelas etnias é inegável, contudo, a invisibilidade da exploração da mão de obra cativa por um período relativamente longo neste espaço gerou registros, desde a ferve de muitos cronistas diletantes, de negação do trabalho forçado. A escravidão, portanto, é mais um fator a integrar a história regional ao panorama nacional.

Os cativos que aparecem nas pesquisas de Pires (2016) como agricultores, na freguesia atuavam na atividade fim das propriedades daquele núcleo. Já nas fazendas extrativistas a

agricultura representava uma atividade subsidiária. Aí está, portanto, mais um reforço naquilo que vai revelando as características das fazendas do percurso do Rio Taquari. Enquanto os açorianos que ganharam sesmarias mais próximo onde se configurou o núcleo urbano do município de Taquari se dedicavam à agricultura, nos latifúndios a atividade extrativa foi intensa e o impacto ambiental eloquente.

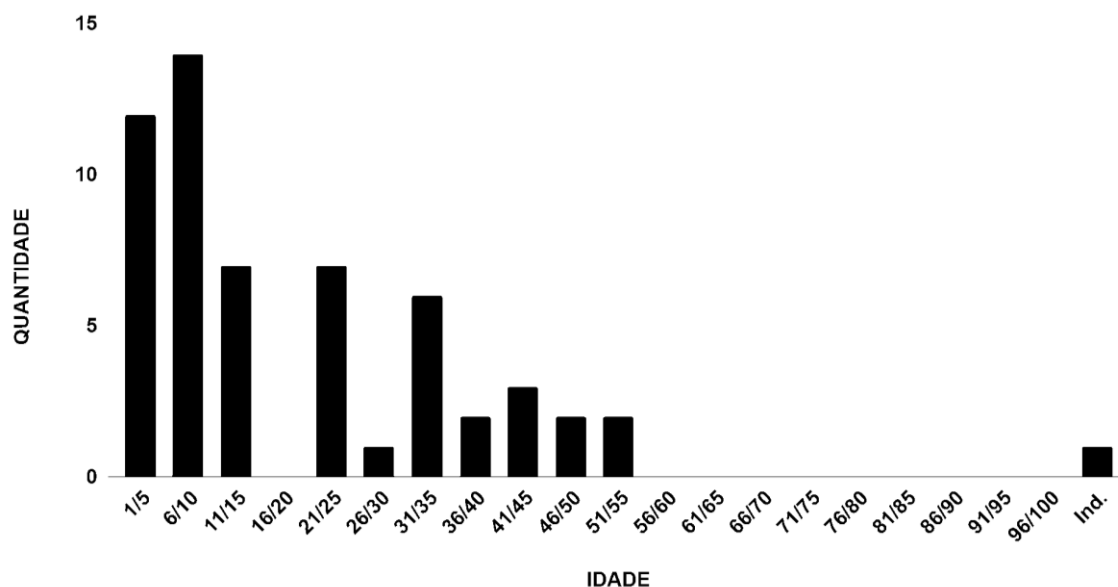
Especificamente em relação à Fazenda Conceição, onde resta a estrutura mais íntegra de roda d'água, destaca-se que dos 44 escravos listados no inventário, 30 eram do sexo masculino e 14 do sexo feminino. No que se refere à faixa etária tem-se a seguinte configuração:

Gráfico 2 - Faixa etária dos escravizados atuantes na Fazenda Conceição.



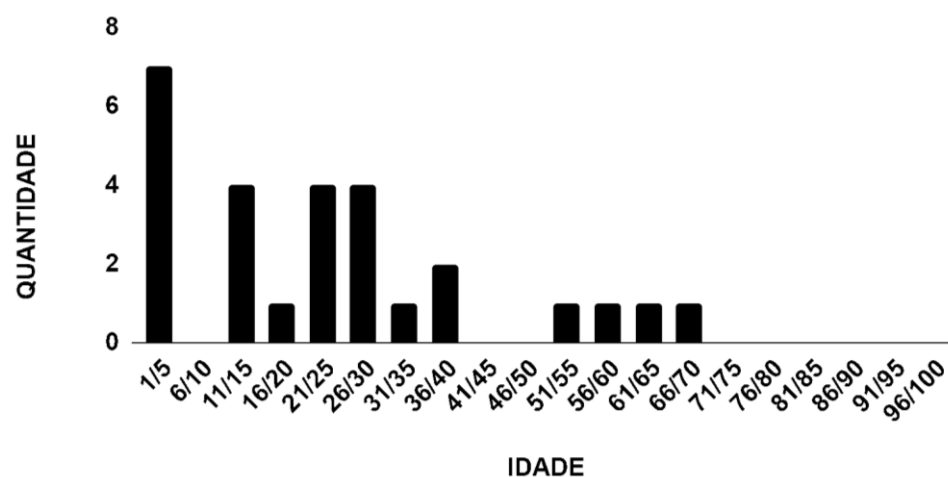
Fonte: APERS – Inventário do Barão (1862). Elaborado pelo autor

As informações em relação à faixa etária das pessoas submetidas ao regime de escravidão em cada uma das fazendas pode delinear alguns dos passos seguintes para essa pesquisa extrapolando as circunscrições do cronograma desta tese. Na Fazenda do Pinhal, que concentra o maior número de sujeitos nesta condição, 57 escravos, se tem a seguinte configuração:

Gráfico 3 - Faixa etária dos escravizados atuantes na Fazenda do Pinhal.

Fonte: APERS – Inventário do Barão (1862). Elaborado pelo autor

Na Fazenda do Pinhal a faixa etária composta por pré-adolescentes e adultos jovens se destaca. É ilustrativo, entretanto, o que se percebe em relação às fazendas mais próximas ao rio. Entre os 26 escravos da Fazenda Pedreira no mesmo período se tem:

Gráfico 4 - Faixa etária dos escravizados atuantes na Fazenda do Pedreira.

Fonte: APERS – Inventário do Barão (1862). Elaborado pelo autor

Os dados relativos à faixa etária da população escravizada adulta podem ser melhor compreendidos tomando-se em conta a totalidade de sujeitos presentes nas três fazendas e inferindo-se acerca da mobilidade desses sujeitos no latifúndio de seu dono. Em relação à Fazenda Conceição, por exemplo, tem-se a predominância de homens, com destaque para duas faixas etárias entre 21 e 25 anos e entre 41 e 45 anos. Tomando-se em conta que estes sujeitos iniciavam no labor já na adolescência tem-se de dez a vinte anos de trabalho e interação com o espaço da fazenda. Os sinais desta intervenção perpassam os tempos e ainda compõem a topografia circundante das estruturas abordadas arqueologicamente.

Pronuncia-se com eloquência o número de crianças em cada uma das fazendas. Sabendo-se que o inventário encomendado por Moraes dos bens que herda de Louzada dista da data da abolição legislativa da escravidão – Lei Áurea de 1888 – pouco mais de 20 anos, o contingente de sujeitos que, à época da abolição da escravidão estavam em idade adulta é significativo. As crianças, teoricamente já eram livres, pois desde de 28 de setembro de 1871, vigia a Lei do Ventre Livre. Se estamos na encruzilhada temporal entre o século XIX e o XX, quem são os descendentes desses sujeitos na contemporaneidade?

Conforme já mencionado no capítulo anterior essa população de africanos e descendentes interagiu no e com os espaços das fazendas mobilizando saberes desenvolvidos além mar. A utilização dos cupinzeiros na conformação das habitações e as formas como se relacionavam com o mais íntimo de suas crenças transcendem as narrativas de submissão que representações assentadas exclusivamente em dados aritméticos podem induzir.

Moreira e Cardoso (2012), narram em detalhes uma reação à condição de maus tratos a que eram submetidos os escravos da Fazenda Conceição. Um ano após Antônio José de Moraes tomar posse dos bens a ele deixados por Louzada. Os movimentos dos escravizados das Fazendas do percurso do Rio Taquari colou em alerta a elite escravocrata Sul-rio-Grandense:

No ano de 1863 as autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul receberam que uma insurreição escrava estivesse sendo organizada às margens do rio Taquari, local próximo da capital e caracterizado pela instalação de fazendas de agricultura e pecuária, extração de madeira, etc. A polícia logo foi mandada até a Fazenda da Conceição, pertencente ao cirurgião-mor Antônio José de Moraes e prendeu os cabeças do que rapidamente ficou esclarecido tratar-se de uma desordem e não exatamente uma sublevação (Moreira; Cardoso, 2012, p. 869).

Ao reagirem ao tratamento dispensado os escravos da Fazenda Conceição foram criminalizados. As elites mobilizam as instâncias do Estado. Também no contexto do Vale do Taquari se verifica aquilo que era recorrente em outros contextos, a oficialidade do Estado escolhe uma perspectiva e elege a quem imputar crimes. Neste caso:

(...). Trata-se dos escravos Manuel e Francisco, que, antes de darem seus depoimentos livres de ferros e constrangimentos foram presos, amarrados e mantidos no tronco por dois dias e meio! Os aliciadores de seus companheiros assim eram descritos: Manuel (preto, 18 anos, solteiro, **carreiro**, nascido nesta Província, morador na fazenda Conceição há anos); Francisco (32 anos, casado, alfaiate e hoje **falquejador**, natural de Maceió, morador na fazenda há 5 anos) (Moreira; Cardoso, 2012, p. 871, Grifo nosso).

Manuel era carreiro. As prospecções arqueológicas, conforme já apresentado, evidenciam as estradas interconectando fazendas. Tomando impulso nas reflexões de Rahmeier (2014) que evoca a fenomenologia como perspectiva para visualizar o contato humano com as formas materiais de uma paisagem que experiencia, o que sabia Manuel daquele contexto que, ainda segundo a óptica fenomenológica, dominava a partir dos seus “esquemas corporais” em uma relação mediada pelas zorras e carretas de boi, cujos fragmentos vem à tona em contexto arqueológico?

Aos 32 anos, Francisco vem de Maceió para a Fazenda Conceição no percurso do Rio Taquari. As suas habilidades como alfaiate fora dispensada entre os matos de pinheiro das propriedades do Louzada e mais tarde de Moraes. Francisco experienciava o mundo mediado pela tesoura e pela agulha cosendo roupas em Maceió. Neste novo espaço milhares de quilômetros ao Sul e depois de muitas milhas náuticas sua intervenção/relação com a paisagem se dava mediada pelo machado, quiçá pelas cunhas empregadas no falquejo dos pinheiros e encontradas nas escavações arqueológicas, pois conforme a lavratura de sua prisão, aqui Francisco era falquejador.

Esses sujeitos compõem aquela paisagem (Verdum, 2012) integrados e interconectando espaços (Tuan, 2011). Os postulados teóricos eleitos na definição conceitual ao longo do segundo capítulo ajudam a iluminar as informações do inquérito da insurreição analisada por Moreira e Cardoso (2012). Naquela documentação policial Francisco informa “que na véspera do natal, 3 escravos da fazenda do Pinhal - Manoel **Ferreiro**, Bento e

Domingos **Carreiro**, tinham saído sem licença, voltando no dia seguinte, das 10 para as 11 horas, e tornando a sair, por esta falta dizia-se na Conceição que vinha gente de Taquary prender a eles 3” (Moreira e Cardoso, 2012, p. 874, Grifo nosso).

Diante da condição indigna do sistema escravocrata o sobrenome dos sujeitos passa a ser a função que desempenha no contexto do espaço estruturado como uma fazenda de extração. Manoel era ferreiro. Ao malhar o ferro e transformá-lo em machados, cunhas ou alavancas, conjunto de objetos que potencializam a agência e a força motriz do corpo, Manoel ajuda a redesenhar a paisagem ao redor do Arroio do Pinhal, parcialmente represado para girar a roda do moinho que falquejaria as toras que por seu intermédio ali chegavam.

Bento e Domingos eram carreiros na Fazenda do Pinhal. Ao lado de Manuel da Fazenda Conceição, entre outros, são responsáveis pelos afundamentos dos caminhos que convergiam para o Rio Taquari em cujas margens edificam-se as sedes das Fazendas Pedreira e Espanhola e suas casas comerciais.

Ainda que abordagens de perspectivas mais alargadas e com foco na história agrária e econômica apontem a baixa prevalência da pecuária no percurso do Rio Taquari esta atividade foi subsidiária ao extrativismo mais eloquente no que se refere aos impactos ambientais.

Quadro 5 - Rebanho do Vale do Taquari nos anos de 1856 e 1878.

Rebanho	1856	1878
Cavalar	1.759	
Vacum	30.345	46.302
Lanígero	1.373	
Caprino	82	450
Suíno	118	18.300
Ovino		1.387

Fonte: Moreira e Cardoso, 2012, p. 873, a partir de Christillino, 2004.

Manuel, Bento e Domingos foram alguns dos responsáveis por domar (amansar) os “Cento e sessenta e dois bois mansos” declarados no inventário de Louzada. Tendo-se que os bois são atrelados nas zorras ou nas carretas, em juntas (parelhas) de dois animais. O mesmo inventário traz ainda “Trinta e seis éguas de cria”. Esses animais, quando não prenhes também

podem ser atrelados a objetos que demandem tração. Tendo-se em conta, entretanto, apenas os bois, é possível colocar em movimento simultâneo 81 carretas e/ou zorras interconectando as fazendas e arrastando toras de pinheiro para a serragem nos moinhos movimentados pelas águas dos arroios represados.

O contexto arqueológico analisado da perspectiva fenomenológica enunciada por Rahmeier (2014) e posto no horizonte diante das informações de Moreira e Cardoso (2012) e suas detidas abordagens documentais corroboram a perspectiva teórica evocada neste estudo. Os sujeitos interagem com os elementos não humanos dispostos sintaticamente nos espaços mediados por objetos que são ativos naquela relação. A pesquisa ora empreendia toma em conta os postulados da fenomenologia que adverte que “em contato com as formas materiais, nosso corpo possibilita acessar dinâmicas não mais existentes. Mas esse contato, essencialmente focado nas sensações físicas, passa a ser mais rico se informarmos nossos sentidos sobre a dinâmica da realidade que queremos entender” (Rahmeier, 2014, p. 98).

Os pinheiros, as águas dos arroios os bois mansos e os sujeitos interagindo e negociando com os elementos não humanos da paisagem numa convivência diária ao redor das estruturas que ajuda a reconfigurar os espaços. As agências multifacetadas configuram os impactos sociais e ambientais testemunhados por aquelas estruturas.

6.4 Impactos Sociais e Ambientais permanentes

Duas das quatro fazendas recortadas como amostra neste estudo têm seus topônimos vinculados a elementos constituintes do espaço. Tais elementos não são mais vistos na paisagem. A fazenda do Pinhal não tem mais pinheiros. A estrutura de moinho apresentada no capítulo anterior em texto e imagem testemunha a reconfiguração fenotípica do espaço reestruturando a paisagem. A barragem que continha parcialmente as águas do Arroio Pinhal também ruiu. Uma vez mais houve um redesenho. Onde havia (no reservatório/açude) agora se tem, novamente vegetação.

Ao visualizar-se o açude, ainda assim configurado junto à sede da Fazenda Conceição é possível perceber a mesma técnica mobilizada na confecção do açude na Fazenda do Pinhal. Neste último local, contudo, por circunstâncias não averiguadas o reservatório desaparece. Em uma das extremidades de onde ficava retido o corpo d'água um único espécime de

pinheiro (araucária) de porte médio segue ignorada pelos transeuntes que desconhecem que, quando em maior número, os pinheiros emprestaram o nome ao local (Pinhal) alcunha que serve como referência domiciliar, e apenas isso, para muitos dos habitantes do lugar contemporaneamente.

Alguns trabalhos acadêmicos dedicados a refletir sobre a história agrária e com centralidade nas questões econômicas informam acerca da extração na região. Christillino (2004), por exemplo, informa a existência de 14 engenhos de serras movidos à água no percurso do Rio Taquari ao longo do século XIX. É também aquele autor que menciona o envio, para Porto Alegre, de toras amarradas, justamente pelo rio que se constituía como estrada líquida de um ponto a outro. Manoel Alves dos Reis Louzada era proprietário de, pelo menos, dois desses engenhos.

Como se pode perceber, o proprietário das fazendas Conceição, Pinhal e Pedreira não pode ser considerado um desafortunado. Christillino (2004), em estudo mencionado por Moreira e Cardoso (2012) empreendeu estudos de vanguarda em relação à região estudada. A partir daquelas investigações Moreira e Cardoso destacam que o Barão de Guaíba “possuía várias outras áreas de terras e um grande prestígio naquela época, e é mais um personagem quase que ausente na massa documental” (CHRISTILINO, 2004: pág. 229). Tal ausência se justifica pois o Barão (Manuel Alves dos Reis Louzada) residia em Porto Alegre, onde possuía chácara e casa de negócio, estando seus bens registrados nos cartórios da capital” (Moreira e Cardoso, 2012, p. 873).

O acesso ao inventário de Louzada e a exaustiva investigação levada a termo pelo historiador e professor Paulo Roberto Staudt Moreira, trouxe para cena documental o personagem que Christillino refere. Coerente com o que se pode inferir das abordagens em campo a bibliografia examinada informa que:

Dentre as atividades econômicas que se destacavam, a **produção de tábuas** de pinho ocupava o primeiro lugar, no início da década de 1850. Esta ocorria na **serra próxima a Vila de Taquari, a qual era rica naquelas madeiras**. Este ramo de atividade também era propiciado pela proximidade desta região com Porto Alegre, para onde as madeiras eram levadas amarradas pelas correntezas do Rio Taquari. A **extração de erva mate** era outra atividade amplamente difundida nas regiões serranas, especialmente no Distrito de Santo Amaro, constituindo o segundo ramo mais importante da economia. A **extração de pedras** vinha ocupar o terceiro lugar dentre as atividades economicamente mais importantes, sendo realizadas nas pedreiras próximas a Vila de Taquari, ou nas margens do Rio (...) (Christillino 2004, p 38).

As investigações de Christillino (2004; 2010), já apontavam para o que é possível visualizar em campo. Uma vez mais fica claro que, nos grandes latifúndios a produção agrícola era apenas para subsistência. Aquelas grandes propriedades eram basicamente extrativistas. Este conjunto de atividades acentua o impacto ambiental daqueles empreendimentos.

Quanto aos impactos sociais os estudos apresentados no capítulo anterior e as investigações aprofundadas pela historiadora Karen Daniela Pires, tanto em sua dissertação de mestrado (2017) quanto na tese de doutoramento (2021), apresentam informações impactantes. As investigações contemporâneas levadas a termo no âmbito do mesmo programa no qual se inscreve esta tese mostram uma desterritorialização da população tradicional no processo de construção artificial da sociedade nacional. Povos indígenas vêm à tona naqueles trabalhos a partir da investigação em documentos que os denunciam junto às instâncias de Estado.

Os cidadãos oficializados pelas instâncias governamentais expulsam povos milenarmente territorializados no espaço. Conforme enunciado no segundo capítulo a partir das teorizações de Haesbaert (2007) e Tuan (2011), trata-se de um processo que atenta contra a existência desses grupos em suas interações com os espaços. Da perspectiva historiográfica uma vez mais as populações excluídas socialmente só encontram as páginas da história a partir dos registros policiais. Na presente tese, estes registros são analisados, mas o saber-fazer na inter-relação com os cupinzeiros, com o ferro para o fabrico de cunhas e machados e a habilidade em domar (amansar) animais além do conhecimento técnico empregado no falquejo das madeiras dos pinheiros que tombaram mediante o extrativismo inveterado que perpassa o projeto ocidental mencionado por Pádua (2004), coloca em primeiro plano entidades não humanas e sujeitos marginalizados no cômputo das fontes até pouco tempo tidas como envoltas em uma aura de verdade absoluta.

Da perspectiva social a prosperidade econômica conseguida por alguns fazendeiros em determinado espaço de tempo consolida a sua aproximação com as diversas instâncias do poder constituído. Esse tempo de bonança é aproveitado por Louzada por exemplo para reivindicar a inserção social na Ordem de Cristo. Quando finalmente consegue o reconhecimento em nível nacional, conforme informado no capítulo anterior, festeja com agregados e escravos por uma semana.

É salutar entender que as influências e postulados políticos dos fazendeiros vem, como contextualizado nos capítulos anteriores, da consolidação do sistema colonial e, mais tarde da configuração do Estado que se pretendia erigir após a independência. Neste sentido é importante retomar que, no período de maior atividade das fazendas de Louzada tinha-se basicamente a seguinte configuração política para o império que estava para se estabelecer:

*Partido Brasileiro: Fazendeiros, altos funcionários e ricos comerciantes. Defendiam a independência e uma monarquia encabeçada por D. Pedro I;

*Partido Português: Ricos comerciantes portugueses. Apoiava a ideia das cortes de recolonizar o Brasil;

*Liberais radicais: Membros das camadas médias urbanas. Defendiam a ruptura com Portugal, a instalação de uma República e o fim da escravidão.

O projeto do Partido Brasileiro acabou triunfando. É neste grupo, o grupo da elite que orbita o poder a fim de auferir alguma vantagem, que Louzada e outros tantos fazendeiros militam. As fazendas, portanto, são ruínas de uma elite oligárquica que configurou o Brasil e ajudou a construir a desigualdade que o caracteriza na contemporaneidade.

Aquelas estruturas permaneceram ativas por muitos anos. As suas características prioritariamente extrativistas abreviaram sua existência. Outras formas de ocupar o espaço foram dando origem à configuração fundiária contemporânea a partir de meados do século XIX.

Alguns dos donos das fazendas galgaram carreira política. Manoel Alves dos Reis Louzada destacou-se no governo de transição no contexto da Independência do Brasil. Tristão Gomes da Rosa, compôs a Câmara de Vereadores na primeira legislatura da Vila de Santo Antônio de Estrela. A informação consta do livro de Atas da Câmara ou Conselho, com fragmentos publicado por Schierholdt no “Jornal de Lajeado” em 18 de fevereiro de 1976, aludindo o aniversário de 100 anos do município de Estrela.

A Ata da primeira sessão da Câmara de vereadores publicada no mesmo jornal informa que Tristão Gomes da Rosa foi eleito o primeiro presidente da Câmara de Vereadores de Estrela em 22 de fevereiro de 1882. As antigas fazendas em processo de desagregação serão substituídas por propriedades de menor extensão habitadas pelos imigrantes ítalo-germânicos que passam a compor a paisagem local a partir de meados do século XIX.

6.5 As projeções

Na última seção desse capítulo convém colocar o marco final e pôr no horizonte algumas possibilidades de continuidade para explorá-las com mais acuidade na conclusão. O Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências da Univates, já levou a termo em outros tempos uma investigação levantando estruturas arquitetônicas, entre elas algumas casas comerciais contemporâneas às fazendas estudadas nesta tese. Algumas daquelas estruturas estão em condições mais íntegras do que as abordadas e analisadas até aqui.

Neste sentido é perceptível a potencialidade de cruzamentos dos dados presentes na cultura material até então evidenciada nas fazendas com aquelas que vêm à tona na incursão aos porões e sótãos das edificações dos primeiros colonos. Os borradores e os livros de registros da movimentação financeira e de produtos daquelas casas ainda estão acessíveis. Este procedimento reforçará uma das premissas postas já no primeiro capítulo, qual seja, a abordagem processual dos fenômenos históricos.

As investigações mostraram a reutilização do material construtivo das casas das sedes das antigas fazendas. Este é um outro caminho possível a partir do que foi evidenciado até esta etapa das investigações. Estábulo e desativação de poços de água que, com o tempo secaram, receberam como se fora entulhos os restos de materiais construtivos avaliados como imprestáveis na demolição das casas.

Ainda em relação à natureza do material construtivo e o intercâmbio de saberes é instigador comparar estruturas do continente africano que lançam mão de cupinzeiros como matéria-prima para edificação e consolidação de pisos, conforme é possível perceber no material construtivo da Fazenda Conceição.

Estando esta investigação atravessada pela Pandemia de Covid-19 que o mundo experimenta desde o ano de 2020, até o momento que este estudo chega à suas últimas páginas; não foi possível investigar documentalmente a emissão de registros de quantidades e destinos das tábuas e toras que se originavam da supressão das matas de pinheiro; e isto seria importante para a ampliação dos saberes a respeito de uma das facetas importantes das fazendas: a de constituírem-se como unidades economicamente ativas através da extração.

Outro aspecto instigante: como se pôde ver ao longo do estudo a Fazenda Conceição, por exemplo, muda de nome. Ainda que seus proprietários lusitanos (como Louzada e Tristão

Gomes da Rosa) sejam professantes da fé católica e façam referência a santos católicos na definição dos topônimos de seus domínios, por que razão a Fazenda Conceição em determinado tempo deixa de ser Conceição para ser conhecida como São José?

Uma das linhas de investigação possível: perseguir a representação que Nossa Senhora da Conceição tinha e tem entre os afro-brasileiros. Conforme Silva e Teixeira (2020), Nossa Senhora da Conceição representa:

Oxum é a orixá das águas doces (rios, lagos e fontes), da fertilidade e da beleza; uma das esposas de Xangô. Sincretizada como Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora das Candeias, sua cor é amarelo-ouro e seu dia da semana é sábado. Sua comemoração é no dia 8 de dezembro (...) (Silva e Teixeira, 2020, p. 544)

Ao substituir uma divindade sincretizada por um santo católico sem a representatividade daquela santa no panteão teológico/teogônico africano estar-se-ia interferindo na apropriação simbólica dos sujeitos que assim a tinham concebido?

Há ainda um desafio de pesquisa que se põe no horizonte a partir dos aportes aqui mobilizados e um intercâmbio teórico com a etnoarqueologia, por exemplo, no sentido de refinar a abordagem e direcionar essa lupa teórica para as comunidades quilombolas reconhecidas e postulantes a esse reconhecimento. Manuel, Bento, Francisco, entre outros, interagiram com esse espaço e, seguramente deixaram descendentes. Nestas comunidades reivindicantes ter-se-ia alguns descentes daqueles sujeitos que atuavam como ferreiros, falquejadores e domadores?

É ainda tempo de reforçar que a tese ora concluída se constitui em uma tentativa de aproximar campos epistêmicos emergentes e apontar abordagens possíveis no futuro. Regressando à faixa etária dos escravizados em cada uma das Fazendas, dialogando com as pesquisas de Pires (2016; 2021), convém interrogar: quem são estes sujeitos e como deram continuidade às suas trajetórias compondo a paisagem apropriando-se dela como território e lugar?

No capítulo ora findo procedeu-se a análise das evidências heurísticamente organizadas. Interpretou-se o conteúdo do relatório de análise dos matos de pinheiro suprimidos pela atividade extratora das fazendas estudadas. Visualizou-se os cenários de interação multifacetadas entre elementos humanos e não humanos. A partir daquela interpretação é possível perceber como a paisagem contemporânea ainda registra

permanências. A roda da estrutura de engenho de serragem testemunha uma atividade secular que impactou ambientalmente de forma contundente a regionalidade. Por fim alinhavou-se possibilidades de novas pesquisas para aclarar ainda mais alguns aspectos tanto da perspectiva ambiental quanto social.

7 CONCLUSÃO

Dedicar-se demorada e atentamente ao que se deseja compreender é uma das definições possíveis para o que possa ser estudar. Esta foi a intenção do empreendimento que se encaminha para as últimas páginas ainda que não para o esgotamento das apreciações possíveis. Mesmo que essa seção seja nomeada como “conclusão” é salutar ter em conta que alguns dos aspectos conclusivos sustentados teoricamente neste trabalho impulsionam um novo conjunto de interrogações. As conclusões aqui apresentadas, portanto, são oásis para o refrigério momentâneo e organização do que foi possível amearhar pelo caminho até aqui. Propulsar novos movimentos, apesar da indiferença e do menosprezo estrutural em relação à ciência no Brasil, é um postulado de toda a tese constituída a partir de objetos tão sensíveis e conectados com a configuração injusta da perspectiva social e irresponsável sob o prisma ambiental, com que um lugar compõe uma narrativa sobre si mesmo da perspectiva de uma identidade nacional.

As primeiras inquietações postas no projeto do estudo que resulta neste trabalho conseguiram satisfação parcial a partir do itinerário metodológico e das interpretações que o substrato teórico ensejou. O nível de generalização e a sensação de se estar diante de um objeto disforme ao ler e referir as fazendas do percurso do Rio Taquari no estado do Rio Grande do Sul, diminuiu consideravelmente.

As investigações tanto nos documentos escritos quanto em contexto arqueológico permitiram visualizar as fazendas do recorte espacial mobilizado para além de unidades produtivas. A expansão do que se pôde ver decorreu da seleção das lentes teóricas. Ao trazer para o contexto estudado as contribuições de Verdum (2012) - no que tange à concepção de paisagem, os postulados de Haesbaert (2007) e Tuan (2011) - no que se refere às demais categorias espaciais (tais como espaço, lugar e território), procurou-se transitar pela

concepção desta última categoria tendo em conta, ainda que parcialmente as proposições de Raffestin (1993) - que parte da premissa que a territorialização se dá através da organização sintática dos elementos do espaço. Assim sendo, para cada ator ou grupo social, o espaço tornado território terá uma apreciação singular. Isso reforça a interconexão homem/espaço que a partir da apropriação física ou simbólica do primeiro em relação ao outro torna-se território.

A eleição teórica inquirir as fontes convergindo para intimidade das relações dos sujeitos com os espaços que passam a compor ao longo de suas trajetórias de vida. As ponderações de Rahmeier (2014) no que concerne às experiências fenomenológicas permitem pôr em perspectiva a agência de Franciscos, Manueis e Bentos, sujeitos africanos e afro-brasileiros submetidos ao trabalho cativo, que domaram animais, suprimiram matas de pinheiro, falquejando as toras que eram empregadas na edificação do que se precisava nas fazendas.

Verticalizando ainda mais a análise e observando as premissas da interdisciplinaridade que constitui desde a origem a grande área das Ciências Ambientais na qual está ancorado o Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates (PPGAD/Univates) - optou-se por discutir este teor de interdisciplinaridade (que lhe confere identidade) exercitando na prática, a partir de um aporte pós-estruturalista de análise.

Como o presente estudo põe no horizonte a perspectiva dos impactos sociais e ambientais das fazendas estudadas, a ideia de observação de uma rede envolvendo os sujeitos e os espaços que compõem através de múltiplas agências, as ponderações teóricas de Bruno Latour são evocadas. Ainda que não detendo-se no núcleo de sua “teoria ator-rede”, as considerações de que naquelas redes há uma multidirecionalidade de sujeitos e intenções, a evocação aos seus postulados teóricos decorre da intenção deste estudo de romper com a perspectiva antropocêntrica de visão de mundo e cartesiana de concepção científica.

É a partir Latour (2012) que se pode interpretar como os espaços acolhem ou refutam as intencionalidades humanas. É este aporte teórico que permite “escutar”, ainda no século XVIII, os pinheiros das margens do Rio Taquari, onde as fazendas estudadas são edificadas, dizerem não às pretensões portuguesas de os pôr a serviço da continuidade de seus empreendimentos náuticos.

É pelas lentes da teoria de Latour (2012) e Rahmeier (2014) que vem à tona a interferência do insurreto Francisco. Líder de um movimento de resistência aos maus tratos na Fazenda Conceição, Francisco largara a agulha e a tesoura em Maceió, onde era alfaiate para manejar machados, plainas e cunhas nas margens do Rio Taquari onde tornara-se falquejador. A interação com a madeira inservível para a construção dos navios reais (sempre no horizonte das intenções lusitanas) se dá a partir do aperfeiçoamento das habilidades corporais e da potencialização das competências daquela ordem. As árvores, as cunhas e a própria topografia do solo que acolheu o tombo derradeiro das araucárias seculares são ativos na inter-relação com Francisco e seus companheiros.

O fim de tarde agradável de um dezembro ensolarado narrado pelo cronista na Fazenda do Pinhal, cuja narração é reproduzida por Eifler (1992), denota as agências múltiplas envolvendo os sujeitos e os demais elementos componentes daquela paisagem. Todas essas narrativas possíveis a partir da âncora teórica de manuseio desafiador ao longo da concepção deste estudo só puderam vir à tona a partir de contribuições generosas no que concerne aos procedimentos metodológicos.

A aproximação do conjunto de ponderações (quanto à heurística) atinentes à Arqueologia Histórica teve como arrimo a produção densa de intelectuais brasileiros com contribuições indelévelis naquele campo. As trilhas abertas por Funari (2007) e Lima (1993 e 2011) são pavimentadas por Symanski (2017, 2009 e 2006) e inspiraram a abordagem arqueológica e a leitura do entorno das sedes das fazendas selecionadas como amostra neste estudo.

As reflexões daqueles arqueólogos tanto da perspectiva metodológica quanto da linha de interpretação das evidências foram apenas em parte observadas, uma vez que a Cultura Material foi só parcialmente interpretada. Fica, portanto, a partir deste estudo um possível desdobramento, qual seja: a análise mais detida das centenas de fragmentos de vidro, louça e metal, além do material construtivo evidenciado.

Pondo ainda no horizonte das preocupações a manutenção da coerência com a linha de pesquisa na qual se inscreve este trabalho (no Programa de Pós-Graduação no qual é apresentado), buscou-se aproximar as discussões do campo arqueológico das premissas da epistemologia ambiental. Este, da perspectiva teórica, foi o principal desafio. As pesquisas arqueológicas, desde sempre, contemplam as questões ambientais; e tomar a iniciativa de

trazer para mais perto daquela ciência discussões emergentes de um campo discursivo em consolidação foi uma licença autoconcedida que encerra algum risco diante das permanências da perspectiva moderna de fazer ciência, nem sempre receptiva a aproximações dessa ordem.

Para essa discussão lançou-se mão das ponderações de Leff (2007) além de territorializar a abordagem mediante as contribuições e Pádua (2010). É nesse ponto que o conforto de Enrique Leff ao afirmar que a construção da Epistemologia Ambiental é um caminho que se faz ao caminhar dura pouco para um pesquisador de trajetória relativamente breve como o redator deste trabalho. É, contudo, um movimento desafiador (da perspectiva teórico-analítica) cujos riscos foram assumidos para que as paisagens, a bibliografia e os documentos pudessem ser interpretados.

Neste sentido ainda da perspectiva da abordagem, considerou-se as proposições de Worster (2003), no que concerne à interpretação dos documentos. Ainda pelas lentes daquele teórico foi possível pôr grifo no que os documentos apresentam de forma desinteressada, a saber, as informações subalternas ou implícitas em relação ao ambiente. Portanto, Worster (2003) e Pádua (2004; 2010), são os referenciais para a aproximação neste trabalho da perspectiva da História Ambiental de tudo o que já é possível no âmbito da Arqueologia Histórica. O grande ponto de intersecção dessas subáreas ajuda a dimensionar o que Leff (2004; 2007) denomina Epistemologia Ambiental.

Além de todo este aparato teórico e metodológico se procurou contextualizar a pesquisa delimitando os espaços. Aquelas operações foram feitas de forma objetiva sem o empreendimento de uma revisão bibliográfica exaustiva. A principal preocupação naqueles capítulos, marcadamente o primeiro e o terceiro, foi inserir essa tese no elenco dos trabalhos a dialogar com temáticas abordadas por outros itinerários.

Isso posto, algumas conclusões parciais são possíveis e algumas outras ensaiadas para futuro aprofundamento. Uma das principais interrogações deste estudo disse respeito ao que se estava chamando de fazenda no percurso do Rio Taquari, no estado do Rio Grande do Sul. Ao partir das fazendas contemporâneas ocupadas da produção de cana-de-açúcar e mais tarde de café no Nordeste e no Sudeste, percebeu-se que as semelhanças eram poucas.

Mesmo restringindo a abordagem ao que é assim caracterizado no estado do Rio Grande do Sul, percebeu-se diferenças significativas. As estâncias de Rio Pardo e da fronteira Oeste do estado, não se parecem com as fazendas estudadas. Cruzando os dados documentais

e prestando-se a atenção nas movimentações (tais como as que interpelam os matos de pinheiro das margens do rio até a encosta da Serra Geral) é possível caracterizar as fazendas do percurso do Rio Taquari como fazendas essencialmente extrativistas.

A quantidade de engenhos d'água empenhados em beneficiar madeira - do limiar do século XIX até o século XX - ajuda a dimensionar os impactos ambientais de grande monta daquelas estruturas. Essa é a síntese da tese defendida: as fazendas antes amorfas quanto à sua estrutura física construída e quanto à atividade que desempenhavam (gerando impactos de ordem social e ambiental) segundo o que foi possível averiguar, são fazendas de extração de madeira e pedras. Esses produtos tanto eram consumidos localmente quanto exportados para outras regiões via rio Taquari.

Outra conclusão possível a partir da análise feita é a de que as sedes próximas ao rio Taquari eram estratégicas para outras atividades igualmente importantes da perspectiva econômica, ambiental e social. Ao averiguar-se as atividades desempenhadas nas Fazendas Espanhola e Pedreira, percebeu-se que, em algum momento, aquelas estruturas arquitetônicas funcionaram como casas comerciais. Sendo o rio o principal conector entre o local e outras regiões, o fluxo de mercadorias e pessoas naquelas sedes trazem elementos aqui interpretados arqueologicamente tais como, a escadaria de acesso ao rio junto à sede da Fazenda Espanhola, os pilares que indicam o funcionamento de um armazém, se não uma maxambomba, no mesmo local. Essas informações são complementadas pelos anúncios de venda de embarcações junto aquelas casas comerciais.

Portanto, as fazendas do percurso do Rio Taquari têm características muito específicas. Como se pode ver ao longo do trabalho não se trata de *plantation* nem de *estância*. Nas *plantations* do Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, como verificado na produção bibliográfica acessada se tem a produção monocultora com atividades subsidiárias e intercâmbios com outras regiões. Nas *estâncias* o número de trabalhadores escravizados, apesar de relevante, não justificava a edificação de senzalas com material construtivo durável. Nas fazendas abordadas, especialmente na Pedreira, Pinhal e Conceição, o número de trabalhadores escravizados era proeminente. Em relação às atividades é possível afirmar que a extração se fez sentir de finais do século XVIII até a segunda metade do século XIX, quiçá avançando até o século XX.

Como se pôde ver, em 1799, profissionais especializados e empregados na indústria náutica lusitana visitaram o percurso do rio Taquari avaliando a potencialidade dos matos de pinheiro aí profusos. Os caminhos interconectando fazendas e a Cultura Material documentam a supressão e o falquejo dos pinheirais por longos períodos. Os pinheirais desapareceram, mas a silvicultura não. Na região circundante e no largo território que, outrora compunha as sesmarias, se estendem contemporaneamente densas matas de Eucaliptos (*Myrtaceae*) e *Pinus Elliottii* (*Pinaceae*).

Na interlocução com os proprietários das áreas de terra abordadas na pesquisa percebe-se que ainda aparece nas referências cotidianas algumas diferenciações na forma como as pessoas do presente se referem à madeira. As raras tábuas e barrotes preservados ou reaproveitados são do que chamam “pinheiro brasileiro”, forma como caracterizam as araucárias componentes da Floresta Ombrófila Mista. Já para a espécies exóticas reflorestadas viceja a referência simplificada ao pinus e eucalipto, sem necessariamente diferenciar as subespécies de cada uma daquelas famílias botânicas.

As fazendas do recorte cronológico estudado permaneceram por muito tempo extrativistas. A supressão dos pinheirais descritos no documento de 1799 e as cunhas, material para zorra e os caminhos afundados testemunham a supressão das araucárias. O represamento dos corpos d’água apontam para o funcionamento de serrarias que utilizavam basicamente a força hidráulica.

Assim sendo, coerente com o título e com o objetivo central da tese ora defendida é possível afirmar com base nas evidências analisadas que os impactos sociais foram efetivos. Para as elites, a prosperidade daquelas estruturas extrativistas garantiu, além de lucros reais, projeções políticas e sociais (vide a trajetória de Manoel Alves dos Reis Louzada e Antônio José de Moraes).

Ainda em relação aos impactos sociais é possível ver a partir da grande quantidade de sujeitos escravizados que, ainda que não se trate de fazendas de plantation como as que se edificaram no Sudeste e no Nordeste do Brasil, aquela instituição – a escravidão – foi uma realidade nas fazendas do percurso do Rio Taquari, Rio Grande do Sul. As lutas e a agência da população escravizada vêm à tona em pesquisas como as de Pires (2017; 2021) e nas investigações de Moreira e Cardoso (2012). Também evidenciam-se, na cultura material

originária das escavações arqueológicas, marcadamente em artefatos como as cunhas e os ganchos de tração das zorras utilizadas ao redor daquelas estruturas.

Isso posto, alguns paradoxos se mantêm: a Fazenda do Pinhal deu nome a uma localidade onde não há mais pinheiros; a Fazenda Pedreira, não produzia apenas pedra; a Fazenda Conceição, também foi São José (por quais motivos? Para dissociar dos orixás?). Estaria aí uma forma de suprimir a negritude e seu processo de apropriação simbólica: territorialização? E quanto ao saber-fazer no emprego dos cupinzeiros na edificação?

Já a Fazenda Espanhola presencia os dramas humanos de um personagem enigmático que, às margens do rio Taquari, se dedica ao comércio e permanece igualmente emprestando o nome à comunidade que se estabelece ainda contemporaneamente na Beira do Rio. Essas são as fazendas e esta é a tese: impactos sociais e ambientais contundentes mediante a diversidade de sujeitos componentes da paisagem interagindo com as demais entidades (pinheiros e cursos d'água) desempenhando atividades essencialmente extrativistas.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Maria Raquel (Org.). **Projeto Araribá: História 7º ano**. São Paulo: Moderna, 2014.

ÁVILA, Diana Milena Reina; MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; PÉRICO, Eduardo. O conceito de paisagem e a identidade cultural: reflexões a partir do Bioma Pampa, RS, Brasil. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 2, n. 3, p. 939-954, 2019.

BINFORD, Lewis R. Behavioral archaeology and the "Pompeii premise". **Journal of anthropological research**, v. 37, n. 3, p. 195-208, 1981.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil [1618]**. Coletânea de Documentos Históricos. São Paulo: SE/Cenp, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação/Capes. **Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável: Capes na Rio+20**. Brasília: CAPES, 2012. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/CapesRio20-LivroPortugues.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BUSOLLI, Jonathan. **Territorialidade Kaingang da Comunidade Pó Mág, Porção Sul da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas**. (Dissertação de Mestrado) - Lajeado/RS: UNIVATES, 2018.

CAMARGO, Fernando da Silva. A pendenga interminável: as demarcações do tratado de Santo Ildefonso. **Anais da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** Curitiba, 2004.

CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 2, p. 218-234, 2014.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. (Tese de Doutorado em História) - Niterói/RJ: UFF, 2010.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o**

Vale do Taquari no período de 1840-1889). (Dissertação de Mestrado) - São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2004.

COSTA, Diogo M. Eco-historical Archaeology in the Brazilian Amazon: Material, Natural and Cultural Western Transformations. In: SOUZA, M. A. T.; COSTA, D. M. (Org.). **Historical Archaeology and Environment**. 1. ed. New York: Springer, 2018.

COUTO, C. R.; SEGANTINI, A. A. S.; FERREIRA, A. A. E. Estudo de adobes produzidos com montículo de cupim. **Rev. Ciênc. Ext.** v.5, n.2, p.120, 2009.

DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol. Teorizando a etnoarqueologia e a analogia. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 18, p. 13-60, 2002.

DEAGAN, K. Líneas de investigación en Arqueología Histórica. **Vestígios - Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, v. 2, n. 1, p. 63-93, 2008.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.

DEL PRIORE, Mary; NEVES, Maria de Fátima das; ALAMBERT, Francisco. **Documentos de História do Brasil**: de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 23-38, 2001, p. 827.

DOMINGUES, Francisco Contente. Arte e técnica nas navegações portuguesas: das primeiras viagens à armada de Cabral. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUPONT, Nair Tereza Jantsch. **Paverama**: ontem e hoje. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

ECKHARDT, Sandra Michele Roth. “Vivem de Lavouras”: a estrutura agrária em São José do Taquari, ao final do século XVIII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 154, 2018.

EIFLER, Ellen W. **Bom Retiro do Sul**: sua história... sua vida. Porto Alegre: Feplam, 1992.

FARIAS, Jovani. **Fazenda Vilanova**: sua história. Lajeado: Editora da Univates, 2012.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008.

FERRI, Gino. **Muçum**: princesa das pontes. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Muçum, 1988.

FERRI, **Roca Sales**: cidade da amizade. Lajeado: Gráfica e Editora Lajeadense, 1998.

- FLORES, Moacyr. **Dicionário de história do Brasil**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004
- FONSECA, Luís Adão da. **Vasco da Gama: o homem, a viagem, a época**. Lisboa: Expo98, 1997.
- FRANZ, Eloísa. **O negro taquariense: do escravo ao abolicionismo**. (Monografia em História) - Lajeado/RS: UNIVATES, 2009.
- FUNARI, P. P. A. Teoria e a arqueologia histórica: a América Latina e o mundo. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, vol. 1, n. 1. Pp. 50-58, 2007.
- GOLIN, Tau. As fronteiras sulinas. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Org.). **Império - História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo - Porto Alegre: Méritos, PPGH-UPF, UERGS, 2006, v. 2, p. 491-532.
- GREGORY, Josemir José. **Fazenda da Estrella: um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil durante o século XIX**. 2015. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, dez. 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1419>>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- GREGORY, Júlia Leite. **Terra, fortuna e família: a atuação de Antônio Fialho de Vargas no mercado da terra (segunda metade do século XIX)**. (Dissertação de Mestrado) - São Leopoldo/RS - UNISINOS. 2019.
- HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**, n.3, jan-jun 2010.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEographia**, Ano IX, n.17, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HESSEL, Lothar. **O município de Estrela: história e crônica**. Porto Alegre: Editora de Universidade/Martins Livreiro, 1983.
- HUME, N. **A guide to artifacts of colonial America**. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- JUSTUS, Jarbas de Oliveira; MACHADO, Maria Lúcia de Abreu; FRANCO, Maria do Socorro Moreira. Geomorfologia. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Levantamento de Recursos Naturais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, v. 33, p. 313-404.
- KARAM, Elaine Maria Consoli. **Raízes da colonização: em destaque a colônia de Guaporé e município de Dois Lajeados**. Porto Alegre: CORAG, 1992.

- KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari/RS**. (Dissertação de Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Lajeado-RS: Univates, 2008.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Edufba, 2012.
- LEÃO, Marissol GA et al. Variabilidade espacial da textura de um latossolo sob cultivo de citros. **Ciência e Agrotecnologia**, p. 121-131, 2010.
- LEFF, Enrique. **Aventuras de la epistemología ambiental**: de la articulación de ciencias al diálogo de saberes. Siglo XXI, 2007.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011.
- LIMA, T. A. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 28, n. 2, p. 7-23, dez. 2002.
- LIMA, T. A. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, vol. 1. 1993, p. 225-262.
- LOPES, Sérgio Nunes; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Os paradigmas epistemológicos da arqueologia histórica: estudos e perspectivas. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 13, p. 73-89, 2019.
- MASSA, Ernesto Segundo et al. Resiliencia de un pajonal de Panicum prionitis Nees bajo distintas alternativas de manejo. **Asociación Argentina de Ecología**, 2016.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CARDOSO, Raul Rois Schefer. Trabalhadores, insubmissos e Lavradores: ocupações escravas em uma unidade produtiva mista (Taquari, Século XIX). **História em Revista**, v. 19, n. 19, 2013.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CARDOSO, Raul Rois Schefer. Insurreição escrava, desordem e cotidiano: políticas senhoriais e comunidades negras em cativo (Taquari-RS-século XIX). **Anais do XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio**, 2012.
- MÜLLER, Carlos Alves. **A História econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998.

ORSER JR, Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

ORSER JR, Charles E.; FAGAN, Brian M. **Historical Archaeology**. New York: Harper Collins, 1995.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. São Leopoldo/RS: Oikos, 2017.

OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de Pesquisa. **Claves. Revista de História**, v. 1, n. 1, p. 67-90, 2015.

OSÓRIO, Helen. **O Império português no Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre, (Dissertação de Mestrado, PPG em História). Porto Alegre: UFRGS, 1990.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos avançados, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PALERMO, Eduardo R. Esclavitud y hacienda pastoril en el Uruguay. In: MAESTRI, Mário (Org.). **O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2008, p. 138-168.

PEIXOTO, Sílvia Alves. **Jacarepaguá, a “Planície dos muitos Engenhos”**: uma Arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2019.

PIRES, Karen D. **Compadrio, parentesco e família: escravizados, libertos e livres na Paróquia de São José de Taquari/Rio Grande do Sul**. (Tese de Doutorado PPGAD). Lajeado/RS: Univates, 2021.

PIRES, Karen D. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX**. (Dissertação de Mestrado, PPGAD). Lajeado/RS: Univates, 2017.

PIRIZ, Luís Alfonso Limpo. **Proyección americana de la "Guerra de las Naranjas" y Tratado de Badajoz**. Diputación de Badajoz, 2001.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAHMEIER, C. S. Paisagem, sentidos e identidades no contexto estancieiro gaúcho: uma abordagem fenomenológica. **Vestígios - Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, p. 93-127, 2014.

RELLY, Eduardo; MACHADO, T.G. Neli; SCHNEIDER, Patrícia. **Do Taiaçuapé a Colinas**. Lajeado: Ed. UNIVATES, 2008.

RIBEIRO, Orlando. **A formação de Portugal**. Lisboa: ICLP Ministério da Educação, 1987.

RODRIGUES, Francisco P. Uma página da história rio-grandense: Santo Amaro, General Câmara. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2007.

RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da expansão e do império português**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

ROSA, Cibele Caroline da. **Açorianos e suas estratégias de inserção socioeconômica no povoamento da América portuguesa (Rio Pardo, 1751-1808)**. (Dissertação de Mestrado) São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2020.

RÜDIGER, Francisco. Breve história do pós-humanismo: Elementos de genealogia e criticismo. In: **E-compós**. 2007.

SAMARA, E. de M., TUPY, I. S. S. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHIERHOLT, José A. **Lajeado I**. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SCHIERHOLT, **Estrela**: ontem e hoje. Lajeado: Evangraf, 2002.

SCHIERHOLT, **Cruzeiro do Sul e sua história**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SCHNACK, Andrea Cristina. **Patrimônio arquitetônico de Estrela, RS**: diagnóstico para preservação. (Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, 2012.

SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII-séc. XX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 14, n. 1, p. 81-119, 2006.

SILVA, José Reinaldo Nogueira da. **Etnomatemática**: abordagem dos diversos tipos de unidades de medidas e sua utilização no sertão alagoano (Dissertação de Mestrado em Matemática). Maceió: UFA, 2016.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. **Eles viram que o Índio tem poder, Né!? O protagonismo Kaingang da Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh/Estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma frente pioneira**. (Dissertação de Mestrado) – Lajeado/RS: UNIVATES, 2017.

SILVA, Luana Cristine da; TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. O campo lexical dos orixás em “o sumiço da santa”. *Revista Philologus*, Ano 26, n. 76. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2020.

SOUZA, M. A. T.; COSTA, D. M. (Org.). **Historical Archaeology and Environment**. 1. ed. New York: Springer, 2018.

SPENNER, Bruna Vieira. **Arquitetura, gado e cativo**: estâncias pastoris em Rio Pardo no final do século XIX. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional) Unisc, 2013.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Archaeological Theory: between practice, representation and politics. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 15, n. 2, p. 187-192, 2017.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. **Afro-Ásia**, n. 49, p. 159-198, 2014.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado (Org.). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2009, p. 279-310.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Slaves and planters in Western Brazil**: material culture, identity and power. (Tese de Doutorado). University of Florida, 2006.

TEIXEIRA, Simonne. Reflexões sobre o Patrimônio Hidráulico na Bacia Inferior do Rio Paraíba do Sul. A Contribuição da História e da Arqueologia. **O ideal Patrimonial**, 2018.

TEIXEIRA, Simonne. Patrimônio hidráulico: uma leitura sobre a cultura material. In: **Congresso Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. 2014. p. 298-311.

TINOCO, Dario Ruiz. Conformación político administrativa de América Latina tensión y conflicto. **Revista Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 1, n. 1, p. 211-251, 2006.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, v. 1, n. 1, p. 4-15, 2011.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. **Sesmarias, fazendas, desenvolvimento e desdobramentos socioambientais em territórios da bacia hidrográfica do Rio Taquari de meados do século XVIII a meados do século XIX**. (Dissertação de Mestrado) – Lajeado/RS: UNIVATES, 2018.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. **Contatos interétnicos**: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí. (Monografia - Graduação em História) – Lajeado/RS: UNIVATES, 2015.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PINTO, Bruno Fleck; SILVA, Luís Alberto Pires da. (Orgs). **Paisagem**: leituras, significados e transformações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

WEIMER, Günter. A casa do bandeirante: uma revisão de suas origens. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 149, p. 89-104, dezembro de 2015.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & sociedade**, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.

Fontes Documentais:

ARQUIVO NACIONAL - REQUERIMENTO de Sesmaria de Manuel Alves dos Reis Louzada, notação BI - 14.314.

APERS - INVENTÁRIO BARÃO, nº 355, maço 13, 1862 - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Inventariante: Antonio José de Moraes.

APERS – TESTAMENTO DE Antonio José de Moraes, Autos 1903, maço 69, 1875 - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Testador: Antonio Jose de Moraes; Testamenteira: Rita de Figueiredo Pinto Viégas.

APERS - INVENTARIO Maria Francisca da Silva, nº 90 maço 2, 1869. Taquari. Inventariante: Manoel Rodrigues Ramos.

APERS – INVENTÁRIO Guilhermina Sophia Ramos, Livro de 1884 fl. 7 a 12. Inventariante: Manoel Rodrigues Ramos.

APERS - COMPRA e venda de escravos. Ano 1874. Livro 24, p. 45v.

APERS - CARTA de Liberdade de 1879. Carta de Joaquim. APERS, livro nº5, p. 48v.

APERS - CARTA de Liberdade de 1879. Carta de Francisco. livro nº6, p.31v.

APERS - COMPRA e venda de escravos. Ano 1873. Livro 22, p. 116r.

APERS - COMPRA e venda de escravos. Ano 1873. Livro 22, p. 116r.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - OFÍCIO de 7 de novembro de 1799 do Governador do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara ao Secretário da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a qualidade dos Pinheiros das margens do Rio Taquari para mastaréus e vergas dos navios da Marinha Real. A.H.U_A.C.L_CU_19, Cx. 4, D. 348.

CARTÓRIO de Provedoria de Porto Alegre. Sinopse de inventários e testamentos (1776-1852). Lvr 17 fl 178.

CARTÓRIO de Registros de Imóveis de Taquari. Livro de registros 1869, fl. 41.

CÚRIA METROPOLITA de Porto Alegre. Registro de Casamento de Manoel Rodrigues Ramos e Maria Francisca da Silva. Livro de registros de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Viamão, 1848.

CÚRIA METROPOLITANA de Porto Alegre. Registro de Casamento de Manoel Rodrigues Ramos e Guilhermina Sofia Carnaple. Livro de Registros de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora de Taquari. Livro 5 fl 93 de 1871.

CÚRIA METROPOLITANA de Porto Alegre. Livro 1 e 2 (1766-1845) de Óbitos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.162.

CÚRIA METROPOLITANA de Porto Alegre. Livro 1 e 2 (1766-1845) de Óbitos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.96.

CÚRIA METROPOLITANA de Porto Alegre. Registros de Óbito de Maria Francisca da Silva na Paróquia São José do Taquari (1869) – Livro nº 4 fl. 39.

CÚRIA METROPOLITANA de Porto Alegre, Registros de Óbito de Manoel Rodrigues Ramos Livro de 1886, fl. 77.

Jornais:

Um “taquariense” de antanho. **O Taquaryense**. Taquari, p. 02, 19 abr. 1986.

Classificados. **A Federação**. Porto Alegre, p. 03, 06 jan. 1887.

Sesmaria do Desterro. **O Informativo do Vale**. Caderno Cultural. Lajeado, p. 07, 15 mar. 1986.

História de Estrela. **Jornal de Lajeado**. Caderno Especial Pesquisas do Prof. José Alfredo Schierholdt. Lajeado, p. 09, 18 Fev. 1976.

Sites:

<https://profstellerdepaula.files.wordpress.com/2010/04/martin-waldseemuller-mapa.jpg>. Acesso em: 4 jan. 2021.

<https://www.newenglishreview.org>. Acesso em: 4 jan. 2021.

<https://www.slideshare.net/profmarcela/mapas-das-navegaes/6>. Acesso em: 5 jan. 2021.

<https://historia-do-rio-grande-do-sul.webnode.com/tratado-de-madri/#&gid=1&pid=1>. Acesso em: 8 jan. 2021.

<https://images.app.goo.gl/XUKL7M8Zw4GeAJWaA>. Acesso em: 8 jan. 2021.

<http://grayhawk.dyndns.org/velaGlossario.php>. Acesso em: 30 dez. 2020

<https://colatinaemacao.com.br/2019/04/28/junta-de-boi-voce-sabe-o-que-e-ja-viu-uma/>. Acesso em: 23 mai 2021.

http://abrindobaudoschierholt.blogspot.com/2013/08/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x_9.html. Acesso em: 22 abr. 2021.



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09